



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Thiago Henrique Farias Pereira

**DAS ARTIMANHAS DE ÉRIS AOS CLAMORES DE ÉLPIS:
relações de poder, pacto trabalhista e impeachment no Governo Muniz Falcão - AL
(1956 - 1961).**

RECIFE

2025

THIAGO HENRIQUE FARIAS PEREIRA

**DAS ARTIMANHAS DE ÉRIS AOS CLAMORES DE ÉLPIS:
relações de poder, pacto trabalhista e impeachment no Governo Muniz Falcão - AL
(1956 - 1961).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – linha de pesquisa Cultura e Memória –, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Pablo Francisco de Andrade Porfírio.

Recife
2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Pereira, Thiago Henrique Farias.

Das artimanhas de Éris aos clamores de Élpis: relações de poder, pacto trabalhista e impeachment no Governo Muniz Falcão - AL (1956 - 1961) / Thiago Henrique Farias Pereira. - Recife, 2025.

184f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal De Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2025.

Orientação: Pablo Francisco de Andrade Porfírio.

Inclui referências.

1. Relações de poder; 2. Muniz Falcão; 3. Pacto trabalhista; 4. Impeachment. I. Porfírio, Pablo Francisco de Andrade. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

THIAGO HENRIQUE FARIAS PEREIRA

**DAS ARTIMANHAS DE ÉRIS AOS CLAMORES DE ÉLPIS:
relações de poder, pacto trabalhista e impeachment no Governo Muniz Falcão - AL
(1956 - 1961).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – linha de pesquisa Cultura e Memória –, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: 27 / 08 / 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pablo Francisco de Andrade Porfírio (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. Anderson da Silva Almeida (Examinador Externo)
Universidade Federal de Alagoas - UFAL

Prof. Dr. Marcelo Góes Tavares (Examinador Externo)
Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL

Dedico este trabalho,

Aos meus pais José Maria e Melânia Farias,
sem eles nada disso poderia ter sido feito.

Aos trabalhadores brasileiros que dedicaram a
vida em prol da defesa dos direitos da classe.

A todos que perderam sua vida na luta contra o
autoritarismo em busca de uma democracia
popular.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em primeiro lugar, à minha mãe, Melânia Farias dos Santos Leite, e ao meu pai, José Maria Pereira Leite. Sou quem sou hoje graças a tudo o que aprendi e ainda aprendo com eles. Sair de minha cidade natal Bom Conselho - PE para Recife, a 275 km de distância, e concluir o mestrado só foi possível graças ao apoio incondicional que me deram durante toda esta jornada. Sinto-me um grande privilegiado por tê-los.

Ao meu orientador, professor Dr. Pablo Francisco de Andrade Porfírio, que prontamente aceitou orientar esta pesquisa e que se revelou fundamental em cada etapa desta jornada. Agradeço profundamente por tudo o que aprendi em suas aulas e orientações, que contribuíram não apenas para o desenvolvimento desta dissertação, mas também para a minha formação crítica e teórica. Seus insights e sua vasta experiência foram essenciais para o caminhar da pesquisa. Por diversos momentos, no trajeto da escrita, senti ansiedade e nervosismo, questionando a minha capacidade de concluir o trabalho, mas tudo se acalmava após nossas conversas. Agradeço não só pelo rigor acadêmico, mas pelo acolhimento humano. Além de orientador, considero que ganhei um amigo.

Ao amigo, professor Dr. Marcelo Góes Tavares, por ter aceitado participar da banca de qualificação e defesa desta dissertação. Também sou grato pelo acolhimento que me deu durante a graduação em História na UNEAL, período em que participei de projetos de Iniciação Científica e do Laboratório de História, Memória e Política (LAHMP), experiências que foram essenciais para o desenvolvimento desta dissertação. Ele também foi um grande incentivador em minha participação na seleção do mestrado, na época em que eu não acreditava que tinha condições de ingressar na pós-graduação.

Ao professor Dr. Anderson da Silva Almeida, por ter aceitado participar da banca de qualificação e de defesa desta dissertação. Tanto na qualificação quanto em outros momentos de convívio, suas sugestões foram de grande auxílio para refletir sobre os caminhos da minha pesquisa. Considero que foi mais uma amizade feita durante este percurso.

Ao meu amigo, professor Matheus Araújo Machado de Freitas, com quem compartilho a jornada acadêmica desde o primeiro período da graduação. Nossos diversos momentos de conversas, debates e reflexões foram enriquecedores para a dissertação.

Ao professor Dr. Antonio Montenegro, cujas aulas e os diversos momentos de reflexão que elas causaram contribuíram de forma significativa para o meu aprimoramento teórico e metodológico, aspectos que foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa.

À professora Dra. Regina Guimarães Neto, em cujas aulas aprendi muito sobre metodologia e, principalmente, sobre ter sensibilidade na construção da narrativa. Questões que foram fundamentais para a escrita desta dissertação.

Aos amigos Luiz da Costa e Gustavo Rollnic, que marcaram parte da minha caminhada pela pós-graduação. Nossos diálogos, sugestões de leituras e auxílio no encontro de bibliografias foram de grande ajuda nos momentos de pesquisa e escrita.

Ao professor Dr. Tasso Brito, que ministrou uma oficina quando eu ainda estava na graduação. Ela foi importante para minha compreensão de pesquisa em acervos digitais, locais de onde obtive quase toda a documentação que possibilitou a escrita desta dissertação.

A Hellen Danielly, a Enrique Andrade e aos demais colegas da pós-graduação, pois cada um contribuiu, de forma direta ou indireta, para o desenvolvimento desta dissertação.

Aos demais colegas, amigos e familiares, que são muitos, e por isso não me atrevo a listar nomes, pois temo esquecer algum. Contribuíram direta ou indiretamente durante a minha caminhada no mestrado.

Aos membros e ex-membros do Laboratório de História, Memória e Política (LAHMP) da UNEAL. Todos tiveram participação direta ou indireta, pois sem vocês não existiria este espaço que tanto contribuiu para o meu aprimoramento no campo de pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pois graças à bolsa consegui me deslocar para Recife e focar nos meus estudos e pesquisas de uma maneira que não seria possível sem este auxílio.

Aos técnicos responsáveis pela manutenção da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, do Arquivo Público de Alagoas e demais acervos que consultei. Graças ao trabalho deles tive acesso a uma quantidade expressiva de documentação, sem a qual essa dissertação não teria sido possível.

A todos e todas, meus sinceros agradecimentos!

*A injustiça avança hoje a passos firmes.
Os opressores se preparam para dez mil anos.
A violência assegura: assim como está, vai ficar.
Nenhuma voz ressoa, exceto a dos governantes.
E nos mercados a exploração diz alto:
Agora é que eu começo.
Mas entre os oprimidos muitos dizem agora:
O que queremos, nunca dá.*

*Quem ainda vive, não diz: nunca!
O seguro não está seguro.
Assim como está, não vai ficar.
Quando os governantes tiverem falado
Os governados hão de falar.
Quem se atreve a dizer: nunca?
De quem é a culpa, se a opressão perdura? Nossa.
De quem é a culpa, se ela for destruída?
Também nossa.
Quem for derrotado que se levante!
Quem está perdido, lute!
Quem reconheceu sua situação, como haverá de ser detido?
Os vencidos de hoje hão de ser os vencedores de amanhã
E do nunca se faz: ainda hoje!*

(Bertolt Brecht, 1932)

RESUMO

Esta dissertação analisa as relações de poder em Alagoas durante o Governo Muniz Falcão (1956 - 1961) e a partir delas busca compreender o processo de *impeachment* que houve contra o governador. Também são investigadas as redes políticas de Muniz Falcão com as classes trabalhadoras alagoanas, a partir da chave interpretativa da categoria de análise “Pacto Trabalhista”, formulada por Angela de Castro Gomes. Além disso, verificou-se como essas relações contribuíram para: o descontentamento e anseios golpistas das classes empresariais e conservadoras alagoanas, que resultaram no processo de *impeachment*; a interferência de agentes políticos de outras regiões do país na disputa política do estado e de que modo eles utilizaram a crise para atender a interesses em disputas de nível nacional; como os periódicos da então Capital Federal, Rio de Janeiro, acentuaram ou minimizaram a crise política alagoana, possibilitando-nos entender como os discursos jornalísticos eram escritos de forma a atender o interesse de determinada cultura política. A partir desta dissertação, sustenta-se que: as práticas golpistas existentes em setores conservadores, a exemplo dos membros da União Democrática Nacional, na Terceira República (1945-1964) não estavam limitadas apenas ao cargo do executivo nacional, tal prática era realizada também contra chefes dos executivos estaduais; a crise política em Alagoas não foi apenas uma questão de disputa local, pois também tiveram impulsos de agentes políticos externos de outros estados com indícios também de interferência estrangeira; a classe trabalhadora alagoana protagonizou disputas políticas, reivindicou demandas ao governo e saiu em sua defesa nos momentos de ameaça golpista, sem ser cooptada.

Palavras-Chave: Relações de Poder; Muniz Falcão; Pacto Trabalhista; Impeachment.

RESUMEN

Esta disertación analiza las relaciones de poder en Alagoas durante el Gobierno de Muniz Falcão (1956 - 1961) y, a partir de ellas, busca comprender el proceso de *impeachment* que se llevó a cabo contra el gobernador; también se investigan las redes políticas de Muniz Falcão con las clases trabajadoras alagoanas, utilizando la clave interpretativa de la categoría de análisis "Pacto Laborista", formulada por Angela de Castro Gomes, verificándose cómo esas relaciones contribuyeron: al descontento y anhelos golpistas de las clases empresariales y conservadoras alagoanas, que resultaron en el proceso de *impeachment*; a la interferencia de agentes políticos de otras regiones del país en la disputa política del estado y de qué modo utilizaron la crisis para atender a intereses en disputas de nivel nacional; y a cómo los periódicos de la entonces Capital Federal, Río de Janeiro, acentuaron o minimizaron la crisis política alagoana, posibilitándonos entender cómo los discursos periodísticos eran escritos de forma que atendieran al interés de determinada cultura política. A partir de esta disertación, se sostiene que las prácticas golpistas existentes en sectores conservadores, a ejemplo de los miembros de la Unión Democrática Nacional (UDN), en la Tercera República (1945-1964) no se limitaban solo al cargo del ejecutivo nacional, pues esta práctica se realizaba también contra jefes de los ejecutivos estatales; que la crisis política en Alagoas no fue apenas una cuestión de disputa local, ya que también tuvo impulsos de agentes políticos externos de otros estados con indicios también de interferencia extranjera; y que la clase trabajadora alagoana protagonizó disputas políticas, reivindicó demandas al gobierno y salió en su defensa en los momentos de amenaza golpista, sin ser cooptada.

Palabras clave: Relaciones de Poder; Muniz Falcão; Pacto laborista; Impeachment.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the power relations in Alagoas during the Muniz Falcão Government (1956 - 1961) and, based on them, seeks to understand the impeachment process that occurred against the governor. Also investigated are the political networks of Muniz Falcão with the Alagoas working classes, through the interpretative key of the analytical category "Laborism Pact", formulated by Angela de Castro Gomes. Furthermore, it was verified how these relations contributed to: the discontent and coup anxieties of the Alagoas business and conservative classes, which resulted in the impeachment process; the interference of political agents from other regions of the country in the state's political dispute and how they used the crisis to serve interests in national-level disputes; and how the periodicals of the then Federal Capital, Rio de Janeiro, accentuated or minimized the Alagoas political crisis, allowing us to understand how journalistic discourses were written to serve the interests of a certain political culture. From this dissertation, it is argued that: the coup practices existing in conservative sectors, such as the members of the National Democratic Union (UDN), in the Third Republic (1945-1964) were not limited only to the office of the national executive, as this practice was also carried out against heads of state executives; the political crisis in Alagoas was not merely a matter of local dispute, as it also had impulses from external political agents from other states, with indications of foreign interference as well; and the Alagoas working class protagonized political disputes, claimed demands from the government, and rose to its defense during moments of coup threat, without being co-opted.

Keywords: Power Relations Muniz Falcão; Laborism Pact; Impeachment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Deputado Claudenor Lima chegando à Assembleia Legislativa	24
Figura 2 - Exército Brasileiro (EB) mantendo a população longe da Assembleia 1	25
Figura 3 - Exército Brasileiro (EB) mantendo a população longe da Assembleia 2	25
Figura 4 - Deputados Freitas Cavalcante e Carlos Gomes entrincheirados durante o tiroteio	27
Figura 5 - Deputado Antonio Malta ferido aguardando socorro	28
Figura 6 – Deputados Freitas Cavalcante, Carlos Gomes e o senador Juracy Magalhães após o tiroteio	29
Figura 7 - Enfermeiros carregando o corpo do deputado Humberto Mendes	30
Figura 8 - Recorte da primeira página do Correio da Manhã (RJ)	33
Figura 9 - Recorte da capa do Última Hora (RJ)	34
Figura 10 - Capa da Tribuna da Imprensa (RJ)	37
Figura 11 – Recorte da matéria “Muniz prepara nova chacina”	38
Figura 12 - Recorte da matéria “Queria matar Juracy”	39
Figura 13 - Viúva e filho de Marques da Silva visitando o seu túmulo	41
Figura 14 - Recorte da legenda da fotografia na capa do Tribuna da Imprensa (RJ)	42
Figura 15 - Comparativo entre as páginas dos jornais com destaque em vermelho para a repercussão da morte do deputado Marques da Silva	45
Figura 16 - Adhemar de Barros discursando na posse de Silvestre Péricles	70
Figura 17 – Última página d’A Voz do povo (AL) e recorte da propaganda e Prestes	84
Figura 18 - Matéria da última página do Voz Operária (RJ)	92
Figura 19 - Capa do jornal A Voz do Povo (AL)	95
Figura 20 - Passeata de trabalhadores contra o impeachment de Muniz Falcão	101
Figura 21 - Manifestantes na praça Dom Pedro II	102
Figura 22 – Juracy Magalhães e deputados indo para a sessão em um caminhão do 20º Batalhão	108
Figura 23 – Soldados do 20º Batalhão de Caçadores garantindo a segurança da votação do Impeachment	109
Figura 24 – Oséas, à esquerda, e Juracy, à direita, chegando no auditório	110

Figura 25 – Soldados realizando a segurança no interior do Instituto de Educação de Alagoas	111
Figura 26 – Votação da abertura do processo de impeachment no Instituto de Educação de Alagoas	112
Figura 27 – Senadores durante a sessão parlamentar	114
Figura 28 – Juracy Magalhães expondo submetralhadora no Senado	115
Figura 29 – Deputados na Assembleia Legislativa no dia do tiroteio	117
Figura 30 – Recorte de Telegrama enviado ao Governo de Alagoas	122
Figura 31 – Charge 1 de Muniz Falcão	126
Figura 32 – Charge 2 de Muniz Falcão	127
Figura 33 - Recorte da capa do Última Hora (RJ) repercutindo vitória de Muniz	134
Figura 34 - Fotografia de Oséas Cardoso publicada na capa do Última Hora (RJ)	134
Figura 35 – Operários brigando pelas ruas de Maceió	136
Figura 36 – Campanha a favor de Silvestre Péricles para o Senado	144
Figura 37 – Tabela com cadeiras conquistadas por partido na Assembleia Legislativa de Alagoas por eleição	145
Figura 38 – Página d’O Semanário (RJ) e recorte da fotografia de Muniz Falcão	150

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL	Alagoas
APA	Arquivo Público de Alagoas
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
DTM	Delegacia do Trabalho Marítimo
EB	Exército Brasileiro
FGV	Fundação Getúlio Vargas
JK	Juscelino Kubitschek
PCB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PL	Partido Libertador
PM	Polícia Militar
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
RS	Rio Grande do Sul
RJ	Rio de Janeiro
SC	Santa Catarina
SP	São Paulo
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
STF	Supremo Tribunal Federal
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrata Nacional
UH	Última Hora

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	16
CAPÍTULO 1. SOB O SIGNO DE ÉRIS: DE ANTIGAS CONTENTAS À TRAGÉDIA NO PALÁCIO.....	23
1.1 Chumbo trocado também nos jornais.....	31
1.2 “Uma morte torna-se uma tragédia, várias mortes tornam-se estatísticas”.....	43
1.3 Uma nova oportunidade para os anseios golpistas.....	52
CAPÍTULO 2. SOB O SIGNO DE ÉLPIS: A ASCENSÃO TRABALHISTA EM ALAGOAS.....	63
2.1 Atuação de Muniz Falcão na Câmara dos Deputados.....	73
2.2 A formação da Frente Popular Alagoana e as eleições de 1955.....	80
2.3 Primeiro ano do Governo Muniz Falcão e sua relação com os trabalhadores.....	89
2.4 Os trabalhadores diante do impeachment do governador Muniz Falcão.....	99
CAPÍTULO 3. A TENSÃO ENTRE ÉRIS E ÉLPIS CONTINUA.....	106
3.1 Um senador pela Bahia interessado nas intrigas alagoanas.....	113
3.2 O “ouro negro”: mais uma carta no jogo de interesses.....	120
3.3 Pelos caminhos do processo de Impeachment.....	124
3.4 O retorno de Muniz ao governo e as novas investidas da oposição.....	137
3.5 As eleições legislativas de 1958.....	142
3.6 Últimos anos de governo: entre obras e novas crises políticas.....	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS.....	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	180

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Sebastião Marinho Muniz Falcão foi governador de Alagoas durante os anos de 1956 a 1961. Possuía uma agenda política alinhada ao trabalhismo. Sua principal base política era as classes trabalhadoras alagoanas, cujo apoio foi conquistado paulatinamente. Exerceu o cargo de Delegado Regional do Trabalho em Alagoas de 1943 a 1945, e de 1947 a 1950. Nesse período, seu nome começou a ganhar relevância nas relações de poder do estado e entre as classes trabalhadoras. Foi eleito deputado federal por dois mandatos seguidos (1951-1954; 1955-1956). Em 1955, foi eleito governador de Alagoas.

A tentativa de Muniz Falcão de direcionar o seu governo a atender os interesses dos trabalhadores exacerbou o descontentamento dos grupos empresariais e conservadores do estado com o seu mandato, sobretudo após a criação da “Taxa Pró-Economia, Saúde e Educação”, que incidiria sobre a produção dos grupos latifundiários e industriais alagoanos, a fim de garantir verbas que seriam destinadas a políticas sociais com o intuito de melhorar a condição precária de vida dos trabalhadores (TAVARES; PEREIRA, 2025, p. 128).

No início de fevereiro de 1957, o Deputado Estadual de oposição Marques da Silva, membro da União Democrática Nacional (UDN) foi assassinado. A cultura da violência já era uma marca também presente no estado de Alagoas. Porém, o que seria mais uma morte devido a disputas políticas particulares se transformou em uma grande campanha contrária ao Governo Muniz Falcão. A oposição utilizou essa morte como justificativa para iniciar um processo de *impeachment* contra o governador indesejado.

O objetivo desta dissertação é analisar as tramas em volta das relações de poder alagoanas e a partir delas: compreender o Governo Muniz Falcão; sua relação com as classes trabalhadoras; a violência política e as ações golpistas da oposição, a exemplo do processo de *impeachment* de 1957. Também foi analisado como as disputas políticas através do campo das narrativas jornalísticas estavam dispostas a atender aos interesses de determinados grupos políticos, tanto a nível estadual como nacional, e influenciar a opinião pública através de discursos formuladores de regimes de verdades.

Para Foucault (1998, p. 35), a verdade produz efeitos regulamentadores de poder em nossa sociedade. O regime de verdade é formado pelos tipos de discursos que são legitimados em uma determinada sociedade. Quando Foucault fala em “verdade”, deve-se compreender como “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados”. Portanto, a verdade se encontra “circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que

ela induz e que a reproduzem”. A própria sociedade é produtora dos discursos formadores de regimes de verdade que nela circulam e produzem efeitos, encontrando-se assim em diversos grupos sociais (família, religião, amigos, trabalho, etc). É através das relações sociais que os discursos ganham força ao ponto de serem institucionalizados em valores, costumes e leis, tornando-se assim regimes de verdade.

Essa dissertação busca seguir também as premissas da Nova História Política. Segundo René Rémond (2003), as primeiras formas dessa abordagem buscavam fazer uma História dos Estados Nacionais, a fim de edificar uma identidade nacional homogeneizadora que culminou no silenciamento das atuações de grande parte da população, que deixava de ser enxergada como sujeito histórico. Com a Nova História Política, busca-se observar as ações dos diversos grupos sociais existentes em um determinado território, com o intuito de compreender suas visões de mundo e suas contribuições para as mudanças sociais no espaço e no tempo.

Categorias de análise como Pacto Trabalhista e Cultura Política exercem um papel importante na narrativa que ora se apresenta, o que demanda operar uma História dos Conceitos, que, segundo Reinhart Koselleck (2006), tem como finalidade pesquisar as transformações dos significados sociais e políticos dos conceitos em determinadas circunstâncias históricas, mas sem se limitar ao estudo etimológico dos termos. Busca-se compreender como o determinado conceito era interpretado por sujeitos históricos em seu determinado tempo e como sofre mudanças à medida que as sociedades, culturas e valores se transformam.

Como bem salienta a historiadora Regina Guimarães Neto (2024): “fazer história é antes de tudo realizar escolhas: selecionar documentos, instituir problemáticas, experimentar possibilidades de escrita em que o texto se apresente ‘como um tecido de palavras, imagens e significados’” (CALVINO, 1993, p. 251, apud GUIMARÃES NETO, 2024, p. 243). As problemáticas (questões) e o experimento de possibilidade de escrita, à exemplo da utilização de categorias de análise, são movimentos que o historiador só tem possibilidade de realizar após o mapeamento dos documentos disponíveis.

A documentação é um pilar fundamental para o ofício do historiador, a sua escassez é um problema sério que o pesquisador deve saber contornar. No entanto, uma quantidade excessiva de documentos também se torna um desafio, e foi o que ocorreu durante a pesquisa para construção desta dissertação. Por exemplo, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional foi mapeado um total de 3.596 edições de jornais e revistas entre 1956 e 1961. Desses, foram citados na dissertação 139, o que representa apenas 3,8% do total mapeado.

Devido ao prazo da pesquisa de mestrado, foi necessário limitar a quantidade de documentos analisados. As principais fontes utilizadas são os periódicos que circulavam na Capital Federal da época, Rio de Janeiro, trabalhou-se assim com jornais de grande e média circulação e de posicionamentos políticos divergentes (*Ultima Hora*, *O semanário*, *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa*). Para realizar um contraste com esses jornais maiores também pesquisou-se periódicos de pequena circulação, como o *Voz Operária*, *Imprensa Popular* e o jornal alagoano *A Voz do Povo*, todos vinculados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Utilizou-se também os pressupostos metodológicos de Tânia de Luca e José d'Assunção Barros no trato documental. O processo de análise não é apenas da matéria em si, mas da compreensão de que os jornais são feitos por sujeitos históricos possuidores de interesses políticos. Estes, influenciam em como as notícias e imagens são editadas e enquadradas nas páginas dos periódicos, bem como na forma estratégica em que se passa uma informação ou desinformação.

Práticas de violência política, discursos com anseios golpistas, a escalada do conservadorismo e utilização de notícias falsas com objetivo de desestabilizar as instituições democráticas estavam presentes na conjuntura da realização desta dissertação. Ações semelhantes a essas também provocaram tensões durante a Terceira República (1945 - 1964), período no qual o nosso objeto de pesquisa se enquadra. Não se pretende afirmar que a História se repete. Trata-se de tempos históricos distintos, em que cada sociedade está inserida em contextos próprios, marcados por diferentes espaços de experiência e horizontes de expectativa (KOSELLECK, 2006)¹, os quais moldam as particularidades de suas conjunturas. Entre essas diferenças temporais tem-se a criação e atualização de práticas nocivas à democracia.

Tais práticas (violência, discurso golpista, escalada do conservadorismo e utilização de notícias falsas) estão inseridas nas culturas políticas que também se atualizam com o passar dos tempos. Segundo Walter Benjamin (2020, p. 11) em sua VI tese sobre o conceito da História: “articular o passado não significa reconhecê-lo ‘tal como ele foi’. Significa apoderarmo-nos de uma recordação quando ela surge como um clarão num momento de

¹ Os conceitos de Espaço de Experiência e Horizonte de Expectativas, de Reinhart Koselleck, são categorias cruciais para compreender o tempo histórico. O Espaço de Experiência é a presentificação do passado, a dimensão das experiências, lembranças, traumas e legados acumulados que moldam nossa conjuntura e ação no presente. Já o Horizonte de Expectativas é a presentificação do futuro, o conjunto de esperanças, medos, planos e prognósticos que se projetam para o amanhã. A tensão entre essas duas dimensões, o que foi (Experiência) e o que se espera (Expectativa), é a força motriz da história. Fonte: KOSELLECK, Reinhart. Sobre a semântica histórica da experiência. In: Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

perigo”. Por perigo, Walter Benjamin esclarece: são os momentos de conformismo que fazem-nos “transformarmos em instrumentos das classes dominantes”.

Portanto, é crucial rememorar as práticas de violência política e as tentativas de golpe contra Muniz Falcão, governador alinhado aos interesses dos trabalhadores. Além disso, entender o protagonismo destes é uma forma de nos colocarmos alertas para as atualizações dos anseios golpistas de nosso tempo presente. Muitas vezes, esses anseios tentam silenciar a memória dessas disputas: isso é uma estratégia para buscar a conformação da sociedade perante os avanços da desestruturação dos direitos trabalhistas, civis e políticos que as classes trabalhadoras conquistaram durante o século XX.

As abordagens comuns sobre esse governo, muitas fora do campo historiográfico, tendem a rememorar com mais ênfase a sessão que votaria a abertura do processo de *Impeachment* contra Muniz na Assembleia Legislativa. Um episódio que ficou marcado por um tiroteio entre parlamentares. O modelo para entender este evento termina por tratar a tentativa de criação da “Taxa Pró-Economia, Educação e Saúde” como o ponto de partida de uma crescente oposição ao governador. Esses grupos utilizaram ainda como justificativa o assassinato do deputado estadual Marques da Silva para promover a campanha do *impeachment* contra Muniz Falcão, uma liderança política considerada “populista”. Terminam também por analisar a temática apenas como uma crise de nível estadual e desconsideram os interesses políticos a nível nacional que tencionaram as relações de poder alagoanas.

Michel de Certeau, na segunda parte de *A Escrita da História*, intitulada Operação Historiográfica, nos ensina a importância do *desvio* no momento da escrita e análise da documentação com intuito de evitarmos narrativas *apriorísticas*. As narrativas que circulam por meio de suportes físicos (livros, acervos, salas de aula) e digitais (artigos, vídeos, sites entusiastas, respostas geradas por Inteligências Artificiais) sobre um objeto de pesquisa, criam um modelo que engessa boa parte das análises e torna-as deterministas.

Com essa constatação, faz-se necessários os *desvios*. Nessa dissertação, algumas categorias de análise auxiliaram neste ponto. Muniz Falcão era considerado por grupos políticos de oposição uma liderança “populista”, visão essa ainda muito difundida nas memórias contemporâneas. Para Gomes (2001), tal termo tem como um de seus pressupostos considerar a classe trabalhadora ignorante diante das demandas na busca de seus direitos. Disso surgiriam lideranças políticas que através do seu carisma, cooptavam o voto dessa classe através de promessas de melhoria de vida.

Segundo Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira (2001), estudos iniciados a partir da década de 1980 começaram a problematizar a utilização do termo “populismo”. As classes

trabalhadoras tinham consciência política e pode-se considerar como um pacto de reciprocidade as alianças que realizavam com lideranças políticas mais propícias a atender seus interesses. A categoria de análise “Pacto Trabalhista” surge como uma forma de compreensão destas questões. Porém, essa escolha não foi feita de forma aleatória. Em primeiro lugar, investigou-se a documentação disponibilizada para assim poder operar o *desvio* possível. Notou-se indícios do protagonismo político das classes trabalhadoras alagoanas ao construírem e manterem certo “pacto de reciprocidade” com Muniz Falcão.

Outro *desvio* realizado na dissertação foi o deslocamento da crise política em Alagoas do nível estadual para nacional. Ao encontrar indícios dos interesses de diversos grupos políticos de outras localidades, observamos que o estado se tornava um importante espaço nas disputas políticas à nível nacional e até internacional. Consideramos as descobertas de petróleo e minerais radioativos no estado como estratégicos ao capitalismo, sobretudo diante de indícios dos interesses norte-americanos acerca desses recursos, o que torna crível os lobbies de grupos empresariais terem também influenciado a crise política no estado.

Importa destacar que a dissertação não se propõe a definir eventos que ocorreram a nível macro ou micro como deterministas. O que se propõe é um jogo de escalas, de acordo com os pressupostos teóricos de Jacques Revel (1998). Os eventos históricos de nível macro e micro são as tramas que costuram o tecido da história, possuem momentos de tensão em pontos acentuados que terminam por deformar o tecido. Portanto, não se propõe utilizar um fator de hierarquia entre os eventos, mas sim, relacional. “A partir do estudo das relações, das práticas, dos fios, das ligações, que são associados a acontecimentos, é que podemos construir formas de entendimento histórico” (MOTENEGRO, 2018, p. 31).

Ao evocar mais uma vez Certeau (1982), o primeiro ponto que ele abordou na Operação Historiográfica foi sobre o lugar social presente nos percursos do historiador durante a sua pesquisa e escrita. A escolha do objeto desta dissertação, bem como de suas bases teóricas e metodológicas, possuem influências do meio no qual este que vos escreve circulou desde a sua graduação.

Durante o curso de História na Universidade Estadual de Alagoas (Campus Palmeira dos Índios), comecei a participar de um grupo de pesquisa coordenado pelo professor Marcelo Góes Tavares, formado em plena pandemia da COVID-19. Suas reuniões ocorriam de forma remota neste período conturbado da nossa história recente e desse grupo surgiu o Laboratório de História, Memória e Política (LAHMP), do qual ainda faço parte. Pelas atividades vinculadas aos projetos de iniciação científica, comecei a entrar em contato com o objeto de

estudo desta dissertação. Parte da bibliografia e documentação utilizados foram coletados durante esse período.

Ao longo do Mestrado — vinculado à linha de pesquisa Cultura e Memória do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) —, as aulas, o convívio com colegas e as orientações do professor Pablo Porfírio contribuíram significativamente para o aprimoramento do arcabouço teórico e metodológico da pesquisa. Esses elementos foram fundamentais para o desenvolvimento e a escrita desta dissertação, cuja divisão em capítulos apresento a seguir.

O primeiro capítulo inicia com os eventos que ocorreram durante a sexta-feira, 13 de setembro de 1957, fatídico dia da sessão que votaria a abertura do processo de *impeachment* contra Muniz Falcão. Em seguida, analisa-se como a imprensa da capital do país repercutiu esse evento, utilizando-se de estratégias narrativas para atender aos interesses dos grupos políticos que os jornais encontravam-se vinculados. Logo após, é analisada a escalada da crise política em Alagoas no ano de 1957, buscou-se entender como a oposição construiu um cenário de crise para legitimar o afastamento de Muniz Falcão por meio de um recurso legal, o processo de *impeachment*.

O segundo capítulo analisa as relações de reciprocidade entre Muniz Falcão e as classes trabalhadoras alagoanas. Em primeiro lugar é abordada a trajetória de Muniz como Delegado Regional do Trabalho, perpassando por seu mandato como deputado federal por Alagoas (1951 - 1955) para assim chegar à sua campanha e eleição ao cargo de governador. Em seguida é investigado como o seu governo se relacionava com os trabalhadores, bem como busca identificar os rastros de memória que nos possibilita entender o protagonismo político dessa classe nos momentos de reivindicação de direitos. O capítulo encerra com a participação expressiva do movimento popular contra a tentativa de abertura do processo de *impeachment*, o qual eles chamavam de golpe.

O terceiro capítulo versa sobre os eventos que ocorreram após o dia 13 de setembro de 1957. Procurou-se entender como os periódicos da então capital federal acompanharam o desenrolar da votação do *impeachment* no dia 16 de setembro e os desdobramentos legais e políticos do processo aberto e em curso nos meses seguintes.

Ainda nesse último capítulo analisamos a participação de agentes políticos de outras regiões do Brasil na crise alagoana, com destaque para Juracy Magalhães presidente nacional da UDN na época. Também são analisados indícios do envolvimento de parte do capital norte-americano na crise política a partir da descoberta de petróleo e areias monazíticas no estado. Em seguida, narra-se como findou o Governo Muniz Falcão e as contínuas pressões

realizadas pela oposição que se aproveitava da constante violência existente na época capaz gerar novas crises políticas.

Para os gregos antigos, Éris era a personificação da discórdia, desavença e contenda, responsável por gerar intrigas tanto entre deuses quanto entre humanos. Sua artimanha mais conhecida é a do Pomo de Ouro². Em contraponto, Élpis é a personificação da esperança, cuja presença é mais conhecida no conto da Caixa de Pandora³. A utilização dessas duas alegorias no título desta dissertação serve como uma chave explicativa da narrativa: a discórdia (Éris) manteve uma presença constante e crescente que levou à banalização da violência no cenário político alagoano. No entanto, ela é contrabalanceada pelas esperanças (Élpis) de Muniz Falcão e das classes trabalhadoras em avançar nas pautas trabalhistas e nacional-desenvolvimentistas em Alagoas, essas esperanças não eram ociosas, mas sim alicerçadas em ações, protagonismos e reivindicações.

² Por não ter sido convidada ao casamento de Peleu e Tétis, Éris lançou uma maçã dourada (pomo de ouro) com a seguinte inscrição: “à bela da festa”. Esta ação provocou uma briga entre as deusas Afrodite, Hera e Atenas pela posse do objeto. Escolheram Páris para realizar o julgamento e sua escolha deflagrou-se na Guerra de Tróia.

³ Pandora, a primeira mulher, recebeu um jarro lacrado e tinha ordens para não abri-lo, mas a curiosidade foi maior, abriu o jarro e dele saíram todas as mazelas do mundo, restando no fundo do jarro apenas a esperança.

CAPÍTULO 1. SOB O SIGNO DE ÉRIS: DE ANTIGAS CONTENDAS À TRAGÉDIA NO PALÁCIO

Ao sair do Colégio Guido em Maceió no fim da manhã, o adolescente Antônio José, com idade entre 14 e 15 anos, seguiu seu costume. Foi apressadamente para casa para almoçar e tomar um banho e depois se dirigiu à Assembleia Legislativa. Tanto sua casa como o colégio em que estudava ficavam próximos da sede do poder legislativo alagoano, o que o possibilitava chegar por volta das 13h ao recinto. Entrosado com diversos funcionários e deputados, era conhecido como “Menino da Casa”.⁴

Antônio José gostava de ir ao cinema nos fins de semana, mas não tinha condições financeiras para frequentar de forma rotineira. Consequia uns trocados com a realização de favores aos deputados e demais funcionários da Assembleia, comprava alguns produtos em um bar conhecido como “Toca” localizado defronte à Casa Legislativa. Realizava os tais favores com alegria, pois já sabia que ficaria com o troco da mercadoria comprada. Essa era a forma que o menino conseguia juntar algum dinheiro.

Porém, ao se aproximar da Assembleia Legislativa naquela sexta-feira 13 de setembro de 1957, o Menino da Casa viu uma movimentação diferente: tropas militares estavam de prontidão nos arredores. Uma aglomeração de pessoas tomava conta dos arredores da Casa Legislativa e da Praça Dom Pedro II, localizada em frente a Assembleia. Quando adentrou o ambiente ficou perplexo ao observar que a mesa da presidência estava tomada por sacos de areia. Achou aquela cena muito esquisita, mas não pensou muito sobre o assunto já que faltavam poucos dias para poder ir ao cinema novamente e estava ansioso para arrecadar mais algumas moedas e inteirar o valor do ingresso.

Ao caminhar pela Assembleia deparou-se com mais uma cena estranha: deputados estavam a chegar utilizando grandes capas de chuva cobrindo os seus corpos por inteiro em pleno dia de sol. Um deles se aproximou de Antônio José, passou a mão em sua cabeça e falou: “Menino, vá para casa que a coisa aqui não vai ser fácil”.

⁴ Relato de Antônio José encontra-se no documentário Impeachment Setembro, 1957, sexta-feira 13. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BrEaEnMc0r8&ab_channel=TVAssembleiaAL. Acesso em: 20 de abr de 2024.

Figura 1 - Deputado Claudenor Lima chegando à Assembleia Legislativa



Fonte:

<https://www.historiadealagoas.com.br/impeachment-de-muniz-falcao-e-o-tiroteio-na-assembleia-em-1957.html>.
Acesso em: 19 de jun de 2024

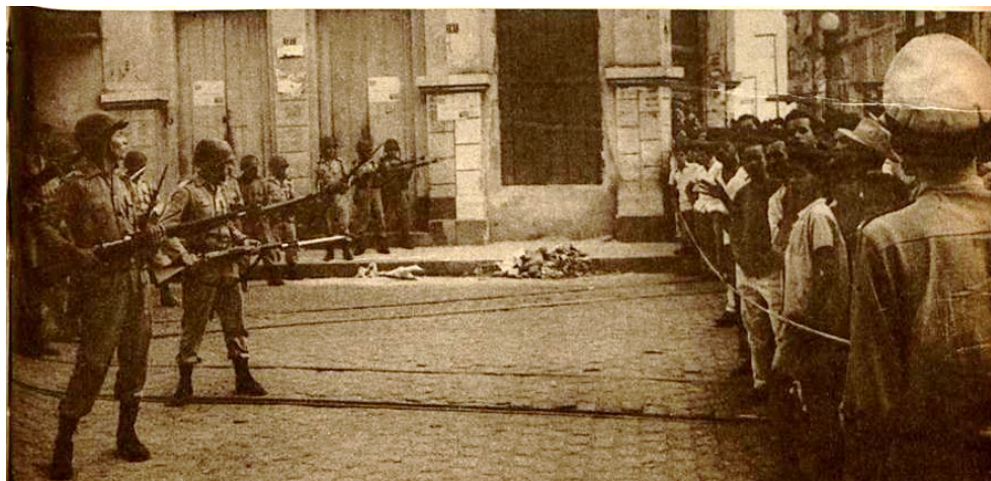
A fotografia acima, registrada por Márcio Moreira Alves para o *Correio da Manhã (RJ)*, mostra o momento da chegada do deputado estadual arapiraquense Claudenor Lima do Partido Social Democrático (PSD) na Assembleia. Percebe-se no fundo do lado direito da fotografia, na esquina do prédio, uma aglomeração de curiosos em saber o que iria ocorrer haja vista o clima de tensão no ambiente. Em um dia bastante ensolarado, como podemos conjecturar a partir da intensidade do contraste cromático das sombras dos indivíduos em relação ao chão iluminado diretamente pela luz solar, o deputado utiliza uma capa de chuva. Talvez muitos dos curiosos que estavam pelas redondezas tenham se questionado o motivo dos deputados estarem com tal vestimenta.

Atrás do deputado Claudenor Lima vinha seu guarda-costas conhecido como Tomaz, atento aos movimentos que ocorriam à esquerda do deputado. A presença de tropas do Exército Brasileiro (EB) e da Polícia Militar (PM) no local portando submetralhadoras reforça o clima de tensão que se intensificava na localidade. Existia um motivo para tamanha tensão e aglomeração: estava marcado para iniciar às 15h deste dia a votação da abertura de um processo de Impeachment contra o governador Muniz Falcão, membro do Partido Social Progressista (IMPEACHMENT... 1957e, p. 1).

Dado o tamanho da crise política que se instaurou em Alagoas, os militares tomaram providências para evitar um escalonamento da tensão. Nas mediações da Assembléia

Legislativa, cordas de isolamento foram postas para conter o acesso de populares para a área à frente do prédio. Tropas do Exército reforçaram o controle.

Figura 2 - Exército Brasileiro (EB) mantendo a população longe da Assembleia 1



Fonte: Revista *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 28 set. 1957, p. 8. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Figura 3 - Exército Brasileiro (EB) mantendo a população longe da Assembleia 2



Fonte: Revista *Manchete*, Rio de Janeiro, 28 set. 1957, p. 22. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

As duas fotografias acima foram capturadas no mesmo local, mas por ângulos diferentes. Ambas mostram a corda de isolamento da esquina da Assembleia Legislativa, sendo a fotografia 2 do lado do isolamento, e a da figura 3, de uma das janelas da Assembleia.

Muitos curiosos estavam presentes para acompanhar o desfecho da sessão, nota-se a presença de alguns adolescentes com faixa etária próxima a de Antônio José. Podemos Conjecturar que a maioria dos presentes era de apoiadores do governo ao levar em consideração os 13.939 votos recebidos por Muniz em Maceió contra 6.727 da oposição na

eleição de 1955 para o governo. A oposição tinha consciência de que o apoio a Muniz na capital era bastante expressivo, os deputados de oposição fizeram um pedido pela mobilização das tropas do 20º Batalhão de Caçadores a fim de garantir a ordem no local e manter os apoiadores do governo afastados dos trabalhos na Assembleia.

De um lado da corda de isolamento estava a classe trabalhadora. Eles observavam a possibilidade de que o voto dado em 1955 fosse simplesmente ignorado para atender aos interesses de uma parcela menor da população. Essa pequena parcela era formada por industriais e latifundiários que, mesmo reduzidos em número, acreditavam ter ao seu lado o poder autoritário das armas de fogo com suas baionetas preparadas para evitar qualquer avanço de quem quisesse interferir no ato que se instaurava.

Essa crença poderia estar equivocada. A chegada de deputados armados já sinalizava um possível confronto. Jornais dos dias anteriores alertavam sobre a escalada da tensão. Por isso, é plausível considerar que os militares estariam mais preocupados com a segurança da população do que com a dos deputados. Afinal, nada foi feito para impedir que os parlamentares entrassem armados na Assembleia Legislativa. Em tese, a função dos militares seria garantir a segurança dos deputados da oposição. No entanto, na prática, eles pareciam focar em manter a população segura dos parlamentares afoitos.

O governador se reuniu horas antes com os deputados situacionistas no palácio do governo para pedir que não fossem participar daquela sessão. A aprovação da abertura do processo de *impeachment* era considerada como certa, já que a oposição tinha maioria. Além disso, Muniz queria evitar uma tragédia, pois os ânimos estavam exaltados tanto na oposição como na situação (TENÓRIO, 2007, p. 51).

A reunião de Muniz com os deputados governistas foi interrompida por uma informação recém-chegada da Assembleia Legislativa: os parlamentares da oposição estariam todos armados no interior do Palácio, o que deixou os aliados de Muniz ainda mais coléricos e ansiosos por um possível conflito armado.⁵ Os governistas acabaram por recusar o pedido do governador. O discurso agora era que o caso se tornara uma disputa em defesa da honra de cada um deles. Pegaram suas armas e partiram em direção ao Palácio Tavares de Bastos, nome pelo qual era conhecido a Assembléia Legislativa de Alagoas (TENÓRIO, 2007, p. 51).

Os deputados de oposição, eram 22 de um total de 35, realizaram uma reunião na sala da presidência. Alguns ainda foram inspecionar “mais uma vez as trincheiras de sacos de areia que protegia a Mesa Diretora” (TENÓRIO, 2007, p. 51). Os primeiros deputados governistas

⁵ Informação contida no documentário *Impeachment* Setembro, 1957, sexta-feira 13.

começaram a chegar e ocupar os seus lugares, as diversas conversas paralelas que ocorriam dentro do recinto foram interrompidas pelo grito de um repórter: “Lá vêm eles”, se referindo à chegada dos deputados governistas Claudenor Lima, Luiz Malta, Abraão Moura e Humberto Mendes, este, sogro do governador. Com a presença de todos os deputados na Assembleia o nervosismo começou a tomar conta do local e antes da abertura dos trabalhos um intenso tiroteio tomou conta da sede do poder legislativo alagoano (TENÓRIO, 2007, p. 51).

Com o início dos disparos a população presente nos arredores da Assembleia começou a debandar em pânico. A confusão tomou conta do prédio e da praça Dom Pedro II. O Palácio Tavares de Bastos tornou-se palco de um conflito armado que durou cerca de quarenta minutos e resultou em mais de mil tiros disparados (TENÓRIO, 2007, p. 51).

Figura 4 - Deputados Freitas Cavalcante e Carlos Gomes entrincheirados durante o tiroteio

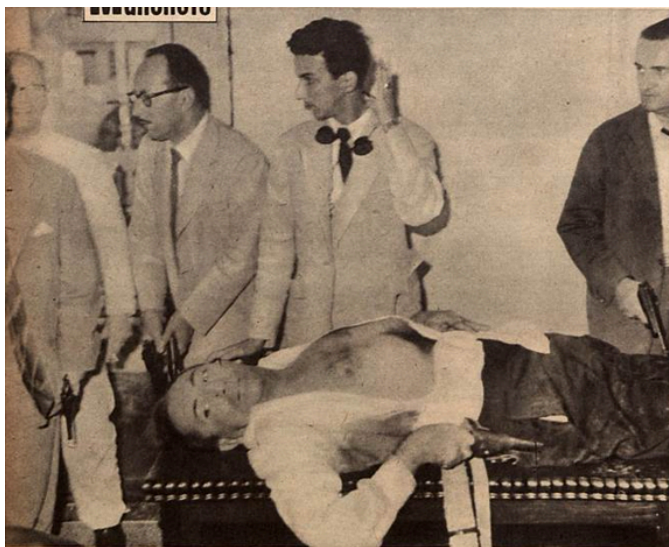


Fonte: documentário Impeachment Setembro, 1957, sexta feira 13

O fatídico episódio de violência teve diversos registros fotográficos. A figura 4 nos mostra os deputados Freitas Cavalcanti, à esquerda, e Carlos Gomes, à direita, entrincheirados entre os sacos de areia na extrema esquerda e as cadeiras da Assembleia. O deputado Cavalcanti permanece atento com a arma engatilhada pronto para revidar algum ataque do adversário, enquanto Gomes aparenta se encontrar em um estado de alerta diante das cenas que estava testemunhando e também permanece com a arma em mãos. Sabe-se que ele foi alvejado na carótida, só não podemos afirmar se no momento desta fotografia ele já estava ferido. Podemos perceber que os dois deputados estavam com cigarros nas mãos, e um deles até dá uma tragada. A naturalização da violência era tamanha que, mesmo em meio ao caos, detiveram-se no gesto cotidiano de acender um cigarro. O “fumar”, longe de ser algo que

poderia aliviar a tensão do conflito, torna o confronto ainda mais banal entre os indivíduos envolvidos.

Figura 5 - Deputado Antonio Malta ferido aguardando socorro



Fonte: Revista *Manchete*, Rio de Janeiro, 21 set. 1957, p. 18. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Noutra cena (figura 5), o deputado Antônio Malta, da UDN, estava deitado sob um birô. Sua camisa está aberta e a própria posição sugere que foi ferido. Ainda assim, de olhos bem abertos, empunhava sua arma. Seu olhar direcionava-se para o lado oposto ao dos outros homens próximos ao local onde estava deitado, como se estivesse atento a algo que poderia ocorrer e não era percebido pelos demais. Entre os homens que realizavam a proteção de Antônio Malta, enquanto aguardavam o socorro, estão os deputados Herman de Almeida, Mário Gomes de Barros e Manuel Borges.

Após o cessar dos disparos a polícia e os militares do 20º Batalhão de Caçadores adentraram à Assembleia e começaram a evacuar o local. Gemidos eram ouvidos de diversas partes. Os deputados opositores haviam pedido garantia de segurança para votar o processo de *impeachment*, tropas do 20º Batalhão de Caçadores ficaram estacionadas em um prédio em frente à Assembleia Legislativa durante algumas semanas (GARANTIDO... 1957d, p. 3). Eles não confiavam nas forças de segurança do estado, pois estas estavam sob o comando do governador que tentavam depor.

Figura 6 – Deputados Freitas Cavalcante, Carlos Gomes e o senador Juracy Magalhães após o tiroteio



Fonte: Revista *Maquis*, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de setembro, p. 14. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A presença do senador Juracy Magalhães causou estranheza nas alas governistas (A PARTICIPAÇÃO... 1957h, p. 6). Segundo o jornal *Ultima Hora (RJ)*⁶, edição do dia 18 de setembro de 1957, Juracy estava em articulação com os deputados oposicionistas para definir os trâmites do processo de votação da abertura do *impeachment* na sala da presidência antes da chegada da ala governista (A QUESTÃO... 1957i, p. 1).

Conta-se que Juracy Magalhães, ao ser surpreendido dentro da Assembleia pelo fogo cruzado dos tiros de metralhadoras e pistolas que cortavam o plenário, se teria protegido no deputado Teotônio Vilela, seu colega de partido, e gritado:

- Deputado, estão abertos os trabalhos!

De arma em punho, o senador, um exímio atirador, por sua condição de militar, só parou de disparar quando se ouviam apenas os gemidos dos feridos, que se contorciam no chão pedindo socorro. (OLIVEIRA, 2010, p. 65).

O senador Juracy, longe de tomar posição de neutralidade no confronto, participou ativamente. É crível que também tenha disparado balas. Na figura 6 podemos ver revólver em suas mãos enquanto conversava com o deputado Carlos Gomes que encontrava-se deitado e

⁶ Jornal fundado em 1951 por Samuel Wainer. Tinha como um de seus objetivos se opor à imprensa anti-varguista, tendo uma prática de jornalismo que apoiava Getúlio, alinhado à cultura política do trabalhismo e nacional desenvolvimentismo. Fonte: LEAL, Carlos Eduardo. *Ultima Hora*. In: CPDOC FGV. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/6400>. Acesso em: 15 jul 2025.

acuado enquanto protegia-se de possíveis novos disparos. Nesse momento o deputado já havia sido alvejado na região de sua carótida. A imagem do senador, mesmo armado e exposto em sua posição desprotegida, insinua que ele não seria um alvo prioritário. No entanto, o fato de estar ali justamente para articular com a ala oposicionista introduz uma pergunta: sua presença naquela conjuntura, por si só, pode tê-lo transformado em um alvo que sua postura desafiadora parecia descartar.

Ambulâncias convergiram para os arredores da Assembleia, enquanto equipes de saúde adentravam o prédio em uma corrida contra o tempo para prestar socorro. O saldo da crise foi contado em corpos feridos: seis deputados e um jornalista.

Figura 7 - Enfermeiros carregando o corpo do deputado Humberto Mendes



Fonte: Revista *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 28 set. 1957, p. 7. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Entre os envolvidos nesse episódio, o sogro de Muniz Falcão, o deputado Humberto Mendes, foi atingido mortalmente. Seu corpo foi carregado por enfermeiros, sem sequer ter sido utilizado uma maca para retirá-lo da Assembléia. Desfalecido, sua cabeça e braço pendurados contrastam com a frieza dos enfermeiros ao carregá-lo. Uma frieza de alguém que, banalmente, cumpria apenas o papel de socorro ou remoção de um corpo sem vida. Segundo o jornalista Jorge Oliveira:

Humberto Mendes não pediu a proteção de ninguém. Queria ver o circo pegar fogo. tinha as costas quentes - era sogro do governador. Passou em uma funerária e pediu ao dono que reservasse 22 caixões, encomenda macabra que demonstrava a disposição do deputado para a luta. (OLIVEIRA, 2010, p. 26).

Um contraste observado com o episódio sinistro a desenrolar-se pode ser visto ao fundo da figura 7 num quadro pendurado na parede. Uma famosa frase constitucional encontra-se escrita: “Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido”.⁷ O interesse do povo foi suprimido em detrimento dos interesses pessoais dos deputados que, segundo os próprios, decidiram agir “em nome da honra”.

E o “Menino da Casa”, Antônio José, mesmo com o aviso de um dos deputados pedindo que ele voltasse para casa, continuou ali pelos arredores da Assembleia. Filmes de faroeste eram bem populares nos cinemas da década de 1950 no Brasil; Antônio José pode ter assistido muito desses filmes e, como qualquer criança, ter se imaginado protagonista de combates épicos pelos interiores norte-americanos retratados nas películas. Parte da fantasia se tornou realidade, e após o fim do tiroteio, ele saiu correndo para casa. Ao chegar lá, suas pernas começaram a tremer.⁸ Nesse momento o menino pode ter passado por um choque de realidade, ao perceber os nítidos contrastes entre um perturbador conflito armado no mundo real e os fantásticos tiroteios mostrados nas renomadas obras cinematográficas.

Há meses a crise política que se instaurou em Alagoas estava tendo repercussão em diversos veículos da imprensa nacional e ocupava parte dos debates realizados tanto na Câmara dos Deputados como no Senado.⁹ Os olhos de todos os lugares do Brasil estavam atentos em acompanhar o desfecho da votação da abertura do processo de *impeachment* contra o governador Muniz Falcão.

1.1 Chumbo trocado também nos jornais

No sábado, dia 14 de setembro, diversos jornais pelo Brasil destacaram em suas capas o trágico episódio ocorrido em Alagoas. Ainda no calor das tensões e no meio de diversas versões sobre o que ocorrera de fato dentro da Assembleia Legislativa, os veículos de imprensa já foram noticiando não só o ocorrido, mas também começaram a nomear os possíveis culpados pela tragédia. Sabemos o quanto os jornais possuem um posicionamento

⁷ A identificação da frase na placa foi feita na revista *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 28 out. 1957. p. 16.

⁸ Relato de Antônio José encontra-se no documentário *Impeachment Setembro, 1957*, sexta-feira 13. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BrEaEnMc0r8&ab_channel=TVAssembleiaAL. Acesso em: 20 de abr de 2024.

⁹ Tal fato foi observado durante o levantamento documental de jornais para esta dissertação na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, jornais de diversos estados do Brasil, e principalmente do Distrito Federal, Rio de Janeiro, que acompanhavam a crise instaurada em Alagoas desde o início do mês de fevereiro de 1957.

político e as narrativas encontradas nesses veículos possuem uma tendência a se encontrar alinhadas à agenda política do corpo editorial e de seus proprietários.¹⁰

Esses veículos de imprensa nos auxiliam na compreensão dos discursos, práticas, disseminação e atritos existentes entre diferentes culturas políticas que, segundo Rodrigo Patto Sá Motta, são compostas por um

Conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (MOTTA, 2009, p. 21).

Culturas políticas não se relacionam apenas a partidos políticos, elas são expressas nos diversos grupos sociais (família, emprego, religião, círculo de amigos, etc). Os espaços de experiência e os horizontes de expectativa (KOSELLECK, 2006) de um determinado indivíduo o aproximam de outros com ideais semelhantes, disso emerge uma cultura política. Segundo Serge Bernstein (2009), a cultura política pode ser entendida como “um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político” (BERSTEIN, 2009, p. 31). Por exemplo, boa parte dos trabalhadores de certa fábrica pode compartilhar o mesmo ideal: o de buscar melhores condições salariais. Desse interesse comum surge uma cultura política a qual defende os direitos desses trabalhadores (trabalhistas, comunistas, anarquistas, etc.). Os jornais formam alguns dos fios que se entrelaçam nessas complexas redes.

O jornalista ferido durante o tiroteio na Assembleia, Márcio Moreira Alves, era correspondente do *Correio da Manhã (RJ)*.¹¹ A edição do dia 14 de setembro de 1957 trouxe em destaque os eventos ocorridos em Maceió na sua primeira página. Essa foi uma ação não muito costumeira por parte do jornal, pois tinha como prática cotidiana dedicar a última página do primeiro caderno às principais notícias do meio político nacional, enquanto a primeira página era destinada às notícias internacionais.

¹⁰ Segundo Tânia de Luca, os discursos presentes nas páginas jornalísticas adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir. Referência: LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). Fonte históricas. São Paulo: Contexto, 2011, p. 140.

¹¹ Jornal carioca criado por Edmundo Bittencourt em 15 de junho de 1901. Durante a Terceira República, o jornal manteve uma posição política alinhada ao liberalismo e conservadorismo. Fazia uma oposição ao getulismo e ao trabalhismo, muitas vezes coadunando com as narrativas udenistas.

Fonte: LEAL, Carlos Eduardo. Correio da Manhã. In: CPDOC FGV. Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIO%20DA%20MANHA%C3%83.pdf>

Figura 8 - Recorte da primeira página do *Correio da Manhã* (RJ)



Fonte: Jornal *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 set. 1957, p. 1. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

No subtítulo da matéria, o jornal destaca que os iniciadores dos disparos dentro da Assembleia em Alagoas foram os deputados governistas. O depoimento do jornalista ferido fortalece esta narrativa. Segundo Marcio Alves: “Às 15,10 horas, deputados situacionistas, liderados pelo deputado Claudenor Lima, subiram a escadaria vestidos de capas, sob as quais portavam metralhadoras”, ao entrarem no recinto, nenhuma palavra foi dita, “os deputados situacionistas abriram fogo imediatamente a esmo” (DISSOLVIDA... 1957w, p. 1).

O jornal *Correio da Manhã* (RJ) possuía um corpo editorial mais alinhado aos interesses dos grupos empresariais e conservadores, um dos indícios para reforçar esta questão se encontra na mesma matéria do jornal. O jornalista destacado pelo veículo de imprensa viajou na véspera da votação do *impeachment*, acompanhando Juracy Magalhães, que era o então senador da UDN pela Bahia e líder nacional do partido. Marcio Alves acompanhou de perto reuniões feitas tanto na casa do deputado estadual Mário Guimarães, líder da UDN em Alagoas, quanto na sala da presidência da Assembleia Legislativa momentos antes do início do tiroteio.

Já o jornal *Última Hora* (RJ), mais alinhado ao trabalhismo, expôs outras narrativas sobre os eventos ocorridos em Alagoas. O subtítulo de uma das principais matérias, na edição do dia 14 de setembro de 1957, em sua capa explana o seguinte: “Omissão do Governo Federal e o ódio da UDN: Eis os grandes responsáveis!” Por meio da matéria, o jornal destaca que o “desencontro de informações, a falta de notícias seguras e o calor dos acontecimentos tão próximos não permitem ainda que se possa apontar os responsáveis pela tragédia” (MONSTRUOSA... 1957f, p. 1).

Porém, já no parágrafo seguinte, o jornal atribui um nível de responsabilidade ao Governo Federal por ter negligenciado os diversos avisos que recebera da situação política de Alagoas nos últimos meses. Na sequência do mesmo texto, o jornal também responsabiliza a UDN pelos eventos ocorridos em Alagoas, “cegos pelo ódio e pela ambição de poder,

coube-lhes a tarefa de estimular as divergências de excitar os ânimos, de agravar a crise”(MONSTRUOSA... 1957f, p. 1).

Mesmo os jornais assumindo a falta de informações concretas sobre o ocorrido na Assembleia Legislativa de Alagoas, eles já buscavam informar os nomes dos possíveis responsáveis pela violência. Enquanto que para o *Última Hora (RJ)* os udenistas seriam os principais responsáveis; para o *Correio da Manhã (RJ)*, a responsabilidade estava nas mãos dos aliados do governador Muniz Falcão. Percebe-se então que mesmo com as informações ainda desconhecidas, os veículos de imprensa construíram narrativas de forma a se aproveitar da situação em Alagoas a fim de atender aos seus interesses políticos.

Figura 9 - Recorte da capa do *Última Hora (RJ)*



Fonte: Jornal *Última Hora*, Rio de Janeiro, 14 set. 1957. P. 1. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A capa do *Última Hora* expõe imagens de alguns personagens envolvidos na trama alagoana. O primeiro da direita é o governador de Alagoas Muniz Falcão. O jornal destaca na legenda que ele foi “eleito governador contra o domínio udenista em Alagoas, tem sido desde o primeiro dia de seu governo, hostilizado por todos os lados e de todas as maneiras” (CRIME... 1957f, p. 1). A próxima imagem é a do deputado Humberto Mendes, sogro de Muniz, morto durante o confronto armado. A imagem da esquerda é do repórter ferido do *Correio da Manhã (RJ)*, Marcio Moreira Alves.

Ao lado da imagem do repórter, temos o Arnon de Mello, político udenista de Alagoas que foi governador do estado antes de Muniz (1951-1956). Na legenda da imagem o jornal destaca o seguinte:

Arnon de Mello, que conquistou o Govêrno de Alagoas na base de uma luta contra o cangaceirismo político e a opressão, foi apeado do poder pelo povo alagoano, por se

haver servido dos mesmos métodos que combatera. Figura de proa da UDN, é o grande articulador da campanha de ódio movida contra o Governador Muniz Falcão, o homem que orienta e dá cobertura federal e assistência financeira aos seus correligionários alagoanos. Arnon de Mello é um dos responsáveis pela tragédia de ontem. (CRIME... 1957f, p. 1).

O jornal faz questão de tachar Arnon de Mello como um dos principais responsáveis pela crise política em Alagoas. Nas eleições de 1956 para o governo de Alagoas o seu candidato, Afrânio Lages, perdeu para Muniz Falcão. Segundo Marcelo Góes Tavares (2016, p. 199) o governo de Arnon de Mello em Alagoas (1951 - 1956) foi marcado por uma continuação da desqualificação e violência contra o protagonismo político dos trabalhadores e sindicatos. Algumas dessas práticas era o empastelamento do jornal comunista *A Voz do Povo* e a violência policial contra sindicalistas e comunistas que tentavam realizar algum tipo de manifestação para denunciar as condições de vida precárias do trabalhador, sobretudo nas vilas operárias. Além disso, a prática golpista presente no udenismo encontra-se marcada em diversos momentos da Terceira República. Segundo Anderson Moura (2012), os udenistas alagoanos não seriam exceção. Para ele, a UDN alagoana era um

[...] partido das elites, dos bacharéis, com a presença de alguns jornalistas e parte das Forças Armadas. A disposição verborrágica contra os trabalhadores e contra seus opositores trabalhistas e comunistas, as tentativas golpistas e conspirações em Alagoas chegaram a alcançar níveis iguais aos do resto do país. Mas a UDN alagoana era principalmente o partido das elites agrárias, ligadas ao açúcar e descendentes dos senhores de engenho, com os bacharéis e jornalistas filiados ao partido forjando uma faceta liberal e moderna dentro desta UDN fortemente agrária e conservadora. (MOURA, 2012, p. 41).

Podemos comparar as fotografias de Arnon de Mello e Muniz Falcão escolhidas pela equipe editorial, enquanto a de Arnon traz as características que já narramos acima, ela também enquadra apenas o rosto do personagem, levando a crer que se trata do recorte de uma fotografia maior, com mais indivíduos, que por acaso, Arnon foi representado na foto em uma posição não muito favorável. Por outro lado, a fotografia de Muniz Falcão expõe mais o seu corpo, apresentando-o bem vestido, com uma expressão de seriedade como se estivesse preocupado. Mesmo o jornal assumindo a parcela de culpa do Muniz em relação aos eventos da sexta-feira 13, a imagem de vítima se destaca no governador, sendo reforçada pela dedicação que o jornal faz para atacar os grupos udenistas como culpados pelo tiroteio.

Ainda na capa do jornal, tem-se um informe sobre o deputado estadual Oséas Cardoso (PTN), “apontado como autor do disparo que matou o deputado Humberto Mendes. Acusado da autoria de vários outros crimes, o homem de confiança do Sr. Arnon de Melo é o

representante típico da política de banditismo que se processa na terra dos marechais” (OZÉAS... 1957f, p. 1). A oitava página da mesma edição continua narrando o ocorrido em Alagoas, onde o jornal expõe no centro da página uma imagem de Oséas Cardoso e afirma o seguinte sobre o deputado: “símbolo da política do cangaceirismo político dominante em Alagoas. Êle próprio é apontado como autor de vários assassinatos” (ATEARAM... 1957f, p. 8).

Deputado estadual de Alagoas pelo PTN, Oséas Cardoso estava filiado a um partido que, à época, funcionava como linha auxiliar da UDN e cuja cultura política se aproximava do udenismo (TENÓRIO, 2007, p. 120). Enquanto isso, conforme as informações de que Oséas Cardoso poderia ser o responsável pela morte de Humberto Mendes começaram a se espalhar, o *Ultima Hora (RJ)* tratou logo de associar a imagem do deputado udenista com o banditismo existente em Alagoas.

O jornal dedica ainda na mesma página um amplo espaço à narrativa do seu repórter Pery Augusto. Ele foi enviado para Alagoas em fevereiro de 1957 após o assassinato do deputado estadual Marques da Silva (UDN), ocorrido na cidade de Arapiraca no início deste mês. O repórter passou alguns dias pelo interior de Alagoas colhendo informações sobre a situação do estado, segundo ele, a crise política instaurada teve seu estopim a partir do assassinato do deputado Marques da Silva. Porém, Pery afirma que pelo interior do estado existiam diversas rixas políticas entre várias famílias, principalmente de latifundiários, disputando o poder político em variados municípios. Para Pery Augusto, o ocorrido no dia 13 de setembro era mais um evento resultante dessas brigas particulares pelo poder (DEPOIMENTO... 1957f, p. 8).

O jornal *Tribuna da Imprensa (RJ)*, fundado por Carlos Lacerda, político udenista, era alinhado a uma agenda política que utilizava-se de uma propaganda anticomunista com o intuito de tentar desestabilizar as instituições democráticas durante vários momentos da Terceira República. Segundo Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira (2018),

O udenismo é a maneira como determinado grupo político conservador no Brasil se apropriou do liberalismo. Entre algumas de suas características estão: a restrição à participação popular na política; o elitismo; o antigetulismo; o liberalismo econômico; o anti estatismo; o moralismo; o bacharelismo e o anticomunismo. Seus líderes, por exemplo, explicavam as derrotas eleitorais do partido pela incapacidade e ignorância do povo para a prática político-eleitoral. (GOMES; FERREIRA, 2018, p. 260).

Figura 10 - Capa da *Tribuna da Imprensa* (RJ)

Fonte: jornal *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 14 set. 1957, p. 1. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A *Tribuna da Imprensa* (RJ) dedicou toda a sua capa ao tiroteio ocorrido em Alagoas, utilizando-se de uma narrativa que buscava acentuar a responsabilidade do governador Muniz Falcão e seu grupo governista. Em destaque, no topo da capa, temos a frase “Muniz Falcão prepara nova chacina para hoje” e logo abaixo, ocupando uma parte considerável, o jornal destaca a exigência de uma intervenção federal em Alagoas.

No lado esquerdo, temos alguns comentários de Carlos Lacerda sobre os eventos ocorridos em Alagoas, com o título “Dia certo para matar”. Ele sustenta a narrativa de que toda a nação sabia que o governo de Muniz estaria preparando novos crimes para serem praticados. A partir disso, Lacerda realiza críticas ao presidente Juscelino Kubitschek e ao ministro da guerra General Lott, tentando culpá-los pela situação em que se encontrava Alagoas, pois segundo Lacerda, por diversas vezes eles teriam sido comunicados a tomar alguma providência acerca da crise instaurada no estado e que agora, depois do tiroteio, o governo federal não teria outra escolha a não ser intervir (DIA... 1957f, p. 1).

No lado direito da capa, o jornal traz uma matéria sobre as ações do senador Juracy Magalhães (UDN), que pedia uma medida imediata do Governo JK: a intervenção federal em Alagoas. Esse tipo de pedido já era feito pelos udenistas há meses, mas ganhava um novo pretexto para ser reiterado. O objetivo era destituir um governador cuja posição ideológica contrariava os interesses do grupo no estado.¹² Segundo o historiador Douglas Apratto Tenório (2007),

A UDN sempre exigiu a intervenção, fez dela uma verdadeira cruzada país afora, usou-a para atingir o governo federal. A existência daquela zona conflagrada em Alagoas interessava-lhe para atingir JK como conivente e responsável pelo clima de violência e agitação no país. (TENÓRIO, 2007, p. 56).

Abaixo dos comentários de Lacerda, tem-se uma matéria falando sobre a utilização de metralhadoras e jipes do governo estadual pelos governistas que se direcionaram à Assembleia Legislativa. A matéria constrói uma narrativa como se estivesse falando de uma verdadeira gangue que estava pronta para matar os opositores, tendo à sua disposição, segundo a *Tribuna da Imprensa (RJ)*, armamento e veículos do governo estabelecendo assim um envolvimento do governador Muniz Falcão no acontecimento.

Figura 11 – Recorte da matéria “Muniz prepara nova chacina”



Fonte: jornal *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 14 set. 1957, p. 1. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

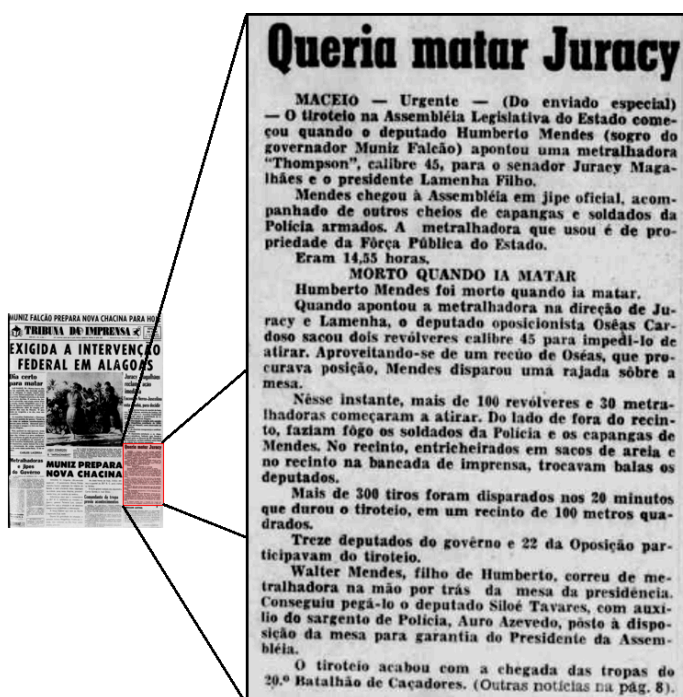
¹² Esta questão será analisada no próximo tópico.

À direita da notícia sobre a utilização de jipes e metralhadoras, tem-se uma matéria com um enorme título reproduzindo a narrativa existente no topo da capa do jornal: “Muniz prepara nova chacina”, em uma fonte diferente da utilizada nas outras matérias e com um espaçamento maior. O jornal alardeia que “O governador Muniz Falcão mandou buscar capangas no interior do Estado e está aliciando mais capangas na cidade, para nova chacina, provavelmente hoje” (MUNIZ... 1957f. p. 1).

É interessante observar o uso da palavra chacina em vários momentos pelo jornal para tratar do tiroteio na Assembleia Legislativa, afinal, sabemos que tal palavra designa um ato de assassinato em massa, mas, em Alagoas os resultados do conflito armado foram “apenas” 7 feridos e um deputado morto, que inclusive era da base governista a quem a UDN fazia oposição. Ao utilizar tal termo o jornal espalhava o medo diante do acontecimento e impulsionava a campanha pela intervenção federal no estado de Alagoas.

Sobre a morte do deputado Humberto Mendes, o jornal trata em uma matéria ao lado direito da capa intitulada: “Quería matar Juracy”. A matéria alega que Humberto Mendes seria o responsável por iniciar o tiroteio dentro da Assembleia, pois teria chegado ao local acompanhado de vários jipes com diversos capangas e policiais todos armados (QUERIA... 1957f. p. 1).

Figura 12 - Recorte da matéria “Quería matar Juracy”



Fonte: jornal *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 14 set. 1957, p. 1. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O jornal narra detalhadamente como Oséas Cardoso (PTN) teria impedido Humberto de matar o Senador Juracy Magalhães (UDN), o deputado Lamenha Filho e outros membros da casa. Segundo a matéria, o deputado Humberto Mendes sacou uma metralhadora que estava escondida sob a capa de chuva. Contudo, o deputado Oséas Cardoso (PTN) percebeu o momento no qual Humberto mirava no Senador Juracy Magalhães e no deputado Lamenha Filho (UDN). Então, Oséas sacou seus dois revólveres e atirou contra Humberto, forçando-o a recuar e dando tempo para que o Senador Juracy e os deputados se escondessem do conflito que estava se iniciando.

O jornal construiu uma imagem heróica sobre Oséas Cardoso bem como uma justificativa para a morte de Humberto Mendes com o objetivo de diminuir a comoção a respeito da única vítima fatal do tiroteio. Na mesma matéria o jornal ainda tenta potencializar a culpa do Governo Muniz Falcão ao relatar que a polícia teria chegado junto dos governistas e atirado em direção ao interior da Assembleia junto com os capangas dos deputados situacionistas, entretanto, a polícia já estava presente no local antes da chegada dos deputados governistas.

Enquanto outros veículos da imprensa, como o *Última Hora (RJ)*, ainda não tinham certeza sobre os fatos, devido às informações desencontradas, a *Tribuna da Imprensa (RJ)* na quarta página da edição em análise alegava possuir "a verdadeira versão dos acontecimentos de ontem à tarde, os quais terminaram com a morte de um deputado" (CHACINA...1957f. p. 4). O texto relata a chegada do deputado Humberto Mendes acompanhado de outros parlamentares e cinco capangas armados, que invadiram o gabinete do presidente da Assembleia, deputado Lamenha Filho, onde se encontravam diversos deputados estaduais e federais, além dos senadores Juracy Magalhães e Freitas Cavalcante. Após essa invasão o tiroteio começou. Aqui temos um choque de informações na mesma edição do jornal, pois na capa ele narra que o tiroteio teve início na tribuna da Assembleia com Humberto atirando em direção à mesa diretora.

Outro choque de informações se dá na própria página 4. O jornal fala que Humberto Mendes teria iniciado os disparos, ao lado desta matéria tem-se uma fotografia do deputado Claudenor Lima cuja legenda diz que ele "mandou matar Marques da Silva e disparou o primeiro tiro, ontem, na assembléia". Essas informações antagônicas passam longe de serem meros erros ou equívocos por parte do grupo editorial do jornal; ele estava cumprindo seu

papel de inflar mais ainda a crise que estava instaurada em Alagoas e gerar instabilidade das instituições democráticas tanto a nível estadual como federal.

É interessante observar que os deputados Humberto Mendes e Claudenor Lima foram escolhidos pelo jornal para serem tachados como responsáveis pelo início dos disparos, seria uma forma de transferir a culpa pela tragédia presenciada. No caso do Humberto, por ser sogro de Muniz Falcão e ter sido morto no tiroteio, e de Claudenor Lima, por ser considerado pelo jornal como responsável intelectual do assassinato de Marques da Silva, ocorrido no início do mês de fevereiro de 1957.

Figura 13 - Viúva e filho de Marques da Silva visitando o seu túmulo



Fonte: Revista *Manchete*, Rio de Janeiro, 02 mar. 1957, p. 31. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

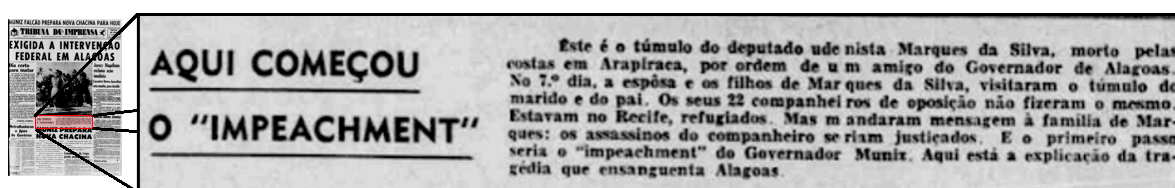
Voltando à análise da primeira página do jornal podemos observar a única imagem existente na capa que se encontra rodeada pelas notícias sobre a tragédia ocorrida em Maceió. A figura acima é outra versão da mesma imagem exposta na capa do jornal, mas em melhor resolução. Trata-se de uma fotografia do túmulo do deputado Marques da Silva sendo visitado por sua esposa e filhos no sétimo dia após seu falecimento.

Em um dia ensolarado, com quase nenhuma nuvem no céu, ao fundo vê-se uma fileira de palmeiras a enfeitar talvez a rua principal do cemitério. Não é possível ver a lápide de Marques da Silva devido à tamanha quantidade de coroas de flores acumuladas ao seu redor. A esposa de Marques encontra-se ajoelhada diante do jazigo, com a cabeça abaixada e poderia

estar em um momento de meditação espiritual, talvez pedindo pela salvação da alma do falecido marido e forças para suportar sua partida, ao mesmo tempo em que busca se consolar abraçada ao filho. O menino, aparentando não entender a situação devido à pouca idade, olha curiosamente em direção ao fotógrafo enquanto boceja.

Segundo Susan Sontag (2003, p. 28), o significado de uma fotografia e a reação do espectador “depende de como a imagem é identificada ou erroneamente identificada; ou seja, depende das palavras” que acompanham a imagem. A imagem por si só não narra, precisa-se de um texto que guie o espectador ao efeito específico que os editores almejam obter com a utilização da imagem. No caso analisado, temos uma imagem de luto, causadora de emoções aflitivas. Seguindo ainda as reflexões de Sontag, as “fotos aflitivas não perdem necessariamente seu poder de chocar. Mas não ajudam grande coisa, se o propósito é compreender. Narrativas podem nos levar a compreender” (SONTAG, 2003, p. 56).

Figura 14 - Recorte da legenda da fotografia na capa do *Tribuna da Imprensa (RJ)*



Fonte: jornal *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 14 set. 1957, p. 1. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Diante as diversas matérias sobre a violência presenciada em Alagoas, com tendências a criar uma imagem criminosa do governador Muniz Falcão, o jornal utiliza-se do sofrimento da família do deputado falecido na fotografia e ressignifica o luto para auxiliar narrativas que atendem aos interesses udenistas. Ao lado esquerdo da legenda da imagem, tem-se a seguinte frase: “aqui começou o impeachment”. De forma curta e direta o jornal relaciona toda a crise e violência presenciada na Assembleia Legislativa alagoana ao assassinato do Deputado Marques da Silva, buscando elevar os sentimentos de justiça para com o deputado falecido, pois a narrativa defendida pelo *Tribuna da Imprensa (RJ)* durante meses era a de que Alagoas estava entregue à violência e o governo de Muniz teria responsabilidade pela morte de Marques da Silva. Os udenistas utilizavam um discurso de paladinos da paz e justiça como estratégia de retornar ao controle administrativo do estado, perdido nas eleições de 1955.

1.2 “Uma morte torna-se uma tragédia, várias mortes tornam-se estatísticas”

Arapiraca, 7 de fevereiro de 1957. Ao anoitecer de uma quinta-feira o deputado estadual Marques da Silva conversava com amigos em sua residência quando foi interrompido alguém que trazia uma informação: Dona Nair Fernandes, sua paciente gestante, passava mal e solicitava a presença do médico. Marques da Silva era formado em medicina e exercia a profissão mesmo como deputado estadual.¹³

Os amigos do deputado o aconselharam a não ir, pois já estava escuro e eles temiam por sua vida. Em 1956, o vereador de Arapiraca, Benício Alves (UDN), aliado partidário de Marques, havia sido morto. Além disso, várias outras mortes já tinham ocorrido no estado de Alagoas nos últimos anos devido a disputas políticas. As rixas políticas em Arapiraca estavam se exacerbando novamente. Marques da Silva já temia por sua vida; em dezembro de 1956, ele chegou a enviar uma carta ao presidente nacional da UDN, Milton Campos, relatando suas preocupações com as ameaças sofridas.

Os conselhos dos amigos foram seguidos por Marques da Silva. Ele prescreveu uma receita com medicamentos para Dona Nair. Pouco tempo depois, novas informações chegaram à sua casa: Dona Nair estava perdendo muito sangue devido a um aborto espontâneo, diante disso Marques da Silva decidiu ir à residência da paciente. O atendimento a Dona Nair durou cerca de 30 minutos. Em seguida, o médico conversou com um primo dela na porta da casa e relatou o estado grave da paciente, informou que enviaria algumas injeções. Marques da Silva se retirou da residência com os amigos que o acompanhavam.

Após alguns minutos de caminhada os amigos recomendaram que o médico por segurança voltasse para casa pela Praça Bom Conselho. Ele recusou a ideia, pois o percurso seria mais longo. Por volta das 21h30, Marques da Silva passava pela praça Galdino Besouro. Foi quando um homem surgiu segurando uma arma, se aproximou furtivamente pelas costas do deputado e a dois palmos de distância atirou em direção ao coração do alvo. Os amigos que o acompanhavam foram surpreendidos com o ocorrido, isto impediu-lhes de evitar a fuga do assassino.

¹³ As informações contidas na narrativa a seguir tiveram como base os seguintes documentos:

ALAGOAS conflagrada. *O Cruzeiro: Revista*. Rio de Janeiro. 02 de mar. 1957, p. 07.

ALAGOAS sob signo da bala. *Manchete*. Rio de Janeiro. 23 de fev. 1957, p. 05.

TICIANELI. Assassinato do deputado Marques da Silva Incendeia Alagoas em 1957. História de Alagoas. 2023. Disponível em:

<https://www.historiadealagoas.com.br/assassinato-do-deputado-marques-da-silva-incendeia-alagoas-em-1957.html>. Acesso em: 20, abr. 2024.

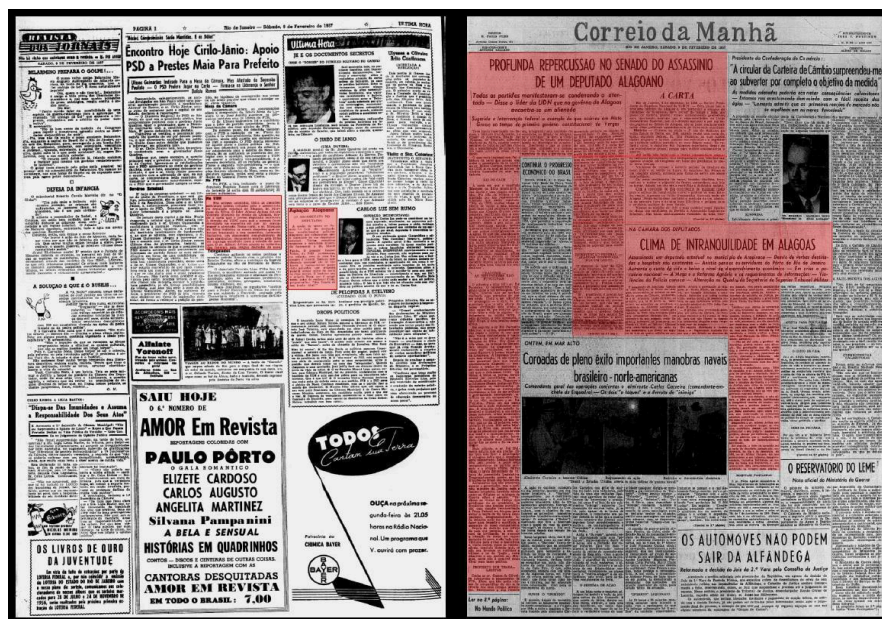
Maria Vieira Marques aguardava o retorno do marido na porta de casa quando o viu dobrar a esquina correndo em direção à residência. A 15 metros da porta ele caiu no chão. Os amigos que o acompanhavam o levaram para dentro de casa e poucos minutos depois veio a falecer.

Na sexta-feira, 8 de fevereiro, o Distrito Federal amanheceu com a notícia do assassinato ocorrido em Arapiraca. O crime virou tema principal dos debates acalorados na Câmara dos Deputados e no Senado. Os udenistas reforçaram o discurso de que o Governo de Alagoas era conivente com a onda de mortes no estado desde 1956, ano da posse do então governador Muniz Falcão. Eles exigiam intervenção federal para solucionar os problemas de violência. Enquanto isso, políticos aliados ao Governo de Alagoas defenderam Muniz e afirmaram convictos que as mortes no estado eram por rixas políticas locais. E ainda sustentaram que essa série de violências já ocorria em Alagoas desde o governo de Silvestre Péricles¹⁴ (1947 - 1951). Assim, seria precipitado culpar o governador Falcão pelo assassinato.

No sábado, 9 de fevereiro, os veículos de imprensa amanhecera noticiando o crime em Arapiraca e as discussões acaloradas no mundo político. Jornais como o *Correio da Manhã (RJ)* e a *Tribuna da Imprensa (RJ)* seguiram a narrativa de ataque ao governador alagoano. Isso exacerbou a crise política, gerando instabilidade na sociedade e nas instituições, além de pressionar o governo trabalhista em Alagoas.

¹⁴ Foi Ministro do Tribunal de Contas durante o Estado Novo entre os anos de 1941 a 1943. Foi o primeiro governador de Alagoas após a redemocratização e governou entre os anos de 1947 a 1951. Seu governo foi marcado por grande número de violência e perseguição aos sindicatos, comunistas e qualquer tentativa de manifestação política contrária ao seu governo, mesmo este sendo filiado ao Partido Social Trabalhista (PST) que tentava apropriar-se da agenda trabalhista em seus discursos políticos.

Figura 15 - Comparativo entre as páginas dos jornais com destaque em vermelho para a repercussão da morte do deputado Marques da Silva



Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Ao observar os destaques que indicamos em vermelho nas páginas dos jornais, percebemos a importância que os periódicos deram ao ocorrido em Alagoas e a repercussão do fato no meio político. O jornal *Ultima Hora* (RJ), à esquerda, apresenta apenas duas notas rápidas em sua segunda página. Enquanto isso, o *Correio da Manhã* (RJ), à direita, dedicou grande parte da última página de seu primeiro caderno para noticiar o fato e o restante das matérias foram impressas na oitava página.

O *Correio da Manhã* (RJ) deu grande destaque à manchete: "Profunda repercussão no Senado do Assassínio de um deputado alagoano". Em seguida ressaltou a fala de João Vilasboas, líder da UDN no Senado, o qual afirmou que "no govêrno de Alagoas encontra-se um alienado" (PROFUNDA... 1957a, p. 16). No decorrer da matéria o jornal priorizou a narrativa udenista cuja sugestão era: o governador Muniz tinha ciência do perigo de morte que Marques da Silva corria. A omissão em tomar providências faria dele um dos responsáveis pela morte do deputado alagoano.

Na matéria sobre a repercussão do caso em Alagoas, o jornal destacou a fala do deputado da UDN, Milton Campos. Ele "acusou o governador de Alagoas de responsável" pelo assassinato "por omissão criminosa e conivência" (NA CÂMARA... 1957a, p. 16). Para reforçar a narrativa de crime de omissão por parte de Muniz, o jornal publicou na íntegra o que seria a carta escrita pelo deputado assassinado, na qual Marques da Silva denunciava os

possíveis responsáveis por algum crime contra sua vida, caso tal ato fosse consumado (A CARTA... 1957a, p. 16).

A carta começa relatando sobre a chegada de Marques da Silva à UDN de Alagoas. Ele foi convidado por Rui Palmeira, figura importante do partido no estado. Após se formar em medicina na Bahia, Marques da Silva seguiu os conselhos de Rui Palmeira e se estabeleceu em Arapiraca em fevereiro de 1952 onde posteriormente atuaria como médico e também reorganizaria a UDN na cidade.

O médico relatou que a UDN em Arapiraca "estava, por assim dizer, de fogos apagados". O diretório encontrava-se desorganizado e não havia esforço para atrair novos correligionários. Sua tarefa era reerguer a UDN na cidade e segundo ele, tal objetivo foi bem sucedido. O partido conseguiu controlar a maioria das cadeiras na Câmara de Vereadores de Arapiraca na última eleição municipal. Para Marques essa conquista enfureceu a oposição no município, incluindo o deputado Claudenor Lima que, segundo o médico, começou a ameaçá-lo de morte.

Sobre as eleições de Muniz Falcão para o governo de Alagoas em 1955, Marques da Silva afirmou que "foi eleito governador das Alagoas um homem inescrupuloso, insensível e com evidentes marcas criminosas, que servido por uma 'entourage' política da pior espécie, infelicitava e degrada um povo" (A CARTA... 1957a, p. 8). Para ele, o governador estava sendo conivente com a série de violência sofridas pela oposição em Arapiraca. Marques da Silva afirmou ter ouvido sobre uma reunião de membros do grupo político opositor, cujo objetivo seria discutir sobre o seu próprio assassinato e o do vereador Benício Alves, este já concretizado. Marques citou os nomes envolvidos nesse "estratagema obscuro". A carta termina com ele declarando que não deixaria Alagoas, preferindo morrer com honra a viver sem ela.

Durante a pesquisa, não conseguimos acesso à versão original da carta de Marques da Silva. Assim, surge um questionamento: até que ponto a carta veiculada no *Correio da Manhã* (RJ) é, de fato, a versão original escrita por Marques da Silva em dezembro de 1956? O discurso contido na carta pode ter sofrido interpolações posteriores. Seus correligionários poderiam ter feito isso com o objetivo de intensificar a crise política. Essa questão não descarta os efeitos discursivos que o jornal buscava espalhar na sociedade. A carta apresenta Marques da Silva como um homem íntegro, dedicado ao desenvolvimento de Alagoas e à melhoria de vida do seu povo. Contudo, ele estaria sendo impedido de seguir com esses

objetivos devido ao grupo adversário que assumiu o poder do estado. Ao descrever os oponentes quase como bandidos e apontar a omissão do governador, o jornal sinaliza aos leitores a necessidade de uma intervenção no estado.

A cultura política da UDN frequentemente associava membros da oposição ao banditismo e à subversão com o objetivo de enfraquecer a imagem do adversário, como se vê na forma como Marques da Silva descreve Muniz Falcão em sua carta. Assim, buscavam legitimar retaliações políticas contra o alvo, mesmo que por meios antidemocráticos.

No jornal *Última Hora (RJ)* há uma matéria curta sobre a agitação na UDN devido ao assassinato do deputado. Outra nota rápida repercute os debates entre os Senadores sobre o ocorrido em Arapiraca. No entanto, o jornal dá mais destaque à fala de um senador do PSD que realizou um discurso em defesa do governador Muniz Falcão:

O senador Gaspar Veloso, do PSD paranaense, no entanto, usou de uma linguagem diferente. Embora condenando qualquer ato de violência, o representante pessedista salientou que ninguém poderia acusar antes de ouvir as duas partes. E lembrou que o próprio Deus, que é onipresente, antes de condenar Caim, perguntou-lhe: 'Que fizeste do teu irmão Abel?' (AGITAÇÃO... 1957a, p. 2).

Enquanto o *Correio da Manhã (RJ)* se alinhava à narrativa udenista, relacionando o governador alagoano ao assassinato do deputado, o *Última Hora (RJ)* tentava defendê-lo. O jornal apenas noticiou a fala de um senador que questionava se seria correto condenar o governo de Muniz Falcão sem ainda ter coletado indícios. Outro ponto a destacar é a pouca relevância que o *Última Hora (RJ)* deu ao caso em Alagoas: foram apenas duas pequenas notas, na segunda página, misturadas a outras notícias do cotidiano político brasileiro. Isso passava ao leitor a imagem de que o ocorrido em Alagoas era apenas mais um caso de violência política existente em todo o Brasil.

A edição de 9 de fevereiro da *Tribuna da Imprensa (RJ)* destacou na capa uma chamada sobre o assassinato em Alagoas. O título usou as primeiras palavras do deputado Afonso Lima (UDN) na tribuna: "Pobre é o país que se constrói sôbre a lama". A chamada convidava o leitor para a terceira página, onde o assunto seria detalhado. A matéria ocupa cerca de um terço da página. Primeiro, informa sobre o assassinato em Alagoas. Em seguida, apresenta uma versão da carta que Marques da Silva teria enviado à diretoria da UDN em 4 de dezembro de 1956 (POBRE... 1957a, p. 3).

Em seguida, há a transcrição de grande parte do discurso proferido pelo deputado federal Afonso Arinos (UDN). Ele criticou a omissão tanto do governo de Alagoas quanto do

governo Federal em relação ao assassinato do deputado arapiraquense. Segundo Afonso Arinos, o deputado Marques da Silva teria indicado em sua carta os possíveis responsáveis por sua morte, caso ela viesse a se concretizar.

Afonso Arinos chamou a carta de Marques de "carta testamento". Isso ocorreu poucos anos depois do suicídio de Vargas, que também havia deixado uma carta-testamento. Naquela época, a oposição, principalmente udenista e lacerdista, pressionava muito o governo de Vargas. A crise política no Governo Vargas atingiu seu auge com a tentativa de assassinato de um dos principais opositores, Carlos Lacerda, em 5 de agosto de 1954.

A oposição já celebrava a possível saída de Vargas do poder. Contudo, uma situação inesperada pegou a todos de surpresa: em 24 de agosto, Vargas cometeu suicídio. Junto a esse ato, deixou uma carta que intensificou a simbologia de sua morte e apontou os culpados. Isso culminou em uma grande revolta popular e desmantelou as tentativas de golpe dos grupos anti-getulistas. Segundo o historiador Jorge Ferreira,

A morte inesperada de Vargas foi vivenciada pelos trabalhadores como verdadeiro trauma ao mesmo tempo político, social e simbólico. A desestruturação repentina de representações sociais estabelecidas, de utopias que de longa data se formavam com promessas diversas, de mitos políticos onde elementos “arcaicos” se mesclavam com “modernos”, enfim, de todo um conjunto simbólico que permitia a leitura imaginária do presente, do passado e do futuro da coletividade, tornou o mundo, naquela manhã, repleto de incertezas, angústias e incompreensões. (FERREIRA, 2005, p. 180)

O luto tomou conta do Brasil, especialmente dos trabalhadores. As incertezas sobre o futuro logo deram lugar à raiva e revolta à medida que a população associou a oposição como os verdadeiros culpados pelo seu suicídio de Vargas. As pessoas começaram a sair às ruas. Diretórios da UDN, sedes de jornais de oposição e prédios militares e de governos estaduais foram depredados pela população enfurecida. A revolta se espalhou pelas capitais e principais cidades do país. Diversos prefeitos, vereadores e outras lideranças udenistas fugiram para as zonas rurais na tentativa de se esconder das multidões. Essa ação popular pegou a oposição de surpresa e desmantelou a tentativa de golpe.

Esse episódio marcou profundamente a memória de setores udenistas, frustrados pela perda da chance de tomar o poder. Chamar a carta de Marques da Silva de "carta testamento", assim como fizeram com a de Vargas, pode ser uma estratégia udenista. O objetivo seria criar a imagem de um mártir, espelhando o que aconteceu com Getúlio Vargas.

Em 11 de fevereiro de 1957 a *Tribuna da Imprensa (RJ)* seguiu repercutindo o assassinato do deputado Marques da Silva. A edição trazia uma longa matéria na terceira página que detalhava a sessão extraordinária da UDN para tratar do caso. Na capa do segundo caderno havia um resumo da conjuntura política em Alagoas cujo título era o seguinte: "Muniz Falcão o grande responsável". A matéria da terceira página dessa edição afirmava que "o governador Muniz Falcão, responsável pelos crimes, leva o terror a vários municípios alagoanos" (UDN... 1957b, p. 3). O periódico propagava a ideia de que Alagoas vivia um verdadeiro terror. Com isso, provocava o governo federal a intervir no estado para resolver o problema. O detalhamento da reunião da UDN demonstra como o jornal usou o assassinato de Marques da Silva para levar a crise política de Alagoas ao cenário nacional.

A UDN sofreu várias derrotas durante a Terceira República e como consequência, buscou repetidamente meios golpistas para chegar ao poder (GOMES; FERREIRA, 2018, p. 259). Alagoas era um estado estratégico para a UDN no Nordeste, já que havia sido governado por Arnon de Mello (1951 - 1956), e a perda do executivo nesse estado atrapalhava os objetivos udenistas de se fortalecer na região. O intuito era impulsionar uma candidatura à presidência do país. Na matéria do dia 12 de fevereiro do *Correio da Manhã (RJ)*, tem-se em destaque o título "Impeachment para Alagoas". O jornal reafirmava o discurso no qual o estado encontrava-se em uma situação de crise política e que o governador Muniz Falcão teria cometido "crime de omissão" (IMPEACHMENT... 1957b, p. 16).

Já o Partido Social Progressista (PSP), o qual Muniz Falcão era filiado, se dizia representante dos interesses das classes trabalhadoras, tendo em São Paulo seu principal nome, Adhemar de Barros, disputava a bandeira trabalhista com outros partidos. Assumir o governo de Alagoas ajudava a fortalecer o partido no Nordeste, que visava lançar o nome de Adhemar de Barros em futuras eleições presidenciais.

Uma segunda matéria do *Correio da Manhã (RJ)* abordou a discussão no Senado sobre as questões alagoanas. Nela, o senador Daniel Krieger (UDN) atribuiu "a responsabilidade do governador de Alagoas" nos crimes recentes do estado. O senador lembrou o assassinato do vereador udenista Benício Alves na mesma cidade em 1956. Assim, Krieger construiu um discurso de que o governador Muniz Falcão estaria dando carta branca aos inimigos da UDN no estado (O ASSASSINATO... 1957b, p. 16).

Na mesma matéria, o jornal relatou a fala do senador Kerginaldo Cavalcanti (PSP) que "procurou defender o correligionário". O senador potiguar começou a lembrar de outros crimes ocorridos em Alagoas durante o governo de Arnon de Mello (1951 - 1956) e em outros estados do país. Com isso, ele queria mostrar que, infelizmente, o assassinato de Marques da

Silva ocorreu por disputas locais na região de Arapiraca. Além disso, o crime estaria relacionado a uma prática cultural do Brasil, assim, ele tentava quebrar o discurso que buscava responsabilizar Muniz Falcão pelo assassinato.

Sobre a violência no estado de Alagoas, vale ressaltar uma curta matéria na quarta página da *Tribuna da Imprensa (RJ)*, do dia 13 de fevereiro, que diz o seguinte:

O deputado Aurélio Viana, de Alagoas, revelou, em parte na Câmara a respeito dos assassinios de Arapiraca, a seguinte estatística:
No governo Silvestre Péricles foram praticados, no Estado, 700 assassinios, 863 no governo de Arnon de Melo e apenas 60 no governo atual do sr. Muniz Falcão.
O sr. Muniz Falcão tem ainda três anos de mandato a cumprir. Se respeitar a média, já atingida, de 60 assassinio por ano, terá conseguido matar, apenas, 240 adversários políticos.
A conclusão a tirar do aparte revelador do deputado Aurélio Viana só pode ser uma: o governador Muniz Falcão, por ter presidido, apenas, ao extermínio de 240 adversários políticos, é um benemérito da pátria por ter baixado a média alagoana. (UM... 1957c, p. 4).

Enquanto isso, o *Correio da Manhã (RJ)*, em sua edição do dia 14 de fevereiro, trouxe uma rápida matéria sobre a questão da violência no estado de Alagoas que se encontra no segundo caderno:

Em parte do Sr. Herbert Victor Levy, o deputado Aurélio Viana afirmou que segundo suas estatísticas já foram assassinadas 1.700 pessoas em Alagoas, por motivos políticos, desde o regime Silvestre Péricles até o governo Muniz Falcão, passando pelo quadriênio Arnon de Mello; Como vemos, no front alagoano já morreu mais gente do que a própria F.E.B. perdeu no front italiano. (A GUERRA... 1957d, p. 3).

Não sabemos se os números relatados nessas matérias estão corretos, mas podemos ver indícios de como a violência política era uma característica antiga em Alagoas. O jornal *Correio da Manhã (RJ)* publicou esses números em seu segundo caderno; estavam junto de matérias "frívolas" e do cotidiano, como por exemplo: notícias sobre a viagem de uma famosa ao exterior, competição de cães de raça, notícias sobre um ator de filmes internacionais, curiosidades sobre radiação e raio-x, passatempos como palavras cruzadas, resolução de partidas de xadrez e uma tirinha.

Isso demonstra muito da estratégia do jornal ao posicionar esses dados. Lembrar que Alagoas era marcada pela violência política desde o governo de Silvestre Péricles (1947 - 1950) enfraqueceria o discurso de um governo que perseguia seus opositores. Em vez disso, daria espaço à ideia de que o assassinato do deputado Marques da Silva seria apenas resultado de conflitos particulares e não envolveria assim a figura do governador Muniz Falcão.

O *Tribuna da Imprensa (RJ)* construiu outra narrativa sobre o discurso do deputado Aurélio Viana. Ele tentava defender o governo de Muniz Falcão, mostrando como os índices

de violência no estado tinham diminuído durante a gestão atual. No entanto, o deputado fez uma péssima escolha de palavras. Ele ressaltou que, se o governo mantivesse a "média de assassinios", poderia chegar ao fim do mandato com um total de 240 assassinatos por motivos políticos. Essa fala foi usada estrategicamente pelo *Tribuna da Imprensa* (RJ) para atacar o governo de Muniz, ironizando o número de mortes que ele poderia "realizar" em seu mandato. É possível observar como esse número de mortes no estado é usado de forma banal, tanto pelos jornais quanto pelos políticos, reforçando assim a naturalização da violência política no Brasil.

Em 12 de fevereiro, o *Última Hora* (RJ) em sua terceira página publicou um extenso comentário de Adalgisa Nery¹⁵ sobre a situação em Alagoas. A comentarista criticou a violência no estado acentuando que "Alagoas tem vivido sob o terrorismo, perseguição, trucidamentos e opressões de toda espécie. Alagoas tornou-se um feudo. Passando de mão em mão" (REINA... 1957a, p 3).

Ela ressaltou que "é claro que não foi o Muniz Falcão o homem que puxou o gatilho", mas "ele sabia dos detalhes do plano de eliminação do deputado Marques da Silva". Adalgisa Nery lembrou a visita de uma comissão de senadores ao estado em 1956 após o assassinato do vereador Benício Alves. Ao retornarem ao Rio de Janeiro, relataram que "Alagoas estava integrada na mais profunda paz e que o Governador Falcão era o exemplo dos governantes". A jornalista criticou o governador, afirmando que ele tinha certa responsabilidade na crise, pois tentou passar uma imagem de Alagoas que não correspondia à realidade (REINA... 1957b, p 3).

Este tipo de matéria vinda de um jornal alinhado a governos trabalhistas nos fazem lembrar de que os jornais possuem, segundo José d'Assunção Barros (2019), uma "polifonia de textos". Portanto,

Mesmo que haja em cada grande jornal uma bem definida linha editorial que busca constituir uma identidade e congregar autores parecidos em alguns aspectos, não é possível desprezar o fato de que, por trás de cada jornal, existe uma pequena diversidade de homens e mulheres que lhe dão vida. (BARROS, 2019, p. 164).

Ainda sobre a polifonia de textos, José d'Assunção Barros ressalta que

Os jornais são conjuntos polifônicos formados por muitos textos. Com esta metáfora, quero chamar a atenção para a circunstância de que os jornais –

¹⁵ Foi uma escritora e jornalista carioca de destaque, publicava matérias de opinião política no *Última Hora*. Foi eleita deputada estadual da Guanabara por três mandatos, sendo o primeiro pelo PSB e os outros pelo MDB. Em 1969 teve seu mandato e direitos políticos cassados.

Fonte: Schumacher, Maria Aparecida; Vital Brasil, Érico. Dicionário Mulheres do Brasil: De 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado. Zahar. p. 19.

especialmente nos tempos contemporâneos – são de fato construções coletivas, nas quais ressoam muitas vozes. [...] Analisar um jornal é pôr-se em contato com uma obra coletiva e polifônica, que pede que apuremos o ouvido para a escuta das diversas vozes que o percorrem. (BARROS, 2019, p. 190).

Mesmo que a maioria dos jornalistas de um veículo esteja próxima a um lado político, ainda há espaço para vozes menos alinhadas. Esses jornalistas podem trazer reflexões que não se encaixam totalmente na narrativa hegemônica do editorial. No caso de Adalgisa Nery, a matéria dela não culpa ferrenhamente o governador Muniz Falcão pelo assassinato de Marques da Silva como faziam os grupos conservadores, mas ela também não isenta o governo de certa responsabilidade pela situação do estado. Afinal, é função de qualquer governador tentar diminuir a criminalidade. Além disso, Nery salienta que a situação de violência em Alagoas vinha desde a interventoria dos Góis Monteiro, no período do Estado Novo (1937 - 1945).

1.3 Uma nova oportunidade para os anseios golpistas

Poucos dias após a morte de Marques da Silva a oposição já começou a falar em intervenção do governo federal no estado de Alagoas. Além disso, um processo de *impeachment* contra Muniz Falcão tornou-se pauta principal nas redes políticas de oposição ao governo alagoano. Segundo Douglas Apratto Tenório (2007),

A maneira incontinente como se efetivou a denúncia e a agilíssima tramitação do processo, nos habitualmente emperrados trâmites da burocracia, suscitaram suspeitas e interpretações maliciosas de que a oposição finalmente conseguiria o mártir que desejava para atingir sua grande meta. [...] Finalmente a oposição encontrava o aríete legal para demolir o muro da legitimidade do mandato do governo detestado, procurando atrair a população para sua obsessiva cruzada (TENÓRIO, 2007, p. 65).

A estratégia da oposição ao Governo Muniz Falcão foi intensificar a crise política ali estabelecida utilizando-se da narrativa de que suas vidas estariam em perigo. Para reforçar tal narrativa, uma sessão permanente foi aberta na Assembleia Legislativa onde os deputados de oposição permaneceram por três dias seguidos. A explicação dada para tal ato era que pelos arredores do Palácio Tavares de Bastos estariam circulando indivíduos suspeitos armados e em jipes sem placa. Os deputados estavam aguardando a garantia de segurança por parte do

Coronel Henrique Oest¹⁶, comandante do 20º Batalhão de Caçadores de Alagoas, para legislar em segurança e retornar às suas respectivas residências (AGRAVAM-SE... 1957c, p. 14).

Sobre os jipes sem placa circulando pelas ruas de Maceió o Governo de Alagoas divulgou uma nota, no dia 02 de março, com explicações sobre os veículos terem sido adquiridos há pouco tempo pelo governo e estariam cumprindo serviços oficiais. Devido a falta de recursos, os veículos ainda não estavam emplacados. Além disso, a nota lança críticas ao discurso alarmista realizado pela oposição que ainda estaria amargurada pela derrota sofrida nas eleições de 1955 (AINDA... 1957h, p. 4).

No dia 12 de fevereiro de 1957, após 3 dias auto enclausurados dentro da Assembleia Legislativa, os 22 deputados da oposição decidiram partir para Recife e pedir uma garantia de segurança dos trabalhos legislativos ao comandante do IV exército, general Zacarias de Assunção, que estava a ser empossado. Após tomar posse, ele “declarou que não poderá conceder fôrças para garantir o funcionamento da Assembléia Legislativa de Alagoas, pois isto seria legítima intervenção federal” (AGRAVAM-SE... 1957c, p. 14).

Por serem maioria, os trabalhos de deliberação da Assembleia foram afetados devido a não atingir o quórum necessário, com isso, surgiu mais um empecilho às tentativas dos governistas de resolver a situação. O deslocamento de todos os deputados da oposição para Recife reforçava a narrativa da insegurança existente em Alagoas e de que a conivência do governador com a violência provocou o terror entre os deputados, ao ponto de terem se retirado da capital alagoana.

A edição do *Correio da Manhã (RJ)* de 13/02/1957, faz a seguinte chamada para as matérias: “Agravam-se os acontecimentos em Alagoas”. As matérias em seguida relatam os acontecimentos abordados mais acima, além de reafirmarem as declarações de alguns deputados da oposição sobre a existência de um “clima de insegurança em vários municípios” alagoanos (AGRAVAM-SE... 1957c, p. 14). Os udenistas buscavam então alastrar a crise às

¹⁶ Carioca, ingressou em março de 1922 no curso de infantaria da Escola Militar de Realengo - RJ. Foi expulso da Escola Militar devido a participação nos movimentos tenentistas. Atuou na Revolução de 1930 e foi comissionado como primeiro-tenente durante o Governo Provisório de Vargas. Foi signatário da ata de fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Nas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte de 1945, foi eleito primeiro suplente pelo PCB do Rio de Janeiro, mas teve seu mandato cassado após o cancelamento do registro do PCB em 1948. Após a cassação do seu mandato, serviu em diferentes locais do Brasil ao Exército Brasileiro, até que em 1956, foi transferido para o comando do 20 Batalhão de Caçadores, em Maceió.

Fonte: CPDOC FGV. Oest, Henrique Cordeiro. Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/OEST,%20Henrique%20Cordeiro.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

diversas regiões do estado. Os deputados reunidos em Recife estavam decididos em abrir um processo de *Impeachment* contra Muniz.

O jornal *Ultima Hora* enviou o seu correspondente Pery Augusto para Alagoas. Suas primeiras matérias sobre a situação na região começaram a aparecer na edição do dia 14 de fevereiro. Na quarta página do periódico temos uma dessas matérias intitulada “Calma nas Ruas”, na qual, o correspondente do jornal fala sobre sua chegada em Maceió; conversou com alguns civis, sendo um deles o garçom de um bar do aeroporto que ao ser questionado sobre a situação política de Alagoas teria lhe respondido: “Sei lá. Dizem que os deputados estão brigando”; um bagageiro o tinha respondido sobre não se meter em política e o chofer que o levava ao hotel teria falado apenas que tudo aquilo era uma “cachorrada” (O GOVERNADOR... 1957c, p. 6). A matéria de Pery Augusto continua:

Hospedei-me no “Hotel Bela Vista”. Logo após trocar de roupa, sai à rua, encontrando tudo normal na cidade. A única aglomeração que encontrei foi à porta do cinema: centenas de garotas diante do “Cine Arte”, para a sessão das duas horas. (CALMA... 1957c, p. 6).

Em seguida, o enviado especial do *Ultima Hora* foi para a Assembleia Legislativa e acompanhou os trabalhos do dia com a presença dos 13 deputados governistas que resumiam-se a proferir discursos em defesa do governador Muniz Falcão e a criticar a atitude da oposição. Após algum tempo, o repórter se retirou do palácio.

À essa altura, desci as escadarias da Assembléia Legislativa e permaneci na Praça Pedro I, ouvindo os discursos irradiados. Ali se achavam alguns grupos. Não vi qualquer pessoa armada. Fiz indagações a populares sobre a possível presença de capangas, tendo um comerciante, cujo nome se recusou a revelar, declarado: “Hoje não tem, não, moço; mas há três dias, isso tava cheio”.

Terminada a sessão, dei um giro pela cidade, entrevistando vários comerciantes, os quais disseram que nunca pensaram em fechar as portas de seus estabelecimentos, por causa de política. (AUSÊNCIA... 1957c, p. 6).

A oposição ao governo de Muniz utilizava o discurso do medo e agitação em Maceió e no interior alagoano para agenciar seus interesses de impedir Muniz de governar. Porém, no olhar de Pery Augusto, observamos uma população de Maceió tranquila. Percebe-se indiferença por parte de alguns como no caso do garçom do bar do aeroporto e dos comerciantes os quais teriam dito que não fecharam as portas dos estabelecimentos por causa de política.

O *Ultima Hora* tenta aderir à narrativa de que, para a população civil, as brigas entre os políticos eram questões particulares e nada tinham a ver com elas, indo de encontro com a

narrativa levantada pelos grupos udenistas sobre a população se encontrar amedrontada devido a quantidade de violência.

O estigma existente sobre o Nordeste, sobretudo Alagoas, de ser uma terra de violência, dominada por coronéis e jagunços fez parte da narrativa do *Ultima Hora*, a fim de tratar do assassinato de Marques da Silva. Na edição do dia 28/02/1957, uma matéria expressiva do jornalista Pery Augusto tentou trazer aos seus leitores a conjuntura que envolve a crise política alagoana e termina por reforçar ainda o estigma da violência. Na nona página do jornal, tem-se a seguinte chamada: “O Assassinato do Deputado Marques da Silva foi o pretexto: A causa está no latifúndio e coronelismo!” (EM... 1957d, p. 9).

A matéria do jornalista inicia falando que os motivos da crise em Alagoas são de longa data, pois estão relacionados às rixas políticas antigas de antes da revolução de 1930. Segundo Pery Augusto (1957, p. 9), Muniz Falcão veio de fora dessas famílias tradicionais alagoanas e o povo o teria eleito como uma forma de tentar se livrar da violência vista em governos passados, como no período de Silvestre Pércles (1947 - 1951) e Arnon de Mello (1951 - 1956).

Pery Augusto narra que os assassinatos de Benício Alves e Marques da Silva teriam sido cometidos por vingança de grupos adversários devido a mortes ocorridas durante o governo Arnon de Mello. Em seguida, o jornalista faz um relato sobre os deputados que frequentavam a Assembleia Legislativa armados e acompanhados de jagunços também armados; ele afirma que até um dos deputados possuía uma metralhadora portátil dentro da gaveta de sua mesa na Assembleia. “Vi, em Palácio, quase todos armados, sendo alguns deles apontados como autênticos pistoleiros” (A CABROEIRA... 1957e, p. 9).

Segundo Pery, deputados e vários outros políticos da região andavam armados e com capangas em todos os lugares que circulavam. Os arredores da casa de praia de Arnon de Mello na Pajuçara estariam sendo vigiados constantemente por vários homens armados. Ele conclui o parágrafo falando que “Em Alagoas mais do que em qualquer outro Estado, predomina o espírito de ‘macheza’ que é, em síntese, uma estupidez, denunciadora da falta de civilização” (EM... 1957d, p. 9).

Além do jornalista tratar Alagoas como uma terra violenta e dominada por coronéis, ele levanta a questão da ideia de homem macho, existente no Nordeste; seria aquele homem que não recua, não tem medo e encontra-se sempre pronto para resolver as coisas na violência. Uma característica da barbárie, já que no olhar do jornalista, a região não era

civilizada. Essa visão pejorativa sobre o Nordeste ainda hoje se encontra presente no imaginário popular, principalmente dos habitantes das regiões Sul e Sudeste do país.

Segundo Durval Albuquerque Júnior, esta visão de um Nordeste incivilizado se fortaleceu a partir da idealização realizada por intelectuais e artistas, sobretudo entre as décadas de 1930 e 1950. “O Nordeste, como território de revolta, foi criado basicamente por uma série de discursos acadêmicos e artísticos. Discursos de intelectuais de classe média urbana. Uns interessados na transformação, outros na manutenção da ordem burguesa” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 218). Utilizando-se de um olhar etnocêntrico, esses intelectuais e artistas tinham como ponto de referência o mundo urbano-industrial da região Sul e Sudeste, criando assim um antagonismo com a região Nordeste que se tornara sinônimo de atraso e barbárie. É na década de 1950 que este tipo de visão alicerça as alas progressistas nacional-desenvolvimentistas brasileiras no momento de buscarem estratégias para o desenvolvimento da região Nordeste (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 220).

Porém, tais características (violência, grandes latifúndios, forte religiosidade, etc.) não eram, e ainda não são, exclusivas do Nordeste. A violência, por exemplo, era uma característica presente na política em todo o Brasil (MOTTA, 2015, p. 3). Pelas páginas dos jornais lidas para realizar esta dissertação, nota-se diversas notícias sobre violência com cunho político em várias outras regiões do país. Contudo, quando os ocorridos são no Nordeste as matérias terminam por reforçar a imagem pejorativa de uma terra ainda dominada pelo coronelismo e atrasada.

A matéria de Pery Augusto concentra-se mais na situação de violência existente em Alagoas, embora relate de maneira tímida outra questão relacionada à crise no estado: o expressivo apoio popular que Muniz teve nas eleições para deputado federal, e depois, para governador. Para o jornalista, tal ato ocorreu devido à população não aguentar mais as disputas entre políticos tradicionais. Contudo, essa não seria a única questão. O apoio popular de Muniz vinha das classes trabalhadoras, sobretudo operárias. Ele tinha sido delegado Regional do Trabalho em Alagoas (1942-1943 e 1947-1950) e se tornou conhecido no meio dessas classes, aproximando-se assim de um ideal político mais alinhado ao trabalhismo.

Muniz Falcão emergiu como uma das figuras do campo trabalhista e nacionalista em Alagoas, onde sua trajetória política ganhou relevância a partir da década de 1940, quando atuou no estado como Delegado Regional do Trabalho, período que marca a consolidação simbólica do trabalhismo durante o Estado Novo. Ao assumir o governo, ele direcionou suas

ações para atender as demandas da classe trabalhadora, que constituía sua principal base de apoio. Essa postura, no entanto, gerou um conflito de interesses com o setor empresarial, em especial com os proprietários de usinas (OS INTERESSES... 1957e, p. 9).

O nacional-desenvolvimentismo foi uma agenda política que, por muitas vezes, se encontrou aliada ao trabalhismo (GOMES; FERREIRA, 2018). O desenvolvimentismo era a marca da campanha e do governo JK, avançar 50 anos em 5. Uma das pautas que circulava bastante os setores desenvolvimentistas na Capital Federal era sobre o desenvolvimento do Nordeste. A visão que se tinha da região, descrita a alguns parágrafos acima, servia como base para as estratégias que se tentava tomar para alavancar o desenvolvimento da região. A oposição utilizou da violência que ocorria em Alagoas para atacar o nacional-desenvolvimentismo do Governo Federal, pois, para eles, o Governo JK estaria falhando no desenvolvimento do Nordeste.

Os grupos oposicionistas se aproveitaram da crise instaurada em Alagoas com intenção de tentar desestabilizar o Governo Juscelino Kubitschek. Carlos Lacerda por exemplo, em seus discursos, estendeu a culpa de crime de omissão ao Ministro da Justiça Nereu Ramos, com alegações de que ele possuía conhecimento da carta enviada por Marques da Silva em dezembro de 1956 (CRIME... 1957e, p. 14). A situação de Alagoas também foi utilizada pelos grupos conservadores com a finalidade de realizar ataques ao político paulista Adhemar de Barros, que era líder do PSP e estava, no momento, disputando a eleição para a prefeitura de São Paulo (SANEAMENTO... 1957k, p. 6).

Os deputados de oposição ao governo de Muniz que estavam em Recife decidiram retornar a Alagoas no dia 19 de fevereiro. Uma parte desses deputados viajou ao Rio de Janeiro a fim de conversar com o Ministro da Justiça Nereu Ramos e o presidente JK para solicitar intervenção federal no estado. Alegavam que estavam sem condições de cumprir os deveres legislativos. Antes da reunião com os deputados, Juscelino Kubitschek já tinha solicitado a troca do comando do 20º Batalhão de Caçadores de Alagoas, liderado por Henrique Oest, devido a possuir relações políticas próximas com Muniz Falcão (OS ACONTECIMENTOS... 1957f, p. 16).

Mesmo após retornar a Maceió, os deputados de oposição continuaram adotando a estratégia política de não frequentar a Assembleia Legislativa, pois declaravam falta de segurança e que seria impossível a pacificação enquanto não tirassem Muniz Falcão do cargo (ESPERADA... 1957g, p. 18). Então, o grupo oposicionista encaminhou um pedido oficial de

intervenção federal ao Ministro da Justiça para que tenham segurança de prosseguir com a abertura do processo de *impeachment* contra Muniz Falcão (ENTREGUE... CORREIO DA 1957j, p. 14).

Os ataques dos grupos conservadores continuavam contra Muniz e o governo federal. Em uma matéria do dia 14/03/1957 do jornal *Correio da Manhã (RJ)*, afirma que

Vem-se procurando justificar o crime de Alagoas como apenas um aspecto de uma luta entre lavradores e proprietários de terra. Os comunistas ‘oestizados’ se estão esmerando na difusão da absurda versão. Ela não justifica o crime, mas o explica. Explica-o, não nesses inverídicos termos de ‘revolta camponesa’ espontânea, mas em termos de deliberada infiltração vermelha no qual, em Alagoas, se tornou arauto o delegado militar do ministro da Guerra, coronel Oest. Este fato inequívoco vincula diretamente, com sua quota de responsabilidade, o governo federal ao drama alagoano. Consumada a selvageria de Arapiraca o governo federal continua, pela omissão, facilitando a permanência da mesma atmosfera de terror que tanto serve aos vermelhos quanto aos populistas do Sr. Muniz Falcão. (CRIME... 1957l, p. 06).

Como já falado anteriormente, os grupos alinhados a Muniz Falcão e as matérias do jornalista Pery Augusto no *Ultima Hora (RJ)* possuem uma narrativa de que o problema dos conflitos em Alagoas se dava por parte de conflitos locais entre latifundiários que disputavam o poder pelo interior do estado. A matéria do *Correio da Manhã (RJ)*, citada acima, realiza um ataque a essa narrativa, tratando-a como uma justificativa elaborada por comunistas “oestizados”.

Tal narrativa nos traz indícios de uma das principais estratégias dos grupos conservadores nas disputas políticas, a de associar os rivais que buscavam realizar algum avanço nas pautas sociais ao perigo vermelho. O antigo comandante do 20º Batalhão, Coronel Henrique Oest, tinha sido membro do PCB, sua aproximação com o governador de Alagoas impulsionou a propaganda anticomunista. Em Alagoas, para o *Correio da Manhã (RJ)*, as infiltrações comunistas não estariam se dando pelo campo, mas sim, por meio da nomeação de agentes do governo considerados vermelhos.

O perigo do comunismo existente no campo era uma propaganda bastante explorada pelos grupos conservadores a fim de provocar o medo na população urbana. Tal perigo estaria mais presente sobretudo no Nordeste, a exemplo das Ligas Camponesas em Pernambuco, estado vizinho de Alagoas. Segundo o historiador Pablo Porfirio (2008), para esses grupos conservadores, seria

[...] importante fazer com que outros setores sociais também compartilhassem desse sentimento de ameaça e de medo, notadamente as camadas médias urbanas,

constituídas principalmente pela classe média e que quase diariamente era bombardeada com informações sobre as ações dos grupos de esquerda em direção ao desenvolvimento de uma revolução comunista. (PORFÍRIO, 2008, p. 125).

E o desenvolvimento de tal revolução, segundo o *Correio da Manhã (RJ)*, teria envolvimento do próprio governo federal ao nomear um coronel considerado vermelho para assumir o comando de tropas em Alagoas. Devido a essa relação próxima, o governo federal estaria cometendo um crime de omissão ao não buscar resolver a crise em Alagoas.

O jornal também culpabiliza o Ministro da Guerra General Henrique Teixeira Lott pela nomeação do Coronel Henrique Oest para o comando do 20º Batalhão. Vale destacar que muitos udenistas ainda possuíam amarguras devido à derrota nas eleições presidenciais de 1955. Nesta época, os grupos udenistas estavam animados com a possibilidade de conseguirem atingir o cargo de presidente da república; do outro lado, partidos como PTB e PSD começaram a impulsionar um discurso em torno da memória de Vargas na cultura política do trabalhismo e nacional-desenvolvimentismo. Juscelino Kubitschek, candidato do PSD, termina por ser eleito presidente, o que frustrou as esperanças dos grupos conservadores de se livrarem desses ideais com a morte de Getúlio Vargas.

Mesmo com a derrota nas eleições de 1955, os grupos conservadores mais próximos a Carlos Lacerda tentaram impedir a posse de JK, alegavam que ele não teve a maioria simples do total de votos. Porém, a justiça indeferiu o pedido. Os udenistas continuam não aceitando a possível posse de JK e começam a planejar um golpe, todavia a ação foi frustrada devido às ações de contra-golpe que tiveram o comando do general Lott, a fim de manter a legalidade democrática.

As forças armadas estavam divididas entre os grupos conservadores udenistas e os legalistas nacionalistas, isso vinha desde a redemocratização em 1945. As tensões políticas nos setores civis terminavam por ecoar nos quartéis e essa divisão entre os militares foi uma das variáveis que mantiveram a legalidade da democracia.

Os militares não tomaram o poder em meados da década de 1950 não por falta de vontade ou confiança, mas porque tanto o campo político civil como o militar estavam profundamente divididos. Em contraste com o período que o precedeu, o governo Juscelino foi capaz de manter o campo militar em relativa tranquilidade. Contudo, as tensões permaneciam em estado latente. No novo quadro, a indignação dos militares antinacionalistas voltou-se contra o general Lott, principalmente depois da formação da chamada Frente de Novembro. (MARTINS FILHO, 2005, p. 268).

Devido à divisão ideológica nas forças armadas dois grupos se formaram: de um lado o Clube da Lanterna, comandado por Carlos Lacerda, abrigava militares que apoiavam as pautas conservadoras e liberais e do outro lado a Frente de Novembro, formada por militares legalistas que apoiavam o governo de JK, o nacional desenvolvimentismo do PSD e o trabalhismo do PTB. Vale lembrar que mesmo em formação esses dois grupos não apresentavam duas correntes concretas de ideais. Dentro da Frente de Novembro encontravam-se militares que eram de esquerda (por exemplo o coronel Henrique Oest) e militares mais tecnocratas que se preocupavam com a legalidade. Esses militares que estavam relacionados à Frente de Novembro eram tachados de comunistas pelos grupos udenistas, sobretudo pelos lacerdistas pertencentes ao Clube da Lanterna. O presidente JK extinguiu os dois grupos no fim de 1956 como forma de tentar amenizar a escalada da polarização política no meio militar (FERREIRA, 2005, p. 268).

Retornando às tensões de 1957, Muniz viajou ao Rio de Janeiro no dia 17 de março a fim de conversar com o presidente JK sobre a situação em Alagoas (NO RIO... 1957m, p. 6). Após o seu regresso ao estado alagoano, o jornal *Correio da Manhã (RJ)* voltou a intensificar os ataques tanto à Muniz quanto ao governo federal. Em uma matéria do dia 31 de março, intitulada “Escola Ademarista”, o jornal alega que

A campanha de terrorismo movida pelos governistas com o claro objetivo de imobilizar, pelo pânico, a ação dos deputados oposicionistas, reativou-se. Que de fato novo ocorreu capaz de justificar, ou pelo menos explicar o súbito agravamento da crise? Ocorreu isto: o regresso do governador. (ESCOLA... 1957n, p. 6).

Ainda na mesma matéria, o jornal salienta que o Ministro da Justiça Nereu Ramos teria “colocado uma pedra” em cima do pedido de intervenção federal por parte da Assembleia Legislativa de Alagoas. Também realiza críticas ao General Lott, ministro da guerra, segundo o periódico ele teria dito a Muniz Falcão que este ficaria impune à qualquer tentativa de processo de *impeachment*. O jornal então conclui que os membros do poder executivo federal terminariam por se tornar ademaristas devido ao “interesse pela subversão da ordem e na imersão de Alagoas num mar de sangue” (ESCOLA... 1957n, p. 6).

Os deputados estaduais da oposição retornam a frequentar a Assembleia Legislativa apenas no dia 22 de abril de 1957. Todos os deputados da oposição compareceram à realização da eleição da mesa diretora na qual Antônio Lamenha Filho (UDN) foi eleito presidente da Assembleia (A DENÚNCIA... 1957o, p. 10). Após o fim dos trabalhos, os deputados de oposição se reuniram na casa de Lamenha com o intuito de tratar da

apresentação da denúncia contra Muniz Falcão que foi efetivada no dia seguinte. Logo foram escolhidos também os membros da comissão especial para estudar a denúncia e emitir um parecer (O “IMPEACHMENT”... 1957p, p. 18).

A denúncia foi realizada pelo deputado estadual Oséas Cardoso (PTN) cuja tese era que o governador Muniz Falcão teria praticado crimes de responsabilidade ao se omitir de garantir a segurança dos políticos de oposição pelo estado de Alagoas, tornando-se assim conivente aos crimes ocorridos nos últimos meses (OFERECIDA... 1957q, p. 8). A denúncia se sustentava nos artigos 6º (inciso 2), 8º (inciso 7) e 10º (inciso 2) da lei federal nº 1.079 de 10 de abril de 1950 (A SITUAÇÃO... 1957r, p. 9). Segue abaixo a descrição de cada artigo e inciso da lei que versa sobre os crimes de responsabilidade e suas penas:

Art. 6º São crimes de responsabilidade contra o livre exercício dos poderes legislativos e judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados: [...] 2 - Usar de violência ou ameaça contra algum representante da Nação para afastá-lo da Câmara a que pertença ou para coagí-lo no modo de exercer o seu mandato bem como conseguir ou tentar conseguir o mesmo objetivo mediante suborno ou outras formas de corrupção. [...] Art. 8º São crimes contra a segurança interna do país: [...] 7 - Permitir, de forma expressa ou tácita, a infração de lei federal de ordem pública. [...] Art. 10. São crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária: [...] 2 - Exercer ou transportar, sem autorização legal, as verbas do orçamento. (BRASIL, 1950, arts. 6º, 8º e 10).

Porém, a defesa do governador Muniz Falcão feita pelo advogado Monteiro de Barros, deputado federal (PSP) pelo estado de São Paulo, entrou com um pedido de mandado de segurança no Tribunal de Justiça de Alagoas no qual afirmava que tal base seria inconstitucional por parte do denunciante devido a última interpretação feita pelo STF da lei em questão (“IMPEACHMENT”... 1957s, p. 12).

No dia 28 de junho, o desembargador Moura Castro, relator do pedido de mandado de segurança feito pela defesa de Muniz Falcão, concedeu medida liminar ao pedido feito em caráter de urgência. Com isso, os trabalhos no processo de *impeachment* da comissão especial foram interrompidos para aguardar a votação do pedido de mandado de segurança no Tribunal de Justiça Eleitoral (CONCEDIDA... 1957t, p. 8). Mas, as expectativas positivas de Muniz e seu grupo político foram frustradas, pois o TJE decidiu por não conceder o mandado de segurança. Muniz decidiu então recorrer ao Supremo Tribunal Federal (EM... 1957u, p. 7). No dia 26 de agosto, a comissão especial concluiu seus trabalhos e o dia 13 de setembro foi escolhido para o resultado da comissão ser votado na Assembleia Legislativa de Alagoas (“IMPEACHMENT”... 1957v, p. 13).

Neste capítulo, podemos notar nas análises feitas como os grupos conservadores se apoderaram de um discurso de combate à uma violência alastrada no estado de Alagoas. Segundo eles, o governador Muniz Falcão estaria sem condições de governar por não conseguir combater a violência política existente no estado. Na opinião de outros, o governador estaria sendo conivente, aliado aos grupos subversivos que estariam praticando tais crimes. Porém, também observamos que a série de crimes não estavam apenas condicionadas à administração de Muniz Falcão. Governos anteriores em Alagoas também foram marcados pelo signo da Discórdia (Éris) ao observarmos o número de assassinatos por motivações políticas.

CAPÍTULO 2. SOB O SIGNO DE ÉLPIS: A ASCENSÃO TRABALHISTA EM ALAGOAS

Durante a Segunda República (1930-1945), Getúlio Vargas buscou consolidar os direitos trabalhistas em consonância com a expansão dos direitos sociais, visando garantir a cidadania das classes trabalhadoras. "Os direitos sociais, materializados com destaque nos direitos do trabalho, tornam-se o centro definidor da condição de cidadania no país" (GOME, 2002, p. 22). Segundo a historiadora Maria Celina de Araújo (2019),

A Revolução de 1930 marcou o início da intervenção direta do Estado nas questões vinculadas ao mundo do trabalho. Marcou também o fim da autonomia do movimento sindical e o início da vinculação sistemática dos sindicatos ao governo via Ministério do Trabalho, aliás, criado, ainda em novembro de 1930, com essa preocupação. Com a criação desse ministério, o Poder Executivo tomava diretamente para si a formulação e a execução de uma política trabalhista. (ARAÚJO, 2019, p. 233).

O protagonismo das classes trabalhadoras era fundamental para a essa consolidação. Nesse período, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foram criados. Esses órgãos tinham a função de incentivar a população a reconhecer os direitos do trabalho para que as camadas populares pudessem ter "consciência" de sua situação e começar a exigir melhorias em suas condições de vida por conta própria.

Em 1932, Vargas instituiu as Inspetorias Regionais do Ministério do Trabalho. O Decreto n.º 21.690, de 1º de agosto de 1932, determinou que essas inspetorias fiscalizassem o cumprimento das leis trabalhistas recém-implantadas. Além disso, elas representavam um braço do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio na resolução de questões com estados e outras instituições e atuavam como intermediárias para a população com demandas relacionadas ao trabalho, como denúncias e reclamações (BRASIL, 1932).

Com o tempo e a complexificação das relações de trabalho e da legislação, as Inspetorias Regionais foram reformuladas. Com o Decreto-lei n.º 2.168, de 6 de maio de 1940, elas se transformaram nas Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs). Essa mudança não foi só de nome, mas também consolidou suas competências e trouxe maior estruturação.

As DRTs eram responsáveis por fiscalizar a legislação trabalhista a fim de garantir o cumprimento de normas como jornada de trabalho, salário e férias. Elas também atuavam na segurança e saúde no trabalho, emitiam a Carteira de Trabalho (CTPS), registravam empregados e homologavam rescisões contratuais. Além disso, as DRTs orientavam e controlavam as atividades sindicais, mediavam conflitos entre empregadores e empregados,

aplicavam penalidades e instruía processos, assegurando a efetividade dos direitos trabalhistas. Cada estado possuía a sua própria DRT (BRASIL, 1940).

Segundo o Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (1941), Muniz Falcão foi nomeado Delegado Regional do Trabalho de Aracaju-SE no mês de março de 1941. Em 15 de setembro do mesmo ano, também foi designado como representante do Ministério do Trabalho na Delegacia de Trabalho Marítimo (DTM) da capital em questão (DESIGNADOS... 1941, p. 3). No dia 14 de agosto de 1942, ele se tornou membro do Conselho da DTM (DECRETOS... 1942, p. 4).

As Delegacias de Trabalho Marítimo (DTMs), órgãos também subordinados ao Ministério do Trabalho, tinham a função de regular e fiscalizar o trabalho nos portos, na navegação e na pesca. As DTMs foram instituídas inicialmente pelo Decreto n.º 23.259 de 20 de outubro de 1933. Posteriormente, o Decreto n.º 24.743, de 14 de julho de 1934, e o Decreto-Lei n.º 3.346, de 12 de junho de 1941, alteraram e regulamentaram suas funções.

A DTM foi um órgão estatal criado para regulamentar e fiscalizar as relações de trabalho nos portos, atividades marítimas e de pesca. Suas principais atribuições incluíam definir o número de trabalhadores, fixar tabelas de remuneração, fiscalizar jornadas e aplicar penalidades por infrações. Cada DTM era administrada por um Conselho, geralmente presidido pelo Capitão do Porto, e contava com representantes de diversos Ministérios (Trabalho, Marinha, Viação, Agricultura e Fazenda), além de representantes de empregadores e empregados. Essa estrutura refletia a política de intervenção estatal na área trabalhista da época, que buscavam formalizar as relações no setor, padronizar normas e mediar conflitos (BRASIL, 1934).

De acordo com o Boletim do Ministério do Trabalho de janeiro de 1943, Muniz Falcão foi transferido para a DRT de Alagoas, sediado em Maceió (BRASIL, 1943). Além de suas funções como delegado, Muniz começou a se envolver nas redes políticas do estado alinhadas à cultura do trabalhismo. Nas comemorações de 7 de setembro de 1944, Muniz organizou uma reunião na sede dos Sindicatos.¹⁷ Segundo o jornal *A Noite (RJ)*, neste evento discursaram vários oradores, incluindo ele mesmo e Ary Pitombo, secretário do interior¹⁸ (TELEGRAMAS... 1944, p. 6). A atuação de Muniz em Alagoas começou a ganhar

¹⁷ Não foi possível identificar nas documentações pesquisadas quais os sindicatos faziam parte da sede.

¹⁸ Cargo subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, as principais atribuições do ministério incluíam a garantia da ordem e segurança públicas (controle policial e repressão), a organização política interna (relação com os interventores federais nos estados), a reforma e aplicação do sistema de justiça (elaboração de códigos e leis) e, a partir de 1939, o controle ideológico e a censura através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

notoriedade: em março de 1945 ele foi renomeado para o cargo de delegado e recebeu uma homenagem das classes trabalhadoras (HOMENAGEM... 1945a, p. 13).

Muniz Falcão participou das comemorações do Dia do Trabalho de 1945 na sede dos Sindicatos. Tanto ele como Ary Pitombo realizaram discursos na solenidade. O dia do trabalho era a data magna do trabalhismo, nas solenidades deste dia leis trabalhistas eram promulgadas e o pacto de reciprocidade entre liderança política e trabalhadores era reafirmado.

O dia do trabalho passou a assumir certos contornos rituais. Era sempre uma comemoração de massas, na qual o presidente em pessoa se encontrava e falava com os trabalhadores. Mais do que isso, era uma data que passou a ser aguardada pelos trabalhadores, já que era a ocasião em que se anunciava mais uma iniciativa governamental de peso no campo do direito social: o presente da festa. (GOMES, 2005, p. 217).

Para a historiadora Angela de Castro Gomes uma dinâmica se estabelecia entre as celebrações oficiais do período. Enquanto no Dia do Trabalho os trabalhadores eram os que recebiam "o presente" que simbolizava os benefícios e direitos concedidos, no aniversário de Getúlio Vargas, era ele próprio quem era homenageado, com diversas celebrações ocorrendo em diferentes regiões do Brasil. Essas duas datas, somadas ao aniversário de instauração do Estado Novo, formavam um tripé no qual reafirmava o pacto de reciprocidade entre o povo e o líder político (GOMES, 2005, p. 217).

Porém, o Estado Novo começou a perder forças de legitimidade. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, iniciou-se a valorização da democracia liberal como modelo de forma de governo a ser seguido no mundo ocidental; políticas que possuíam tendências autoritárias começaram a ser rechaçadas, os liberais criticavam órgãos como o DIP, acusando-o de cooptar as massas de trabalhadores para defender a permanência de Vargas no poder (FERREIRA, 2005, p. 29). Devido às pressões políticas da oposição e de parte dos grupos aliados, Vargas começou o processo de abertura e as eleições presidencialistas foram marcadas para o dia 2 de dezembro de 1945.

Partidos Políticos foram formando-se no decorrer de 1945 a fim disputar a presidência da república e ocupar as cadeiras parlamentares da constituinte que estava para se formar. Segundo Serge Bernstein (2003),

Para o nascimento de um partido, é necessário, além disso, que, no interior do movimento evolutivo constatado, se produza uma crise, uma ruptura bastante profunda para justificar a emergência de organizações que, diante dela, traduzam uma tendência da opinião suficientemente fundamental para durar e criar uma tradição capaz de atravessar o tempo. Essa crise não é necessariamente um acontecimento histórico, mesmo que fatos espetaculares a revelem aos

contemporâneos. Pode ser uma guerra, mas também um fenômeno de inflação monetária, uma depressão econômica, uma explosão demográfica, uma transformação do sistema educacional, um abalo das estruturas econômicas. (BERSTEIN, 2003, p. 69).

No caso em questão, diversos movimentos estavam ocorrendo para impactar no surgimento dos partidos, à nível global a Segunda Guerra Mundial tinha encerrado; as disputas pela hegemonia dos blocos econômicos Capitalista e Socialista estavam iniciando; dentre os movimentos a nível nacional estava ocorrendo a reabertura democrática de um governo que avançou nos projetos de expansão da cidadania para grupos menos favorecidos. Uma cadeia de eventos se une, não de maneira determinista, mas sim de forma aleatória e imprevisível, ocorrendo assim uma concatenação de causalidades¹⁹ em torno dos surgimentos dos partidos políticos.

O PSD realizou a sua convenção nacional em 17 de julho e homologaram o nome de Eurico Gaspar Dutra como candidato à presidência (A CONVENÇÃO... 1945a, p. 6). Entre os representantes de Alagoas estavam presentes Muniz Falcão e Edgar de Góis Monteiro, que era interventor federal em Alagoas na época, e José Alfredo de Carvalho, representante dos operários na comissão executiva do PSD no estado (DE... 1945b, p. 8).

Nem todos estavam satisfeitos com a saída de Vargas do poder. Os seus 15 anos de governo, para as classes trabalhadoras, representavam significativos avanços nos direitos adquiridos paulatinamente. Temiam por um regresso das conquistas realizadas caso os grupos políticos tradicionais anteriores a 1930 retornassem ao poder. Quererismo foi o movimento político que surgiu com o intuito de apoiar a permanência de Getúlio no poder executivo.

Entre 15 e 18 de agosto, uma campanha nacional, sistemática e coordenada, foi deflagrada em todo o país para mobilizar a população para o primeiro grande comício queremista, programado para o dia 20. Todas as capitais, no dia 18, amanheceram inundadas com boletins e retratos de Vargas. Somente nesse dia, quatro comícios-relâmpagos foram realizados em diferentes pontos da cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de convocar a população para o encontro político. (FERREIRA, 2005. p. 41).

Porém, não eram todos os setores do PTB que estavam participando diretamente da campanha queremista, alguns seguiram apoiando a candidatura de Dutra. Em 24 de agosto de

¹⁹ Concatenação de Causalidades (ou Concatenatium Causarium como escreve Paul Veyne) é um conceito que se refere à interligação complexa entre diferentes fatores e discursos que moldam realidades sociais e históricas, enfatizando que as relações de causa e efeito não são lineares, mas sim entrelaçadas. Michel Foucault analisa como essas conexões produzem efeitos de poder e influenciam as subjetividades e instituições, sugerindo que a compreensão das estruturas sociais deve considerar essa rede de relações em vez de abordagens isoladas. Questão abordada em: VEYNE, Paul. Foucault: Seu pensamento, Sua pessoa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

1945, o PTB foi organizado nas terras alagoanas, o evento de inauguração ocorreu no Instituto de Educação de Alagoas. Segundo uma matéria do *A Noite (RJ)*²⁰, o salão estava bem ornamentado e possuía faixas com os seguintes dizeres: “Votaremos com Getúlio na pessoa de Eurico Gaspar Dutra, via interventor Góes Monteiro. Salve Getúlio Vargas”. Ao lado da tribuna tinha um grande retrato de Vargas entrelaçado por bandeiras brasileiras. Entre os presentes estavam Ismar de Góes Monteiro, Lauro Montenegro, representante do PSD e Muniz Falcão (ORGANIZADO...1945b, p. 16).

No evento, os participantes não declararam apoio direto à candidatura de Vargas. Contudo, utilizaram a imagem dele para fortalecer a campanha de Dutra. O quererismo surgiu a partir das próprias classes trabalhadoras, pois viam poucas alternativas nos partidos que estavam emergindo: “de um lado, a democracia liberal excludente das elites. De outro, o estatismo nacionalista e social” (FERREIRA, 2005. p. 62). As lideranças políticas do PSD enfrentavam um dilema, pois não conseguiam atrair o voto dos trabalhadores sem se vincular à figura e aos projetos políticos de Vargas. Além disso, vale lembrar que Getúlio periodicamente afirmava não ser candidato, queria apenas presidir as eleições e retornar ao sossego de suas terras no Rio Grande do Sul (FERREIRA, 2005. p. 73). Essa declaração contribuiu para certas alas do PTB, como a de Alagoas, reforçarem seu apoio à Dutra.

Nos idos de outubro, as relações de cordialidades entre PSD e PTB começaram a esfacelar-se. Em uma matéria d’*O Jornal (RJ)*²¹, de 24 de outubro, noticiava-se que o PTB estaria empenhado em lançar uma candidatura própria para disputar a presidência. Muniz Falcão teria realizado “declarações precisas” sobre a orientação na qual o partido deveria seguir:

²⁰ Jornal Carioca fundado em junho de 1911 por Irineu Marinho após discordâncias políticas com a direção da *Gazeta de Notícias*. O jornal surgiu com o objetivo de fazer oposição ao Governo Hermes da Fonseca (1910 - 1914). Em março de 1940 o jornal foi integrado ao patrimônio da União. Desde essa época até 1957 o jornal viveu diversas crises. Em 1946 o jornal foi arrendado por um prazo de 15 anos à sociedade anônima constituída pelos funcionários do periódico. Durante o Governo Vargas (1951 - 54) o jornal sofreu diversos problemas administrativos ocasionados pelas ações de Getúlio Vargas em querer manter o jornal como um periódico estatal. Em dezembro de 1957 o *A Noite* saiu de circulação.

Fonte: FERREIRA, Marieta de Moraes. A noite. In: CPDOC FGV. Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NOITE,%20A.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

²¹ Periódico fundado em junho de 1919 por Renato e Toledo Lopes. Cinco anos após sua fundação foi comprado por Assis Chateaubriand e se tornou o órgão líder da cadeia dos Diários Associados. Pouco tempo após a revolução de 1930 o periódico começou a se opor às práticas políticas de Getúlio, consolidando-se no grupo conservador e anti-varguista. No início da Terceira República Chateaubriand apoio a candidatura e o Governo Dutra. Fez uma campanha a favor de Vargas nas eleições de 1950. Porém, logo no início do Governo Vargas (1951-54) os Diários Associados se tornaram oposição e começaram a se aproximar cada vez mais aos grupos udenistas.

Fonte: Leal, Carlos Eduardo. O Jornal. In: CPDOC FGV. Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JORNAL,%20O.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

As consequências dessa deliberação já estão publicadas: o Partido Trabalhista não mais participou dos comícios do PSD de sábado e domingo, em Poço e Coruripe. Acreditamos que não figurará mais em nenhum outro. Sua campanha agora, entrosada com a linha central, será pela Constituinte. E, sem dúvida alguma, constituinte com Getúlio Vargas. Quanto ao Partido do General Eurico Dutra, que viva sozinho, se puder. (OS TRABALHISTAS... 1945, p. 9).

Mesmo com as declarações de Vargas sobre não ser candidato, o quererismo foi ganhando mais adeptos dentro do PTB. A afirmação atribuída a Muniz pelo jornal, “Quanto ao Partido do General Eurico Dutra, que viva sozinho, se puder”, lembra-nos do papel relevante das classes trabalhadoras. Essas alas já desejavam a permanência de Getúlio. Agora, com o PSD perdendo a força da apropriação da imagem de Vargas, responsável por levar a cidadania ao povo, restaria ao partido de Dutra computar os votos apenas de seus correligionários.

As alas mais conservadoras do PSD tinham preocupação com Vargas supervisionar as eleições e utilizar mais alguma artimanha para se perpetuar no poder, a partir disso, com o apoio de diversas lideranças políticas e forças militares no comando de Eurico Gaspar Dutra tiraram Vargas da presidência em 29 de outubro, através de um golpe, assumindo o cargo interinamente o presidente do STF José Linhares. (FERREIRA, 2005, p. 76).

Após ser deposto da presidência, Vargas retornou para sua propriedade rural no Rio Grande do Sul. Só em novembro que veio realizar o seu primeiro pronunciamento após sair do governo convidando os trabalhadores a ingressar no PTB (FERREIRA, 2005, p. 79). As chances do brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) ganhar a eleição estavam preocupando alas do PTB. Vargas, como que por um gesto de amargura pela deposição sofrida, não declarava apoio ao candidato do PSD, general Dutra.

Enquanto isso, Muniz Falcão foi exonerado da DRT de Alagoas em 22 de novembro (DECRETOS... 1945c, p. 4). Nas pesquisas, não encontrei fontes determinando o motivo de sua exoneração repentina. Porém, devido às circunstâncias do momento, conjecturo a possibilidade de alas do PSD terem patrocinado a retirada de Muniz do estado. Por sua atuação reconhecida entre as classes trabalhadoras, chegando a lhe render homenagens como dito anteriormente, Muniz Falcão provocou insatisfações entre os grupos de latifundiários e empresários anti-varguistas. As desavenças provocadas pela campanha eleitoral de 1945, fizeram com que ele arrumasse mais adversários impulsionando assim a sua exoneração. Somente após as eleições foi nomeado delegado da DRT da Bahia, em 14 de dezembro de 1945 (DECRETOS... 1945d, p. 8). Muniz foi retirado do Conselho da Delegacia do Trabalho Marítimo de Alagoas em 21 de maio de 1946 (MINISTÉRIO... 1946, p. 8).

Os comícios estavam chegando ao fim, ambos os candidatos eram impopulares diante do eleitorado trabalhador, porém o brigadeiro Eduardo Gomes tinha uma vantagem segundo as pesquisas da época. Foi então que, em 29 de novembro, Vargas, vendo a possibilidade de seus principais adversários chegarem ao poder declarou apoio à Dutra, que venceu as eleições com 55,39% dos votos, contra 35,74% do brigadeiro (FERREIRA, 2005, p. 86).

A democracia retornava ao Brasil mesmo tendo, ironicamente, um golpe durante a transição. Nas eleições de 1945 também foram disputadas as cadeiras dos poderes legislativos federais constituintes. Como já vimos, diversas correntes partidárias se formaram ao longo de 1945. Iniciava-se a construção de uma nova experiência democrática. Segundo Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes (2019), ao longo da Terceira República

[...] o sistema partidário estava em efetivo processo de nacionalização/interiorização, estabelecendo diretórios em muitos estados e municípios, o que possibilitava um aumento do corpo de eleitores nas cidades, como se costuma acentuar, mas também no campo, o que é muito menos lembrado. Assim, os recentes estudos sobre partidos políticos de historiadores e cientistas sociais convergem ao assinalar que, pela primeira vez na história do país, surgiram e se fortaleceram partidos políticos nacionais com programas e perfis ideológicos definidos (GOMES; FERREIRA, 2019, p. 262).

Porém, a violência e perseguição política também marcaram esse período, como já observado no capítulo anterior. No Governo Dutra (1946-1951), o PCB sofreu a cassação de seu registro em 1947, Dutra era um aliado dos interesses norte-americanos e fazia parte da ala conservadora do PSD. Isso nos chama atenção para entender as complexidades de Getúlio Vargas, que durante o Estado Novo manteve aproximação tanto com os interesses das classes trabalhadoras e grupos progressistas e ao mesmo tempo teve por perto indivíduos conservadores e até simpatizantes a regimes autoritários fascistas a exemplo de Dutra.

As eleições para o governo de Alagoas foram marcadas para o dia 19 de janeiro. Silvestre Péricles (PSD) venceu as eleições com 33.900 (59,7%) votos, contra 22.876 (40,3%) do udenista Rui Palmeira (BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2025). Das 35 cadeiras da Assembleia Legislativa de Alagoas 19 foram para o PSD, 9 UDN, 4 PTB e 3 PCB, havendo assim uma permanência de setores políticos que estiveram no poder em Alagoas durante a interventoria no Estado Novo. No dia 31 de março de 1947 o novo governador de Alagoas tomou posse do cargo (DISCURSO... 1947, p. 18).

Figura 16 - Adhemar de Barros discursando na posse de Silvestre Péricles



Acervo: Museu da Imagem do Som de Alagoas (MISA)

Adhemar de Barros, governador de São Paulo, marcou presença na solenidade de posse de Silvestre Péricles. Na fotografia acima vemos um palanque improvisado montado para a realização dos discursos. Adhemar de Barros discursava diante da população, enquanto isso, Silvestre Péricles, à direita do governador paulista, trajando terno preto e com a mão esquerda no bolso e a direita segurando um cigarro, observava atentamente a performance de Adhemar. Aparentava observar as técnicas de gesticulação das quais o seu convidado empregava de maneira bem engenhosa com a intenção de avigorar o seu discurso.

O governador Paulista já tinha prestigiado a posse dos governadores do Paraná, Goiás e Rio Grande do Sul, esse último ocorrido dia 27 de março (PELA... 1947, p. 4) Segundo *O Jornal (RJ)*, Adhemar inaugurou uma prática nunca vista antes no Brasil, isto é, um governador realizar uma turnê de visitas por diversos estados. Para o jornal, a atitude de Adhemar de dialogar com outros governadores seria uma boa estratégia de traçar caminhos para a resolução de problemas particulares de cada estado com o apoio dos demais, tendo em vista o desenvolvimento econômico do País como um todo. A matéria conclui da seguinte forma:

Nada mais natural e lógico que a deliberação do seu governador de aproximar-se daqueles que vão dirigi-los, com o sadio patriótico objetivo de buscarem numa proveitosa compreensão recíproca soluções mais adequadas e prontas para as múltiplas dificuldades da economia brasileira, muitas das quais resultam sobretudo da falta de uma visão ao conjunto para dirimi-las.

É sob esse aspecto construtivo que se deve interpretar a resolução do governador Ademar de Barros de visitar outros Estados, em obediência a um programa que visa,

antes de tudo, a tornar mais firme a solidariedade política e econômica do Brasil. (PELA... 1947, p. 4).

Já para o *Diário de Notícias (RJ)*²² a viagem de Adhemar a Alagoas não tinha nada de natural. O jornal noticiava o surgimento de “graves divergências” entre Silvestre Péricles e as alas do PSD no estado, motivadas pela eleição da mesa da Assembleia Legislativa. Além disso, o governador alagoano teria rompido com “os maiores do PSD, diante da recusa da indicação do padre Medeiros Neto para a segunda secretaria da Câmara Federal” (DECLAROU... 1947, p. 3).

São Paulo era um dos estados que mais exportavam produtos para o restante do país. As viagens de Adhemar podiam ter o comércio interestadual como um ponto de interesse do governador paulista. Contudo, não se deve descartar a projeção nacional que ele buscava para o PSP. Adhemar possuía ambições de um dia se tornar presidente e, aparentemente, certos setores d’*O Jornal (RJ)* da época comungavam com a ideia. As divergências internas em outros partidos representavam oportunidades de atrair dissidentes para o Partido Social Progressista.

Trinta dias antes da posse de Silvestre Péricles, Muniz Falcão foi exonerado da DRT da Bahia e nomeado novamente para a chefia da DRT de Alagoas (DECRETOS... 1947, p. 12). Interesses de Silvestre Péricles e de outros correligionários podem ter influenciado essa transferência ao considerarem Muniz Falcão uma peça fundamental na tentativa de dialogar as classes trabalhadoras e sindicalistas com o governo que estava para iniciar. Pois, o delegado tinha certo prestígio entre os trabalhadores alagoanos devido a sua atuação entre os anos de 1943 e 1945 no estado.

Boa parte do grupo político com influência expressiva em Alagoas durante o Estado Novo permaneceu no poder após a reabertura democrática. Silvestre Péricles era irmão de Ismar de Góis Monteiro, interventor de Alagoas entre 1941 e 1945, e de Edgar de Góis Monteiro, o qual ocupou o cargo de interventor de março a maio de 1935 e de novembro a dezembro de 1945.

²² Jornal Fundado em junho de 1930 por Orlando Ribeiro Dantas. Surgiu com o objetivo de tecer críticas ao sistema político da República Velha e fazer oposição ao governo Washington Luís. Fez oposição também a Vargas no seu primeiro período à frente do poder executivo (1930- 1945). Durante a Terceira República manteve-se na oposição a cultura política de Trabalhismo e Nacional Desenvolvimentismo e a imagem de Vargas e dos seus sucessores dentro do PTB e PSD.

Fonte: FERREIRA, Marieta de Moraes. *Diário de Notícias* (Rio de Janeiro). In: CPDOC FGV. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DI%C3%81RIO%20DE%20NOT%C3%8DCI AS%20\(Rio%20de%20Janeiro\).pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DI%C3%81RIO%20DE%20NOT%C3%8DCI AS%20(Rio%20de%20Janeiro).pdf). Acesso em: 15 jul. 2025.

Nos anos 1940, Ismar de Góes Monteiro (1941-1945) e posteriormente Silvestre Péricles de Góes Monteiro (1947-1951) tiveram seus governos marcados por esforços de implantação da legislação trabalhista ao mesmo tempo em que também tentavam conter os movimentos sociais em Alagoas. Provocaram insatisfações em diferentes setores da sociedade, fato que contribuía para o acirramento dos posicionamentos políticos entre grupos tradicionais que compunham velhas oligarquias e se articulavam com o empresariado fabril, e grupos defensores de reformas sociais, em que também se enquadravam militantes em nome das causas dos trabalhadores. (TAVARES, 2016. p. 189).

De acordo com Marcelo Tavares, durante o governo de Silvestre Péricles (1947-1951), as ações de perseguição e repressão ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) eram sistemáticas e constantes. A sede do jornal do partido, por exemplo, foi invadida diversas vezes por policiais que apreenderam materiais, danificaram máquinas e destruíram as instalações tipográficas, além de prender trabalhadores do jornal (TAVARES, 2016. p. 173).

Diversas células e a sede do Comitê Regional do Partido Comunista Brasileiro (PCB) teriam sido invadidas e fechadas por policiais, estes portando metralhadoras e fuzis em um sábado, 26 de abril de 1947, em Maceió. Segundo o deputado federal Maurício Grabois, o senador Luís Carlos Prestes teria enviado um telegrama ao governador de Alagoas solicitando explicações sobre o ocorrido (BRASIL, 1947).

O governador Silvestre Péricles não respondeu ao telegrama do senador Prestes. Ao receber o questionamento de um jornalista sobre o assunto, teria respondido o seguinte: “realmente, recebi um telegrama do Senador Carlos Prestes. Mas não dou atenção a um cínico traidor da pátria. Não quero negócio com escravos de Moscou que pretendem russificar traiçoeiramente o Brasil. Eu tenho outra espécie de resposta para Prestes e seus assecclas” (BRASIL, 1947, p. 17).

Ao alegar que os membros do PCB eram “escravos de Moscou” que queriam “russificar o Brasil” e chamar Prestes de “traidor da pátria”, o governador alinhava-se com o discurso anticomunista presente na cultura política de alas mais conservadoras do Brasil, que ia desde udenistas a pessedistas. Além disso, ele tentava criar uma legitimidade para as ações de violência direcionadas aos membros do Partido Comunista Brasileiro. Essa era, portanto, a “outra espécie de resposta” a qual Silvestre Péricles estava disposto a dar.

Nas eleições de 1950, o brigadeiro Eduardo Gomes candidatou-se novamente pela UDN, mas o PTB lançou a candidatura de Getúlio Vargas que conseguiu retornar ao poder. Os udenistas tentaram impedir a posse de Vargas por vias judiciais, mas sem sucesso. Já em Alagoas, Silvestre Péricles indicou o nome de Campos Teixeira para disputar o cargo de governador. Arnon de Melo foi o nome escolhido pela UDN. Este último venceu a eleição

com 56.962 (61%) votos contra 36.338 (39%) votos de Campos Teixeira (BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2025).

As eleições legislativas coincidiram com as executivas naquele ano. Muniz Falcão candidatou-se a uma cadeira na Câmara dos Deputados. Suas experiências e a construção de redes com grupos políticos alagoanos desde 1943 tornaram seu nome atraente para uma parte dos eleitores. “Com uma campanha franciscana, sem apoio das oligarquias, elegeu-se deputado federal pelo Partido Social Trabalhista” (OLIVEIRA, 2010, p. 48), conquistou 3.894 votos (BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2025).

O governo de Vargas durante a Terceira República não alcançou tantos êxitos como no período do Estado Novo. Alguns motivos, segundo Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2018, p. 407-409), são: a) A Câmara dos Deputados e o Senado criaram vários empecilhos na hora de realizar acordos com a base do governo; b) Notícias de corrupção em alguns setores de seu governo aumentaram a dificuldade de governar o país; c) Vargas sofria ataques constantes de opositores, tanto na Câmara quanto nos veículos de imprensa.

Outra questão a ser ressaltada é a plataforma política de Getúlio Vargas em seu governo durante a Terceira República, a qual apresentava diferenças marcantes em relação ao período do Estado Novo. Primeiramente, sua base de apoio concentrava-se no PTB, um partido cuja imagem era de defender os interesses dos trabalhadores brasileiros. No entanto, o PTB disputava essa representação com outras agremiações, como o PSP, o PST e o PSB, sendo este último composto por uma grande parcela de intelectuais.

Em segundo lugar, boa parte dos grupos oligárquicos que apoiaram Vargas no Estado Novo estavam agora concentrados no Partido Social Democrático. Com isso, mesmo formando coligações com o PTB em vários momentos, esses grupos disputavam com Vargas e seu partido as cadeiras nas casas legislativas e nos poderes executivos do país, o que tornava o cenário político mais fragmentado e competitivo.

2.1 Atuação de Muniz Falcão na Câmara dos Deputados

Em 15 de março de 1951, a nova legislatura foi iniciada. Muniz Falcão assumiu seu cargo como deputado pelo PST. No entanto, já a 30 de março, o *Diário Oficial da Câmara dos Deputados* registrou o seu nome como membro do PSP. Curiosamente, durante todo o ano de 1951, os Diários Oficiais apresentaram uma oscilação, associando o nome de Muniz ora ao PST, ora ao PSP.

Talvez essa oscilação seja apenas um descuido dos datilógrafos. Porém, um desvio possível é que, devido à aproximação de Muniz Falcão com a cultura política trabalhista, não seria interessante para ele manter-se vinculado à imagem de Silvestre Péricles. O governo

deste último deixou marcas negativas na memória dos trabalhadores, os quais formavam a base eleitoral do deputado recém-eleito. Essa situação é uma das variáveis relacionadas à derrota de Campos Teixeira (PST) na disputa pelo governo de Alagoas.

Muniz Falcão pode ter começado as articulações para mudar de partido logo depois de tomar posse, os registros do *Diário Oficial* oscilando o partido do qual ele era filiado podem ser um sintoma dessa questão. Porém, a partir das edições do ano 1952 essas oscilações se tornaram raras e identificamos que Muniz se manteve no PST durante a legislatura.

Busquemos agora compreender um pouco da atuação de Muniz na Câmara dos Deputados. Analisaremos alguns projetos de lei propostos pelo deputado de Alagoas.

Um dos primeiros projetos de lei de Muniz Falcão foi o Nº 124/1951, encaminhado à presidência da Câmara em 11 de abril de 1951. Esse projeto propunha a construção do "Pantheon Floriano" em Maceió, para onde seriam transladados os restos mortais de Floriano Peixoto. O local da construção seria a praça cujo nome já homenageava o ex-presidente. Muniz justificou a proposta ao ressaltar que Floriano seria o "consolidador da República" e isso, para ele, seria suficiente para justificar a homenagem (BRASIL, 1951a). O projeto entrou em pauta na Câmara entre os dias 16 e 19 de abril de 1951 e recebeu emendas de Aliomar Baleeiro. Posteriormente, foi transformado na Lei Nº 1866/1953, sancionada em 26 de maio de 1953 (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1951a).

Muniz Falcão buscava manter uma aproximação com os interesses das classes trabalhadoras, para isso, em 29 de maio de 1951, ele encaminhou o projeto de lei nº 499/1951. Esse projeto visava “atribuir funções de fiscalização das leis trabalhistas aos dirigentes das entidades sindicais” (BRASIL, 1951b, p. 12).

A proposta de Muniz conferia aos membros das diretorias, conselhos de representantes e fiscais, de qualquer sindicato de empregados legalizado, o poder de fiscalizar as leis trabalhistas nos estabelecimentos das respectivas categorias profissionais. Muniz justificava essa iniciativa com o argumento de que tal medida traria maior efetividade à fiscalização e ao cumprimento das normas trabalhistas.

A fiscalização das leis trabalhistas, não somente no Distrito Federal, como, sobretudo, nos Estados é feita de maneira sobremodo deficiente, em virtude da deplorável ineficácia dos órgãos a que está afeta.

Resulta, daí, que, embora possuindo uma soberba legislação social, que há quem considere a mais perfeita do mundo, somos, em verdade, um dos poucos países onde os trabalhadores estão menos seguros dos seus direitos, notadamente aqueles que exercem atividades nas localidades mais distantes.

Poderíamos referir, aqui, uma série de exemplos em abono do que acima ficou dito. basta, todavia, a evidência de certos aspectos, notórios, em qualquer setor, para comprová-lo.

É que, sem um sistema adequado de fiscalização, nada tem sido possível fazer, e, em consequência, os patrões menos compreensivos forçam a convivência dos empregados, que capitulam para não perder o emprêgo.

O mal é geral. Em quase tôdas as fábricas, seja de tecidos, açúcar ou quaisquer outras, especialmente, nos Estados, os operários trabalham além do limite legal, critério exclusivo dos empregadores, mulheres e menores são submetidos a jornadas estafantes. Enfim, o regime legal constitui, por incrível que pareça a exceção.

As Usinas de açúcar, de modo especial, até hoje não se enquadraram nas normas disciplinadoras do trabalho, nem os seus proprietários se preocupam muito com isso. O trabalhador brasileiro subnutrido, mal pago, vai, assim, cada vez mais se estiolado, entregue à própria sorte.

Por outro lado, muitas de suas conquistas permanecem letra morta, não obstante os esforços empreendidos por aqueles que sentem a verdadeira situação das classes laboriosas.

[...]

Os problemas do operariado brasileiro, tão complexos, aflitivos e momentosos, precisam ser encarados, de uma vez por tôdas, sem demagogia, dentro da realidade triste em que se situam.

Enquanto isso, porém, visando dar maior profundidade à observância das leis trabalhistas, é oportuno conceder aos dirigentes sindicais de empregados a faculdade de fiscalizá-las, suprimindo por êsse meio, parcialmente, as falhas que se oferecem nêsse terreno. (BRASIL, 1951b, p. 12).

Muniz Falcão estava em seu primeiro mandato eletivo e trouxe para a Câmara dos Deputados a experiência vivida nos anos em que atuou como Delegado Regional do Trabalho. Ele conhecia de perto o cotidiano do operariado, marcado por injustiças, pela ausência de garantias de direitos e violência patronal. Sua proposta de atribuir o poder de fiscalização às diretorias sindicais representava uma forma ágil de começar a sanar os problemas referentes ao cumprimento dos direitos trabalhistas.

Muniz Falcão pode ter começado seu mandato com grande otimismo devido às possibilidades que o cargo lhe proporcionava para buscar a garantia dos direitos trabalhistas. Sendo seu primeiro cargo eletivo, a esperança de provocar mudanças significativas talvez dominasse seus pensamentos. Um de seus primeiros projetos de lei, o "Pantheon Floriano", já havia sido apreciado pelo plenário e encaminhado para as comissões competentes.

No entanto, ele logo perceberia que sua influência para alterar a conjuntura da vida de milhares de trabalhadores no país não era tão expressiva quanto imaginava. Seu projeto de lei terminou sendo enviado para os confins mais escuros da gaveta da presidência da Câmara e arquivado mais de cinco anos após sua proposição, em 17 de outubro de 1956 (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1951b).

Em 5 de novembro de 1951, Muniz Falcão encaminhou outro projeto de lei com o objetivo de “instituir o Abono de Natal para os empregados” (BRASIL, 1951c). Esse abono salarial incidiria sobre empregados do setor privado com diversas formas de vínculo empregatício. Para mensalistas e quinzenalistas, o valor corresponderia a um mês de

vencimento; para semanalistas, diaristas e horistas, trinta diárias; e para empregados que recebiam por produção o abono seria calculado de forma proporcional à produção.

O projeto estabelecia que, em nenhuma hipótese, o abono poderia ser pago em base inferior ao salário mínimo. As empresas seriam obrigadas a organizar a folha de pagamento do abono para futuras fiscalizações. O projeto foi engavetado e arquivado um ano após sua proposição (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1951c).

Em 22 de novembro de 1951, Muniz Falcão apresentou mais um projeto de lei, o qual iria regular a “contribuição devida ao Instituto de aposentadoria e pensões dos empregados em transportes e cargas pelos condutores profissionais de veículo” (BRASIL, 1951d, p. 19). A intenção do projeto era que tanto o empregado quanto o empregador contribuíssem em partes iguais para o Instituto. Segundo o deputado, a então legislação vigente obrigava o condutor, que trabalhava por conta própria, a pagar também a cota de contribuição do empregador, o que o deputado considerava injusto. Esses empregados, por sua vez, não usufruíam de nenhuma vantagem relativa às contribuições exigidas. Esse projeto foi transformado na Lei 2442/1955 em 15 de março de 1955 (BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1951d).

Em 17 de janeiro de 1952, Muniz Falcão enviou à Câmara um projeto de lei para considerar "de utilidade pública a Associação Beneficente dos Motoristas de Alagoas" (BRASIL, 1952a, p. 8). O PL incluía o estatuto da associação que mantinha uma "Caixa de Pecúlio" para conceder um auxílio financeiro à família de sócios falecidos. Para o deputado, a associação era uma "entidade assistencial por excelência, cuja obra, atestada através de relevantes serviços aos motoristas alagoanos durante muitos anos, está a exigir o estímulo do Poder Público, reconhecendo a sua utilidade pública". No entanto, o projeto foi arquivado um mês após sua apresentação (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1952a).

Pelos exemplos de projetos de lei analisados, podemos ver que Muniz Falcão buscava seguir uma agenda trabalhista. A maioria de suas propostas foi arquivada, e poucas se tornaram lei. Muniz estava, então, enfrentando os desafios e obstáculos das relações de poder no Congresso Nacional em relação ao desenvolvimento e progresso que ele almejava para o País.

Para alguns grupos, o progresso significava o avançar dos investimentos e concessões financeiras aos industriais e latifundiários cuja notoriedade financeira já encontrava-se estabelecida. Enquanto outros, a exemplo de Muniz, o progresso estava fundamentalmente entrelaçado à melhoria da qualidade de vida das classes trabalhadoras. As propostas de Muniz, que estavam conciliadas a atender os interesses dos trabalhadores, não se limitavam

apenas aos da área civil. Ele também elaborou propostas visando garantir melhores condições de vida para os funcionários vinculados às Forças Armadas.

Em 25 de março de 1953, Muniz Falcão encaminhou o projeto de lei intitulado “Assegura promoção periódica dos sargentos das Fôrças Armadas” (BRASIL, 1953a, p. 9). Este PL visava garantir a ascensão de patente para os sargentos das Forças Armadas que tivessem completado cinco anos de serviço na mesma graduação.

A justificativa para a proposta baseou-se na numerosa quantidade de sargentos que permaneciam na mesma patente por mais de dez anos, alguns chegando a vinte e cinco anos. Para Muniz, seria uma injustiça não assegurar a elevação do posto, visto que se tratava de muitos indivíduos que exerciam suas funções com excelência. Ele contrastava essa situação com a dos oficiais, cujas promoções eram efetuadas em datas pré-fixadas por leis e decretos. O projeto foi arquivado no mesmo dia de sua apresentação (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1953a).

Em 15 de julho de 1953, Muniz Falcão apresentou mais um projeto para atender aos interesses dos sargentos das Forças Armadas. Desta vez, a proposta buscava garantir a estabilidade no Exército após dez anos de serviço. A legislação em vigor exigia dos sargentos, mesmo aqueles com dez ou vinte anos de serviço, a solicitação de novo engajamento a cada três anos, algo que podia ser negado ou concedido (BRASIL, 1953b).

No projeto de Muniz, os sargentos beneficiados pela lei proposta passariam por uma inspeção a cada três anos. Se não estivessem capacitados, teriam direito à reforma calculada sobre o tempo de serviço computável para fins de inatividade remunerada, de acordo com a legislação vigente. Este projeto foi transformado na Lei nº 2852/1956, em 25 de outubro de 1958 (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1953b).

Entre 1951 e 1954, Muniz Falcão propôs um total de 69 projetos de lei. Desses, 39 tratavam das mais variadas formas de garantia ou expansão de direitos para diversas classes de trabalhadores civis e militares de baixa patente.²³ De um total de 69 projetos apresentados, 8 se tornaram norma jurídica.²⁴ Além disso, 3 projetos de lei buscavam criar algum auxílio ou pensão para pessoas que perderam um familiar notório responsável pelo sustento da família.

²³ Lista dos projetos de lei propostos por Muniz Falcão Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal?contextoBusca=BuscaProposicoes&pagina=1&order=data&abaEspecificca=true&filtros=%5B%7B%22autores.nome%22%3A%22MUNIZ%20FALC%C3%83O%22%7D%5D&q=%2a>. Acesso em: 20 mai. 2025.

²⁴ Lista dos projetos de lei propostos por Muniz Falcão que foram transformados em norma jurídica Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/sileg/Prop_lista.asp?Autor=0&ideCadastro=131121&Limite=N&tipoProp=2. Acesso em: 2 de mai. 2025.

Um desses três projetos foi apresentado em 17 de setembro de 1952 (projeto de lei Nº 1709/1952). Este versava sobre a concessão de uma pensão especial de Cr\$ 48.000,00 anuais para Marieta Braga Teixeira, viúva de Luiz Campos Teixeira, ex-presidente da Caixa Econômica Federal de Alagoas e ex-candidato ao governo deste estado pelo PST nas eleições de 1950 (BRASIL, 1952b, p. 27).

Por volta das 15h do dia 30 de maio de 1951, Luiz Campos Teixeira conversava com um conhecido em frente à Assembleia Legislativa de Alagoas. Ele segurava uma pasta de couro e uma capa quando recebeu um toque no ombro e ouviu: “Prepare-se para morrer!”. Oséas Cardoso surgiu de surpresa disparando com um revólver. Em um ato de defesa, Campos Teixeira agitou a capa na mão em que Oséas Cardoso segurava a arma. Este último conseguiu desvencilhar-se rapidamente e continuou atirando. Cinco tiros foram dados, quatro deles atingiram o presidente da Caixa Econômica no tórax e abdome (ASSASSINADO... 1951a, p. 1).

Oséas Cardoso fugiu em direção ao Parque Hotel, saindo pelos fundos do prédio rumo à Praça dos Palmares. O deputado José Lopes o perseguiu por todo o trajeto até conseguir dar-lhe voz de prisão. Em seguida, Campos Teixeira foi transportado por José Lopes ao Pronto Socorro. Lá, recebeu transfusão de sangue, mas não resistiu aos ferimentos e faleceu às 17h50. As informações circulantes indicavam que Oséas Cardoso acreditava na suspeita de Luiz Teixeira ser um dos autores intelectuais do assassinato de seu pai, João Cardoso, ocorrido em 1950. O caso ainda estava sendo investigado quando Oséas resolveu vingar a morte de seu genitor (ASSASSINADO... 1951a, p. 3).

Na sessão parlamentar de 31 de maio de 1951, Muniz Falcão subiu ao púlpito para lamentar a morte de Campos Teixeira. Simultaneamente, ele acusou conivência do governador Arnon de Mello no assassinato, visto que a vítima fora seu adversário na disputa pelo governo alagoano nas últimas eleições. Os deputados Freitas Cavalcanti (UDN) e Rui Palmeira (UDN) iniciaram uma discussão com Muniz Falcão, alegavam que o crime ocorreu devido a rixas particulares antigas. Para Oséas Cardoso, Campos Teixeira era um dos responsáveis intelectuais pela morte de seu pai. Muniz questionou essa afirmação ao lembrar do processo ainda em andamento, além de recordar que, há pouco menos de dois anos, Oséas havia assassinado o funcionário federal Policarpo Pinho, resultando posteriormente na morte de João Cardoso, pai de Oséas (BRASIL, 1951b, p. 20).

Muniz Falcão comentou que desde o início do seu mandato como deputado subia ao púlpito para denunciar os casos de violência em Alagoas após a posse de Arnon de Mello. Ele também abordou o problema na Caixa Econômica de Alagoas, mencionando que, depois de

Campos Teixeira assumir a presidência, Arnon teria incentivado o fechamento da instituição, tal ato prejudicou muitos trabalhadores alagoanos. Poucos dias antes de sua morte, Campos Teixeira havia viajado ao Rio de Janeiro a fim de tentar negociar verbas para a reabertura da Caixa no estado. Teixeira comunicou ao então senador Ismar de Góes Monteiro (PSD) que estava sendo ameaçado de morte e temia que algo lhe acontecesse após o seu retorno a Alagoas. Muniz encerrava o discurso quando pediu ao Governo Federal e ao Ministro da Justiça um direcionamento das “suas vistas para o pobre estado de Alagoas, para que não deixem morrer os adversários do Sr. Arnon de Melo” (BRASIL, 1951b, p. 21).

No dia 5 de junho de 1951, a Assembleia Legislativa de Alagoas, por 17 votos contra 13, decidiu soltar o deputado Oséas Cardoso imediatamente. O plenário também negou a licença para o processo do deputado por 16 votos contra 14. Segundo o *Diário de Pernambuco (PE)*²⁵, após a proclamação das decisões, aplausos prolongados tomaram conta das galerias do Palácio Tavares de Bastos. Alguns parlamentares foram até a penitenciária onde Oséas Cardoso estava detido para informá-lo e acompanhar sua soltura (NEGADA... 1951b, p. 1).

Durante as investigações ocorridas em inúmeras sessões na Assembleia Legislativa, Oséas foi ovacionado diversas vezes pelos admiradores de sua bravura, que se amontoavam nas galerias para aplaudir o deputado-vingador que fez justiça com as próprias mãos. A manifestação dos fãs de Oséas foi de grande influência para livrá-lo das acusações. O processo foi arquivado e Oséas ficou com fama de valentão. (OLIVEIRA, 2010, p. 28).

Um deputado estadual ceifar a vida de outro, por suspeitas de ter sido o algoz do seu pai, em plena luz do dia e com diversas pessoas a testemunhar o crime, é um evento que deveria gerar revoltas. Porém, a banalização da vida é expressiva ao observarmos que Oséas foi solto, teve seu caso arquivado e ainda recebeu aplausos de admiradores. Mesmo diante de tal fato, Muniz buscou um pouco de justiça através da amenização do sofrimento da viúva.

A justificativa do projeto de lei Nº 1709/1952, elaborada por Muniz, explicitava que Campos Teixeira havia sido morto enquanto cumpria funções delegadas pelo Governo Federal. Seu assassinato estaria relacionado às disputas pelo controle da Caixa Econômica Federal. O projeto visava, então, reparar parcialmente a situação aflitiva de Dona Marieta

²⁵ Jornal fundado em novembro de 1825 no Recife. Seu grupo editorial era alinhado aos grupos políticos favoráveis ao sistema político da Primeira República. Posicionou-se contra a Revolução de 1930. Em 1934 foi adquirido pelo Diários Associados, pertencente a Assis Chateaubriand, que após o início do Segundo Governo Vargas (1951 - 1954) se aproximou cada vez mais dos grupos udenistas.
Fonte: BEZERRA, Ricardo Lima. *Diário de Pernambuco*. In: CPDOC FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DI%C3%81RIO%20DE%20PERNAMBUCO.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

Braga Teixeira, ação considerada pelo deputado como uma de plena justiça (BRASIL, 1952b, p. 27). O projeto foi transformado na Lei 1870/1953 em 27 de maio de 1953 (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1952).

Enquanto deputado federal, Muniz Falcão atuou na frente de oposição ao Governo Arnon de Melo e da tribuna do parlamento criticava periodicamente sua administração. O assassinato de Campos Teixeira ganhou certo destaque, mas não a ponto de gerar uma crise política que ameaçasse o cargo de governador de Arnon de Melo. Anos depois, Muniz Falcão se encontraria na vitrine da violência em Alagoas, porém, diferente de seu antecessor, essa violência tão costumeira, tornou-se um pretexto capaz de provocar desestabilidades em seu governo.

2.2 A formação da Frente Popular Alagoana e as eleições de 1955

Aproximavam-se as eleições de 1955, os grupos udenistas estavam animados com a possibilidade de conquistarem o cargo de presidente da república. Por outro lado, partidos como PTB e PSD começaram a utilizar a memória de Vargas. Jorge Ferreira salienta que

Quase um ano após o suicídio de Vargas, o país ainda vivia o trauma político do 24 de agosto de 1954. A instabilidade política e o clima de radicalização no país eram preocupantes. O legado de Vargas permitiu que sua imagem traduzisse, naquele momento, projetos antagônicos para o país. Um deles, identificando o ex-presidente como líder nacionalista e reformador social, institucionalizou-se no PTB, cuja doutrina, o trabalhismo, pregava um governo interventor e planejador da economia, além de defensor das reformas sociais e dos interesses nacionais diante das ambições econômicas externas, sobretudo norte-americanas. O outro, patrocinado particularmente pelos grupos civis e militares identificados com a UDN, escusava a ‘volta ao passado’ anterior a 24 de agosto de 1954 e acreditava nas virtudes do liberalismo no plano econômico e nas relações de trabalho, bem como nos benefícios advindos da abertura do país aos capitais estrangeiros. (FERREIRA, 2005, p. 214).

Alagoas era um dos três estados do Brasil com um governante da UDN. Arnon de Mello era o governador e estava confiante de que seu partido iria conseguir eleger seu sucessor. Um dos motivos dessa confiança era devido aos resultados das eleições legislativas de 1954: a UDN elegeu senadores para as duas cadeiras que estavam em disputa, conseguiram 5 cadeiras da Câmara dos Deputados, das 9 destinadas a Alagoas, e 16 deputados estaduais das 35 vagas, o PTN, partido coligado com a UDN, elegeu 5 deputados (BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2025).

Foi uma vitória expressiva levando em conta também que a oposição tinha feito uma coligação com seis partidos: PDC, PSB, PR, PSP, PTB e PSD. O candidato a deputado federal mais votado foi Muniz Falcão (PSP), obtendo 13.114 votos, 9 mil votos a mais do que sua primeira eleição em 1950 (foram 3.894) e tendo uma diferença de 4.502 votos do segundo

colocado, José Afonso Mello (UDN), primo de Arnon. O nome de Muniz Falcão estava cada vez mais se tornando popular em Alagoas.

Arnon de Mello apoiou o nome de Afrânio Lages ao governo estadual e Antonio Mafra para vice. Enquanto isso, no início de 1955 a oposição estava avaliando os possíveis candidatos a concorrerem às eleições para o executivo de Alagoas.

Os dois maiores partidos trabalhistas da oposição alagoana – PTB e PSP – começaram a se movimentar a partir de março de 1955. Ambos estavam com a cabeça no passado e tencionavam repetir a vitoriosa coligação nacional de 1950: Getúlio Vargas (PTB) e Café Filho (PSP) para presidente e vice, respectivamente, algo bem distinto da composição coqueluche daquele período (PSD e PTB). Muito embora, é bem verdade, pensar no passado “longínquo” (1950) e ignorar o recente (1954) era justificável: o PSD não apenas apoiou a candidatura de Arnon de Mello (UDN) em 1950, como forneceu o vice de sua chapa, o professor Guedes de Miranda. O PSD apenas debandou para oposição em 1954 por ter sido preterido da gestão governamental por praticamente todo o mandato de Mello. (MOURA, 2017, p. 53).

Pelos idos de março de 1955 o PSP já declarava o apoio ao nome de Muniz Falcão para pleitear o cargo de governador. Em abril, durante uma viagem para Recife, com intuito de buscar apoio de correligionários no estado vizinho, Muniz declarou que os deputados alagoanos petebistas Ari Pitombo, Mendonça Braga e Sizenando Nabuco asseguraram a ele o apoio do PTB à sua candidatura (APOIO... 1955a, p. 12). Porém, os demais partidos da oposição não tinham ainda aceitado seu nome. O PSD queria lançar Ismar de Góes Monteiro²⁶ para disputar o cargo e tinha apoio do PR e PST.

A oposição estava em busca de realizar uma chapa única, pois tentava evitar uma vitória udenista, os acordos continuaram nos meses seguintes que antecederam as campanhas eleitorais. Por um momento Muniz declarou desistir da candidatura ao governo para apoiar o nome de Ari Pitombo (PTB) como forma de tentar manter o grupo de oposição coligado. Segundo o *Diário de Pernambuco (PE)*, Muniz “não pretendia de modo algum impor sua candidatura e, muito menos, admitir que a coligação alagoana viesse a cindir-se por sua causa” (REVIRAVOLTA... 1955b, p. 1).

O PSD no dia 09 de julho aprovou o nome de Ismar para ser candidato ao governo (ISMAR... 1955a, p. 4), enquanto o PSP e o PTB aprovaram o nome de Muniz e Sizenando Nabuco a fim de disputar a vaga de governador e vice-governador respectivamente. Muniz Falcão realizou uma declaração criticando outros partidos políticos por não apoiarem a sua candidatura porque acreditava que a desunião da oposição iria levar os udenistas a uma nova

²⁶ Militar, Ismar foi interventor federal durante os anos de 1941 – 1945 e senador por Alagoas entre 1946 - 1955, era irmão de Silvestre Péricles e Edgar de Góis Monteiro.

vitória. Para ele não existiam razões do setores oposicionistas serem contra a sua candidatura, pois seu nome teria surgido a partir de “uma imposição das camadas populares, das massas humildes às quais jamais faltei, nem faltarei. Antes de ser candidato de partidos, já era do povo, sem distinção de categorias sociais” (MOURA, 2017, p. 61). Criaram a chamada “Frente Popular Alagoana” e esperavam que os demais partidos de oposição aderissem a esta frente.

O PSD ainda tentou realizar um acordo. Apoiaria o nome de Muniz Falcão se o candidato a vice-governador fosse do PSD. Porém, tanto Muniz como Ari Pitombo e Sizenando Nabuco não aceitaram a proposta (MOURA, 2017, p. 62). No início do mês de agosto alas do PSD, vendo que não tinha possibilidade de um acordo para evitar um racha na oposição, começaram a mobilizar a retirada da candidatura de Ismar de Góes Monteiro ao governo. “Argumenta-se que possuindo a oposição dois candidatos, a vitória do candidato situacionista será tranquila” (SUCESSÃO... 1955b, p. 3).

Pode-se considerar como um dos motivos que levou Muniz Falcão a não aceitar o nome de Ismar de Góis Monteiro fosse a tentativa de se afastar das elites tradicionais alagoanas e ser considerado um candidato independente. Além disso, vale lembrar que Ismar e Silvestre Péricles, mesmo brigados, ainda eram irmãos e vieram de um mesmo grupo político que exerceu grande influência nas relações políticas alagoanas durante o Estado Novo. Silvestre possuía o nome manchado entre as classes trabalhadoras devido ao seu péssimo governo em relação aos interesses trabalhistas.

Durante a primeira quinzena de agosto as tentativas de acordos sobre uma candidatura única da oposição ao governo de Alagoas continuaram calorosas. No dia 05 Muniz e Ismar palestraram na Câmara dos Deputados em favor de suas candidaturas. Ismar chegou a falar de maneira otimista com os repórteres, afirmou que dentro de 3 dias o assunto de quem seria o candidato da oposição se resolveria (SUCESSÃO... 1955c, p. 3). No dia 08, Ismar, Muniz e Aurélio Viana (PSB) se reuniram em uma das salas da Câmara dos Deputados para tentar chegar a um acordo (SUCESSÃO... 1955d, p. 3). Pode-se presumir que não conseguiram fechar nenhum acordo nesta reunião, pois após o PSD retirar a candidatura ao governo de Alagoas, Ismar e uma ala do partido passaram a apoiar a candidatura do udenista Afrânio Lages. O PSD em Alagoas ficou sem aderir totalmente à Frente Popular Alagoana (BALANÇO... 1955e, p. 5).

No meio dessa disputa pela candidatura ao governo de Alagoas, os comunistas buscavam incentivar a população a votar em um candidato popular. O jornal comunista *A Voz do Povo* (AL), que circulava na cidade de Maceió durante a Terceira República e tinha uma

política de realizar denúncias contra as situações precárias e de violência sofridas pelos trabalhadores alagoanos, mostrava um discurso divergente de outros periódicos controlados por classes empresariais do estado que transmitiam visões positivas das situações dos trabalhadores nas fábricas.

A Voz do Povo (AL) publicou na capa de sua edição do dia 11 de junho críticas ao candidato Afrânio Lages, ressaltava que Arnon teria escolhido um “fascista para governador”. Lages seria uma “continuação do atual estado de violência e miséria” existente em Alagoas. O jornal salientou que em seu discurso de lançamento da campanha, Lages, teria falado sobre o seu passado na Ação Integralista Brasileira. Na ótica do jornal ele estaria enaltecendo a ideologia nazi-fascista e isso lhe tornava um inimigo da pátria (ARNON... 1955, p. 4).

O jornal também teceu críticas a UDN, seria um “partido de golpistas e reacionários ligados aos imperialistas ianques e aos latifundiários e grandes capitalistas responsáveis pelo golpe de 24 de agosto e pela morte de Getúlio Vargas” (ARNON... 1955, p. 4). Conforme falado no início deste tópico, a memória de Vargas era mobilizada politicamente por grupos dos quais se diziam representar a vontade dos trabalhadores. Mesmo os comunistas tendo sido perseguidos pelo Estado Novo, apoiaram a candidatura de Vargas em 1950 e o seu governo (1951 - 1954) e também utilizaram da memória do seu suicídio como forma de minar votos do candidato udenista.

Na última página d’*A Voz do Povo (AL)* do dia 11 de junho, temos uma matéria sobre as opiniões de algumas lideranças alagoanas de trabalhadores e comerciantes a respeito da disputa ao cargo de governador. Observa-se uma opinião parecida entre as lideranças: o estado de Alagoas precisava de uma frente ampla e popular na disputa eleitoral, fazendo-se necessário o apoio a um candidato que atendesse o desejo do povo. O jornal perguntou ao líder comerciário Jaime Barbosa sobre a possibilidade de uma candidatura popular para o estado de Alagoas, ele respondeu:

É de grande importância para unir as forças populares contra o atual governo. Mas para isto é indispensável, para o lançamento de uma candidatura de coalizão democrática ao governo do Estado, a união de toda a oposição em particular das forças populistas, assim seremos vitoriosos. (LIDERES... 1955, p. 4).

Ao analisar o termo “populista”, utilizado pelo líder comerciário Jaime Barbosa, pode-se perceber a ausência de tom depreciativo. A utilização do termo “forças populistas” se encontra nesse caso relacionado a uma ideia de união de forças defensoras dos interesses das camadas populares e ao mesmo tempo, da necessidade de união entre forças oposicionistas e

populistas para possibilitar uma vitória nas urnas contra a UDN. O nome de Muniz Falcão, nessa edição, ainda não era citado como candidato. Pois, conforme analisado mais acima, nessa época ainda estava em disputa quem seria o candidato da oposição, mas já deixava claro um caminho viável nas lutas políticas de uma ampla coalizão de esquerda posta à negociação. A eleição estava em aberto, tanto quanto os desdobramentos políticos e sociais nessa circunstância histórica.

Ao lado dessa matéria, na qual se lê a opinião de algumas lideranças de trabalhadores, observou-se o destaque a uma notícia sobre o aumento nos preços dos transportes públicos. A elevação do custo das passagens e a criação de passes no valor de Cr \$0,50 como troco no pagamento elevou o custo final dos deslocamentos diários de trabalhadores e demais usuários do sistema público de transportes (NOVO... 1955, p. 4). O troco em forma de passe hipotecou os trocados dos passageiros e nem sempre era ressarcido. Incidia inclusive no custo de vida da população (a matéria encontra-se destacada em azul na figura abaixo).

Figura 17 – Última página d'*A Voz do povo* (AL) e recorte da propaganda e Prestes



Fonte: Jornal *A Voz do Povo*, Maceió, 11 jun. 1955. p. 4. Acervo: Arquivo Público de Alagoas (APA)

Outro importante destaque é a matéria de propaganda política do PCB sobre o Luís Carlos Prestes contido na mesma página (marcado em vermelho na figura acima). Destaca, que se eleito realizaria um governo da paz, da salvaguarda da soberania nacional, da garantia

dos direitos democráticos e da luta contra a miséria. O jornal faz um destaque da figura de Prestes como um ideal de governança, relacionando-o às lideranças de trabalhadores locais que opinaram sobre as qualidades de um possível comando político em benefício de Alagoas (destacado em amarelo na figura acima). Carlos Prestes, ao mesmo tempo em que era exemplo para Alagoas, teria, na forma da disposição das matérias nesta edição, o respaldo das lideranças locais cujo vocabulário e ideias políticas coadunavam com as diretrizes do PCB nacional (A PLATAFORMA... 1955, p. 4).

No segundo semestre de 1955 a idealizada e negociada Frente Ampla e Popular se firmou no estado. Ficou conhecida como Frente Popular Alagoana. Teve aceitação de diversos sindicatos e do PCB que apoiaram Muniz Falcão à cadeira do Governo de Alagoas (TENÓRIO, 2007, p. 166). De acordo com o historiador Marcelo Góes Tavares (2016):

A Frente Popular Alagoana concorreu nas eleições de 1955, tendo como principal candidato ao governo do Estado, Muniz Falcão. Sua posição e proposta política ganhou adesão dos comunistas, de modo que talvez o considerasse como líder capaz de sustentar projetos que coadunassem com a almejada Plataforma do Povo. Assegurava-se também uma relação de conveniência, tendo em vista trabalhistas e comunistas terem as mesmas bases sociais, os trabalhadores. Essa aproximação já tinha tido êxito na eleição de Vargas em 1950. (TAVARES, 2016, p. 240).

Segundo Anderson Moura, a partir da ótica do *Jornal de Alagoas (AL)*, durante as campanhas eleitorais, Muniz Falcão utilizou mais o termo “povo” do que “trabalhadores” para se referir a quais interesses ele estaria alinhado em seus discursos. Sua aproximação com a classe trabalhadora esteve presente nos discursos feitos por correligionários e pelos próprios trabalhadores (MOURA, 2016, p. 423). Segundo José Murilo de Carvalho:

A ideologia trabalhista, veiculada durante os anos que vão de 1942 a 1945 e materializada na idéia de cidadania como exercício dos direitos do trabalho, pode ser interpretada como uma proposta de conceituação da política brasileira fora dos marcos da teoria liberal, então desacreditada internacionalmente. Nessa proposta de pacto político entre representantes (o Executivo, o presidente da República) e representados (o povo, os trabalhadores), o que se valoriza é a idéia de cidadania centrada nos direitos sociais, e não nos direitos políticos e civis. (CARVALHO, 2002, p. 27.)

A ideologia trabalhista continuou em transformação e ganhou espaços após o Estado Novo. Muniz Falcão ao utilizar o termo povo, em vez de trabalhador nos seus discursos de campanha estaria em conformidade com os aspectos de valoração dos direitos sociais da classe trabalhadora alagoana. A expansão da conquista da cidadania entre os trabalhadores tornavam-lhes efetivamente parte do povo brasileiro, poderiam agir nos rumos que o País

tomaria a partir de um pacto de reciprocidade com o chefe do executivo. No caso de Alagoas tinha-se em Muniz Falcão a liderança política propícia para valorizar os ideais trabalhistas.

Enquanto isso, “Arnon de Mello realizava uma defesa acalorada da classe operária, utilizando de uma linguagem mais comum ao meio sindical e tradicionalmente de esquerda”. Tal ato por parte de Arnon demonstra o peso do trabalhador na decisão das disputas eleitorais. As estratégias para conseguir o voto da classe operária eram diversas. Segundo Marcelo Tavares, o filho de uma moradora da Vila Operária de Fernão Velho²⁷ foi apadrinhado por Arnon, muitos duvidavam que ele fosse aparecer ao batizado, mas marcou presença na igreja da vila operária. Máquinas de costura eram expostas no bagageiro de carros do tipo Kombi e Arnon prometia sortear as máquinas durante os comícios (TAVARES, 2016, p. 242).

Afranio Lages encerrou sua campanha eleitoral com dois comícios no dia 1º de outubro, um em Rio Largo²⁸ e o outro em Fernão Velho. Duas regiões que possuíam um grande número de eleitorado operário, em Rio Largo existiam 2 fábricas têxteis e em Fernão Velho uma das maiores do estado.

As eleições foram realizadas no dia 3 de outubro, Muniz Falcão venceu o pleito com 53.085 (51,66%) votos, Afranio Lages teve 49.669 (48,34%), uma diferença de 3.416 votos (BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2025). É interessante observar como foram os votos nos municípios alagoanos que possuem presença de fábricas, dos 7 (Maceió, Delmiro Gouveia, Pão de Açúcar, Penedo, Pilar, Rio Largo, São Miguel dos Campos), Muniz venceu em 5 (perdeu em Delmiro e Pão de Açúcar). O voto em Muniz foi bastante expressivo na capital, ganhou de 13.939 (67,45%) votos, contra 6.727 (32,55%) obtidos por Afrânio, uma diferença de 7.212 votos. Dos 37 municípios com Zona Eleitoral Muniz venceu em apenas 12 (MOURA, 2017, p. 65).

A partir destes números podemos ver a tendência do trabalhismo possuir mais força nas zonas urbanas e industriais, enquanto que na região interiorana, onde se tem um predomínio de latifundiários e de uma cultura política próxima do coronelismo houve uma prevalência do udenismo. Uma conjuntura que se apresenta por todo o Brasil e assim como em Alagoas possui suas exceções. Há exemplos de Delmiro Gouveia e Pão de Açúcar, regiões com polo industrial, mas ainda marcadas pela influência política do coronelismo que resultou em uma vitória de Afranio Lages, candidato apoiado por Arnon de Mello.

A vitória de Juarez Távora, da UDN, nas eleições presidenciais em Alagoas foi influenciada por uma significativa fragmentação dos votos. Távora recebeu 44.126 (44,56%)

²⁷ Bairro de Maceió banhado pela Laguna Mundaú.

²⁸ Município alagoano, localizado há 27 km da capital.

votos, superando Juscelino Kubitschek, do PSD, que obteve 38.775 (39,16%) votos. Adhemar de Barros, do PSP, ficou com 10.218 (10,32%) votos, enquanto Plínio Salgado, do PR, alcançou 5.907 (5,97%) votos (BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2025).

Essa divisão de votos para o cargo de presidente refletiu as preocupações dos grupos oposicionistas ao governo de Arnon em relação à eleição para a cadeira executiva do estado, caso eles tivessem se dividido em duas candidaturas. Muniz decidiu apoiar Adhemar de Barros, enquanto o PTB e o PSD se uniram em torno de Juscelino Kubitschek. A fragmentação dos votos entre os grupos de esquerda e progressistas favoreceu a candidatura de Távora.

O caso já foi diferente para vice-presidente, Goulart (PTB) teve 47.173 (49,78%) dos votos, Milton Campos (UDN) 43.402 (45,8%) e Danton Coelho (PSP) 4.190 (4,42%). Comparando os votos de Adhemar com o do seu candidato a Vice, Danton, podemos perceber uma transferência de boa parte dos votos ao candidato petebista João Goulart. Segundo Jorge Ferreira, Goulart começou a se tornar popular após assumir o Ministério do Trabalho durante o governo Vargas (1951 - 1954).

O trabalhismo brasileiro, com Jango, modernizou o seu projeto, aproximando-se daquele vitorioso na Inglaterra. O presidente do PTB, nesse momento, surgiu no cenário político como o porta-voz de uma geração que, identificada com os valores defendidos pelas esquerdas - a exemplo de socialistas, trabalhistas e comunistas -, preocupava-se com a pobreza dos trabalhadores e a ampliação de seus direitos políticos. Essa geração, reconhecendo a necessidade de mudanças nas estruturas sociais e econômicas do país, duvidava das possibilidades de êxito de um projeto circunscrito aos limites traçados pelo liberalismo clássico, assim como pregava a UDN. (FERREIRA, 2005, p. 123).

Muniz Falcão era um desses políticos da nova geração da cultura política trabalhista que tentavam encabeçar um projeto de desenvolvimento tanto em Alagoas quanto no Brasil em geral. Sua aproximação com a classe trabalhadora, desde o tempo de Delegado Regional do Trabalho e sua atuação como deputado federal auxiliaram a popularizar seu nome. Mesmo com o intenso discurso em defesa dos interesses das classes trabalhadoras, entrega de presentes e demais estratégias de atrair o voto popular realizado por Arnon de Mello junto do seu candidato Afranio Lages não garantiram a vitória.

Além da relação que a imagem de Muniz tinha com o trabalhismo e desenvolvimentismo tem-se a memória da população em relação ao governo de Arnon (1951 - 1956) e a sua campanha eleitoral de 1950. Segundo Marcelo Tavares, durante a campanha Arnon prometeu realizar um governo diferente de seu antecessor, Silvestre Péricles, um de seus objetivos seria pacificar a sociedade (TAVARES, 2016, p. 194). Porém, após sua vitória a

violência contra os trabalhadores continuou, “poucos dias após sua posse numerosas prisões já tinham sido feitas por belguins e soldados da PM em diversas áreas de Maceió” (TAVARES, 2016, p. 196). Operários e comunistas que realizavam discursos de ideais de ampliação dos direitos políticos, sociais e civis dos trabalhadores eram considerados personagens subversivos à ordem e à paz, inclusos no mesmo rol de ladrões e viciados (TAVARES, 2016, p. 199).

Portanto, observa-se uma concatenação de causalidades que definiram o resultado das eleições para o governo de Alagoas. No dia 26 de novembro o *Diário de Pernambuco (PE)* publicou na íntegra uma carta escrita por Arnon de Mello que tecia comentários sobre o resultado das eleições. “Somente um equívoco do eleitorado pode explicar a vitória do candidato da oposição” (PLEITO... 1955bc p. 3) eis o título que o jornal utiliza na matéria onde é exposta a carta de Arnon e Mello.

Na carta ele argumenta que seu partido, UDN, elegeu 35 dos 41 prefeitos nos municípios alagoanos, além de elucidar que dos cinco prefeitos oposicionistas eleitos, dois eram do PSD, dois do PTB e apenas um do PSP. Em seguida ele tratou do resultado para presidente no qual o candidato Juarez Távora da UDN teve a vitória e Adhemar, correligionário de Muniz, ficou em terceiro com uma porcentagem baixa de votos. Segundo Arnon a preferência no estado pela UDN estava clara ao observar as informações citadas acima. “Só, assim, por um descuido, por um engano, por um equívoco a oposição venceu aqui o pleito estadual. E essa vitória foi recebida aqui com frieza, com apreensão, até com lágrimas, pelo povo alagoano”. Em seguida a carta diz o seguinte:

Quanto a mim, estou tranquilo de consciência porque cumpri a minha missão. Prometi em 1950 instaurar em Alagoas, se eleito, um regime de liberdade, e tranquilidade e de progresso, e deixarei o governo sem ter faltado aos meus compromissos. [...] Deixarei o governo, mas não deixarei Alagoas. Porque nunca foi mais firme e mais entusiástica a minha determinação de defender o bem estar do povo alagoano. (PLEITO... DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 26 nov. 1955 p. 3)

Arnon fez questão de esclarecer os ideais democráticos dos quais tentou implantar durante seu governo em Alagoas. Porém, o que ele chama de “regime de liberdade, tranquilidade e progresso” aplicou-se a parte dos grupos empresariais e conservadores que lhe apoiaram e tiveram algum benefício ou regalias durante o seu governo. Desses sim, poderia esperar receber a vitória de Muniz Falcão “com frieza, com apreensão, até com lágrimas”. Pois tratava-se de um candidato com amplo apoio popular e que tinha uma afinidade com os interesses das classes trabalhadoras.

No dia 10 de dezembro de 1955 Muniz Falcão e Sizenando Nabuco foram diplomados em uma cerimônia realizada pelo Tribunal Regional Eleitoral (DIPLOMADOS... 1955a, p. 14). Muniz já começou a mobilizar seu grupo para o governo que estava prestes a iniciar-se. No dia 15 de dezembro ele participou da Confederação Nacional do Comércio e foi recebido pela diretoria da entidade sindical dos comerciantes brasileiros. Fez um longo discurso em que ressaltou a prioridade do seu governo em realizar melhorias no porto de Maceió, na exploração do açúcar e na educação (ESTEVE... 1955b, p. 2). Mesmo depois de eleito Muniz continuou mantendo seu discurso atrelado aos interesses das classes trabalhadoras, ter esse expressivo e importante grupo político ao seu lado seria uma peça necessária na manutenção da governabilidade em terras alagoanas.

2.3 Primeiro ano do Governo Muniz Falcão e sua relação com os trabalhadores

Na segunda metade do século XX, estudos tentaram entender o movimento das massas trabalhadoras que apoiaram certas lideranças políticas durante a Terceira República, ficando conhecido como populismo. O populismo seria uma prática realizada por lideranças políticas carismáticas que tinham como objetivo enganar as massas trabalhadoras através de discursos em defesa de causas trabalhistas. Com isso, tinha-se a ideia de que a classe operária era politicamente desorganizada e, portanto, caberia ao líder populista realizar uma “proletarização dos trabalhadores na sociedade complexa moderna, sendo um indicativo de que tais trabalhadores não adquiriram consciência e sentimento de classe” (GOMES, 2001, p. 24).

Encontra-se muito difundido na sociedade brasileira a utilização do termo populismo para definir uma liderança tanto de esquerda quanto de direita que tenta utilizar políticas sociais como ferramentas e meios de manipulação das classes menos favorecidas. O termo começou a ter suas primeiras formulações no contexto da Terceira República, mas “não se basearam em categorias teóricas com respaldo acadêmico, mas, sim, procuraram fabricar imagens politicamente desmerecedoras do adversário” político (FERREIRA, 2001, p. 8).

Com o início de estudos acadêmicos a partir da década de 1950 tentou-se entender os fenômenos das lideranças ditas populistas, terminaram por criar uma conceituação que seguia a imagem pejorativa da época sobre esse termo. Esses primeiros estudos foram realizados por membros do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) que era um núcleo pertencente ao Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), esse grupo de intelectuais visava “discutir os problemas políticos, econômicos e sociais relacionados ao desenvolvimento do país” (GOMES, 2001, p. 22).

Essa ideia estava presente no cotidiano da época, indo de jornais aos meios acadêmicos. A priori, produziu-se representações nas quais essas lideranças teriam sido responsáveis pela introdução de uma agenda trabalhista, mas que por trás dessa agenda havia uma manipulação da classe trabalhadora que em tese não seria capaz de reconhecer seus direitos políticos e civis. Fato que justificaria certa tutela ou mesmo dependência política. Junto a popularização da utilização do termo populismo veio a crença de que os operários da época da redemocratização estavam deslocados da sua real condição política (GOMES, 2001, p. 24).

Além disso, outros dois fatores foram considerados pontos importantes para o surgimento do populismo. O primeiro seria resultante de uma conformação por parte da elite política vigente que perdeu seu espaço de poder e influência perante a sociedade. O segundo fator seria o surgimento de um líder populista bastante carismático que agradaria tanto a elite quanto as massas e a partir disso se conseguiria atingir o poder através da manipulação.

A partir da década de 1980, a ideia de que populismo era uma prática de cooptação dos trabalhadores começou a defasar-se. Para Gomes (2001, p. 24) o que existiu foi um Pacto Trabalhista entre as lideranças chamadas de populista e trabalhadores. Foi uma relação de mão dupla em que operários tinham discernimento de seus interesses no meio político e que através disso se relacionavam com lideranças políticas mais propícias a atenderem seus anseios. Em contrapartida, as lideranças políticas conseguiam apoio popular para governar.

Segundo Gomes (2005) é a partir da década de 1940 que tem-se a formação simbólica do “discurso trabalhista” que começou a apresentar os benefícios sociais conquistados no Estado Novo liderado por Getúlio Vargas, “não como uma conquista ou uma reparação, mas como um ato de generosidade que envolvia reciprocidade”. O Estado passa a ser visto como um “produtor de discurso que tomava elementos-chave da autoimagem dos trabalhadores e articulava demandas, valores e tradições desta classe, redimensionando-os em outro contexto”(GOMES, 2005, p. 180). Portanto, esse “pacto de reciprocidade”, que também pode ser chamado de “pacto trabalhista”, começa a ganhar força na Terceira República e se espalha por outras lideranças políticas como representantes de um dos lados desse pacto, além de Vargas.

Muniz Falcão tornou-se uma dessas lideranças que tentou manter uma relação de reciprocidade com as classes trabalhadoras alagoanas, formando o outro lado da balança deste pacto. Havia um protagonismo político por parte dos trabalhadores, que, a partir de seus espaços de experiência (como o Governo Arnon, marcado pela violência contra os trabalhadores) e horizontes de expectativa (uma melhoria nas condições de vida e trabalho),

buscavam apoiar candidatos mais propensos a atender aos interesses da classe. No entanto, além do apoio às lideranças políticas, existiam outras formas de luta.

Na tese do historiador Marcelo Tavares (2016) é realizada uma análise sobre o protagonismo operário na Fábrica Carmen em Fernão Velho. Os operários buscavam diversas maneiras de reivindicar seus direitos, desde a abertura de processos na Justiça do Trabalho até a participação em reuniões sindicais e em espaços informais nos quais estaria assegurada certa autonomia diante das tentativas de influência patronal e/ou de sindicalistas pelegos. Cita-se enquanto exemplo a organização informal de reuniões que eram realizadas na praça da vila operária pelos trabalhadores para discutir questões relacionadas a carestia de vida e a realidade do trabalho na fábrica, tornando esse espaço conhecido como “Senado” (TAVARES, 2016, p. 161).

Existia certo protagonismo por parte de alguns operários militantes do PCB nas fábricas de Maceió. O Jornal *A Voz do Povo (AL)*, mantido pelo PCB de Alagoas, era utilizado como ferramenta de reivindicações e denúncias a favor da classe trabalhadora. Portanto, há de se pensar até que ponto lideranças políticas, a exemplo de Muniz Falcão, tinham tutela das demandas dos trabalhadores ou eram apenas apoiados por se aproximarem de pautas de interesse popular e serem a melhor opção do momento em questão.

O governo de Muniz Falcão teve uma postura de criação e manutenção de vínculos com a classe trabalhadora. Atuou com uma política de não perseguição e agressão aos sindicatos, associações e jornais de esquerda, tendo assim uma redução da repressão do estado aos movimentos sociais. Permitiu que comunistas, sindicalistas e trabalhadores pudessem exercer autonomamente a reivindicação de direitos. O PCB e os sindicatos cresceram. Foi também um período de crescimento das demandas por direitos dos trabalhadores na Justiça do Trabalho, o que sugere um cenário mais favorável para múltiplas resistências, inclusive nos espaços institucionais formais (TAVARES, 2016, p. 250).

Pode-se considerar, desse modo, nessa relação entre Muniz Falcão e as classes operárias de Alagoas, a formação ou configuração da categoria de análise que a historiadora Angela de Castro Gomes chama de “Pacto Trabalhista” (GOMES, 2001, p. 47). Contudo, esse pacto não eximia a sociedade, e suas demandas políticas por direitos, das disputas e tensões que marcaram o período. O clima favorável aos trabalhadores com um governador trabalhista não os deixava imunes de retaliações e violência.

Por outro lado, essa liberdade política estimulada pelo governador acirrou ainda mais a luta de classes em Alagoas. A postura oficial de não agressão aos trabalhadores não impediu a repressão das fábricas nem da oposição ao governo.

Além disso, a antiga aliança entre os industriais do setor têxtil e o aparato repressor do estado não cessaria a violência aos operários têxteis. O que acreditamos ter ocorrido, foi uma diminuição das ações policiais contra as lideranças sindicais e, principalmente, contra os comunistas. (MELO, 2012, p. 46).

Portanto, as ações por parte dos grupos de trabalhadores conseguiram ganhar mais espaços a partir do momento em que o governo parou de agir contra esses setores da sociedade. Uma matéria do jornal *Voz Operário (RJ)*²⁹ do dia 28 de abril de 1956 é um exemplo que podemos analisar para entender a cultura política desses grupos que protagonizaram suas disputas por direitos políticos, sociais e melhores condições de trabalho.

O custo de vida em Alagoas estava se exacerbando e somava-se a essa crescente os efeitos das crises econômicas dos governos anteriores. Poucos meses após a posse de Muniz Falcão, lideranças sindicais junto dos trabalhadores se mobilizaram e realizaram uma grande manifestação que foi em direção ao palácio do governo.

Figura 18 - Matéria da última página do *Voz Operária (RJ)*



Fonte: Jornal *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 28 abr. 1956. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Os trabalhadores não tiveram paciência de esperar as ações por parte do governador Muniz Falcão, porque a precária condição de vida assolava-os dia-a-dia, então, junto às suas lideranças e representações foram até as portas do Palácio dos Martírios. Foi uma grande manifestação na primeira quinzena de abril de 1956 na qual inserimos um outro plausível ingrediente político: o povo também cobrava a validade do pacto trabalhista com o governador eleito. A confiança em Muniz durante o voto nas urnas deveria ser respondida

²⁹ Jornal carioca fundado em fevereiro de 1949 pelo Partido Comunista do Brasil. Além da propaganda do comunismo, também realizava denúncias contra a violência e precarização da vida dos trabalhadores.

Fonte: FERREIRA, Marieta de Moraes. *Voz Operária*. CPDOC FGV. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/voz-operaria>. Acesso em: 15 jul. 2025.

pelo Governo com ações políticas concretas no sentido de beneficiar os trabalhadores. O jornal carioca *Voz Operária* publicou em sua última página da edição do dia 28 de abril de 1956 uma nota dando destaque a essa manifestação. Ela ocorreu com ampla participação popular, tornando intrafegável as ruas de acesso ao Palácio dos Martírios. É como se o governo tivesse sido cercado por uma mobilização nunca vista nos últimos 10 anos em Maceió (GRANDE...1956, p. 7).

O governador recebeu os manifestantes com toda sua equipe de secretários. Essa ação por parte de Muniz Falcão tem um poder simbólico pertinente, mostrar que ele tinha apreço pelas reivindicações dos trabalhadores, sugere então que toda sua equipe de governo estaria à disposição de buscar melhorias para as condições de vida da população. Com essa atitude o governador também deixa claro possíveis desdobramentos de ação governamental, que seria levar à Assembleia Legislativa as reivindicações do povo³⁰ para, com os deputados elaborar projetos que atendessem as demandas dos trabalhadores.

Percebe-se então um papel ativo por parte da população na interlocução com setores do estado na busca de terem seus interesses atendidos. Segundo Angela de Castro Gomes

Atribuir aos trabalhadores um papel ativo, vale dizer, uma presença constante na interlocução com o Estado, significava reconhecer um diálogo entre atores com recursos de poder diferenciados mas igualmente capazes não só de se apropriar das propostas político-ideológicas um do outro, como de relê-las. (GOMES, 2001, p. 46).

Os trabalhadores não ficaram ociosos aguardando as ações de um líder político. Ao contrário, foram até a liderança e exigiam mudanças, ações, direitos e a reafirmação da Frente Popular formada em 1955 que tinha como objetivo o ganho material e simbólico direto na dignidade e cidadania para as classes trabalhadoras. A redução da carestia de vida, o acesso e elevação do salário mínimo e a ampliação de direitos sociais eram pautas sensíveis em reivindicações tal qual essa da primeira quinzena de abril de 1956 em Maceió.

Em outubro do mesmo ano, não conseguindo conciliar os interesses dos trabalhadores com os dos deputados estaduais oposicionistas, Muniz Falcão criou por meio de decreto a “Taxa Pró-Economia, Educação e Saúde”, sancionada pela Lei n. 2013 de 22 de outubro de 1956. Esta entrou em vigor a partir de 1957. Pode-se considerar essa ação de Muniz como um

³⁰ Como um dos exemplos temos a criação da já citada Taxa Pró-Economia, Educação e Saúde, sancionada pela Lei n. 2013 de 22 de outubro de 1956. Criada pelo governo após não conseguir com que a maioria da Assembleia apoiasse medidas para buscar solucionar a carestia de vida das classes trabalhadoras alagoanas.

passo em busca do atendimento às demandas populares exigidas desde a grande manifestação de abril do mesmo ano e das expectativas oriundas desde as eleições no ano anterior.

É importante ressaltar o legado político de Getúlio Vargas e sua ideologia da outorga na qual sempre em datas simbólicas e comemorativas como o 1º de maio, decretava novos direitos sociais. No governo Muniz em Alagoas, o objetivo da Taxa era destinar verbas a fim de combater o alto custo de vida que atingia os menos favorecidos no estado. Também tinha o objetivo de subsidiar um fundo para o investimento na educação e saúde. A arrecadação oriunda dessa taxa incidiria diretamente nas “três maiores forças econômicas de Alagoas: os produtores agrícolas, os industriários e os comerciantes, cuja representação na Assembleia Legislativa era maciça” (MOURA, 2017, p. 86).

Com a criação dessa taxa, a oposição e o jornal *Gazeta de Alagoas (AL)*, de propriedade do ex-governador Arnon de Mello intensificaram os ataques à figura de Muniz Falcão e ao seu jornal aliado, nesse caso, o *Diário de Alagoas (AL)*. A edição do dia 28 de outubro do jornal *A Voz do Povo (AL)* trouxe um olhar sobre essa situação.

Na capa do jornal percebe-se o destaque da notícia sobre o assassinato do vereador Benício Alves da UDN do município de Arapiraca. O crime ocorreu dias antes da edição ser impressa. Esse homicídio inflamou ainda mais as tensões entre o governo trabalhista e sua oposição. *A Voz do Povo (AL)* reitera que a morte do vereador, motivada por questões locais naquele município, foi deslocada discursivamente pela oposição para produzir uma narrativa que enquadrava Alagoas em uma situação de caos político a fim de desestabilizar o governo de Muniz Falcão.

Figura 19 - Capa do jornal *A Voz do Povo* (AL)

Fonte: Jornal *A Voz do Povo*, Maceió, 28 out. 1956. Acervo: Arquivo Público de Alagoas (APA)

Outro fato significativo na edição acima, diz respeito às críticas contra o jornal *Gazeta de Alagoas* (AL), que no dia 19 de outubro acusou a equipe do jornal *A Voz do Povo* (AL) de receber verbas do governo e de ter impulsionado uma manifestação popular nas portas do jornal de Arnon de Mello. A *Gazeta de Alagoas* afirmou que quase ia sendo empastelado pelos manifestantes. *A Voz do Povo* negou o recebimento de verbas do governo e afirmou que a arrecadação, para aprimoramento do equipamento utilizado na impressão dos jornais, foi graças a doações recebidas de uma campanha feita pelo próprio jornal (DUAS... 1956c, p. 1).

A oposição já realizava ataques ao governador muito antes dele criar a Taxa Pró-Economia, pois “Muniz tinha um histórico embate com os industriais do açúcar e do setor têxtil, inclusive em eleições patronais” (TENÓRIO, 2007, p. 205). Além do que, ainda segundo o historiador Douglas Apratto Tenório, Muniz Falcão estimulava a participação de pequenas e médias indústrias no processo de escolha de seus representantes, como por exemplo a eleição de Napoleão Barbosa para a presidência da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas que não agradou a classe empresarial do estado.

O jornal trouxe duas notícias, localizadas na parte inferior de sua capa, em defesa do governo trabalhista de Muniz Falcão, as quais denunciavam os ataques oposicionistas por parte da ala empresarial e conservadora do estado. As matérias enfatizam a importância do apoio das massas trabalhadoras, e do povo em geral, ao governador para defender a agenda do governo que estava direcionada a atender os interesses das camadas populares (AFASTEMOS... 1956c, p. 1).

Em uma matéria na terceira página dessa mesma edição, cujo título é “A divisão de Alagoas serve aos Golpistas” (A DIVISÃO... 1956c, p. 3), o jornal comunista mais uma vez reforçou que o discurso a respeito da crise política sobre a qual o estado passava era patrocinado pela oposição conservadora inconformada com os resultados da eleição de 1955. Reafirmava a importância daqueles que aderiram à Frente Popular, na campanha eleitoral de Muniz Falcão, manterem-se unidos na defesa do mandato do seu governador e permanecerem “obedientes” ao discurso governista de preservar as instituições democráticas dessa crise política. Sobre os trabalhadores “obedecerem” certas lideranças políticas Angela de Castro Gomes afirma que:

A classe trabalhadora, por conseguinte, só “obedecia” se por obediência política ficar entendido o reconhecimento de interesses e a necessidade de retribuição. Não havia, neste sentido, mera submissão e perda de identidade. Havia pacto, isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo que era esta segunda dimensão que funcionava como instrumento integrador de todo o pacto. (GOMES, 2005, p. 180).

Pode-se observar uma possível efetivação do pacto trabalhista entre o governo, as lideranças de trabalhadores e o jornal *A Voz do Povo* (AL). A partir do momento em que a população, em abril de 1956, cobrou do governo uma resolução para a carestia de vida, o governo respondeu com a criação da Taxa Pró-Economia de modo a possibilitar o atendimento referente às demandas do povo. Em contrapartida, os trabalhadores, vieram em defesa do governo de Muniz, hostilizado pelas lideranças empresariais e conservadoras que queriam impedir a agenda progressista do governo. Outro importante indício que reforça a ideia de pacto trabalhista é a notícia d’*A Voz do Povo* (AL), relatado acima, sobre manifestações populares nas portas da *Gazeta de Alagoas* (AL), jornal esse pertencente a Arnon de Mello que tecia críticas ao Governo Muniz Falcão.

Os trabalhadores não destinavam as suas reivindicações políticas a todo momento ao Governo Muniz Falcão. Mesmo ele sendo acolhedor às demandas da classe em questão, essa, ainda protagoniza suas reivindicações por conta própria. Além disso, um governo alinhado a uma agenda trabalhista não era sinal de direitos garantidos.

No início do governo de Juscelino Kubitschek foi decretado um novo salário mínimo, que nessa época tinha valores diferentes por estado. Mesmo com o decreto, muitos empresários utilizavam as mais variadas estratégias a fim de evitar aumento salarial. Em Alagoas não foi diferente. No dia 11 de agosto de 1956 os operários da Fábrica Carmen, em Fernão Velho, paralisaram os trabalhos durante aproximadamente 4 horas. Tal ato ocorreu quando os empregados perceberam que nos salários não estava contemplado o aumento decretado pelo governo federal. A polícia chegou no local acompanhada do delegado Silval Gaia para forçar os operários a retornarem ao trabalho (ONTEM... 1956b, p. 4).

No mês de setembro, os operários tentaram negociar por duas vezes o reajuste com a administração da fábrica, porém não tiveram sucesso. Em outubro, operários de outras seções da fábrica também começaram a exigir aumento. Poucos foram os avanços conquistados pelos trabalhadores, além disso, a Fábrica Carmen abriu três processos trabalhistas na Junta de Conciliação e Julgamento contra os operários considerados subversivos (TAVARES, 2016, p. 253). A Fábrica teve êxito nos processos e conseguiu a declaração de que era ilegal as paralizações reivindicatórias. Após essa derrota dos trabalhadores fabris, a empresa demitiu operários envolvidos nas reivindicações, o que ocasionou perda da estabilidade (TAVARES, 2016. p. 254).

As lutas dos operários têxteis ocorriam em diversas frentes. Embora a situação salarial tivesse certa centralidade nas preocupações materiais e o que poderia proporcionar para suas vidas, o cotidiano do trabalho também incidia sob suas condições de dignidade. Os operários fabris estavam à mercê de diversas formas de violência, sobretudo quando demandados para uma maior produtividade. (TAVARES, 2023, p. 209).

Um dos exemplos que podemos citar sobre os confrontos entre patrões e empregados é uma denúncia feita em 29 de julho no *A Voz do Povo* (AL). A matéria aborda o aumento da jornada de trabalho na Fábrica Têxtil de Saúde³¹ que antes era das 6 às 15 horas, passou depois a ser das 6 às 17 horas e que no momento da denúncia os trabalhadores estariam cumprindo uma jornada que ia das 6 às 21 horas, ferindo assim a Lei do Trabalho na qual se tinha assegurado uma jornada de trabalho de 12 horas por dia. Além disso, o jornal realizou críticas ao sindicato por se encontrar em silêncio a respeito da situação dos operários da Fábrica de Tecidos de Saúde (EXPLORAÇÃO... 1956a, p. 2).

Segundo uma matéria do dia 25 de novembro, no *A Voz do Povo* (AL), estaria correndo rumores entre os funcionários da fábrica de tecidos de Saúde que existia uma lista de

³¹ Vila localizada próximo a praia de Ipioca ao norte de Maceió

operários com menos de 1 ano de trabalho prontos a serem demitidos. “Todos estamos apreensivos, diz o operário, pois, numa época difícil para se conseguir emprego, não há pai de família que não se preocupe com essa lista de corte” (AMEAÇADOS... 1956d, p. 2). O simples boato de existência de uma lista de cortes pode ser considerado uma tática por parte da empresa, pois já que existe uma dificuldade de arrumar um novo emprego restaria aos operários se esforçarem mais no seu trabalho, ou seja, gerar mais lucros e afastar as chances de uma possível demissão.

Outra denúncia feita nesse mesmo veículo de imprensa foi realizada em 28 de outubro, o caso se passou na Fábrica Carmen e nos mostra os tipos de estratégias utilizadas pela administração das fábricas com finalidade de tentar demitir funcionários sem precisar pagar indenizações. O caso envolve o operário Teófilo, da 3ª turma da seção de preparação, a empresa queria demitir o funcionário que tinha mais de 8 anos de fábrica. No fim do dia os trabalhadores dessa seção levavam um saco cheio de canelas³² com linhas para a pesagem e recebiam por produção (METODOS... 1956c, p. 4).

A administração da fábrica teria pedido aos seus capangas que adicionassem canelas vazias junto à produção feita por Teófilo, pois na hora da pesagem ele seria acusado de tentar ganhar a mais do que produzira no dia e com isso ser demitido por justa causa. Porém, alguns operários perceberam quando estavam sabotando o saco e avisaram a Teófilo, que então retirou as canelas vazias. Na hora da pesagem a administração abriu o saco e derramou as canelas, ficou surpresa ao observar que não tinha nenhuma canela vazia. O estratagema tinha dado errado e por enquanto o emprego de Teófilo ainda estava garantido.

No *A voz do Povo* de 09 de dezembro houve uma denúncia feita pelos trabalhadores da Fábrica de Alexandria que estavam incomodados com o aumento de vigias que a administração tinha distribuído pelas repartições da fábrica e supostamente estariam armados de revólveres e punhais, cujas dimensões atingiam quase meio metro de comprimento. Neste caso se tratava da porta de acesso ao banheiro, o novo guarda contava o tempo que os operários passavam lá, houve até casos em que o guarda abriu a porta com intenção de averiguar o motivo da demora do trabalhador no sanitário. Os operários apelaram às autoridades competentes da fábrica para que “não se lhes sejam impostas condições de trabalho em regime de policialismo” (AUMENTA... 1956e, p. 4).

³² No setor de fiação têxtil, a canela é um pequeno canudo ou bobina onde o fio é enrolado. Ela é fundamental para o processo de transformar fibras em fios e, posteriormente, em tecidos. A canela serve como um suporte para o fio. Ela permite que o fio seja armazenado e desenrolado de forma controlada durante as etapas de tecelagem ou malharia.

Os trabalhadores e o Jornal *A Voz do Povo (RJ)* buscaram apoiar o governo de Muniz sem serem controlados pelo governo. Tanto o jornal como trabalhadores não associados ao PCB ou sindicatos agiam de forma independente ao governo na busca da defesa de seus direitos.

2.4 Os trabalhadores diante do impeachment do governador Muniz Falcão

A agenda voltada a atender os interesses dos trabalhadores no Governo Muniz Falcão despertava insatisfações por parte de setores empresariais e conservadores alagoanos. Como já vimos, o processo de *impeachment* foi o mecanismo encontrado por essas alas para tentar afastar o governador. No dia 12 de junho de 1957 a Assembleia Legislativa de Alagoas aceitou a denúncia do deputado Oséas Cardoso (ACEITA... 1957a, p.1) contra Muniz Falcão (que o acusava de prevaricação, pois não garantia a segurança no estado, tornando-o responsável pela morte do deputado estadual Marques da Silva), daí, iniciou-se os trâmites da abertura do processo de *Impeachment*.

No meio dessa crise política os trabalhadores alagoanos não ficaram de braços cruzados. Diversos comícios pela capital foram realizados durante as semanas que antecederam o dia 13 de setembro. Alertavam a população sobre os motivos que levavam a essa tentativa de *impeachment*. Segundo o jornal carioca *Imprensa Popular (RJ)*³³ tratava-se “de elementos ligados aos grandes industriais e usineiros de Alagoas”, que passaram a combater o governo “com grande ferocidade, em vista das suas firmes posições nacionalistas e do aumento de impostos que se destina principalmente à abertura de escolas, além de outros empreendimentos de interesse popular e econômico” (MACEIÓ... 1957b, p. 1).

De acordo com o *Imprensa Popular (RJ)*, no dia 10 de agosto de 1957, milhares de pessoas foram ao Palácio do Trabalhador para participar da instalação de um “curso de orientação trabalhista”. O recinto estava tão lotado que as pessoas se aglomeravam nas adjacências do local. Os organizadores não conseguiram iniciar de imediato a sessão. A população presente cobrava insistentemente a presença do governador Muniz Falcão no evento. Os responsáveis pelo evento não tiveram saída, foram até o Palácio dos Martírios com a finalidade de transmitir “a exigência da massa”. O governador compareceu ao evento e foi recebido com aplausos (DECLARA... 1957c, p. 3).

³³ Jornal fundado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1948 no Rio de Janeiro. Fonte: COUTINHO, Amélia. Pedro Mota Lima. In: CPDOC FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIMA,%20Pedro%20Mota.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2015.

O delegado do trabalho Edson Falcão abriu a sessão discursando sobre a importância daquele curso que iria auxiliar os trabalhadores a tomarem conhecimento de seus direitos. Segundo a matéria do dia 13 de agosto do *Imprensa Popular (RJ)*,

Instalado o curso, transformou-se a sessão uma demonstração de repulsa e geral condenação dos trabalhadores contra aqueles que tentam desrespeitar a vontade do povo nas últimas eleições, afastando do seu cargo o governador. Vários oradores condenaram as manobras dos 22 deputados, advertindo-os de que o povo os conhecia. Abordaram também as reivindicações dos trabalhadores. Falaram no ato os senhores: José Luiz - presidente do Sindicato Têrmo-Elétrico, Amaurillo - presidente da União dos Servidores Públicos, Osvaldo Veloso - presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria, e Renalvo Siqueira - jornalista. (REPULSA... 1957c, p. 3).

Os trabalhadores da Fábrica Saúde e os moradores do Prado³⁴ entregaram abaixo-assinados com 230 e 150 assinaturas, respectivamente, em solidariedade ao governador Muniz Falcão. Após o fim da solenidade Muniz Falcão discursou

Ressaltando o patriotismo dos trabalhadores, afirmou que tudo tem feito para cumprir suas promessas de campanha eleitoral. Disse ainda que a oposição na sua sistemática luta golpista, não pensa no coletivo, mas nos seus interesses pessoais e de grupo. Declarou ainda que o maior mal do Brasil é que os homens públicos, em grande parte, se esquecem dos compromissos com o povo, dos quais são servidores. Reafirmou o Sr. Muniz Falcão que no seu governo os trabalhadores terão assegurado as liberdades para lutar por seus direitos, contando sempre com o seu apoio. Concluindo seu discurso, afirmou: 'Minha confiança nos trabalhadores é absoluta e podem os trabalhadores confiar em mim que só deixarei o governo em janeiro de 1961, quando terminará o mandato que o povo me conferiu'. (REPULSA... 1957c, p. 3).

Após o fim do evento grande parte da população presente realizou uma passeata em direção ao Palácio dos Martírios acompanhando o carro que levava o governador.

Temos então uma reafirmação do pacto de reciprocidade existente entre o governador e os trabalhadores. Enquanto os representantes das classes trabalhadoras discursaram em defesa do governo, Muniz Falcão realizou um discurso de mobilização dos ideais do pacto trabalhista, buscou atender as expectativas da população ali presente que tanto exigiu sua presença no evento. Como forma de festejar a efetiva reafirmação do pacto de reciprocidade houve uma passeata dos trabalhadores junto do governador que demonstrou pelas ruas da capital e para a oposição, que Muniz tinha apoio das massas contra a tentativa de *impeachment* por elas chamada de golpe.

³⁴ Bairro de Maceió localizado na parte sul da capital, a maioria de seus moradores era pertencente a classe trabalhadora. A Fábrica Alexandria ficava próximo a este bairro, na época funcionava no Bom Parto.

Chegou então a sexta-feira 13 de setembro, data marcada para a votação da abertura do processo de *impeachment* contra o governador Muniz Falcão. Os trabalhadores realizaram nova passeata com cartazes em direção à Assembleia Legislativa.

Figura 20 - Passeata de trabalhadores contra o impeachment de Muniz Falcão



Fonte: Revista *O Cruzeiro*³⁵. Rio de Janeiro, 28 set. 1957, p. 12. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Pode-se perceber que a faixa etária dos manifestantes era diversa. À esquerda vemos a imagem de um senhor franzino vestido com roupas de medidas acima de sua estatura física, a camisa por fora da calça, diferente da maioria que utilizava a camisa por dentro da calça. O chapéu protege-o dos raios solares intensos desse dia. Ele usa as duas mãos para segurar o cabo de umas das faixas de protesto. Um senhor que possui anos de experiência no mundo do trabalho, talvez possua lembranças de como eram precárias as condições de vida pré-revolução de 1930 em comparação com a sua atual conjuntura. Reivindicar a permanência de Muniz no poder, poderia ser uma forma de garantir a continuidade de melhoria dos direitos

³⁵ Revista semanal fundada por Assis Chateaubriand em novembro de 1928.

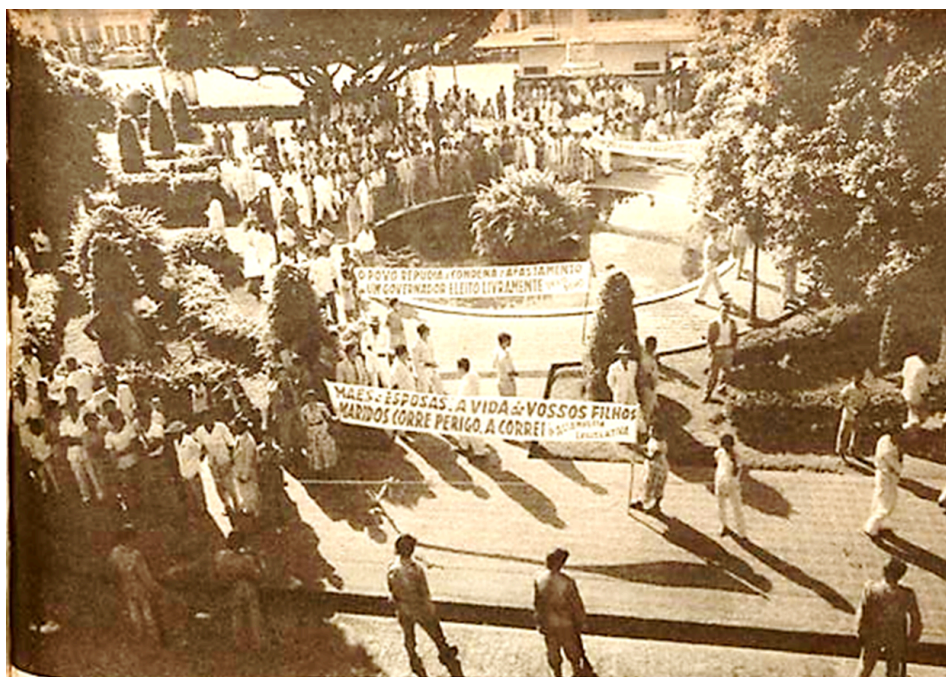
Fonte: VELASQUEZ, Muza Clara Chaves. *O Cruzeiro*. In: CPDOC FGV. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CRUZEIRO%20O%20\(DHBB\).pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CRUZEIRO%20O%20(DHBB).pdf). Acesso em: 15 jul. 2025.

trabalhistas que foram sendo conquistados aos poucos e marcaram diversos momentos de sua vida.

Já na parte inferior e central da imagem temos um indivíduo mais jovem, segurando o cabo do cartaz apenas com a mão esquerda e utilizando a barriga como apoio enquanto estende a mão direita em direção ao fotógrafo. É um indivíduo que tem menos vivência no mundo do trabalho em relação ao senhor que vem atrás. Pode ser uma pessoa que ingressou na labuta do dia-a-dia após as reformas trabalhistas da Era Vargas. O manifestante deposita a sua energia jovial na esperança de impedir a retirada de um governo que no momento encontrava-se mais alinhado aos seus interesses em relação ao grupo político opositor.

Diversos são os cartazes de protesto observados na imagem, conseguimos compreender apenas algumas palavras, mas elas sozinhas já dizem muito, como exemplo “patriotas” no último cartaz à esquerda e a palavra “povo” em mais de um cartaz. Para os manifestantes, ser a favor da defesa do governo de Muniz Falcão seria uma ação patriótica, pois estariam buscando evitar que o governo caísse novamente nas mãos de udenistas considerados, por muitos membros das alas progressistas, aliados dos interesses norte-americanos. Podemos ter ideia dos dizeres completos de alguns desses cartazes através da próxima figura.

Figura 21 - Manifestantes na praça Dom Pedro II



Fonte: Revista *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 28 set. 1957, p. 10. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A fotografia mostra a população na Praça Dom Pedro II, que fica defronte a Assembleia Legislativa de Alagoas. A foto foi registrada a partir de uma das janelas do Palácio Tavares de Bastos. A passeata realizada pela população que estava a favor de Muniz já se encontrava no local para acompanhar a votação da abertura do processo de *impeachment*. O calor do dia fez com que a maioria das pessoas procurassem se proteger do sol nas sombras projetadas pelas árvores da praça, tendo assim uma concentração maior de pessoas ao fundo da imagem.

Mais à frente temos dois cartazes, em um deles está escrito: “O povo repudia e condena o afastamento de um governador eleito livremente pelo povo”. O outro cartaz, segurado por duas mulheres, está escrito: “Mães e esposas: A vida de vossos filhos e maridos corre perigo. A correr à Assembleia Legislativa”. Uma corda de isolamento, que passa pelo meio da calçada e que dá para ser percebida se olharmos para a sombra da mulher que segura o cartaz, mantém a população afastada do Palácio Tavares de Bastos, as tropas do 20º Batalhão de Caçadores reforçavam a garantia do isolamento da repartição pública.

A presença da população a favor de Muniz seria uma forma de pressionar os deputados estaduais opositores. Lembremos que em Maceió, Muniz Falcão ganhou a eleição com uma quantidade de votos bastante expressiva, os deputados tinham consciência disso e o pedido feito ao Governo Federal para disponibilizar forças armadas a fim de garantir os trabalhos da sessão era a forma de manter a população sob controle.

Segundo uma matéria do *Imprensa Popular (RJ)* do dia 13 de setembro, o povo que estava em frente à Assembleia clamava “pela pacificação estadual e pelo respeito à vontade soberana das urnas, que os opositores pretendiam, e ainda pretendem, desrespeitar por meio do impeachment ao governador” (FOI... 1957d, p. 2). Iniciou-se então os disparos dentro da assembleia, segundo Bercelino Maia, o enviado especial do *Imprensa Popular (RJ)* para acompanhar de perto a sessão parlamentar, a população não saiu correndo de imediato, ficaram gritando “vivas a Muniz Falcão e morras a Arnon de Mello”.

Só depois de um tempo é que a população começou a se retirar, segundo o jornal milhares de pessoas se deslocaram da Assembleia em direção à Praça dos Martírios, onde fica o Palácio do Governo. “Ali o povo organizou-se em assembléia permanente com o objetivo de defender o mandato do governador”, o jornal ainda afirma que “imediatamente formou-se verdadeira milícia popular, que passou a montar guarda ao Palácio do Govêrno” e estavam pedindo armas “para defender a autonomia de Alagoas” (METRALHADOS... 1957d, p. 2).

No momento mais crítico da crise política alagoana os trabalhadores quiseram fazer valer o pacto de reciprocidade que tinham com o governador Muniz Falcão. Sentindo que a ameaça ao governo estava crescendo, uma parcela dos trabalhadores se prontificaram até de pegar em armas para defender o mandato de Muniz (METRALHADOS... 1957d, p. 2). A permanência do governador no poder pressupunha a garantia dos avanços dos direitos trabalhistas e da liberdade a julgar pela posição política de Muniz Falcão.

A narrativa do jornal *Imprensa Popular (RJ)* sobre as ações dos manifestantes no Palácio do Governo traz a memória das práticas políticas ocorridas com Getúlio Vargas no fim do Estado Novo, quando surgiu a campanha do queremismo. Segundo Jorge Ferreira alguns trabalhadores chegaram a propor pegar em armas para defender a permanência de Vargas no poder (FERREIRA, 2005, p. 62). Os queremistas tinham receio que com a saída de Vargas do poder os direitos trabalhistas conquistados fossem perdidos e a violência contra a classe retornasse a ser como era antes dos 15 anos que Getúlio passou no poder.

No caso de Alagoas, segundo o *Imprensa Popular (RJ)*, alguns manifestantes estariam dispostos a pegar em armas por receios da situação de violência contra a classe trabalhadora voltar a ser como era antes, nos governos de Silvestre Péricles e Arnon de Mello, tendo também o receio da perda de garantia dos direitos trabalhistas, caso Muniz Falcão fosse retirado do cargo de governador.

Em 21 de setembro, o jornal *Voz Operária (RJ)*, trouxe em sua terceira página um comentário sobre a situação do estado, cujo título da matéria é: “O golpe udenista em Alagoas”. O jornal fez denúncias contra os motivos que levaram ao processo de *impeachment*, lembrou que o assassinato de Marques da Silva não justificava tal atitude, pois durante governos passados o nível de violência também era preocupante. Para o jornal a eleição de Muniz Falcão foi o resultado da “repulsa do povo alagoano ao odioso governo udenista de Arnon de Mello” e ainda ressaltou que o governo atual “apesar de seus erros e vacilações, assegurou ao Estado um clima de liberdade democrática até então desconhecido em Alagoas” (O GOLPE...1957, p. 3). Então a matéria do jornal dá prosseguimento

Durante o governo Muniz Falcão desenvolveram-se e se fortaleceram os sindicatos operários, surgiu com grande impulso e com o apoio do governador o movimento nacionalista na luta contra os planos ianques de ocupação do nordeste, em defesa do petróleo e das areias monazíticas, foi assegurada a liberdade de imprensa e os cárceres, pela primeira vez, ficaram vazios de presos políticos. O Governador alagoano seguiu ainda uma política de aumentar, embora suavemente, os impostos sobre os ricos a fim de realizar obras de interesse popular. (O GOLPE...1957, p. 3).

Mesmo que o Governo Muniz tenha tido suas falhas, boa parte dos trabalhadores ficou ao seu lado, os jornais que defendiam o interesse dessa classe, como o *Voz Operária (RJ)*, nos mostra rastros do pacto de reciprocidade entre chefe do executivo e as camadas populares, pois além de sair em defesa do governador, o jornal convocava a classe trabalhadora a não vacilar diante do “verdadeiro significado e aos reais objetivos do atentado contra a autonomia do Estado e a soberania do povo alagoano desfechado pelas forças do golpe e do entreguismo” (O GOLPE... 1957, p. 3).

Ao chegar no estado de Alagoas para assumir o cargo de Delegado Regional do Trabalho, Muniz Falcão começou a edificar uma relação de reciprocidade com as classes trabalhadoras do estado. A esperança (Élpis), ou mais precisamente o horizonte de expectativas (KOSELLECK, 2006), desses personagens políticos agitaram por muitas vezes o tecido das relações de poder em Alagoas e no Brasil, variável que resultou no movimento de Muniz se tornar deputado federal e em seguida governador de Alagoas, ao mesmo tempo que alavancou o descontentamento dos grupos empresariais conservadores da região. Tal atrito terminou por escalar o signo da discórdia (Éris) no cenário político estadual. O tiroteio na Assembleia Legislativa foi um dos momentos de maior crise.

CAPÍTULO 3. A TENSÃO ENTRE ÉRIS E ÉLPIS CONTINUA

Após a repercussão do tiroteio ocorrido dentro da Assembleia Legislativa de Alagoas no dia 13 de setembro de 1957 o Presidente Juscelino Kubitschek decretou Intervenção Federal Parcial no estado de Alagoas. O General Moraes Ancora³⁶ foi nomeado como interventor (DECRETADA... 1957x, p. 1). Após o tiroteio, os deputados de oposição foram se refugiar dentro do quartel do 20º Batalhão de Caçadores. A sessão de votação pela abertura do processo de *impeachment* foi marcada para retornar em 16 de setembro.

Na noite do dia 15 de setembro, Muniz Falcão se reuniu com a ala governista (secretários e deputados estaduais) no Palácio do Governo. A reunião durou cerca de 90 minutos. Nas primeiras horas do dia 16, foi divulgada a informação de que Muniz Falcão não aceitaria dividir o governo do estado com um interventor. Por esse motivo, estaria afastando-se do cargo por um tempo indeterminado enquanto aguardava a “justiça ser feita” no STF. (O GOVERNADOR... 1957g, p. 6).

A edição de 16 de setembro do *Ultima Hora (RJ)* trouxe partes da entrevista de Muniz e do ofício que declarava o seu afastamento.

“Não subdividirei com ninguém as atribuições do cargo que o povo me confiou” declarou o Governador Muniz Falcão, no ofício em que transmitiu ao vice-governador Sizenando Nabuco o Governo do Estado, pelo período de alguns dias, em face da decretação de “intervenção parcial”, em Alagoas.

O documento em que o sr. Muniz Falcão externou sua decisão é vazado em termos enérgicos e nêle, acatando o decreto de intervenção em seu Estado, frisa o Governador a sua profunda discordância pela medida adotada pelo presidente da República.

“Só compreendo o exercício do meu mandato, exercendo-o, em tôda plenitude” acentua o governador. “Ao tomar esta atitude faço-o em prol da dignidade da investidura que me foi confiada pelo povo de meu Estado”.

No ofício dirigido ao vice-governador, após transcrever o decreto presidencial, frisando a colaboração que o governador deve prestar ao interventor nomeado e a impossibilidade moral de “compartilhar com outros as atribuições” do cargo para o qual foi eleito, o sr. Muniz Falcão não fixa a duração de sua licença, limitando-se a declarar a necessidade de se ausentar do Estado por alguns dias e declarando que passa o govêrno “por curto prazo”.

[...]

“Não cessará em nenhum momento a minha atitude de resistência contra o esbulho que se pretende processar através do impeachment” - declarou o governador Muniz Falcão, momentos após dar conhecimento do ofício que dirigiu ao vice-governador, passando-lhe o cargo por alguns dias.

- Só me curvarei ao pronunciamento final da Justiça - frisou o Governador a seguir. - “Não aceito, como não aceita o povo alagoano, êsse esbulho que se pretende contra

³⁶ Foi um militar brasileiro que combateu na Segunda Guerra Mundial. Nasceu em Pelotas-RS em 1901 e faleceu no Rio de Janeiro em 1964. No decorrer de sua carreira, comandou a 1ª Região Militar, entre 1959 e 1960, e o I Exército, de 1963 a 1964. Fonte: CPDOC FGV. Armando de Moraes Ancora. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ancora-armando-de-morais>. Acesso em: 15 jul. 2025.

o meu govêrno, elaborado pela União Democrática Nacional, derrotada e apeada do poder pela vontade do povo alagoano”. (O GOVERNADOR... 1957g, p. 6)

Muniz e seus aliados consideravam a abertura do processo de *Impeachment* uma tentativa de golpe, o próprio chamou de “esbulho” a ação feita pela oposição. A utilização dessa nomenclatura seria uma forma de procurar desqualificar os efeitos que a tentativa de abertura do processo de *impeachment* causavam, à exemplo da intervenção federal. Aceitar permanecer no cargo de governador e dividir o poder executivo com um interventor poderia passar uma imagem de legitimidade para o processo, vale lembrar que os udenistas pediam por intervenção federal no estado desde o assassinato de Marques da Silva.

A ação de se afastar do cargo de governador também foi uma forma de não reconhecer a necessidade de intervenção. Levar a questão para o STF seria uma das últimas possibilidades para permanecer no poder em Alagoas. Percebe-se também como Muniz utilizou-se da legitimidade em que o cargo foi conquistado para criticar a intervenção e o processo de *impeachment*, tirar-lhe do cargo seria um ato não só contra ele mesmo, mas também contra o povo alagoano.

O *Ultima Hora (RJ)* enxergava o caso de Alagoas com preocupação, o sistema democrático estaria em risco. Essa opinião encontra-se na capa da edição do dia 16 de setembro, cujo título já convida o leitor a refletir sobre a ameaça às instituições: “Alagoas: Operação piloto para a morte do regime!”. Segundo a matéria, a intervenção militar parcial em Alagoas seria um ato necessário para tentar encerrar a violência política no estado, porém, o periódico lembra que a violência era uma marca existente no estado há anos. O que não se poderia aceitar seria o processo de *Impeachment* contra Muniz Falcão sem aguardar a decisão do STF sobre a constitucionalidade do processo, isso poderia abrir um precedente iniciador de um esfacelamento do regime democrático (ALAGOAS... 1957g, p. 1).

Enquanto isso, a oposição determinou que a sessão extraordinária da Assembleia Legislativa, para realizar a votação da abertura do processo de *impeachment*, ocorreria no antigo prédio do Instituto de Educação em Maceió, localizado na Avenida Barão de Alagoas. O tiroteio deixou o Palácio da Assembleia Legislativa sem condições de receber a próxima sessão, além de que a perícia ainda seria realizada no local. Os deputados de oposição passaram o fim de semana hospedados nas dependências do quartel do 20º Batalhão de Caçadores.

Em 15 de setembro, o presidente da Assembleia Lamenha Filho (UDN) se reuniu com o general Moraes Âncora para tratar da segurança da votação. O general interventor anunciou

que as tropas estariam à disposição (OS DEPUTADOS... 1957g, p. 2). Na teoria, a então Polícia Militar (PM) deveria ser utilizada para assegurar os trabalhos do Poder Legislativo Estadual. Porém, acionar as Tropas Federais contribuiria com o efeito de verdade sobre as instituições do governo estadual estarem sendo utilizadas por Muniz Falcão para ameaçar a oposição, e isso incluía a PM.

Figura 22 – Juraci Magalhães e deputados indo para a sessão em um caminhão do 20º Batalhão



Fonte: *Revista da Semana*.³⁷ Rio de Janeiro, 21 set. 1957, p. 59. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Na figura 22 temos alguns políticos da oposição, acompanhado por militares, em um dos caminhões do 20º Batalhão de Caçadores, no momento, saíam do quartel em direção ao Instituto de Educação para realizar a votação da abertura do processo de *impeachment*. Embora se trate de uma fotografia feita fora do veículo, possui uma perspectiva de baixo para cima que cria um senso de autoridade diante do olhar dos militares em direção ao fotógrafo. Do lado esquerdo do caminhão temos dois deputados, a terceira pessoa de óculos é o senador pela Bahia Juracy Magalhães (UDN) que também ficou recolhido dentro do quartel.

Os parlamentares poderiam ter saído do quartel em carros civis, em jipes ou outro veículo dos militares junto de uma escolta. Porém, preferiram utilizar os caminhões do

³⁷ Fundada em 1900 por Álvaro de Tefé no Rio de Janeiro. Vendido em 1915 à Carlos Malheiro Dias, Aureliano Machado e Artur Brandão. A revista deixou de circular em 1959. Fonte: DANTAS, Carolina Vianna. *Revista da Semana*. In: CPDOC FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVISTA%20DA%20SEMANA.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

exército cuja função é transportar tropas para os mais variados objetivos. A fotografia tirada tinha como um de seus focos ser compartilhada entre os setores políticos da Capital Federal. Passar o fim de semana no quartel e seguir para o local da votação em um caminhão do exército cercado por militares, reforçava o discurso de que suas vidas estariam em constante perigo e a ameaça deslocava-se até para um senador da república. Essas “medidas de segurança” seriam “o preço do impeachment”, como bem se encontra destacado no canto superior da imagem (AMANHÃ... 1957h, p. 6).

As forças militares de Alagoas receberam reforços vindos de Pernambuco. Segundo o *Ultima Hora (RJ)*, as tropas da 7ª Região Militar em Recife estariam de prontidão no estado vizinho, prontos para atenderem a qualquer emergência, enquanto dois mil soldados foram enviados para Alagoas. As tropas foram espalhadas tanto pela Capital como pelo interior de Alagoas. O jornal informava que cerca de doze militares armados com fuzis se encontravam no interior do local da sessão, enquanto outros duzentos em torno do prédio (AMANHÃ... 1957h, p. 6).

Figura 23 – Soldados do 20º Batalhão de Caçadores garantindo a segurança da votação do Impeachment

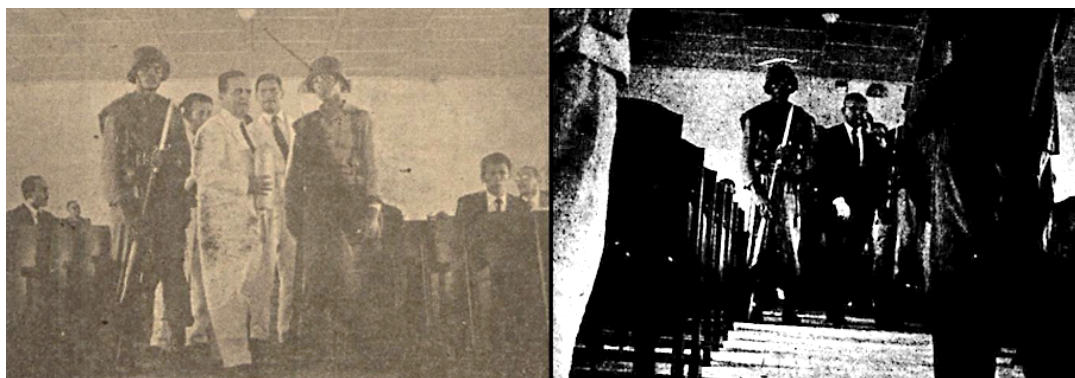


Fonte: Revista *Maquis*, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de setembro, p. 15. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Pode-se perceber mais de uma dezena de soldados perto do antigo prédio do Instituto de Educação na figura acima. Aparentam estar ainda se organizando para realizar a proteção da sessão que iria começar, tal análise é feita devido à forma “descansada” dos soldados. Por exemplo, o da extrema direita preparou uma pose ao cruzar os braços para a fotografia, enquanto isso, temos ao seu lado esquerdo e um pouco ao fundo um soldado olhando para o

horizonte, talvez entretido com a aglomeração de pessoas se formando na rua. Ao lado esquerdo deste, e um pouco mais ao fundo, temos um terceiro soldado segurando um fuzil atento ao registro da foto. Os soldados aparentam certa tranquilidade, como se a tensão provocada pela expectativa da votação já tivesse passado do seu pico no momento em que o primeiro gatilho foi acionado no dia 13. A confirmação da presença só da oposição na votação do dia 16 também pode ser um fator para a quietude entre os soldados.

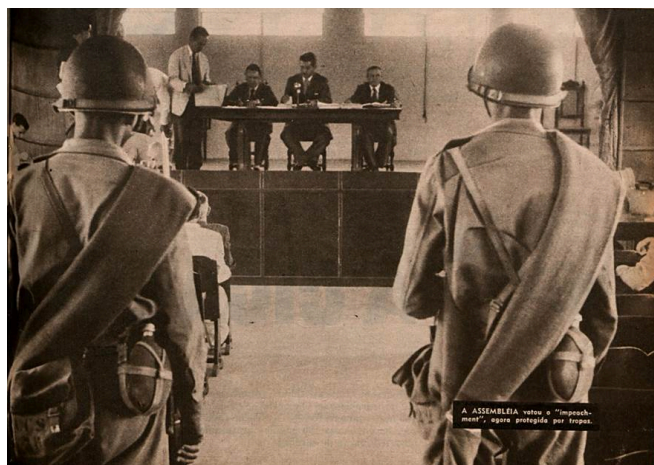
Figura 24 – Oséas, à esquerda, e Juracy, à direita, chegando no auditório



Fonte: Revista *Maquis*, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de setembro, p. 15. e *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 18 set. 1957. p. 1. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

As duas fotografias acima registram o momento no qual o deputado Oséas Cardoso (esquerda), e o Senador Juracy Magalhães (direita) estavam chegando no local da sessão, passavam entre dois soldados cuja segurança no corredor do auditório estava sendo realizada por eles. Entre as cadeiras pode-se perceber que poucas pessoas haviam adentrado o espaço. O aparato de segurança montado em torno do evento tinha como justificativa oficial manter a população afastada com a intenção de preservar a segurança dos presentes na sessão.

Figura 25 – Soldados realizando a segurança no interior do Instituto de Educação de Alagoas



Fonte: Revista *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 5 out. 1957, p. 114. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Porém, além da preservação da segurança, podemos sugerir uma tutela parcial dos militares para garantir o chamado processo legítimo contra os atos de omissão do governo perante a violência pela qual Alagoas vinha passando.³⁸ Esse era o discurso tão defendido pela oposição. A figura 25 nos auxilia em tal análise quando vemos a mesa presidencial da sessão ao fundo sendo vigiada por dois soldados. Militares responsáveis, na teoria, por manter a segurança do território nacional contra possíveis inimigos estrangeiros estavam sendo utilizados para manter a segurança de deputados preparados para retirar do poder um governante eleito legitimamente pelo voto popular.

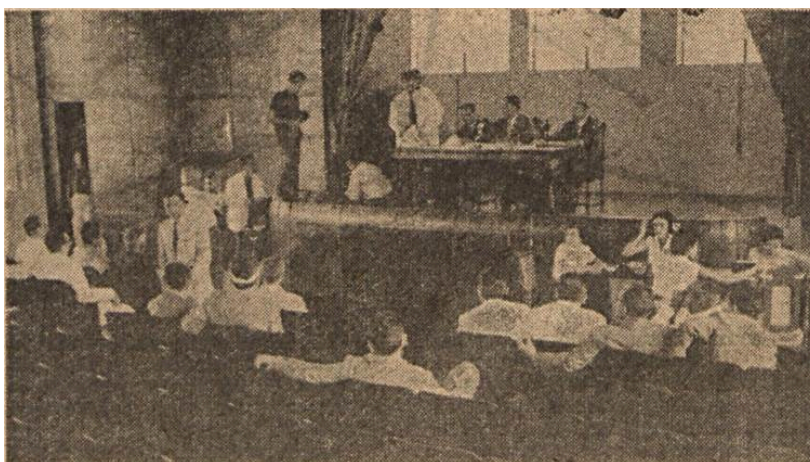
Conjectura-se que os dois soldados de costas nesta última fotografia são os mesmos das fotografias contidas na figura 24, mas em outra perspectiva. O soldado da esquerda, nas duas fotografias da figura 24, segura a parte superior do rifle com a mão esquerda enquanto a mão direita segura na parte inferior da arma ao ponto do braço poder ficar mais relaxado. Enquanto isso, o soldado da direita utiliza o chão para escorar o seu rifle e o segura apenas com sua mão direita. Pela terceira fotografia, pode-se perceber que ambos mantiveram a posição de guarda por um tempo expressivo, indo desde a chegada dos primeiros deputados até a sessão da Assembleia já em percurso.

O deputado Lamenha Filho (UDN) abriu a sessão com a presença de apenas 18 deputados. Após esse momento inicial, ele suspendeu os trabalhos por 30 minutos para aguardar a chegada de mais dois deputados, Antônio Malta e Carlos Gomes, feridos durante o

³⁸ Lembramos que os militares durante a Terceira República não participaram apenas de movimentos golpistas. Também exerceram um papel fundamental na salvaguarda da democracia em alguns momentos, como exemplo a garantia da posse de JK na presidência em 1956. Esta questão foi analisada no último tópico do capítulo 1.

tiroteio na Assembleia. Apenas dois deputados da oposição não puderam comparecer: Virgílio Barbosa, que estava acamado e José Onias, este viajou para o Rio de Janeiro a fim de tratar os ferimentos recebidos durante o tiroteio do dia 13 (APROVADO... 1957y, p. 13). Nenhum deputado governista compareceu à sessão. Na madrugada do dia 16, após Muniz se retirar do governo, os deputados acharam por bem não participar da sessão que iria votar a abertura do processo de *impeachment* como forma de protesto favorável a Muniz, além de que a participação poderia reforçar a legitimação da votação (O GOVERNADOR... 1957g, p. 6).

Figura 26 – Votação da abertura do processo de *impeachment* no Instituto de Educação de Alagoas



Fonte: Revista *Maquis*, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de setembro, p. 14. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A fotografia acima demonstra os trabalhos da sessão. Os deputados encontram-se sentados nas cadeiras do auditório. A mesa que preside a votação foi colocada no palco, o qual outrora recebeu diversos eventos, talvez até peças teatrais. Mas desta vez, a trama e os atores que a executavam eram inéditos e tomaram conta de todo o espaço do auditório para a execução da encenação. O ineditismo chamava a atenção de um público de diversas partes do país e vários jornalistas cobriram a performance.

O primeiro turno da votação do *impeachment* foi aberto, uma sobriedade tomava conta do local, os deputados foram declarando voto um por um. Chegou a vez do deputado Carlos Gomes, ele compareceu ao local em uma maca, tinha sido alvejado na carótida no dia 13, levantou a mão em sinal de confirmação e entoou um “sim” com bastante fraqueza vocal devido ao ferimento. 18 votos foram favoráveis à abertura do processo (APROVADO... 1957y, p. 13).

Em seguida, alguns deputados assumiram o púlpito para se pronunciar, um deles foi o presidente da Assembleia Lamenha Filho. Procurou, em seu discurso, rebater os boatos de que

teria sido ele o responsável por atirar no deputado Humberto Mendes. Seguidamente, Mário Guimarães, em um tom choroso, propôs um voto de solidariedade ao jornalista ferido Marcio Alves e o envio de um telegrama para a família do repórter. Teotônio Vilela propôs um voto de pesar pela morte do deputado Humberto Mendes. As duas propostas foram aprovadas e, com isso, encerrou-se a sessão. Neste mesmo dia, Muniz Falcão se preparava para viajar rumo ao Rio de Janeiro a fim de acompanhar o *Habeas Corpus* impetrado no STF (AMANHÃ... 1957h, p. 6).

Em 18 de setembro, os deputados realizaram o segundo turno da votação no Palácio Tavares de Bastos. Os deputados feridos, Carlos Gomes e Antônio Malta, desta vez foram para a sessão sem o auxílio de macas e muletas. Antes de iniciar a votação, foi realizado o rito de posse do novo deputado estadual, José Malta Tavares, que estava assumindo a vaga de Humberto Mendes. Logo após tomar posse, o novo deputado retirou-se da casa legislativa como forma de protesto a favor do governador Muniz Falcão. Em seguida, se deu início a votação, novamente 18 votos foram favoráveis, o processo de *impeachment* estava oficialmente aberto. (DECRETADO... 1957z, p. 1).

3.1 Um senador pela Bahia interessado nas intrigas alagoanas

Um político chama muito a atenção devido à sua participação nos eventos alagoanos. Trata-se do senador da Bahia Juracy Magalhães (UDN). Como já falado anteriormente, ele viajou a Alagoas e presenciou os eventos do tiroteio no dia 13 e assistiu à votação do dia 16. Segundo uma matéria do *Ultima Hora (RJ)*, a presença de Juracy foi vista com surpresa pelos presentes durante as sessões. O jornal afirmou que Juracy foi um dos principais articuladores no incentivo da abertura do processo de *impeachment* contra Muniz (A PARTICIPAÇÃO... 1957h, p. 6).

Retornou para o Rio de Janeiro após a sessão do dia 16, no dia 19 de setembro subiu ao púlpito do Senado para tratar dos assuntos ocorridos em Alagoas. Segundo o *Ultima Hora (RJ)*, edição do dia 20 de setembro, a casa legislativa estava tranquila desde os preparativos para o início dos trabalhos e durante o início do expediente parlamentar, foi só Juracy assumir o púlpito que os ânimos inflamaram-se no recinto (O MONROE... 1957j, p. 2).

Figura 27 – Senadores durante a sessão parlamentar



Fonte: Jornal *Ultima Hora*. Rio de Janeiro, 20 set. 1957. p. 1. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Na imagem acima, vemos a fotografia dos três senadores protagonistas do debate no Senado. No canto superior à esquerda temos o Senador Kerginaldo Cavalcanti (PSP/RS) em um dos momentos de intensa euforia ao tentar rebater as acusações que Juracy fez durante seu discurso; à direita temos o momento onde o senador Juracy Magalhães (UDN) começou a mostrar algumas fotografias do episódio ocorrido em Maceió; na parte inferior à esquerda tem-se o senador Lino de Matos (PSP/SP) em um momento de animosidade, mas não tão caloroso quando o seu correligionário Kerginaldo. A última fotografia é do senador Francisco Galloti (PSD/SC) que, segundo o *Ultima Hora (RJ)*, terminou por adormecer profundamente no momento mais caloroso da discussão entre os senadores pessedistas e o udenista (SENADOR... 1957j, p. 1).

Ao consultar o *Diário do Senado Federal* nº147, edição de 20 de setembro de 1957, percebe-se como o discurso de Juracy Magalhães foi longo e em diversos momentos houve interrupções dos dois senadores do PSP questionando e tentando refutar partes dos argumentos ditos por Juracy. Esse momento tomou sete páginas do Diário do Senado (BRASIL, 1957). Ao lermos linha por linha, começamos a entender o porquê do Senador Lino de Matos cair no sono durante a discussão.

Juracy Magalhães inicia seu discurso com agradecimentos a Deus por escapar com vida do tiroteio presenciado em Maceió. Afirmou que naquele momento iria trazer a

verdadeira versão dos fatos. Elogiou alguns dos seus correligionários do estado de Alagoas, a exemplo do ex-governador Arnon de Mello. Ao mesmo tempo, tratou a oposição de forma negativa, como se estivesse falando de um grupo de bandidos. Juracy ressaltou a presença do filho de Humberto Mendes, Walter Mendes, que teria entrado na Assembleia com uma submetralhadora. O senador questiona como poderia um jovem de 24 anos, sem possuir nenhuma prerrogativa de função, adentrar o espaço da Assembleia Legislativa com uma arma dessas (BRASIL, 1957, p. 2355).

Quando Juracy começou a exibir fotografias do tiroteio, o senador Kerginaldo conseguiu lhe indagar sobre o porquê dele não ter evitado a violência, pois Juracy saberia como o ambiente estava propício para tal situação. Além disso, segundo Kerginaldo, a UDN pregava ser a defensora da paz. Para Kerginaldo, Juracy foi à Maceió com a intenção de intensificar os ânimos e causar o tiroteio, pois o próprio também estava armado dentro da Assembleia Legislativa.

Juracy não respondeu a provocação de Kerginaldo, apenas pediu ao presidente da casa legislativa a garantia do seu tempo de fala, o qual estaria sendo ameaçado por tentativas de desviar o foco do seu discurso. O senador udenista lembrou o caso do deputado Marques da Silva para reforçar que o governador de Alagoas era um criminoso por não garantir a segurança em seu estado. Em seguida, começou a falar sobre os governistas terem utilizado submetralhadoras da Polícia Militar alagoana, uma delas estaria em sua posse, então ele desembalou a arma empacotada em folhas de jornais.

Figura 28 – Juracy Magalhães expondo submetralhadora no Senado



Fonte: Revista *Manchete*.³⁹ Rio de Janeiro, 28 set. 1957, p. 7.
Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁹ Revista semanal fundada por Adolfo Bloch em 1952 no Rio de Janeiro. Foi um dos periódicos que impulsionaram uma imagem positiva do Governo JK (1956 - 1961), alinhando-se ao projeto de nacional desenvolvimentismo. Fonte: SIQUEIRA, Carla; MURILO, Tatiana. *Manchete*. In: CPDOC FGV. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manchete>. Acesso em: 15 jul. 2025.

A fotografia mostra o momento no qual Juracy Magalhães exibiu a submetralhadora, ainda com marcas de sangue; pelo seu semblante, percebe-se o empenho dedicado à performance realizada. Diz Juracy que a arma estava em posse do deputado estadual Claudenor Lima, que fora o iniciador dos disparos e na sua primeira rajada teria alvejado o seu correligionário Humberto Mendes. Segundo o *Ultima Hora (RJ)*, neste momento houve um certo agito dentro do Senado por não saberem se a arma estava carregada (JURACY... 1957j, p. 2).

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti - Cuidado, senhor Juracy Magalhães, que pode estar carregada.

O Sr. Juracy Magalhães - Não está carregada. Estaria se estivesse nas mãos dos correligionários de V. Exa.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti - Muito obrigado a V. Exa. pela informação que nos tranquiliza.

O Sr. Juracy Magalhães - Senador Kerginaldo Cavalcanti, para que V. Exa. não se divirta, olhe um pouco para o sangue alagoano.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti - Não me divertirei se V. Exa. apontar a metralhadora para o nosso lado.

O Sr. Juracy Magalhães - (exibindo uma metralhadora) - Aqui está! mostro-a ao Senado e à Nação!

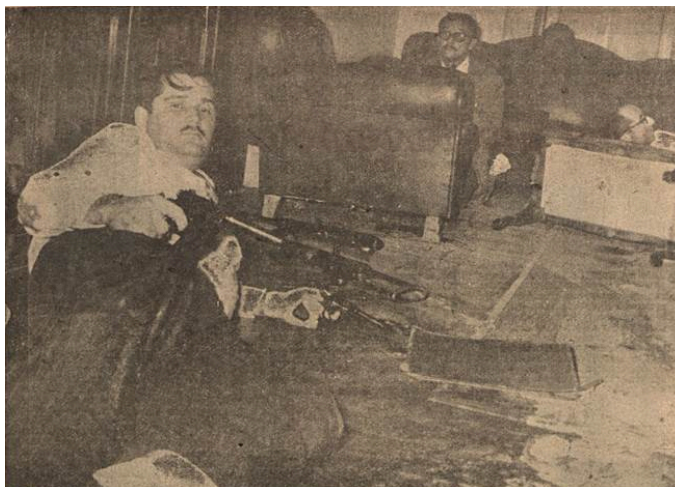
Nela está inscrito: "Polícia Militar de Alagoas I.N.A. S/A. M.B.50, 12, 12[ilegível]. Indústria brasileira".

Metralhadoras assim foram utilizadas pelos atacantes da Assembleia Legislativa de Alagoas. (BRASIL, 1957, p. 2358).

O senador Lino de Matos, então, interrompe e pede uma questão de ordem, a presidência do Senado acata. Lino afirmou que as armas são de propriedade das forças armadas e não deveriam estar em mãos de particulares. Começou a questionar quem estava realmente com a posse da submetralhadora durante o tiroteio na Assembleia, ele utilizou uma fotografia publicada no *Tribuna da Imprensa (RJ)* como embasamento.

O senador, em seguida, leu o início da legenda da fotografia: "Deitado por trás da Mesa da Câmara, o deputado Antônio Lamenha Filho, presidente da Assembleia, segura uma metralhadora na mão direita e uma pistola Royal (9 milímetros) na esquerda". Lino de Matos ainda ressaltou a parte da legenda que diz: "No chão ainda estão duas metralhadoras (já descarregadas)" (BRASIL, 1957, p. 2358). A intenção era afirmar que as submetralhadoras tinham sido utilizadas pelos udenistas. Em seguida, ele pede para entregar a fotografia ao senador Juracy Magalhães para avaliar se a arma que estava em posse não seria uma das presentes na fotografia.

Figura 29 – Deputados na Assembleia Legislativa no dia do tiroteio



Fonte: Revista *Maquis*, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de setembro, p. 14. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A figura 29 é uma cópia da fotografia citada pelo senador Lino de Matos, porém em uma versão mais nítida do que a publicada na edição do dia 16 de setembro do *Tribuna da Imprensa (RJ)*. Ao fundo da imagem vemos um sofá e por trás dele, bem ao centro, um indivíduo tenta se proteger, das diversas partes do corpo que não seriam tão letais de serem alvejadas por uma bala, o suplicante deixou exposto logo a sua testa. Defronte o sofá, temos o deputado Teotônio Vilela (UDN) utilizando uma poltrona como proteção. Ao seu lado, outro deputado tenta se entrincheirar em uma mesa de centro virada.

Em primeiro plano, destaca-se o presidente da Assembleia, deputado Lamenha Filho, deitado no chão, com o braço direito ferido e apoiado no seu antebraço esquerdo. Ele segura um revólver na mão direita e uma pistola na esquerda. A posição na qual o seu corpo está exposto apresenta ao espectador, junto da pistola e do revólver, duas submetralhadoras no chão sem os seus carregadores, dando a entender que já foram utilizadas.

O enquadramento fotográfico em conjunto com todos os seus elementos nos faz indagar a frieza e técnica do fotógrafo ao registrar esse momento durante um tiroteio, o que nos leva a concluir que a fotografia foi feita após o fim do conflito. A pose engenhosa de Lamenha Filho expondo as armas, a posição paralela das barricadas dos dois deputados e a centralidade da testa do indivíduo em um sofá de encosto curvilíneo nos faz questionar o nível da naturalização da violência que acabara de ocorrer.

De volta às discussões no Senado, Juracy não respondeu aos questionamentos de Lino Matos sobre a arma que ele levou para o senado ser uma das registradas na fotografia, apenas reclamou das estratégias de obstrução da sua fala e continuou o seu discurso programado.

Lino e Juracy voltaram a discutir de forma exaltada, o presidente do Senado acionou uma campanha a fim de conseguir silenciar os senadores, comunicou ao orador que o expediente estava perto de encerrar. Lino pediu uma prorrogação de meia hora do expediente a fim do senador udenista conseguir terminar o seu pronunciamento.

Então, Juracy começou a ler um telegrama endereçado por ele ao governador de Alagoas em exercício Sizenando Nabuco (PTB). Teria pedido autorização para levar a arma ao Rio de Janeiro com a intenção de mostrar ao Senado e ao Brasil a que ponto os partidários de Muniz chegaram para evitar sua retirada do poder. No fim da leitura do telegrama, o Senador Kerginaldo pediu uma questão de ordem:

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti - Sr. Presidente, pedi a palavra porque verifico que a Questão de Ordem suscitada pelo nobre Senador Lino de Mattos não foi respondida por Vossa Excelência. Exibiu S. Exa. uma fotografia pedindo fôsse a mesma encaminhada ao nobre Senador Juracy Magalhães porque constitui contra-prova as alegações formuladas pelo ilustre Presidente da União Democrática Nacional.

O Sr. Juracy Magalhães - Sr. Presidente, peço a Vossa Excelência que não permita essas interrupções dos nobres Senadores Lino de Mattos e Kerginaldo Cavalcanti. São um desrespeito ao Plenário. E uma chicana que depõem contra o próprio Senado.

O Sr. Lino de Mattos - Chicana está fazendo V. Exa. trazendo para o plenário uma metralhadora. Onde se viu um Senador da República trazer uma metralhadora para o recinto do Senado. Sr. Presidente, é desrespeitoso e desacato ao parlamento. Onde se viu - repito - um senador carregar uma metralhadora! Jamais se viu tal fato na história do Brasil. Um senador da República aparece no recinto do Parlamento com uma metralhadora nas mãos. E dizem vossas Excelências que não desejam derramamento de sangue. (BRASIL, 1957, p. 2359).

O *Diário Oficial* registrou nesse momento a ação do Presidente do Senado de fazer “soar insistentemente o Timpano”⁴⁰, essa ação nos sugere que houve um intenso bate-boca entre os senadores. Percebe-se uma estratégia por parte do Senador Juracy. Quando os senadores Kerginaldo e Lino questionavam suas afirmações e traziam materiais para rebater seu discurso, Juracy os acusava de obstruir sua fala. Ele alegava que seus adversários atrapalhavam sua exposição dos fatos para confundir os demais. Com essa manobra, Juracy se desviava dos questionamentos que poderiam enfraquecer seus argumentos, ao mesmo tempo que inflamava o discurso e provocava bate-bocas entre os senadores. O resultado era a intervenção da presidência do Senado, que atuava para restaurar a ordem. Uma vez reconduzido à palavra, Juracy, em vez de responder à oposição, simplesmente retomava seu discurso do ponto em que havia sido interrompido.

⁴⁰ Campanha que funciona de forma eletromecânica, com um martelete vibrando em um prato metálico, o “tímpano”, para produzir o som.

Em diversos momentos o Presidente do Senado Apolônio Sales⁴¹ (PSD) acionou a campanha a fim de conseguir manter a ordem dentro da casa legislativa, após um tempo considerável Juracy conseguiu concluir seu discurso e o expediente foi encerrado. Porém, ainda tem um trecho do seu discurso interessante para ser analisado:

Ninguém podia ter dúvidas, em Alagoas, do que ia acontecer. Os comícios preparatórios obedeceram à técnica dos comunistas. Gregório Bezerra, um dos mais abalizados agitadores do Partido Comunista, já estava para tentar o desvirtuamento do problema político. Tinha-se realizado a semana do petróleo, com aplausos de todos, mas com evidente exploração dos comunistas. Tentou-se impingir que o impeachment era uma punição às ideias e à ação nacionalista do Governador. Diziam os oradores nos comícios que o povo não tinha armas, mas tinha cacetes; era preciso impedir, de qualquer maneira, a votação do impeachment.

Tôda essas são palavras que cito entre aspas. E diziam mais: “os 22 deputados da Oposição estão a serviço dos trustes internacionais, e querem entregar o petróleo alagoano aos americanos”.

[...]

O governador havia prometido que não se realizaria o comício previsto na porta da Assembleia, na Praça Pedro II, que fica em frente ao Parlamento alagoano; mas a Polícia, que deu cobertura para todos os acontecimentos, deixou que entrassem nessa praça os comunistas, em número de duzentos ou trezentos, com faixas, com os slogans habituais, trazendo nos lábios palavras de paz enquanto preparavam, com ódio no coração, a entrada dos assaltantes no prédio da Assembleia Legislativa. (BRASIL, 1957, p. 2357).

Como mostrado no capítulo anterior, houve manifestações populares contra a tentativa de *impeachment* de Muniz Falcão, as quais vão de encontro à narrativa da oposição de que a população alagoana estaria trancada em casa, amedrontada com a situação de violência do estado. Associar as manifestações a grupos comunistas era uma forma de deslegitimar a pauta em questão, Juracy chegou a dizer que Gregório Bezerra (um dos principais nomes do PCB na região do Nordeste, sobretudo em Pernambuco e foi deputado constituinte em 1946) articulou as manifestações. Em nossas pesquisas, não encontramos nenhuma outra fonte a relatar a presença dele em Maceió. Além disso, vale lembrar que a tática de apelo ao medo do comunismo era uma prática constante da UDN, talvez a escolha de citar o nome de Gregório seja por ele ser, na época, um nome famoso quando se queria alertar sobre o perigo vermelho, além de ser Pernambucano, estado vizinho de Alagoas.

Juracy acusava o Governo Muniz Falcão de adotar as táticas comunistas. O governador de Alagoas teria prometido não haver manifestações nas redondezas da Assembleia Legislativa, mas a Polícia Militar deixou ocorrer uma aglomeração de

⁴¹ Apolônio Jorge de Farias Sales nasceu em Altinho-PE, foi Ministro da Agricultura no Governo Getúlio Vargas de 1942 a 1945 e em 1954 no Governo Café Filho. Foi senador por Pernambuco nos mandatos de 1947 - 1951 e 1951 - 1959. Presidiu o Senado entre 1956 e 1958. Fonte: CPDOC FGV. Apolônio Sales. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/biografias/apolonio-sales>. Acesso em: 15 jul. 2025.

manifestantes. Para os udenistas, a Polícia Militar também estava sendo utilizada para atender aos interesses dos governistas; isso seria um dos motivos que os levaram a pedir intervenção das Forças Armadas. Juracy também relacionava os comunistas com os deputados governistas, dizendo estarem "preparando a entrada dos assaltantes no prédio da Assembleia", isso era mais uma associação feita para deslegitimar os interesses dos parlamentares estaduais aliados a Muniz Falcão.

Quanto às ações de Juracy Magalhães dentro do Senado, devemos lembrar que se trata de uma das duas principais casas que representam o Poder Legislativo brasileiro. Um senador adentrar tal espaço com uma metralhadora e exibi-la em púlpito como se estivesse prestes a acioná-la é de uma violência simbólica nunca presenciada dentro das dependências do Senado.

Outra questão é que se trata de um senador eleito pela Bahia e, mesmo sendo presidente nacional da UDN, não cabia ao seu cargo agenciar processos de *Impeachment* de governadores. A ação de Juracy coaduna com uma prática política presente no cotidiano udenista: tentar ganhar espaços no poder através da desestabilização da democracia que possibilitasse assim tentativas de golpe.

Além da tentativa de recuperar o controle do poder executivo perdido por seus correligionários, Juracy Magalhães buscou deslocar a crise política alagoana para as instituições democráticas à nível nacional. A UDN tinha tentado impedir a posse de JK em 1956, foi com uma ação de contragolpe feita pelo general Lott, conhecido como “novembrada de 1955”, que garantiu a posse do então presidente eleito. Mesmo após a posse, grupos udenistas e lacerdistas inflamavam a política brasileira com intuito de desestabilizar e retirar JK do cargo. Alguns dos eventos mais famosos foram as revoltas de Jacareacanga (1956) e Aragarças (1959). A crise em Alagoas também serviu como mais uma dessas tentativas de desestruturar o Governo JK.

3.2 O “ouro negro”: mais uma carta no jogo de interesses

Outro tema tocado por Juracy Magalhães em seu pronunciamento no Senado foi sobre o petróleo descoberto em Alagoas. Segundo ele, seriam falsas as acusações de tentarem remover Muniz do poder devido a esse recurso valioso e tão ambicionado por potências estrangeiras, a exemplo dos Estados Unidos da América (BRASIL, 1957, p. 2357).

Como já vimos, a campanha pelo *impeachment* de Muniz Falcão ganhou espaço logo após o assassinato de Marques da Silva. Alguns veículos de imprensa mais progressistas afirmavam que os motivos para tal campanha estavam concentrados em disputas políticas

locais e na criação da Taxa pró-economia; entretanto, alguns jornais de menor circulação trouxeram uma terceira questão pouco debatida nos periódicos de maior alcance.

*O Semanário (RJ)*⁴², na edição da semana de 28 de fevereiro a 7 de março de 1957, publicou uma matéria em sua quarta página com o seguinte título: “O que há por trás da intervenção federal em Alagoas”. O jornal informou a descoberta recente de areias monazíticas⁴³ no estado; esta seria a maior reserva do país. Além disso, a matéria enfatiza não existirem mais dúvidas sobre a existência de petróleo em Alagoas, é o que “dizem os técnicos com base nos resultados de seus exames e pesquisas” (O QUE... 1957a, p. 4).

Após expor esses fatos, a matéria cita Arnon de Mello, alegava que ele era sócio do magnata Walter Moreira Sales⁴⁴, detentor de um “poderoso grupo econômico, bastante conhecido por suas estreitas ligações com os ‘truts’⁴⁵ e interesses norte-americanos”. Seria um “amigo do peito dos Rockefellers”, mantinha, assim, estreita relação com a Standard Oil⁴⁶. Arnon de Mello era um dos diretores do Banco do Comércio, controlado por Walter; além disso, ambos eram sócios em diversos negócios imobiliários. Para o jornal, Arnon de Mello não teria voltado a Alagoas pela morte do deputado Marques da Silva.

O que êle fêz, como homem inteligente que é, foi aproveitar essa oportunidade, caída do céu, para, através da intervenção, afastar do caminho de Walter e Rockefeller o governador Muniz Falcão. Com uma cajadada, mataria dois coelhos: liquidava politicamente o seu adversário e colocava no Palácio de Maceió um elemento “neutro” que ali facilitasse a penetração dos “truts” pela mão de Moreira Sales. (O QUE... 1957a, p. 4).

⁴² Jornal fundado em abril de 1956 por Oswaldo Costa, um dos integrantes mais importantes da *Revista Antropofagia* (1928 - 1929) e Joel Silveira. *O Semanário* tinha uma cultura política alinhada a esquerda nacionalista. Uma de suas principais pautas era a defesa do monopólio estatal do petróleo. Fez uma oposição ao Governo JK (1956 - 1961) e foi aliado do Governo João Goulart (1961 - 1964), sendo um dos poucos periódicos a se posicionar contrário ao golpe de 1964, ano em que foi fechado.

Fonte: FERREIRA, Marieta de Moraes. *O Semanário*. In: CPDOC FGV. Disponível em:

<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/semanario-o>. Acesso em: 15 jul. 2025.

⁴³ Areias monazíticas são tipos de areias que contêm uma concentração natural de minerais pesados, especialmente a monazita. Esse mineral é conhecido por ser rico em terras-raras, como o tório e o urânio, o que as torna naturalmente radioativas.

⁴⁴ Walter Moreira Salles (1912 - 2001) foi uma figura central no cenário econômico e financeiro brasileiro. Sua carreira profissional começou com a sociedade na Casa Bancária Moreira Salles, fundada por seu pai, que ele transformou no Unibanco em 1975. Foi embaixador do Brasil em Washington no Segundo Governo Vargas (1951 - 1954) e Ministro da Fazenda durante o Governo João Goulart (1961 - 1964). Fonte: PAULA, Sergio Goes de. Por dentro do Acervo. Instituto Moreira Salles. 2018.

Disponível em: <https://ims.com.br/por-dentro-acervo/joao-moreira-salles-o-patriarca/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

⁴⁵ Um truste é uma estrutura na qual várias empresas do mesmo setor se unem sob uma única direção administrativa. O objetivo principal é eliminar a concorrência e dominar o mercado, controlando preços, produção e distribuição. Um exemplo é a Standard Oil.

⁴⁶ A Standard Oil foi uma gigante americana do petróleo e gás, fundada em 1870 em Cleveland, Ohio, por John D. Rockefeller e outros sócios como Henry Flagler. Destacada por suas táticas agressivas de crescimento, rapidamente se tornou a maior refinaria de petróleo do mundo, controlando, em seu auge, cerca de 90% da capacidade de refino dos Estados Unidos da América.

Para reforçar a ideia de que o afastamento de Muniz Falcão era de interesse de setores do capital estrangeiro, o jornal trouxe, na edição da semana de 28 de março a 05 de abril de 1957, a imagem do que alegavam ser um boletim de uma empresa especializada em estradas de Chicago, dirigido ao governo de Alagoas.

Figura 30 – Recorte de Telegrama enviado ao Governo de Alagoas



Fonte: *O Semanário*. Rio de Janeiro, 28 mar - 05 abr. 1957, p. 3. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Para *O Semanário (RJ)*, até o momento não havia problema algum em um telegrama de uma empresa estrangeira ser enviado para um governo estadual. Mas a situação se tornaria grave ao se observar o destinatário do boletim: “Ilmo. Sr. Interventor Federal”. Segundo a matéria, os americanos já acreditavam que Alagoas estaria sob intervenção para enviar uma correspondência endereçada ao Interventor Federal no Palácio do Governo (PARA... 1957a, p. 3).

Em uma segunda matéria na mesma página, o jornal detalha mais questões das areias monazíticas. Trouxe partes da fala do engenheiro Heitor Façanha, o qual pesquisou a região e fez um discurso na Assembleia Legislativa de Alagoas, além de dar entrevistas à imprensa de Maceió. Segundo o engenheiro, na foz do Rio São Francisco, existiriam grandes reservas de minerais atômicos. As reservas eram formadas pelos seguintes minerais: Ilmenita, Monazita e Zirconita. Tais dados seriam referentes apenas ao lado de Alagoas da Foz do São Francisco. Diversas regiões do estado teriam suspeitas da existência de “minerais atômicos”: Piaçabuçu, Arapiraca, entre outras (ONDE... 1957b, p. 3).

O Jornal alertou sobre os “trustes” internacionais estarem a organizar uma usurpação desses bens minerais. “O método é a concessão da lavra a brasileiros que os representam”.

Assim, pelas petições ns. 48, 49, 50, 51 e 52 de 1956, o cidadão José Tiradentes de Lima requereu ao Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da

Agricultura autorização para pesquisar areias ilmenitas e associados nos lugares em Alagoas, onde são encontradas essas areias.

Em diversas localidades do Estado, inclusive no município de Piassabussu, foi publicado edital para que os respectivos proprietários das terras exercessem o direito de preferência. (ONDE... 1957b, p. 3).

Não é possível identificar datas no recorte do telegrama exposto na matéria d’*O Semanário (RJ)*. Também não conseguimos encontrar outras versões dessa mesma carta durante a pesquisa. Mesmo sem expor a data do telegrama, o que pode ter sido intencional, o periódico tentou reforçar sua narrativa dos interesses imperialistas norte-americanos. Relacionou tal documento às notícias sobre a descoberta dos minerais atômicos em Alagoas e aos processos de concessão para pesquisa em andamento em diversas regiões do estado.

O jornal publicou outra matéria, desta vez na edição da semana de 20 a 27 de julho de 1957, alertava que as jazidas de areias monazíticas dos estados da Bahia e Espírito Santo foram entregues aos “truts” por governos impatrióticos, os quais deram liberdade para esgotarem as jazidas “a seu bel prazer”. O caso de Alagoas seria diferente, pois se tratava de um governador nacionalista que servia de empecilho aos avanços do capital internacional. A morte de Marques da Silva serviu de pretexto para essas forças tentarem retirar Muniz do poder (ROCKEFELLER... 1957c, p. 2).

Segundo o historiador Marcelo Góes Tavares (2025),

A década de 1950 foi um período de forte campanha para nacionalização do petróleo encontrado no território brasileiro. Além das iniciativas estatais a frente da exploração desse recurso mineral, o capital privado também se mobilizou. No ano de 1957, a prospecção do óleo fóssil apresentou os primeiros resultados com potenciais de alta produtividade em terras alagoanas. A exploração petrolífera em Alagoas ganhava força, mobilizando expressivo contingente de trabalhadores.⁴⁷

Na edição de 19 de agosto do *Última Hora (RJ)*, há uma notícia sobre a descoberta de petróleo em Alagoas. Na tarde de sábado, 17 de agosto de 1957, os trabalhadores ao escavar na região de Jequié se surpreenderam ao ver, finalmente, o petróleo jorrar. A informação se espalhou rapidamente; em Maceió, as pessoas se reuniam nos bares para comemorar a descoberta. O presidente da Petrobrás, logo ao saber da notícia, tomou o primeiro voo em direção a Maceió e foi recebido no aeroporto com grande festa. Segundo o jornal, parecia um carnaval, além de que diversos carros e trabalhadores ainda estavam sujos com o petróleo recém-descoberto (ALEGRIA... 1957h, p. 6).

⁴⁷ TAVARES, Marcelo Góes. UM TRABALHADOR DO PETRÓLEO, SINDICATO E O GOLPE DE 1964. In: SOBRENOME, Nome do autor do livro. Título da obra. [No Prelo]. Recife: Ed. UFPE, [Ano].

Muniz Falcão, aproveitando o ensejo, ritualizou politicamente esse acontecimento. Inaugurou, com festividade cívica, na Praça do Relógio, um dos principais pontos do centro de Maceió, um monumento em alusão às torres de prospecção de petróleo. Mobilizou diversas autoridades, mas, sobretudo, as camadas populares para participarem do ato político. Na ocasião, o governador já cobrava ao governo federal a instalação de uma refinaria. O nacionalismo ganhava destaque nesses atos festivos com participação popular, que fortaleciam o imaginário trabalhista, pois, segundo Ângela de Castro Gomes (2011), eram ocasiões oportunas para anúncios de novos direitos e benefícios para os trabalhadores. (TAVARES; PEREIRA, 2025, p. 131).

O Semanário (RJ) também noticiou o ocorrido em sua edição da primeira semana de setembro ao relatar as festividades realizadas no dia 17 de agosto de 1957 e trouxe também alguns trechos da fala de Muniz: “Agora quando o ouro-negro está jorrando das entranhas do solo pátrio e o Brasil integra no ciclo da civilização do petróleo, mobilizam-se os trustes contra um patrimônio que é nosso”. Em seguida, o jornal enfatiza as críticas feitas por Muniz aos agentes dos trustes, “aqueles que pensam em subverter as instituições democráticas, manobram nos bastidores a derrubada de governos nacionalistas, preparam golpes contra o poder constituído” e “comungam pelo entreguismo das fontes da nossa natureza e do nosso progresso” (ALAGOAS... 1957d, p. 8). O jornal, na mesma página, trouxe outra declaração de Muniz que teria sido realizada em outro momento: “A UDN não vê com bons olhos um governo que luta pela emancipação econômica”.

Os udenistas já eram conhecidos nos meios progressistas por sua aproximação com o ideal do liberalismo econômico e aliança com interesses do capital norte-americano. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2021, p. 61), esses grupos políticos faziam visitas frequentes à embaixada e aos consulados norte-americanos, ofereciam informações importantes e apresentavam demandas. Muniz Falcão, como um político alinhado ao trabalhismo e ao nacional-desenvolvimentismo, se colocava ao lado das forças que defendiam a nacionalização da exploração das riquezas minerais, incluindo o petróleo.

Muniz buscava mais um caminho de conseguir aumentar o apoio popular e ir de encontro às manobras que tentavam afastá-lo do cargo ao associar as tentativas da oposição de lhe tirar do governo com ações de grupos entreguistas. A questão do petróleo tornou-se mais um fio na trama da crise política alagoana que culminou no seu processo de *impeachment*. As alas udenistas teriam mais um incentivo para impulsionar a retirada do governador indesejado.

3.3 Pelos caminhos do processo de Impeachment

Após a aprovação da abertura do processo de *impeachment*, Muniz Falcão destinou suas esperanças ao *Habeas Corpus* impetrado no STF para declarar a inconstitucionalidade do

impedimento. Enquanto isso, a oposição estava de olho no processo que corria na mais alta corte judicial do país, Oséas Cardoso (PTN) havia declarado não se conformar com uma possível vitória de Muniz no STF. Se isso ocorresse, Oséas iria pedir o fechamento da Assembleia Legislativa e a dispensa de todos os seus funcionários (REMETE... 1957aa, p. 1). Este deputado representava a ala mais exaltada da oposição ao Governo Muniz; fazer de tudo para lhe tirar da cadeira do executivo estadual era a sua missão principal.

Na noite de 19 de setembro, Muniz Falcão recebeu homenagens de seus correligionários na sede do PSP no Rio de Janeiro. Estavam presentes Adhemar de Barros, os senadores Kerginaldo e Lino de Mattos, bem como diversos deputados e dirigentes do partido; eles se comprometeram a “batalhar” em prol da causa de Muniz (LEGITIMIDADE... 1957ab. p. 12). Pode-se entender que ter um correligionário no executivo de Alagoas era uma porta de entrada do PSP no Nordeste. O partido perder uma cadeira de governo iria atrapalhar a projeção nacional tão ambicionada.

Segundo o jornalista Jorge Oliveira:

Muniz Falcão passou a ser vítima de calúnias e difamação e alvo de insistente campanha de desestabilização por parte da oposição inconformada com o apoio da camada mais pobre. E mais: seus adversários temiam que ele se eternizasse no poder que em pouco tempo tirou dos políticos tradicionais do estado, que sempre trabalharam a serviço dos usineiros e que temiam a infiltração de comunistas no governo. (OLIVEIRA, 2010, p. 56).

Nas alas da oposição, começou-se a intensificar o discurso de que a culpa pela violência em Alagoas recairia sobre a figura de Muniz Falcão. Uma das formas de identificarmos essas críticas surge a partir da análise de charges produzidas na época.

Figura 31 – Charge 1 de Muniz Falcão



Fonte: Revista *Maquis*, Rio de Janeiro, 1ª quinzena de outubro, p. 13. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A figura acima foi publicada na edição da primeira quinzena de outubro de 1957 da revista udenista *Maquis (RJ)*.⁴⁸ Trata-se de uma caricatura de Muniz Falcão utilizando uma vestimenta de cangaceiro, bufando pelo nariz como um touro raivoso. Ele segura duas metralhadoras, as quais, pela fumaça que sai de seus canos, acabaram de ser utilizadas. Toda essa raiva e tiros dados para todo lado são em defesa de apenas uma coisa: seu cargo de governador, o que deixa explícito em sua fala: “daqui ninguém me tira!”.

Na mesma página da caricatura, há um texto escrito por Aliomar Baleeiro referente aos eventos ocorridos em Alagoas. Ele afirma não ser o “chefe do Executivo Alagoano melhor nem pior do que a maior parte dos régulos que reinam nas várias províncias”. Para Aliomar, o problema residia na forma de governo adotada pelo Brasil. Quando um líder do executivo assume o cargo, seja de um estado ou do país, possui um tempo determinado de governo e, segundo o autor, os chefes se sentem como donos do território, ao ponto de haver

⁴⁸ Revista criada em 1955 por Amaral Netto, um ferrenho aliado de Carlos Lacerda, auxiliou também na criação da *Tribuna da Imprensa (RJ)*. A revista *Maquis (RJ)* seguia as mesmas práticas da *Tribuna da Imprensa (RJ)*, discursos radicais com o intuito de enfraquecer os grupos trabalhistas, nacional desenvolvimentistas e demais alas que eles consideravam de esquerda. Possuía uma forte propaganda anti-comunista.

Fonte: FERREIRA, Rodrigo Otavio Seixas. A imprensa como “arma de guerra”: a trajetória da revista *Maquis* (1956-1962). In: Simpósio Nacional de História, 28, 2015, Florianópolis. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945017_9d1cae755cccc1b08070631bc6287d4c.pdf. Acesso em: 15 jul. 2025.

assassinatos de opositores que questionam seu poder em uma determinada região (O RÉU... Maquis, 1957, p. 13).

Para Aliomar, a solução do problema estaria no parlamentarismo, o qual criaria uma “mentalidade completamente diversa - a de que o primeiro dever do govêrno é o de afastar-se quando não pode dominar pacificamente a crise, que não soube prevenir”. Ele completa: “ninguém se exhibe impudicamente no amor físico ao cargo. Êle, afinal, tem o sentido de mandato, que dura enquanto permanece a confiança dos governados, em cujo nome fala a maioria absoluta da Assembléia”.

A crise política surgida em Alagoas serviu para muitos atacarem a forma de governo vigente que estava avançando para uma democratização da representação popular (GOMES; FERREIRA, 2019, p. 262). Alguns descontentes com o regime presidencialista faziam parte de alas que tentavam assumir o cargo do executivo nacional, mas fracassavam a cada eleição. É o caso da já citada UDN, a qual, como falado anteriormente, acumulava derrotas nas disputas presidencialistas e buscava métodos antidemocráticos para tentar chegar ao poder. Aliomar Baleeiro era deputado pela UDN e compartilhava com seus partidários o desgosto pelo sistema de governo existente.

Figura 32 – Charge 2 de Muniz Falcão



Essa segunda charge foi publicada na revista *Careta (RJ)*⁴⁹, edição de 19 de outubro. Vemos Muniz Falcão conversando com um diretor de cinema. Este questiona as credenciais que o candidato possuía para ser astro do filme sobre cangaceiros. O baixinho invocado responde: “Cartaz, senhor diretor. Muito cartaz! Olhe que eu sou o Muniz Falcão, de Maceió”. A caricatura transmite uma relevância para o diretor em detrimento de Muniz Falcão, pelo fato de serem retratados em estaturas diferentes.

Observamos mais uma vez o tema do cangaço em evidência. Aqui, lembramos da obra “A Invenção do Nordeste”, de Durval Muniz de Albuquerque. A violência política estava presente em todo território brasileiro; porém, quando se tratava da violência no Nordeste, logo era evocada a imagem do cangaceiro para retratar alguns dos indivíduos envolvidos na confusão, isso reforçava a naturalização feita sobre a violência ser algo típico da região nordestina. No caso da segunda charge, Muniz representava um cangaceiro não muito relevante por sua estatura física em relação ao diretor, mas considerava-se uma excelência na função.

Ainda sobre a imagem do cangaço atrelada à violência no Nordeste, deve-se ser ressaltado que em 1938 (19 anos antes) Lampeão, o nome mais famoso do cangaço, foi morto e a notícia tomou conta de todo o território brasileiro. A famosa fotografia de sua cabeça exposta com a do seu bando foi tirada em Piranhas, município de Alagoas. Há de se pensar o impacto cultural da imagem do cangaço nas terras alagoanas, principalmente após este episódio.

Em 1953, o filme “O Cangaceiro” de Victor Lima Barreto, tomou conta das telas dos cinemas em todo território nacional. Foi um sucesso de bilheteria e ganhou destaque nos cinemas estadunidenses e europeus. Os padrões estéticos dos filmes de faroeste norte-americanos, que vendiam muito na época, foram seguidos por Lima Barreto na criação de “O Cangaceiro”, um dos motivos que contribuíram para o grande sucesso da obra. O filme produziu grandes impactos na imagem do cangaço, exacerbando ainda mais a romantização já existente. Segundo Glauber Rocha, “O Cangaceiro realmente entorpeceu o público e provocou na burguesia paulista uma euforia” (ROCHA, 2003, p. 95).

⁴⁹ Revista fundada em junho de 1908 por Jorge Schmidt no Rio de Janeiro. Em 1935, Roberto Schmidt, filho de Jorge, assumiu a direção da revista. *Careta* tinha um repertório eclético, indo de crônicas, poesias, opinião e piadas às sátiras políticas. A revista *Careta* resistiu aos novos padrões editoriais do fotojornalismo iniciados em meados da década de 1940. Em novembro de 1960, a revista saiu de circulação.

Fonte: DANTAS, Carolina Vianna. *Careta*. In: CPDOC FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARETA.pdf>. Acesso em: 15 jul 2025.

Em 1957, apenas 4 anos após o grande sucesso do lançamento de “O Cangaceiro”, o tema do cangaço ainda dominava o imaginário popular. Periódicos como *Maquis (RJ)* e *Careta (RJ)* trataram da crise política em Alagoas retratando Muniz Falcão como cangaceiro também era uma forma de aproveitar-se da temática que fazia sucesso na época como estratégia para um entendimento mais ágil por parte do público a fim de provocar o efeito humorístico junto da crítica.

A campanha de críticas à imagem de Muniz Falcão realizada por parte da imprensa brasileira seguiu paralela ao desenrolar do processo de *impeachment* e intervenção no estado de Alagoas. Em 19 de setembro de 1957 a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou a Intervenção Federal Parcial no estado de Alagoas, decretada pelo presidente JK no dia 15 de setembro, por 60 dias; a matéria iria agora ser discutida na Câmara dos Deputados. (LEGITIMIDADE... 1957ab, p. 1).

Enquanto isso, Muniz Falcão decidiu desistir do *Habeas Corpus* impetrado no STF. Um dos argumentos utilizados por seu advogado, o deputado federal Monteiro de Barros, foi o surgimento de novos fatos que “modificaram as razões invocadas na petição inicial”. Outro motivo era a possibilidade de colocar recurso na decisão tomada pelo TJ de Alagoas, o qual recusou o mandado de segurança de Muniz. Tal mandado tinha os mesmos objetivos do pedido de “*Habeas Corpus*” feito direto ao STF (DESISTIU... 1957ac, p.1). Portanto, o recurso no STF seria um meio mais efetivo do que iniciar um novo processo na mesma corte judicial.

Aos 3 de outubro, Muniz entrou com novo Mandado de Segurança no STF que visava a nulidade do *impeachment* através da declaração de inconstitucionalidade. Em 16 de outubro, Muniz anexou aos autos do Mandado de Segurança no STF documentos que, segundo ele, comprovavam crimes cometidos por Oséas Cardoso em Alagoas. Segundo a matéria do *Correio da Manhã (RJ)*, foram enviados 4 documentos: os três primeiros seriam sobre crimes de homicídios praticados pelo deputado alagoano e dos quais a justiça tinha conhecimento; e o quarto documento comprovaria que ele deveria ter-se afastado do cargo de deputado a partir de 18 de setembro de 1957.

Vale lembrar que Oséas foi o autor da denúncia contra Muniz na Assembleia. Ressaltar os crimes por ele cometidos no Mandado de Segurança era uma das estratégias para conseguir a nulidade do caso. Contudo, a situação de Falcão não era das melhores: alguns grupos aliados, tanto ao nível nacional como estadual, já estavam cogitando incentivá-lo a renunciar ao cargo de governador. Para alguns, ele poderia ter amplo apoio na disputa a uma cadeira no

Senado nas eleições de 1958 (NO MUNDO... 1957ad, p. 15). Outros pensavam em enviá-lo para administrar alguma embaixada brasileira (TÓPICOS... 1957f, p. 6).

Em contrapartida a essas especulações, Muniz falava em pacificar Alagoas. Ele estaria esperando a decisão do STF sobre o Mandado de Segurança de forma bem otimista. Ressaltou até o restabelecimento da Frente Popular que o elegeu para o governo de Alagoas, acenando, assim, para alguns deputados opositores que antes pertenciam à base do governo. Após Alagoas ser marcada pela fama da violência, devido aos últimos episódios políticos, Muniz buscava em um discurso de pacificação fazer oposição à imagem negativa imposta sobre seu governo. Contudo, ele afirmou que “não há possibilidade de entendimentos com os elementos da UDN, mesmo porque há necessidade de haver oposição para que melhor possa fiscalizar a ação governamental” (MUNIZ... 1957ae, p. 16).

Há poucos dias da Intervenção Federal Parcial em Alagoas expirar, os deputados da oposição fizeram um pedido para expandi-la por mais 60 dias (PEDE... 1957af, p. 1). O processo de *impeachment* estava travado devido à espera da decisão do STF sobre o Mandado de Segurança impetrado por Muniz. Os deputados da oposição tinham receio do governador retornar ao cargo após o fim da intervenção, pois ele havia alegado não ficar no cargo com os poderes, a ele entregues pela população nas eleições de 1955, divididos com um interventor.

O desejo da oposição não foi realizado. Em 14 de novembro de 1957, expiraram os sessenta dias de Intervenção Federal Parcial. Mesmo assim, Muniz não retornou ao cargo; preferiu aguardar o resultado do Mandado de Segurança (NÃO... 1957ag, p. 1). Uma notícia do *Correio da Manhã* (RJ) de 15 de novembro questionou o silêncio do Congresso Nacional sobre o assunto, pois a Comissão de Constituição e Justiça aprovou a Intervenção em Alagoas no dia 20 de setembro (NÃO... 1957ag, p. 7). A questão, então, passou para o Congresso, o qual não deu nem um parecer favorável nem contrário à intervenção. Agora que os sessenta dias haviam passado, o jornal lembrava ao leitor de outros relatórios travados tanto na Comissão como no Congresso, levantou o questionamento de até qual ponto essas falhas beneficiariam interesses dos mais diversos grupos políticos.

O otimismo de Muniz Falcão a respeito do Mandado de Segurança se esfacelou em 20 de novembro de 1957. Após um julgamento que durou mais de sete horas, o STF decidiu pela constitucionalidade da lei 1.079 por 6 votos contra 4. Foi então permitida a criação do Tribunal Misto para o julgamento do processo, formado por 5 desembargadores e 5 deputados estaduais. Porém, uma alteração foi feita, os deputados deveriam ser escolhidos por sorteio ao invés de votação (MUNIZ... 1957ah, p. 1).

Em 4 de dezembro de 1957 realizou-se na Assembleia Legislativa de Alagoas o sorteio dos deputados a fazerem parte do Tribunal Misto. Os governistas foram pegos de surpresa, pois o sorteio ocorreu na mesma sessão em que foi anunciado. Além disso, apenas nomes da oposição foram sorteados. O *Correio da Manhã (RJ)* de 7 de dezembro trouxe declarações de Muniz, o qual alegava fraude no sorteio.

Na sessão de quarta-feira passada naquela Assembléia, inesperadamente, sem aviso prévio e sem as formalidades elementares que devem preceder a um sorteio, o deputado Otacílio Cavalcante, no exercício da presidência, anunciou que ia realizar o sorteio dos cinco deputados que deveriam compor o Tribunal isto no processo de “impeachment” contra mim instaurado. A declaração do deputado Otacílio foi de modo a dar a entender que o preferido sorteio iria ser ainda feito, naturalmente com as precauções indispensáveis. Em dado momento, solicitou o comparecimento à Mesa dos dois únicos deputados governistas presentes, para verificar se dentro dos envelopes estavam os nomes de todos os deputados. Após essa verificação, com espanto para os dois aludidos deputados, o presidente revelou o resultado do “sorteio”, sendo “escolhidos” cinco deputados da oposição.

[...]

Sabiam os oposicionistas que sem utilizar êsse estratagema, não seria possível a minha condenação, e conseqüentemente, a perda do cargo, pois o quorum é o de dois terços do Tribunal Misto, que é composto de cinco desembargadores e cinco deputados, sob a presidência do Tribunal de Justiça do Estado. Constituindo parcialmente êsse Tribunal Misto por meio de fraude, os deputados oposicionistas terão avançado um bom caminho para integralizar o quorum que lhes proporcionará meios para a minha deposição. Eles preveniram-se contra os azares do futuro: desde logo garantiram cinco votos para um Tribunal onde precisam de 8.

[...]

O fato vem constranger claramente o espírito da recente decisão do Supremo Tribunal Federal. O Egrégio Pretório, ao determinar que a escolha dos deputados fôsse feita por sorteio, e não por eleição como manda a lei 1.079, objetivou a assegurar aos governadores uma margem mínima de segurança. Essa margem se desfez com a fraude que desaguou na escôlha dos cinco representantes oposicionistas, com a total abstração dos deputados situacionistas. É ao próprio S.T.F. portanto, que se dirige a farsa e não apenas côntra a minha pessoa, pois esta passa a ser secundária no caso. Dentro do que deliberou a nossa mais alta Côrte de Justiça, tôdas as cautelas deveriam ter presidido ao sorteio, ao qual deveria estar presente, inclusive, um representante do próprio Supremo, para que o ato se ajustasse rigorosamente aos termos éticos. (ASSEGURA... 1957ai, p. 4).

Muniz Falcão não deixou margem para supor uma desconfiança no processo do sorteio, mas sim, a certeza de fraude. Ele utiliza o fato do sorteio ter sido feito totalmente de surpresa, um dos grandes pontos para a existência da fraude. Para reforçar seu argumento, ressaltou que o quórum necessário para aprovar o *Impeachment* era de dois terços; a garantia dos 5 votos dos deputados deixaria a oposição mais tranquila.

Muniz tentou colocar seus interesses particulares no processo como secundários, para assim legitimar suas demandas, ao argumentar que a fraude seria contra a decisão do STF. A mais alta corte jurídica do Brasil teria então sido lesada, pois também faltou o representante desta corte para testemunhar o sorteio. Muniz mostra-se empenhado em lutar até as últimas

alternativas legais para garantir seu mandato. O STF é acionado mais uma vez por Muniz e seu advogado Teotônio Monteiro de Barros com a intenção de anular o sorteio realizado (ESTUDARÁ... 1957ai, p. 1).

Além disso, Muniz, em meio à sua busca por manter-se no cargo de governador de Alagoas, viu sua base aliada de deputados estaduais ter riscos de minguar. Segundo matéria do *Correio da Manhã (RJ)* de 25 de dezembro, dois deputados estaduais, até então aliados de Muniz Falcão estariam prestes a romper a aliança. Um deles seria Luiz Coutinho, o qual elogiou a atuação do vice-governador: “sr. Sizenando é um governante capaz de fazer o que Muniz Falcão não conseguiria antes”. Já o deputado Luiz Rezende teria realizado críticas ao líder do grupo aliado a Muniz na Assembleia (DEPUTADOS... 1957aj, p. 4).

Nos meses em que Sizenando Nabuco (PTB) passou na cadeira do executivo de Alagoas, novas articulações políticas se formaram paulatinamente. A oposição udenista estava tranquila em ter um governador do PTB no tabuleiro das disputas políticas de Alagoas. As alas conservadoras alagoanas estavam mais preocupadas em ter Muniz Falcão (PSP) no governo do que um membro do PTB. José Onias (UDN), após se recuperar dos ferimentos e retornar do Rio de Janeiro para Maceió, teria declarado “estar satisfeito por ver a frente do governo de Alagoas um homem que, na sua opinião, é um alagoano digno, que poderá pacificar Alagoas” (DEPUTADOS... 1957aj, p. 4). As mensagens dos deputados sobre a tranquilidade do estado e as qualidades do atual gestor serviam para reforçar a ideia de que Muniz não tinha condições de governar o estado, pois só foi ele se retirar do cargo para a paz voltar a reinar nas terras alagoanas.

Em 3 de janeiro de 1958, o STF acatou o pedido de Muniz Falcão: a Assembleia Legislativa teria de realizar um novo sorteio de membros do Tribunal Misto (SERÁ... 1958a, p. 14). A possibilidade de Muniz Falcão permanecer no cargo despertou o receio dos udenistas cujos movimentos para realizar uma nova denúncia iniciaram-se, e mais uma vez, seria apresentada por Oséas Cardoso (NO MUNDO... 1958b, p. 11). A estratégia era conseguir afastar novamente o governador caso saísse vitorioso no Tribunal Misto.

O julgamento do *Impeachment* foi marcado para 14 de janeiro. A ansiedade tomava conta do cenário. O presidente do Tribunal Misto, Meroveu Mendonça⁵⁰, sofreu um mal

⁵⁰ Meroveu Cunha de Oliveira Mendonça (1892 - 1968) nasceu em Recife. Concluiu o curso de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de Recife em 1912. Exerceu o cargo de Juiz Municipal na Comarca de Colônia Leopoldina-AL em 1913. Sua primeira investidura como Juiz de Direito se deu na Paraíba em 1920. Em 1926, foi promovido para Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Maceió, promovido para desembargador em 1932. Foi eleito presidente do TJ AL para o período de 31/05/1957 a 28/03/1959. Foi sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL, onde tomou posse em 01/11/1926. Faleceu em Maceió, no dia 30 de setembro de 1968.

súbito nas vésperas do julgamento, porém conseguiu estar presente no tribunal, o qual às 9h abriu seus trabalhos. Onze juízes do Tribunal Misto estavam presentes: seis desembargadores (sendo que o presidente só votaria em caso de empate) e os cinco deputados estaduais escolhidos no segundo sorteio. Compareceram sete testemunhas por parte da defesa de Muniz Falcão e oito por parte da acusação, todas aguardaram em um grande salão sob forte vigilância de soldados. Os advogados de defesa e de acusação tomaram todo o tempo do dia com seus discursos. Às 16h, ambas as partes concordaram em dispensar as testemunhas. O presidente do julgamento decidiu adiar a votação do Tribunal Misto para o dia seguinte, 15 de janeiro (ADIADA... 1958c, p. 13).

O segundo dia do julgamento iniciou às 14h25, durou um pouco mais de 5 horas, e resultou na absolvição de Muniz Falcão por não atingir o quórum necessário de dois terços para sua condenação. Os que votaram pela condenação foram os seguintes: desembargadores Xisto Gomes de Melo e Osório Gatto; deputados Mário Guimarães, Teotônio Vilela, Edson Luiz e Haroldo Vilela. Os que votaram pela absolvição foram: desembargadores Miguel Archanjo, Edgar Valente de Lima e Mário Guimarães e o deputado Luiz Coutinho (ABSOLVIDO... 1958d, p. 14). Após o resultado, o advogado de Muniz Falcão e o deputado Luiz Coutinho saíram rapidamente do recinto. Enquanto isso, a oposição permaneceu no local em silêncio; o desapontamento deles com o resultado era evidente.

Mesmo com a absolvição de Muniz Falcão o discurso sobre a exacerbação da violência em Alagoas continuou circulando pela oposição. O jornal *Tribuna da Imprensa (RJ)* informou, em sua terceira página da edição de 16 de janeiro de 1958: “Muniz Falcão vai praticar novos crimes”. Destacou a fala do senador Juracy Magalhães: “a cassação do mandato do Sr. Muniz Falcão seria uma imposição lógica, decorrente dos crimes que praticou no governo” (MUNIZ... 1958a, p. 3). Já na capa da edição de 20 de janeiro, o *Tribuna da Imprensa (RJ)* apresentou uma matéria com o seguinte título: “Volta de Muniz traz intranquilidade” e, no texto da matéria, afirmou que “capangas do governador rondam a casa do deputado Oséas Cardoso” (VOLTA...1958b, p. 1).

Figura 33 - Recorte da capa do *Última Hora* (RJ) repercutindo vitória de Muniz



Fonte: Jornal *Última Hora*. Rio de Janeiro, 16 jan. 1958, p. 1. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Enquanto os jornais oposicionistas ao Governo Muniz Falcão tentavam manter-se firmes no discurso dos golpistas, o jornal *Última Hora* de 16 de janeiro trouxe em sua capa o título: “Alagoas: Lei vence o ódio!”. O jornal trouxe algumas imagens dos eventos do dia 13 de setembro de 1957. A imagem ao centro mostra o deputado da UDN Antônio Malta ferido e ainda segurando sua arma, destacado pelo jornal como o símbolo da “intensidade do ódio que afogou Alagoas num mar de sangue”. Ainda na mesma imagem, observa-se o moribundo cercado pelos deputados aliados junto do senador Juracy Magalhães, sobre o qual o jornal afirmou ter sido enviado pela UDN para comandar a “guerra de ódio que se desencadeou em Alagoas” (ALAGOAS... 1958a, p. 1

Figura 34 - Fotografia de Oséas Cardoso publicada na capa do *Última Hora* (RJ)



Fonte: Jornal *Última Hora*. Rio de Janeiro, 16 jan. 1958, p. 1. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Para acentuar mais o discurso de responsabilidade do grupo udenista pelo caos instaurado em Alagoas o jornal coloca uma imagem de Oséas Cardoso, última à esquerda,

destacou em círculos os revólveres que ele segurava no dia do tiroteio na Assembleia, junto da imagem tem-se a seguinte legenda:

Oséas Cardoso, pistoleiro acobertado pelas imunidades parlamentares, foi o autor da denúncia que afastou do governo o Sr. Muniz Falcão. Simboliza, com dois revólveres e uma expressão de ódio, a insensatez que quase arrasou o Estado. Vencido pela Justiça, já agora anuncia um novo processo, em tudo semelhante ao primeiro, para alimentar a sede de sangue do udenismo alagoano. (ALAGOAS... 1958a, p. 1).

A oposição ao governo alagoano planejava iniciar um novo processo. Os jornais *Correio da Manhã (RJ)* e *Tribuna da Imprensa (RJ)* comentaram sobre os trabalhos do deputado Oséas Cardoso para iniciar uma tentativa de abertura de um novo processo de *impeachment*. Ainda na edição de 17 de janeiro do *Correio da Manhã (RJ)*, vale ressaltar uma notícia sobre Maceió, na qual o jornal afirmou que a “cidade amanheceu calma, recuperando o ritmo de vida normal. Vez por outra ouve-se aqui e ali o espoucar de foguetes. São os partidários do governador Muniz Falcão que ainda estão comemorando o resultado do Julgamento” (CIDADE... 1958d, p. 14).

Para o *Correio da Manhã (RJ)*, grupos de trabalhadores comemorando a vitória de Muniz não passavam de “partidários”. Ao analisarmos o jornal alagoano *A Voz do Povo*, de 19 de janeiro de 1958, vemos indícios de uma significativa mobilização popular que comemorava o retorno do governador Muniz Falcão. Em sua capa, o jornal destacou: “Vibrou toda a cidade”. Segundo o periódico, após a notícia da absolvição de Muniz Falcão, houve comemorações em diversos bairros de Maceió, “foguetes e bombas espocaram em toda a cidade”. A matéria ainda comenta o caso do bairro do Prado, local onde a população concentrou-se na rua Tamandaré e a comemoração se tornou um “verdadeiro carnaval” (VIBROU... 1958a, p. 1).

O Governo Muniz Falcão ainda tinha apoio popular, principalmente dos trabalhadores. Os operários da fábrica Apolo, segundo *A Voz do Povo (AL)*, enviaram uma homenagem ao governador (HOMENAGEM... 1958a, p. 1). O Pacto Trabalhista ainda seguia firme. O espaço de experiências, tanto nos governos passados quanto no primeiro período do governo de Muniz, produzia um horizonte de expectativas na classe trabalhadora: teria mais alguns anos de um governo próximo aos seus interesses. Os grupos que tentaram tirar Muniz Falcão representavam governos passados, os quais agiram com violência contra a classe. Assim, as memórias desses períodos de violência e maior carestia de vida amplificou os sentimentos dos trabalhadores em apoiar a permanência de Muniz Falcão no governo.

Figura 35 – Operários brigando pelas ruas de Maceió



Fonte: Jornal *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 19 jan. 1958. p. 16. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O estigma da violência era reafirmado pelos periódicos com tendências a se oporem ao Governo Muniz Falcão. Por exemplo, o *Correio da Manhã (RJ)*, em sua edição de 19 de janeiro, trouxe a fotografia acima. Segue a legenda da imagem:

Na foto, o momento preciso e dramático em que um operário alagoano tentava rasgar outro com a sua terrível “peixeira”. Um terceiro, à direita, defende-se com um tamborete. Notem-se as características nordestinas dos contendores: físico caboclo, camisa clara, solta, calças escuras, pés descalços. Harmonias e movimentos de “cabras bambas”. Local: Praça dos Palmares, centro de Maceió, manhã de 16 de janeiro. Motivo: Dois operários de uma fábrica de sapatos, comemorando com cachaça a absolvição do governador, não chegaram a um acordo sobre determinado detalhe... Fim da briga: se um dos “cabras” era um bamba na peixeira, o outro não era menos no gingar defensivo. Os circunstantes que se veem na foto conseguiram separá-los e ambos, sorridentes, retornaram ao seu trabalho. (ALAGOAS... 1958e, p. 16).

O jornal reforça a imagem pejorativa que se tinha do nordestino ao destacar as vestimentas dos operários. Além disso, a utilização do termo “cabras bambas” para designar os trabalhadores que se envolveram na confusão ressalta uma cultura da violência que se fazia presente no Nordeste. A matéria coaduna com a narrativa dos grupos udenistas de darem destaque a violência apenas quando esse ato partia dos grupos apoiadores de Muniz Falcão. Lembrar que eram fabricantes de sapatos enfatiza uma subversão existente nas classes operárias, cujos interesses eram defendidos por políticos alinhados à cultura política do trabalhismo, a exemplo do governador alagoano.

3.4 O retorno de Muniz ao governo e as novas investidas da oposição

Na tarde de 24 de janeiro Muniz retornou do Rio de Janeiro a Maceió. Uma enorme concentração de pessoas aguardava sua chegada no aeroporto, a área estava toda tomada pelo povo. Diversas faixas que comemoravam seu retorno estavam espalhadas entre a multidão e pelas ruas de Maceió. Taxistas colocaram fotos de Muniz em seus veículos. Inúmeras crianças estavam vestidas de anjinhos, mulheres carregavam pedras na cabeça e homens vestiam roupas de frade, a fim de pagarem promessas feitas pelo retorno de Muniz (MAIS... 1958b, p. 6).

O voo do governador atrasou alguns minutos, o que permitiu a chegada de mais pessoas para recebê-lo. Ao avião ser avistado, as faixas de isolamento foram rompidas pela população com o intuito de se aproximar mais, e festejar com Muniz o seu retorno. A distância do aeroporto ao Palácio do Governo era em torno de 15 km. Um grande cortejo se formou rumo ao Palácio com cerca de 500 veículos que acompanharam o desfile. Diversas caravanas vieram do interior; só de Arapiraca três ônibus foram enviados (MAIS... 1958b, p. 6). O Palácio dos Martírios foi tomado pela população que queria abraçar Muniz Falcão; a estimativa era de 40 a 50 mil pessoas no local.⁵¹ Muniz se direcionou à sacada do Palácio e proferiu um discurso mais voltado ao apaziguamento da situação política em Alagoas. *A Voz do Povo (AL)* trouxe alguns trechos de seu discurso; segue um deles:

Hoje, quando recolho esta vitória, humildemente me abstenho de transformá-la em elemento de tripúdio sobre os meus adversários e, esquecendo os agravos sofridos, ignorando os repertórios de injúrias contra mim constituídos, estendo a mão aos que ontem buscaram levar-me a aniquilamento político. Pois, acima de nós - Governo e Oposição - funciona uma entidade eterna, que é o Povo. (MUNIZ... 1958b, p. 1).

Mesmo querendo trazer um tom de apaziguamento das tensões políticas no estado, notamos Muniz realizar, de forma sutil, críticas à oposição, ao reafirmar que esqueceria os “repertórios de injúrias” desferidos contra sua pessoa. A fim de reforçar a legitimidade de seu retorno, lembrou que acima dos grupos governista e oposicionista encontrava-se o “Povo”, o qual seria a “entidade eterna”. Seu retorno não teria ocorrido apenas devido a uma votação no Tribunal Misto não ter atingido os dois terços necessários para afastá-lo, mas ocorreu porque o cargo havia sido confiado pelo povo e só ele poderia lhe tirar.

Em seguida, Muniz Falcão ressaltou a necessidade de a paz ser restabelecida em Alagoas e que seu desejo era de “criar condições para que um ambiente de paz se consolide”. O discurso sobre o assunto foi encerrado com a seguinte fala: “não há de ser pelas vias do

⁵¹ *A Voz do Povo (AL)* estimou uma média de 40 mil pessoas, enquanto que o *Ultima Hora (RJ)* 50 mil.

golpe contra o Chefe do Executivo que a tranquilidade se instalará no Estado” (MUNIZ... 1958b, p. 1).

Enquanto o governador demonstrava preocupação com a edificação da paz em Alagoas, a violência política marcava o início dessa segunda etapa de sua gestão. Segundo uma matéria do *A Voz do Povo (AL)* de 26 de janeiro, trabalhadores estavam sendo proibidos de comemorar o retorno de Muniz Falcão desde a decisão do Tribunal Misto. O jornal trouxe como exemplo uma denúncia contra o deputado Arnaldo Paiva, dono de uma fábrica em Rio Largo: os vigias tomaram os fogos dos operários e impediram qualquer manifestação em comemoração do retorno de Muniz (PROIBIDO... 1958b, p. 2).

Dois dias após o retorno de Muniz ao governo ocorreu mais um crime em Alagoas. O irmão do prefeito de Murici, Alvacir Rocha Acioli, de 18 anos, foi assassinado a tiros em uma emboscada. Tanto o prefeito, Pedro Timóteo Acioli, quanto seu falecido irmão possuíam relações estreitas com Muniz Falcão. As suspeitas do mandante do crime recaíram sobre o industrial Fausto Cardoso, o qual, segundo matéria do *Última Hora (RJ)*, era inimigo do prefeito do município em questão e teve um desentendimento durante o curto governo do petebista Sizenando Nabuco (MAIS... 1958c, p. 6).

Muniz Falcão tratou de se reunir com o general Moraes Âncora a fim de estabelecer um sistema de cooperação entre o Exército Brasileiro e o governo de Alagoas, com o objetivo de manter a ordem no estado. Tropas do 20º Batalhão foram enviadas aos municípios de Arapiraca, Mata Grande e Palmeira dos Índios. Se necessário, mais tropas federais seriam requisitadas para outros municípios. Tal medida duraria até Muniz Falcão nomear novos delegados com capacidade de manter a ordem em suas regiões de trabalho. O governador declarou que essas nomeações seriam de forma rigorosa, sem acolher os nomes indicados por aliados políticos (MUNIZ... 1958d, p. 6). Ele tentou demonstrar uma posição técnica a respeito da escolha dos delegados. Não aceitar recomendações dos aliados seria uma forma de tentar apaziguar as disputas existentes entre seus correligionários e as oposições no interior alagoano.

Segundo uma longa matéria do *Última Hora (RJ)*, de 30 de janeiro de 1958, a oposição não estava satisfeita com o retorno de Muniz Falcão e buscou maneiras de dificultar seu governo. Uma delas foi faltar às sessões da Assembleia Legislativa a fim de travar o encaminhamento de projetos. Após o assassinato do irmão mais novo do prefeito de Murici, mesmo se tratando de um aliado do Governo, a oposição começou a criar alarmes, enviaram telegramas ao Governo Federal pedindo uma nova intervenção. Alegavam não haver garantia de segurança para a realização dos trabalhos legislativos (ALAGOAS... 1958e, p. 15).

Reuniões eram feitas entre os grupos oposicionistas. Segundo a mesma matéria do *Última Hora (RJ)*, Arnon de Mello era um dos principais articuladores desses encontros. Aurélio Viana, deputado governista, realizou uma reunião com grupos de latifundiários e industriais a fim de chegar a um consenso, mas deixaram explícito não haver acordo com o governador; só iriam se acalmar quando Muniz deixasse o governo. Um deles teria falado não ser possível haver no governo de Alagoas um indivíduo apoiado pelo “zé povinho”.

O enviado especial do *Última Hora (RJ)* era Pery Anderson, já em sua quarta vez em Alagoas a cobrir a crise política desde o assassinato de Marques da Silva. Ele afirmou na mesma matéria que todas essas estratégias seriam uma “preparação psicológica para o golpe”: faltar às reuniões da Assembleia e aproveitar qualquer ato de violência, seja ele de cunho político ou não, a fim de reforçar o discurso de um estado mergulhado na violência. A estratégia era enviar telegramas que denunciavam a situação ao Governo Federal da forma mais ágil possível assim que recebessem a informação de mais algum caso de assassinato ou outra forma de violência.

Pery Anderson ainda trouxe atualizações sobre a preparação feita por Oséas Cardoso para a realização de uma nova denúncia e tentativa de *impeachment*. Segundo o repórter, Oséas afirmou ter aprendido com o primeiro processo e, nesse segundo, não iria falhar. O deputado teria revelado que o presidente Lamenha Filho ficou nervoso na hora de tirar os papéis no segundo sorteio, isso atrapalhou sua atenção aos envelopes, os quais estariam marcados para ele saber quem era oposição e situação do Governo através da acentuação da palavra “assembleia”. Nos envelopes com o nome dos deputados da oposição, a palavra estaria com um acento agudo. Lamenha teria se atrapalhado, puxado um envelope sem a acentuação, que possuía o nome de Luís Coutinho. Para Pery Anderson, isso demonstra a que ponto chegava a oposição para tentar retirar Muniz do governo.

Contudo, esses avanços da oposição foram lentos. Chegou a circular uma informação no *Correio da Manhã (RJ)*, de 02 de março, indicando que a oposição desistiria de iniciar um novo processo de *impeachment*. Isso porque a imagem de vítima do governador cresceu diante do eleitorado alagoano no percurso do primeiro processo. Eles estavam com esperanças de se sair bem nas eleições legislativas de outubro e, a partir daí, continuar a campanha contra o governo de Muniz (PAZ... 1958f, p. 15). Podemos, então, perceber o expressivo apoio popular de Muniz em Alagoas, a oposição sentiu o quão negativa foi para sua imagem a tentativa de *impeachment*, pois realizar um segundo processo poderia prejudicar o desempenho nas eleições vindouras.

Na edição do dia 07 de março do *Correio da Manhã (RJ)*, cinco dias depois da notícia analisada no parágrafo anterior, tem-se uma matéria sobre a movimentação na oposição para abrir um novo processo de *impeachment* contra Muniz Falcão. Segundo o jornal, a oposição teria entrado em contato com um famoso jurista radicado no Rio de Janeiro de quem receberam orientações. O fundamento para o novo *impeachment* seria os acontecimentos do dia 13 de setembro de 1957. O governador seria responsável pela preparação e ação dos atos que resultaram no conflito armado dentro da Assembleia Legislativa. A matéria encerra discorrendo sobre a opinião de alguns observadores do caso: para eles, a intenção da oposição não era conseguir retirar Muniz do cargo, mas sim afastá-lo por mais três meses, justamente no período precedente às eleições (NOVO... 1958g, p. 11).

A oposição parecia confusa sobre o próximo passo. Em alguns momentos, demonstrava querer avançar com um novo processo de *impeachment*; em outros, recuar a fim de focar nas eleições vindouras. Pode-se conjecturar um certo nível de discordância existente nas relações de poder dos grupos de oposição ao Governo Muniz Falcão nesse período.

Enquanto isso, Muniz Falcão se direcionou a Assembleia Legislativa de Alagoas para apresentar um documento com informações sobre a situação da educação e saúde no estado. *O Semanário (RJ)*, na edição da semana de 22 a 29 de maio de 1958, trouxe algumas partes da fala do governador a respeito desses dados (S.O.S... 1958, p. 04).

O início do discurso de Muniz lembrou que a Taxa Pró-Economia, Educação e Saúde, planejada em 1956 e declarada inconstitucional por ação judicial, deixou de proporcionar 90 milhões de Cruzeiros. A quantia disponível para os trabalhos nos setores específicos foi de 11 milhões e meio. Ele afirmou que os projetos das áreas de educação e saúde foram paralisados durante o curto Governo Sizenando Nabuco, mas após seu retorno, em janeiro de 1958, as obras retornaram.

O governador afirmou que Alagoas possuía cerca de 1.200.000 habitantes e apenas 66 grupos escolares e 315 escolas isoladas, todos com uma estrutura lamentável. De cada 100 alunos matriculados no primário, apenas 5 atingiam o 5º ano. O índice de analfabetismo no estado estaria em 76% e o município de Passo de Camaragibe registrava um índice de 93%. Ele declarou que a tentativa de *impeachment* não trouxe prejuízos para si, mas sim para todo o povo de Alagoas.

Em relação à saúde, Muniz falou da falta de leitos, unidades sanitárias e de profissionais da área. Dos 41 municípios, 11 não tinham médicos de prontidão. A média de leitos em hospital no estado era de 1 a cada 337 habitantes, sendo o recomendável de 1 para 250. Além disso, a maioria desses leitos estaria concentrada na capital, 1 para cada 129

habitantes, enquanto o interior teria 1 para cada 2.797 habitantes. Junto desses dados preocupantes, Muniz expôs os trabalhos concluídos e encaminhados a fim de melhorar a situação da educação e da saúde, porém alertou que isso não era o suficiente devido aos dados críticos.

Segundo *O Semanário (RJ)*, o documento entregue pelo governador à Assembleia Legislativa era inédito no Brasil. Isso porque os governadores evitavam mostrar dados preocupantes de seus respectivos estados, focavam em propagandear as obras realizadas, até mesmo quando se tratava da inauguração de um pedaço de calçamento. Porém, o mesmo jornal expõe as realizações que Muniz teria feito até aquele momento e o próprio teria propagandeado na Assembleia.

Muniz Falcão buscou culpabilizar a oposição pela situação periclitante na educação e saúde de Alagoas ao relacionar essa questão com a proibição da Taxa Pró-Economia, Educação e Saúde. Culpou também o processo de *impeachment* pelo atraso nas obras do estado. Essa foi uma das formas que o governador encontrou de criticar a oposição. Quando a oposição se movia, atrasos aconteciam no desenvolvimento de Alagoas. As provas que Muniz demonstrava eram os avanços que teria conseguido realizar nos momentos em que a oposição não provocava crises políticas mais exacerbadas.

Quando os ânimos políticos pareciam se apaziguar surgia a notícia de um novo crime. Em 12 de junho de 1958, o sub-tenente Áureo de Azevedo França, chefe da segurança da Assembleia Legislativa, foi alvejado no ombro ao retornar para casa, em Maceió, com sua filha menor de idade. Apesar da tentativa de revide, os três elementos conseguiram fugir em um jipe. Foi levado às pressas ao hospital; poucas horas depois veio a falecer. A bala que o havia ferido estava envenenada (APROFUNDA-SE... 1958e. p. 6).

O *Última Hora (RJ)* de 13 de junho publicou um conjunto de notas sobre o caso. Uma delas fala sobre o importante papel desempenhado pelo militar em 13 de setembro de 1957. Áureo teria avançado em direção ao filho de Humberto Mendes, agarrou-se nele e evitou que o jovem utilizasse a metralhadora. Em uma segunda nota, o jornal reproduz a notícia de um correspondente da “Asapress”, o qual teria afirmado ser Áureo um homem marcado para morrer devido ao seu papel na Assembleia no dia do tiroteio.

O *Última Hora (RJ)* procurou Muniz Falcão, o qual estava no Rio de Janeiro na noite do dia 12 de junho. O governador afirmou ter tido informação sobre o caso através dos próprios jornalistas do periódico que vieram lhe questionar, porém salientou serem as acusações do correspondente do “Asapress” facciosas devido a ele estar ligado a Arnon de Mello, e não era a primeira vez que distorcia fatos para atacar seu Governo.

Na edição de 16 de junho, o *Última Hora (RJ)* trouxe uma pequena nota acerca do assassinato do subtenente Áureo. Ela trata dos telegramas que chegavam ao Rio de Janeiro sobre a morte de Áureo envenenado por uma bala e a expectativa de uma “grande reação contra o governador Muniz falcão que será naturalmente responsabilizado pelo assassinato do militar” (DE... 1958g, p. 33). Os udenistas alagoanos não estavam preocupados em saber quem foi o mandante do crime, para eles a culpa deveria já ser colocada no governador.

Ao falar que a responsabilidade seria “naturalmente” de Muniz Falcão, os udenistas buscavam reforçar que o clima de violência em Alagoas era responsabilidade do governador, acusavam-no de dar carta-branca para os seus correligionários perseguirem a oposição. O *Ultima Hora (RJ)*, na mesma notícia, fez uma ironia às acusações realizadas pela oposição de tentar cravar a responsabilidade pelo assassinato nas mãos de Muniz Falcão. Buscaram relacionar a morte do guarda com sua tentativa de impedir que o filho de Humberto Mendes acionasse uma metralhadora no dia do tiroteio na Assembleia, como se, por vingança, devido a sua intromissão, a ala governista tivesse lhe ceifado a vida.

Nas pesquisas realizadas, não foi encontrada documentação que desse continuidade à repercussão dos assassinatos do irmão do prefeito de Murici e do chefe da Guarda da Assembleia Legislativa. Isso nos leva a crer que a estratégia da oposição, a qual tentava relacionar o nome de Muniz com os assassinatos para desestabilizar seu governo, não surtiu efeitos tão acentuados como no caso do assassinato de Marques da Silva. Muniz Falcão ter saído vitorioso do processo de *Impeachment* pode ter resultado em um fortalecimento de sua influência nas relações de poder pelos grupos políticos no estado. Enfraquecendo assim as tentativas da oposição de provocar uma nova crise no governo.

3.5 As eleições legislativas de 1958

Estava marcado para 3 de outubro de 1958 as eleições legislativas, era a oportunidade do grupo político de Muniz Falcão buscar maioria na Assembleia Legislativa. Na edição de 06 de julho de 1958, *A Voz do Povo (AL)* relata que a convenção do PSP estava prevista para ser realizada no dia 22 de julho. O jornal questionou a falta de interesse do partido em lançar um nome para disputar o cargo de senador nas eleições vindouras. Também cobrou de Muniz Falcão, então presidente do PSP de Alagoas, que junto a outros partidos lançassem um nome a fim de disputar o cargo ao senado e com isso fazer oposição a Arnon de Mello. Esse seria o dever de um “nacionalista” para impedir o avanço da “classe empresarial entreguista” (COM... 1958c, p. 1).

Em 15 de agosto de 1958, ocorreu o alistamento em todas as zonas eleitorais de Alagoas. Não houve registro de violência, segundo o Desembargador Lavenere Machado,

presidente do Tribunal Regional Eleitoral. O número de eleitores no estado elevou-se para 134.922 e superou as expectativas dos membros do TRE (ALISTAMENTO... 1958d, p. 3). Percebe-se assim o interesse da população nas próximas eleições. Nota-se também o impacto negativo do analfabetismo no estado, como citado no tópico anterior sobre os dados preocupantes que Muniz levou à Assembleia: a população estimada de Alagoas era de 1.200.000 habitantes, dos quais apenas 134.922, 11,24% da população total estimada, estavam cadastrados na justiça eleitoral.

Em 1958, o PSD de Alagoas estava dividido em três alas principais: O grupo liderado por Guedes de Miranda; a ala liderada por Ismar de Góis Monteiro (ambas apoiadoras do Governo Muniz Falcão) e o grupo do padre Medeiros Neto, oposição ao governo alagoano (NO... 1958h, p. 14). As articulações políticas de Guedes de Miranda para conseguir o apoio do PSP da sua candidatura ao Senado foram frustradas. O partido de Muniz Falcão decidiu apoiar a candidatura de Silvestre Péricles de Góis Monteiro (PST). Guedes de Miranda lançou-se candidato ao Senado pela coligação PSD, PRP, PTB.

Os candidatos apoiados por Muniz Falcão também receberam apoio dos membros do PCB de Alagoas. *A Voz do Povo (AL)* de 21 de setembro de 1958 trouxe uma entrevista dada por Jayme Miranda, líder do PCB em Alagoas, sobre a corrida eleitoral. Ele deu destaque à união das forças democráticas e nacionalistas a fim de impedir o avanço dos grupos entreguistas. Segundo Jayme Miranda, “o que está em jogo não é nenhuma divergência, nenhum ressentimento, nenhum interesse pessoal de quem quer que seja” (OS COMUNISTAS... 1958e, p. 1).

No Governo Silvestre Péricles (1947-1951), os comunistas foram perseguidos e houve casos de violência contra trabalhadores que reivindicavam direitos. No entanto, o outro nome de peso que concorria à única cadeira do Senado era Arnon de Mello, em cujo governo (1951-1956) a perseguição e violência contra as classes trabalhadoras se acentuaram⁵², além de ser conhecida sua aproximação com os interesses do capital estrangeiro como demonstrado no caso do petróleo alagoano.

Podemos ver uma posição pragmática dos comunistas alagoanos ao buscar apoiar o "menos pior". Para impulsionar a campanha eleitoral de Silvestre Péricles, o *A Voz do Povo (AL)* associa-o aos grupos nacionalistas. A posição do PCB em Alagoas junto da fala de

⁵² O tema da violência do governo Arnon de Mello contra as classes trabalhadoras foi tratado no capítulo 1 da dissertação. Para mais informações consultar: TAVARES, Marcelo Góes. Do tecer da memória ao tecido da História: Operários, trabalho e política na indústria têxtil em Fernão Velho (Maceió, Al, 1943-1961). Tese (doutorado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

Jayme Miranda sobre não haver ressentimentos é um ponto interessante: eles encontram-se alinhados à “Declaração de Março de 1958” que mudou a linha de ação do Partido. Segundo Jorge Ferreira,

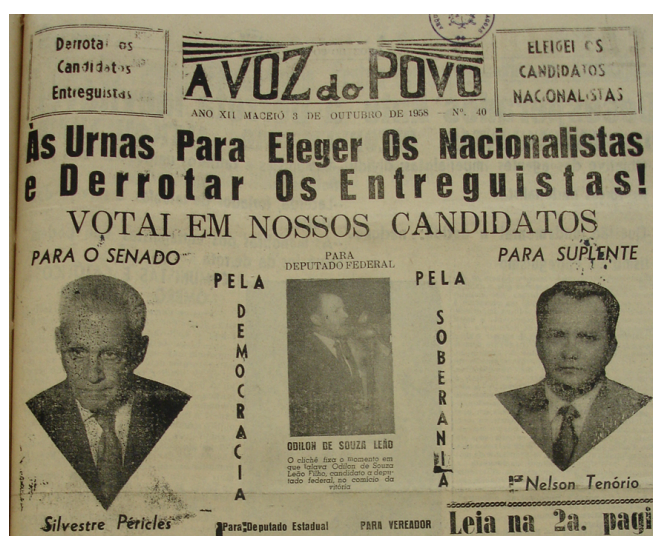
Não era mais possível desconhecer a importância de outras forças políticas entre os trabalhadores, como o trabalhismo petebista, os problemas decorrentes do culto a Stalin e ao stalinismo e de que era possível o desenvolvimento capitalista em um país como o Brasil. Os dirigentes comunistas também reconheceram a importância da questão democrática.

[...]

o partido deveria fazer alianças políticas e o desenvolvimento do capitalismo não apenas era possível nas condições brasileiras, mas definido como necessário. Os comunistas deveriam lutar pela formação de um governo nacionalista e democrático. (FERREIRA, 2023, p. 167).

Apoiar Silvestre Péricles era a forma de manter unida o que eles chamavam de “coligação nacionalista democrática eleitoral” em Alagoas. Coligação da qual integravam o PSP e demais apoiadores do governador Muniz Falcão.

Figura 36 – Campanha a favor de Silvestre Péricles para o Senado



Fonte: *A Voz do Povo*. Maceió, 3 out. 1958. p. 1. Acervo: Arquivo Público de Alagoas (APA)

A eleição estava marcada para ocorrer em 3 de outubro. Neste mesmo dia, o jornal *A Voz do Povo* (RJ) publicou nova edição que convocava os trabalhadores a irem “às urnas para eleger os nacionalistas e derrotar os entreguistas!”. Mais uma vez, o jornal reforça a imagem de Silvestre Péricles como pertencente ao grupo dos nacionalistas.

As esperanças do grupo político de Muniz foram atingidas: Silvestre Péricles foi eleito ao Senado com 51.816 votos contra 50.164 de Arnon de Melo, diferença de pouco mais de

1.600 votos. A UDN conseguiu eleger dois deputados para a Câmara, enquanto os partidos aliados a Muniz elegeram sete. Porém, podemos dizer que a frustração maior da oposição veio nos resultados da eleição à Assembleia Legislativa (BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2025).

Figura 37 – Tabela com cadeiras conquistadas por partido na Assembleia Legislativa de Alagoas por eleição

Partidos	19/01/1947	05/10/1950	03/10/1954	03/10/1958	07/10/1962
Partido Social Democrático (PSD)	19	6	8	-	5
União Democrática Nacional (UDN)	9	9	16	8	7
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	4	-	3	-	2
Partido Comunista do Brasil (PCB)	3	-	-	-	-
Partido Social Progressista (PSP)	-	2	3	14	9
Partido Socialista Brasileiro (PSB)		1	-	-	-
Partido Social Trabalhista (PST)	-	17	-	-	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)		-	5	-	-
Coligação PSD-PTB-PRP	-	-	-	9	-
Coligação PSB-PDC-PST	-	-	-	4	-
Partido Democrata Cristão (PDC)	-	-	-	-	6
Partido Libertador (PL)	-	-	-	-	5
Total	35	35	35	35	35

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

O partido de Muniz conseguiu eleger 14 deputados estaduais. Duas coligações mais próximas aos seus projetos políticos elegeram 9 e 4 deputados, enquanto a UDN, que possuía 16 cadeiras, passou a ter apenas 8. Muniz não conseguiu maioria com o PSP, porém, devido à bancada expressiva de seu partido, tornou-se mais fácil negociar alianças com os partidos que elegeram menos deputados, deixando assim a UDN isolada.

Vale ressaltar que neste período as eleições legislativas, que eram a cada 4 anos, ocorriam separadas das executivas, que eram a cada 5 anos. As eleições para o executivo alagoano ocorreram em: 1947 (eleito Silvestre Pércles), 1950 (eleito Arnon de Mello), 1955 (eleito Muniz Falcão) e 1960 (eleito Luiz Cavalcante).

De volta a análise da tabela é importante observar o direcionamento favorável no número de cadeiras adquiridas pelo partido no controle do poder executivo estadual no momento da eleição em questão. Silvestre Pércles era governador em 1947 e filiado ao PSD, conseguiu eleger 19 deputados. Em 1950, ele era filiado ao PST e seu partido elegeu 17 deputados. A eleição legislativa de 1954, realizada no período do governo de Arnon de Mello, deixou a UDN com 16 cadeiras (e o PTN com 5, partido alinhado aos interesses udenistas), fato que contribuiu para dificultar o governo de Muniz Falcão, iniciado em 1956. Já na eleição

de 1958, quando o governo do estado estava nas mãos de Muniz Falcão, seu partido, o PSP, elegeu 14 deputados.

Pode-se atribuir como uma das variáveis para se ter uma maioria de deputados eleitos aliados do então governador, a questão da máquina pública se encontrar a serviço do partido no poder do estado e como ela é utilizada para empreender a tentativa de permanência no poder do grupo. Essa lógica rompeu no último governo estadual da Terceira República, o de Luiz Cavalcanti (1961 - 1966). Nas eleições legislativas de 1962, seu partido (PL) elegeu 5 deputados, e a sua aliada UDN conseguiu apenas 7 cadeiras na Assembleia Legislativa. Enquanto isso, o PSP ficou com 9 e as outras 21 vagas se dividiram entre outros partidos progressistas.

Cabe ressaltar que a eleição de 1962 apresentou uma distribuição mais esfacelada de cadeiras na Assembleia Legislativa entre os partidos políticos. Tem-se então rastros da construção da experiência democrática em Alagoas, com uma maior quantidade de partidos representados na Assembleia o Poder Executivo teria que dialogar com mais legendas a fim de formar maioria.

Ainda sobre os resultados da eleição de 1958, podemos entender que a perseguição sofrida por Muniz nos seus primeiros anos de mandato e a vitória no processo de *impeachment* contribuíram para o crescimento de sua imagem junto à população. O que auxiliou na conquista expressiva de 14 cadeiras para seu partido. Outro importante fator é a manutenção do Pacto Trabalhista: os trabalhadores, ao eleger a base aliada do governo possibilitaram uma facilidade no encaminhamento dos projetos de interesse popular prometidos por Muniz Falcão em sua campanha eleitoral.

O PTN, partido aliado da UDN, que tinha Oséas Cardoso como principal agitador, não formou legenda para as eleições de 1958. Os candidatos migraram para outros partidos. Oséas foi para a UDN e se tornou o deputado mais votado da legenda, adquiriu 3.806 votos de um total de 26.377. Enquanto isso, o PSP obteve 45.987 votos, sendo seu candidato mais votado, Claudenor Lima, com 3.227 votos (BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2025).

A bancada udenista ainda teria alguns meses com uma oposição de maioria na Assembleia contra o Governo. Porém, as relações de poder reconfiguraram-se após a derrota nas eleições de outubro de 1958: a tentativa de um novo processo de *impeachment* não vingou. Enquanto isso, os grupos governistas estavam ansiosos com a nova configuração da Assembleia a partir de 1959. A questão é que agora Muniz teria apenas 2 anos para encaminhar seus projetos de governo.

3.6 Últimos anos de governo: entre obras e novas crises políticas

No primeiro semestre de 1959 o Governo JK viu um rápido crescimento da oposição diante de seu projeto de modernização do Brasil. As obras da construção de Brasília e da ágil industrialização do país começavam a cobrar o seu preço, a inflação estava em uma escalada. Grupos das esquerdas começaram a criticar o governo e acusá-lo de se entregar aos interesses dos EUA e do FMI para realizar a industrialização do Brasil (SKIDMORE, 2010, p. 282). Segundo Marcelo Cedro:

O projeto de modernidade pensado por Juscelino se integrava ao ideário desenvolvimentista praticado pelos países periféricos, em especial os latino-americanos. Traduzia-se pelo avanço da sociedade brasileira, alinhando-se ao itinerário modernizante europeu. Sob essa perspectiva, o Estado assumia para si o papel de condutor na realização das reformas de cunho modernizador, priorizando transformações econômicas, urbanas, estéticas e culturais associadas à ideia de progresso. (CEDRO, 2019, p. 16).

Porém, a região Nordeste destoava-se desse ideal de progresso desenvolvimentista. No ano de 1958 uma seca assolou a região, que exacerbou a já existente situação precária de vida, sobretudo nos interiores nordestinos. Segundo Pablo Porfírio (2008), a migração para o Sudeste de famílias de trabalhadores atingidos pela seca era constante. Além disso, “Em meados da década de 1950, quase um terço da população do Brasil vivia no Nordeste, contudo apenas 13% da renda do país era produzida nessa região” (PORFÍRIO, 2008, p. 33).

O presidente JK realizou uma reunião no dia 6 de janeiro de 1959 com diversas pessoas consideradas “produtoras de ideias” a fim de buscar soluções para os problemas do Nordeste. Foi nesta reunião que Celso Furtado⁵³ saiu incumbido de produzir um primeiro plano de ação a ser exposto aos governadores e demais lideranças políticas da região (FURTADO, 2014, p. 258). Segundo Furtado, “o discurso sobre o Nordeste saía do terreno da denúncia de ingratidão e de injustiça com o irmão necessitado para inserir-se no grande debate sobre o desenvolvimento do país” (FURTADO, 2014, p. 263). Os planos para o desenvolvimento da região começaram a ser chamados de Operação Nordeste. Segundo o historiador Pablo Porfírio,

⁵³ Paraibano, foi um dos economistas de maior destaque do século. O foco dos seus estudos era sobre o subdesenvolvimento e a necessidade do Estado ter um papel ativo na economia. Defendia: o fortalecimento do mercado interno; a plena ocupação da força de trabalho e a distribuição de renda para superar as desigualdades. Atuou na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). A Operação Nordeste resultou na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em que ele foi um dos principais idealizadores. Foi Ministro do Planejamento no Governo Goulart (1961-1964) e Ministro da Cultura no Governo Sarney (1985-1990). Foi um exilado político durante a Ditadura Militar.

Fonte: GUIDO, Cristina. Celso Furtado. In: CPDOC FGV. Disponível em:

<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/celso-monteiro-furtado>. Acesso em: 16 jul. 2025.

Podemos pensar também a expressão *Operação Nordeste* como sendo um modo de intensificar a representação de que essa parte do Brasil se constituía como uma grave ameaça para o restante do país, seja pela miséria existente, seja pela ação dos comunistas. E era assim que setores do governo federal e da sociedade percebiam o Nordeste. Segundo Furtado, aquela era a mais vasta zona de miséria do hemisfério ocidental e a Operação Nordeste estava sendo estruturada para intervir e mudar todo aquele cenário. A pobreza começava cada vez mais a chamar a atenção de diferentes setores sociais, tanto do Brasil como fora dele. (PORFÍRIO, 2008. p. 35).

Após a preparação do material por Celso Furtado, JK realizou uma reunião na primeira quinzena de fevereiro com os governadores dos estados nordestinos. Convidou também todos os senadores e deputados federais da Região (JK... 1959a, p. 19). Na edição de 23 de fevereiro do jornal *Última Hora (RJ)*, foi publicado o ponto de vista de Muniz Falcão sobre as discussões tratadas nas reuniões da Operação Nordeste.

Há um ‘complot’ contra o Nordeste. Os problemas da nossa agro-indústria do açúcar, com usinas obsoletas e desequipadas, vêm sendo há muito postergados, enquanto florescem usinas moderníssimas em São Paulo, que estão hoje produzindo cerca de vinte e cinco milhões de sacos contra os onze milhões de Pernambuco - Estado que até pouco tempo detinha o primeiro lugar na produção de açúcar. Dentro de mais algumas safras, S. Paulo estará vendendo açúcar ao Nordeste, caso persistam as atuais desigualdades. Em Alagoas já encerraram suas atividades duas grandes usinas e várias outras estão palmilhando o mesmo e sinistro caminho. Situação semelhante se verifica na Indústria Têxtil, a braços com uma crise que ameaça a sua própria estrutura e por conseguinte a economia de diversos Estados. E assim por diante. Não estou, por isso, muito convencido do êxito da Operação Nordeste. Acredito, todavia, no espírito de resistência dos nordestinos, que despertaram patrioticamente para a luta de sobrevivência na defesa dos seus interesses e ideais. (HÁ... 1959b, p. 3).

Em outros momentos, também foram criados planos de desenvolvimento do Nordeste, nos governos de Epitácio Pessoa (1919-1922) e Getúlio Vargas (1930-1945), porém não conseguiram atingir as expectativas. O exemplo da situação da indústria açucareira em Pernambuco e Alagoas, comparado à de São Paulo, reforça a ideia da existência de um “complot” contra a Região. A máquina pública estaria sendo utilizada para atender interesses particulares de lideranças políticas da região Sudeste em detrimento do desenvolvimento de todo o território nacional. Tal conjuntura levou Muniz, neste momento, a ter um certo ceticismo com a efetivação da Operação Nordeste.

A preocupação com a Operação Nordeste não era exclusividade de Muniz Falcão. Na edição de 12 a 18 de março, *O Semanário (RJ)* publicou uma matéria que questionava a falta da participação do Exército na Operação, segundo o jornal, isso resultaria na abertura das portas para o desvio de verbas, como ocorreu em diversas outras tentativas de

desenvolvimento na Região. Ressaltam que os setores privados da localidade receberam com entusiasmo a informação da preparação da Operação, enquanto o Banco do Nordeste foi deixado de fora das reuniões. Segundo a matéria, o Banco possuía diversos planos de desenvolvimento feitos por técnicos com profundo conhecimento da Região (OPERAÇÃO... 1959a, p. 5).

A matéria lembra do fracasso dos governos anteriores. Epiácio Pessoa, em 1922, gastou bilhões de cruzeiros que terminaram por enriquecer “meia dúzia de políticos desonestos”. No Governo Vargas, também foram injetados bilhões, porém, com o início da Segunda Guerra, teria havido um certo isolamento entre o sul e o norte do país e, segundo o jornal, se não fosse a ação do General Manuel Rabelo, famílias nordestinas inteiras teriam morrido de fome. No governo Dutra, foi construída a Hidrelétrica de Paulo Afonso, com o objetivo de fornecer energia barata para o Nordeste, porém, ela se tornou uma peça de disputas dos interesses políticos da região.

O jornal utiliza-se dessas memórias para reforçar seu posicionamento contra a ausência do Exército Brasileiro na Operação. Enquanto projetos de desenvolvimento passados fracassaram devido à corrupção dos setores políticos, os militares utilizaram recursos próprios para conter a fome de diversas famílias da região. Com uma agenda nacionalista, o jornal reforça a importância da participação do Exército nesta operação a fim de evitar o desvio de verbas públicas. Porém, também termina por reforçar o olhar comum diante das Forças Armadas: que elas possuem uma visão técnica sobre a situação, afastando-se de interesses particulares e da prática de corrupção. Questão essa ainda muito difundida em diversos setores da sociedade brasileira.

Na edição da semana de 2 a 8 de abril de 1959, na capa do segundo caderno d’*O Semanário (RJ)*, encontramos no topo um depoimento exclusivo de Muniz Falcão ao jornal sobre a Operação Nordeste. Diferente de falas anteriores, o governador fez um discurso com tom otimista. Ele falou sobre sua confiança no êxito da Operação e destacou alguns dos principais pontos onde os investimentos deveriam ser realizados: educação, saúde, pavimentação das estradas, melhorias no porto, produção agrícola e reforma agrária.

Figura 38 – Página d' *O Semanário* (RJ) e recorte da fotografia de Muniz Falcão



Fonte: Jornal *O Semanário*. Rio de Janeiro, 2 - 8 abr. 1959, caderno 2, p. 1. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Apenas a última parte da notícia trata das opiniões de Muniz a respeito da reforma agrária. Ele ressalta a importância de haver reformas de base, a redistribuição das terras deveria ser o primeiro passo tanto para as reformas de base quanto para o desenvolvimento do Nordeste. O jornal destaca essa temática no depoimento de Muniz, ao colocá-la no título da matéria, além disso, o tema é utilizado como legenda para a fotografia de Muniz Falcão impressa junto à entrevista. Para aqueles leitores que folheiam apenas as páginas, o título se torna o primeiro espaço a chamar a atenção, e esta pode ser logo deslocada para as imagens cujas legendas são lidas quase automaticamente. O título em conjunto com a legenda da fotografia de Muniz, leva o leitor a lembrar da importância da Reforma Agrária como o alicerce do desenvolvimento do Nordeste e do Brasil na totalidade (OPERAÇÃO... 1959b, p. 11).

Após esta primeira matéria há outras duas que tratam sobre Alagoas. A primeira, logo no centro, enaltece os avanços na pavimentação de estradas realizadas no estado. Descreve as principais metas do governo até 1960 neste setor, além de trazer informações sobre um projeto de Estação Rodoviária para Maceió (LIGANDO... 1959b, p. 11).

A segunda matéria encontra-se à direita da capa, cujo título é: “O governo e o Povo de Alagoas na defesa das riquezas nacionais” (O GOVERNO... 1959b, p. 11). Seu início aborda como Alagoas estaria abandonada quando Muniz assumiu o governo, uma de suas primeiras medidas foi baixar o valor da energia elétrica em 30%. Em seguida, ressaltou a criação da Taxa Pró-Economia, Educação e Saúde e seus benefícios às classes trabalhadoras, mas essa

foi amplamente rechaçada pelos grupos empresariais do estado. Reforça, ainda, que o Petróleo seria também um dos motivos da tentativa de *Impeachment* do governador. A matéria continua, mas desta vez retorna ao tema da Reforma Agrária e ressalta uma fala de Muniz feita em junho de 1958:

O país necessita, quanto antes, da reforma agrária, assunto tão debatido e insistentemente reclamado, permanece na estaca zero, agravando dia a dia o problema dos que podem produzir, mas não possuem terra para trabalhar. Quem se propuser sinceramente a servir ao Brasil não pode relegar ao esquecimento a reforma agrária. Ela deve preceder a toda e qualquer iniciativa de ordem pública, objetivando a grandeza nacional e o bem-estar dos brasileiros. (O GOVERNO... 1959b, p. 11).

O jornal dedicou uma página inteira para realizar a propaganda da imagem de Muniz Falcão como liderança política preocupada com a situação da classe trabalhadora. Seria um modelo de governador nacionalista, em suas falas não se preocuparia apenas com o avanço de Alagoas, mas sim de todo o Nordeste. Ressaltar as conquistas do governo, como a pavimentação de estradas e o corte na taxa de energia elétrica, podem ser consideradas formas de buscar legitimar o discurso de Muniz a favor da reforma agrária. Não se tratava de um estudioso da área, mas sim de alguém com experiência em realizar e guiar projetos de governo que se mostravam bem-sucedidos.

No meio do otimismo pelo avanço no desenvolvimento de Alagoas através da Operação Nordeste, o estigma da violência continuou a costurar as tramas políticas. O *Última Hora (RJ)* de 25 de março de 1959 trouxe a informação sobre mais um assassinato ocorrido na Terra dos Marechais. Desta vez, tratava-se do dirigente do PSP na cidade de São Luís do Quitunde, Padre Durval Silva. Segundo a denúncia, ele teria sido morto após receber uma surra (TERROR... 1959c, p. 3).

O deputado Abraão Moura (PSP) realizou um discurso que culpava a UDN pelo assassinato. A cidade de São Luís do Quitunde era o berço eleitoral do deputado Lamenha Filho, presidente da Assembleia Legislativa durante a tentativa de *Impeachment* de Muniz, seu grupo político tinha domínio sobre o Município. Segundo o Deputado Abraão Moura, essa era a arma que a UDN havia encontrado para atrapalhar o Governo Muniz Falcão após perderem a maioria na Assembleia Legislativa.

Em 15 de maio de 1959, mais um assassinato político foi registrado em Alagoas, no Município de União dos Palmares. Desta vez, tratava-se do coronel reformado da polícia, Aniceto Rodrigues, sargento da “volante” responsável pelo fim do bando de Lampião e também ajudante de ordens de Arnon de Mello (MUNIZ... 1959d, p. 6). Este último fato foi utilizado pela oposição para acusar o Governo Muniz Falcão pelo assassinato. O *Ultima Hora*

(RJ) relatou que Aniceto foi responsável por vários assassinatos, um deles cometido próximo a Maceió, teria jogado o corpo da vítima nas águas do São Francisco (ANICETO... 1959e, p. 3). O jornal, ao abordar os assassinatos cometidos por Aniceto, cria margem para se entender sua morte como uma possível vingança pessoal, sem relações com a política estadual, como tentava explorar a oposição.

Porém, a pressão da oposição chega a surtir efeitos. O *Última Hora (RJ)* informa sobre a inclinação de Muniz Falcão a renunciar ao cargo devido à sequência de mortes ocorridas em Alagoas. Muniz estava internado em um Hospital no Rio de Janeiro quando soube da morte de Aniceto (MUNIZ... 1959e, p. 6). A reportagem do *Última Hora (RJ)* foi até ele a fim de saber mais detalhes do boato. Em 18 de maio, saiu a matéria com a entrevista de Muniz. O governador hospitalizado não negou nem confirmou a possibilidade de renúncia, apenas afirmou estar no aguardo da recuperação de sua saúde (MUNIZ... 1959e, p. 6).

Em seguida, ele acusou a UDN de tentar culpá-lo do crime ocorrido a fim de desestabilizar seu governo. Citou o caso de um padre da oposição falecido em um acidente de carro, acusaram agentes de seu governo de sabotar o veículo. Depois, houve o assassinato do padre Durval Silva, uma morte que teria total relação com as disputas políticas, mas, por ser seu correligionário, a oposição ficou em silêncio. Com a morte de Aniceto, novamente a UDN voltou a fazer alardes.

Muniz fez em seu discurso um desabafo de como a UDN buscava incessantemente relacionar sua imagem à de um assassino. Isso seria nítido ao observar as últimas mortes no estado: quando a vítima era aliada do governo, nada falavam; quando era alguém da oposição, nem esperavam o corpo esfriar e já utilizavam-no como propaganda contra o governo. Sendo pego em um momento em que sua saúde estava frágil, ter noção dessa estratégia da oposição o fez considerar a renúncia do cargo.

Em janeiro de 1960, completaram-se dois anos do Governo Muniz Falcão após seu retorno. A edição da semana de 30 de janeiro a 5 de fevereiro d'O *Semanário (RJ)* trouxe alguns dados das realizações do governador alagoano nesse período. O início da matéria relata a criação da Taxa Pró-Economia, Educação e Saúde, a qual seria uma das grandes conquistas do governo se não fosse a ação da oposição que culminou no fracasso da lei. Fez comentários sobre o afastamento de Muniz devido ao processo de *impeachment* e como isso acarretou na paralisação das obras estaduais (MUNIZ... 1960a, p. 7).

Em seguida, a matéria expôs os avanços realizados pelo Governo Muniz Falcão. Em 1959, teria havido um foco no desenvolvimento infraestrutural e econômico. Foram criadas a Comissão de Desenvolvimento Econômico de Alagoas (COEDAL), a Companhia de

Eletricidade de Alagoas (CEAL) e o Departamento de Águas e Energia (DAE) para expandir a eletricidade e impulsionar a industrialização. Incentivos como a isenção fiscal de dez anos atraíram novas indústrias, um moinho de trigo estava quase pronto e havia estudos para a construção de fábricas de cimento, laticínios, celulose e plásticos.

A infraestrutura social também avançou, com a inauguração do novo prédio do Corpo da Guarda de Palácio, da Cidade de Menores “Humberto Mendes” para abrigar meninos desamparados de todo o estado, de um posto de saúde no Bebedouro, do II Centro de Saúde da Capital, além de chafarizes e lavanderias. Houve a reconstrução do quartel da Polícia Militar e de diversas escolas, postos de higiene e cadeias públicas.

Muitas obras estavam em andamento: mais chafarizes e lavanderias em Maceió; dezesseis grupos escolares; postos fiscais; maternidades; postos de higiene e ginásios. A pavimentação de estradas progrediu significativamente, com a BR-11-Norte já asfaltada em 50 km, a BR-11-Sul em desenvolvimento e a estrada para Rio Largo quase pronta.

A narrativa feita pelo *O Semanário (RJ)* mostra que, mesmo tendo sido vítima de uma trama golpista e de diversas outras estratégias de desestabilização, o governo de Muniz avançou em várias obras. O jornal se dedicou a demonstrar que os trabalhos feitos por Muniz Falcão reforçam a construção da imagem de um político nacionalista. Este estaria preocupado com os interesses da população e com o desenvolvimento do estado que governava, sem se deixar levar pelas tentações dos privilégios que o cargo de governador poderia lhe dar para o enriquecimento individual.

Em 1960, foram realizadas as eleições executivas. A UDN não chegou a um acordo em torno de um nome para lançar a candidatura ao governo de Alagoas e terminou por apoiar o Major Luiz Cavalcante pelo Partido Libertador (PL). Muniz Falcão não conseguiu manter sua base governista unida em torno de um candidato, terminaram por se dividir em três grupos: Muniz Falcão e o PSP lançaram a candidatura de Abraão Fidelis Moura; Silvestre Péricles candidatou-se pelo PDC e Ary Pitombo pelo PTB coligado com o PSD (BRASIL, TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2025).

Em 3 de agosto, notícias de vários atos de violência em Alagoas tomaram conta de jornais que circulavam pelo Rio de Janeiro. Em 2 de agosto, em Palmeira dos Índios, o fazendeiro Aristides de Sousa Canuto foi assassinado à peixeiradas em seu sítio. A matéria ainda menciona que o construtor Leonidio Santos, presidente do diretório municipal do PL no mesmo município, teria sido encontrado morto dias antes (CRIME... 1960a, p. 14).

No mesmo dia, teria havido um tiroteio que durou cerca de 5 horas na cidade de Porto Real do Colégio, município situado a 30 km de Penedo. O conflito armado teria ocorrido

entre apoiadores de políticos locais que disputavam a prefeitura e começou devido a retirada de cartazes eleitorais. O conflito deixou 6 feridos, incluindo duas crianças.

Enquanto isso, em Maribondo, que na época era um povoado pertencente ao município de Anadia, dois homens teriam sido feridos por um ataque de peixeira e facão, provocado por um terceiro elemento junto de seu filho; uma terceira pessoa feriu-se ao tentar apaziguar os ânimos (INTERVENÇÃO... 1960a. p. 1 e 10). No dia seguinte, alguns jornais publicaram uma nota de Muniz Falcão desmentindo a quantidade de violência divulgada, a exemplo do *Diário de Notícias (RJ)*:

O noticiário da imprensa denunciando crimes políticos em Alagoas vem sendo recebido pelo povo alagoano com espanto, em face da tranquilidade existente em todo o Estado, e constitui surpresa geral a vinda, ontem, de tropas federais ao município de Palmeira dos Índios. Tudo faz crer que isso faz parte de um esquema visando criar condições para a intervenção federal e colher com isso vantagens eleitorais em Alagoas. Manifesto minha integral repulsa a esta nova tentativa de afronta que pretendem meus adversários levar a efeito contra a soberania e a dignidade do povo alagoano. (MUNIZ... 1960b, p. 5).

Não foi encontrado em edições futuras, nos jornais pesquisados, algum contra-argumento à mensagem de Muniz sobre a história das mortes citadas nos jornais em 3 de agosto. Contudo, a narrativa surtiu seu efeito: tropas do Exército foram enviadas para Palmeira dos Índios. Segundo Muniz, tudo não passava de uma estratégia da oposição, que visava uma intervenção federal a fim de afastá-lo do cargo de governador. Citar que a população de Alagoas foi pega de surpresa com as informações seria uma forma de reforçar uma aparente tranquilidade presente em Alagoas durante as campanhas eleitorais.

Uma nova denúncia foi enviada pelo senador Rui Palmeira (UDN) e o candidato Luiz Cavalcante (PL) para o presidente nacional da UDN. Informaram estarem preocupados com a falta de segurança na cidade de Arapiraca. Na edição de 18 de agosto, o *Diário de Notícias (RJ)* publicou um telegrama enviado por Muniz: Alagoas “estaria em perfeita paz”. Ele sustenta que a carta enviada por Rui Palmeira e Luiz Cavalcante não possuiria nenhum fundamento, e o objetivo seria apenas ferir a autonomia do estado mediante uma intervenção federal (MUNIZ... 1960c. p. 15).

Os ataques à imagem de Muniz não vinham apenas de seus tradicionais opositores; antigos aliados, agora apoiadores de outras candidaturas, também realizaram denúncias. Na mesma edição do jornal citado, no parágrafo anterior, foi exposta uma denúncia contra Muniz. O denunciante era seu ex-Secretário de Segurança, Henrique Oest, que no momento apoiava uma candidatura rival. O governador teria mandado prender um vereador de Maceió, seu adversário, no dia da eleição para presidente da Câmara Municipal. A prisão teria ocorrido no

Município de Viçosa, e acusaram-no de ser traficante de maconha (DENÚNCIA... 1960d, p. 4).

Em 16 de setembro, o *Última Hora (RJ)* publicou uma matéria iniciada com uma fala feita por Muniz em 4 de agosto, após receber as informações da crise de violência no estado: “Durante dois anos impediram-me de trabalhar. Tentaram o meu afastamento provocando tiroteios na Assembleia e com a votação de um impedimento. Agora eu peço pelo amor de Deus, deixem o Governo trabalhar!” (MUNIZ... 1960a, p. 6).

Muniz era acusado de má administração do estado. Ele reforçou que nos dois primeiros anos não foi possível avançar nos projetos devido ao processo de *impeachment*. Em seguida, começou a descrever as ações já realizadas nos últimos dois anos, assunto já tratado anteriormente nesta dissertação. O jornal conclui a matéria ao relatar que Muniz teria levado as mãos à cabeça e falado sobre toda sua luta contra o *impeachment*, teria feito um verdadeiro desabafo quando afirmava estar provado não haver clima de agitação em Alagoas, o estado estaria “franqueado a todos aqueles que por ventura desejam se certificar disso” (MUNIZ... 1960a, p. 6).

Esse relato exposto pelo *Última Hora (RJ)* tenta mostrar como Muniz estaria cansado de toda a pressão recebida desde o início de seu governo, além da acusação de ser omissos aos crimes ocorridos pelo estado afora. Ao salientar os apelos de Muniz para que o deixassem em paz e que desejava apenas trabalhar, o jornal apresenta o governador em uma condição de vítima, onde seus algozes não o deixavam quieto por um momento, o que impedia os avanços de seus projetos em Alagoas.

Em 3 de outubro de 1960 ocorreram as eleições, as esperanças da oposição tradicional de Muniz em vencer o pleito, graças à divisão da base aliada do governo, foram concretizadas. Luiz Cavalcante (PL) venceu com 38.915 (33,8%) votos; Abraão Moura (PSP) obteve 37.213 (32,3%) votos; Silvestre Pércles (PDC), 31.020 (26,9%) votos; e Ary Pitombo (PTB), 7.938 (6,9%) votos (BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2025). A estratégia de “dividir para conquistar” havia surtido efeitos, porém, a divisão aqui não foi provocada pelos conquistadores da cadeira do executivo alagoano, mas sim entre o próprio grupo que outrora fazia parte da ala governista.

Mesmo com a vitória, o grupo udenista ansiava por assumir o governo por vias alternativas. Continuou a utilizar das mesmas estratégias para buscar uma intervenção federal em Alagoas e, com isso, pôr fim imediato ao Governo Muniz Falcão. Os udenistas afirmavam: “se não houver uma intervenção imediata das autoridades federais, até dia 31 de janeiro, não sobrará ninguém para tomar posse”. Arnon de Mello fez uma reunião com o

Ministro da Justiça Marcos Falcão e, segundo matéria do *Correio da Manhã (RJ)*, teria pedido providências contra as ameaças que seu grupo político sofria após a vitória em Alagoas. Ele acusou Muniz Falcão de estimular a vingança por parte dos grupos derrotados (ALAGOAS... 1960b, p. 16).

O jornal reforça o apelo por intervenção em Alagoas, realizado pelos grupos udenistas, com a divulgação de crimes recentes. Em relação à matéria em questão: na cidade de Palmeira dos Índios, um pistoleiro teria atentado contra a vida de um correligionário do Major Luiz Cavalcante; em um sítio de Tanque D'Arca, houve uma briga com foices e cacetes que resultou na morte de um pai e filho; no município de Dois Riachos, pistoleiros, supostamente enviados por Walter Mendes, teriam ameaçado alguns moradores de sítios a entregarem as escrituras de suas terras.

Em 3 de novembro de 1960, Muniz Falcão viajou ao Rio de Janeiro para conversar pessoalmente com o Ministro da Justiça, a fim de explicar a desnecessidade de tropas militares federais realizarem a função de polícia em Palmeira dos Índios, atribuição designada ao estado. Ele aproveitou a ocasião para declarar à imprensa que desde o início de seu mandato sofria uma onda de calúnias da oposição. Segundo Muniz, essa situação prejudicava a economia e a administração pública, visto que tais ações alimentavam a fama de Alagoas ser um estado violento, resultando no afastamento de setores interessados em investir no estado (MUNIZ... 1960b, p. 5).

Para Muniz, a oposição conseguir manter tropas federais em Palmeira dos Índios seria também uma forma de impedir a divulgação das obras realizadas pelo governo, visto que a mídia iria focar na intervenção. Além disso, o falso clima de agitação serviria para promover a imagem de alguns com a intenção de conseguir cargos no novo governo. O governador acusou Arnon de Mello de ser o principal articulador do clima de tensão; ele teria supostamente financiado por conta própria a viagem de uma delegação de Palmeira dos Índios para o Distrito Federal.

Segundo a matéria do *Última Hora (RJ)*, o Ministro da Justiça aproveitou a ocasião para reunir Muniz Falcão com dois deputados da oposição alagoana, Rui Palmeira e Freitas Cavalcante. Esses parlamentares teriam trazido denúncias de um plano governista para a realização de assassinatos em massa e agressões. A reunião não chegou a uma solução e foi repleta de acusações e desmentidos entre as partes (GOVERNADOR... 1960c, p. 6).

Uma nova reunião foi marcada para o dia 4 e, com a mediação do Ministro da Justiça, Muniz Falcão e os representantes da oposição alagoana conseguiram chegar a um acordo. O governador havia dado garantias de segurança à oposição, realizaria duas ações: nomear um

delegado de polícia para Palmeira dos Índios, o oficial da Polícia Militar seria de confiança tanto da oposição como da situação; e as tropas federais já presentes no Município continuariam na localidade, mas o poder de polícia voltaria a ser exercido pelo governo estadual (GOVERNADOR... 1960d, p. 5).

Em 10 de novembro, uma nota de Muniz Falcão foi publicada no *Última Hora (RJ)*. Alegava que a situação em Palmeiras dos Índios e demais pontos do estado estaria em completa tranquilidade. Além de que, careciam de “fundamento as notícias sobre crimes e perturbações da ordem, difundidas por elementos interessados em manter uma desagradável expectativa em torno da política alagoana” (MUNIZ... 1960e, p. 2).

Mesmo com o restabelecimento da tranquilidade, Muniz ressaltou: as notícias de violência eram infundadas, tinham apenas o objetivo de manchar a imagem do governo. Esse argumento do governador seria uma estratégia para a opinião pública não pensar que a calmaria no estado teria começado somente após os acordos entre oposição e situação, mas sim que já existia previamente.

A redação do jornal *O Semanário (RJ)* não ficou satisfeita com a versão dos fatos sobre a violência ocorrida em Palmeira dos Índios. Por isso, enviou um de seus repórteres, Edmar Morel, ao município a fim de colher informações sobre o ocorrido na localidade que tanto agitou o cenário político e jornalístico nacional. A reportagem foi publicada na edição da semana de 12 a 18 de novembro.

Uma história negra da intervenção branca em Alagoas, ultimada com a presença de tropas do Exército na cidade de Palmeira dos Índios, ferindo frontalmente a Constituição começa, incrível como pareça, com uma meretriz. Uma mulher do “basfound” agrediu a sua colega, e como fôsse amásia de um sargento do Exército, procurou refúgio no quartel e ficou sob a proteção daquele inferior. O Delegado exigiu a presença da mundana na polícia, a fim de ser iniciado o inquérito.

O sargento levou a companheira à polícia e quando a mesma era conduzida para o xadrez serviu de motivo de exploração política. A oposição, isto é, a UDN insultou o militar dizendo que aquilo era um desrespeito ao Exército. O sargento tentou reaver a presa, no que foi impedido por um Inspetor de Quarteirão. Houve troca de balas e o militar morreu. Foi êste acontecimento corriqueiro de “basfound” que servia de porta-estandarte para a absurda intervenção em Alagoas, conseguida pelo poderio econômico de Arnon de Melo e preparado pelo Ministro Armando Falcão, sócio da Orquima e de outros trustes.

Era preciso arranjar um pretexto depois do desmoralizante “impeachment”, farsa que não resistiu a um simples exame do próprio Tribunal de Justiça de Alagoas. (UMA... 1960b, p. 7).

Com esta notícia, *O Semanário (RJ)* buscou reforçar o discurso de defesa feito por Muniz Falcão: a oposição aproveitava-se de qualquer violência no estado para atribuir a responsabilidade ao governador. O jornal tratou o caso como um “Basfound”, essa expressão

tem origem francesa e refere-se às camadas mais baixas da sociedade. A matéria utiliza-se do estigma existente sobre mulheres que fogem do padrão de comportamento requisitado para criticar os ataques feitos pela oposição ao chefe do executivo alagoano. Assim como o pecado original, imposto pelo cristianismo, o qual mancha a vida do homem, encontra-se relacionado às ações vis da primeira mulher, no caso de Alagoas, Muniz Falcão seria o homem marcado pelo pecado da complacência com os crimes ocorridos em seu estado. Esse pecado imposto, neste caso, pela oposição, percorreu todo o seu governo e recebeu sua expiação apenas quando encerrou o seu mandato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1961, Muniz Falcão publicou uma série de três artigos no *O Semanário (RJ)*. As edições foram de 22 a 29 de janeiro, 14 a 21 de julho e de 22 a 29 de julho. Ele pretendia fazer um balanço de seu governo. Iniciou com uma análise da conjuntura política mundial e destacou a bipolaridade da época. Em seguida, abordou os problemas do Nordeste até chegar a Alagoas. Essa estratégia de análise seguia a visão historiográfica tradicional da época: utilizar grandes eventos considerados globais para compreender particularidades locais.

A série de artigos foi intitulada "Experiência de um Governo Popular". Por meio desse título Muniz Falcão reforçava a imagem de que seu governo contava com o apoio das populações trabalhadoras de Alagoas. Ele sustentava que sua administração priorizou os interesses das camadas mais carentes, das quais obteve suporte para governar. Para Muniz, seu governo ameaçou a estrutura do poder coronelista vigente no Nordeste, o que, em sua visão, ocasionou as perseguições que enfrentou.

No final da primeira da matéria citou uma frase de Vargas proferida em 31 de janeiro de 1936: "o governo foi povo e o povo foi governo. Ao contrário de outras oportunidades, quando vemos um povo sem governo e um governo sem povo". Ao evocar a memória de Vargas, Muniz reafirmava seu enquadramento na cultura política do trabalhismo. Essa ideologia esteve presente em sua trajetória política, com seus primeiros movimentos nos últimos anos do Estado Novo, quando atuou como Delegado Regional do Trabalho.

Nesse período, Muniz Falcão começou a desenvolver suas relações políticas e de poder com as classes trabalhadoras. Em Alagoas, ele se uniu a lideranças políticas e sindicais com objetivos de governança semelhantes. O aumento expressivo de votos que Muniz obteve entre seu primeiro (1951-1954) e segundo mandato (1955-1956) como Deputado Federal indica como suas articulações políticas fortaleceram suas redes de poder em Alagoas.

Nesta dissertação, ficou demonstrado que, durante as eleições para o governo de Alagoas e ao longo de sua administração (1956-1961), o Pacto Trabalhista entre Muniz Falcão e as classes trabalhadoras foi um movimento que surgiu em meio às intrincadas disputas políticas no estado. Esse pacto, inclusive, causou efeitos nas redes políticas a nível nacional ao observarmos o quanto políticos de outras regiões se envolveram nas disputas alagoanas a fim de impulsionar seus interesses nas relações de poder nacionais. Surge aqui então, uma questão inédita que contribui para os avanços da pesquisa historiográfica alagoana e brasileira sobre a Terceira República.

A criação da Taxa Pró-Economia, Educação e Saúde foi um dos resultados do pacto de reciprocidade entre o governador e as camadas populares. Logo nos primeiros meses do

governo de Muniz Falcão os trabalhadores exigiram medidas para sanar a carestia de vida. Esta ação revela o protagonismo da classe ao reivindicar os seus direitos. Eles também se mobilizaram para defender o mandato de Muniz durante a ameaça da abertura do processo de *Impeachment*, tal ação incomodou setores do alto escalão da UDN pelo Brasil afora.

A violência é uma chaga que permanece incurável, marca a formação do território nacional e ainda causa aflições na nossa contemporaneidade. Esta dissertação abordou diversos momentos de violência política que ocorreram antes e durante o Governo Muniz Falcão. A banalização da violência é mais um dos fios entrelaçados nas tramas da história do Brasil. Um assassinato só ganhava destaque no meio político quando era útil para agenciar os interesses de um grupo político específico.

Este foi o caso da morte do deputado Marques da Silva. Os grupos de oposição ao governador Muniz Falcão estavam insatisfeitos com um governo alinhado ao trabalhismo. A maioria da oposição era composta por udenistas, que tinham como prática gerar crises políticas para alcançar o poder à margem da legalidade do voto popular.

A descoberta do petróleo e das areias monazíticas em Alagoas acentuou os embates políticos locais e nacionais. Após a Segunda Guerra Mundial o imperialismo norte-americano ganhou forças, junto disso vinha o interesse pelo controle de recursos naturais valiosos para a escalada de seu desenvolvimento econômico e militar. Os indícios de envolvimento de setores do capital norte-americano projetam a crise política alagoana para o cenário internacional.

A disputa pelo poder em Alagoas não se resumia apenas a questões locais. A UDN possuía projetos de expansão nacional e perder o executivo em Alagoas fragilizava essa ambição. Ao mesmo tempo, partidos como o PSP tentavam projetar-se nacionalmente, utilizavam a cultura do trabalhismo para mobilizar apoio político. Muniz Falcão era um protagonista fundamental para os interesses dessa rede, tanto em Alagoas quanto em todo o Nordeste.

Vale ressaltar que Muniz Falcão voltou a ser eleito deputado federal nas eleições de 1962. Durante o seu novo mandato no legislativo federal enviou novamente diversos projetos de leis com o intuito de ampliar os direitos das classes trabalhadoras. Em 1965 foi eleito novamente governador de Alagoas, porém, devido a não conseguir uma maioria absoluta de votos, a Assembleia Legislativa ia decidir se homologaria sua eleição, ou se haveria um segundo turno entre os dois mais votados (TAVARES; PEREIRA, 2025). Tal medida era nova no cenário político Brasileiro, foi imposta pelo governo autoritário golpista de 1964. Os deputados estaduais não homologaram o seu nome, além disso, o segundo turno foi cancelado

pelo Regime Militar após o decreto do AI-2 e um interventor foi nomeado para Alagoas em 1966.⁵⁴

O discurso golpista, que marcou a Terceira República, fazia parte do cotidiano da UDN, e essa ânsia teve diversos momentos de escalada: durante o segundo governo Vargas, que encerrou com seu suicídio (1954); tentativa de evitar a posse de JK (1955); os movimentos golpistas de Jarareacanga (1956) e Aragarças (1959), ambos promovidos por militares udenistas descontentes com o Governo JK; o movimento golpista de 1961 após a renúncia de Jânio Quadros para evitar a posse de Goulart que resultou na criação do parlamentarismo e o golpe de 1964 que retirou João Goulart do governo.

Muniz Falcão em alguns momentos ressaltou o teor golpista das ações da oposição contra seu governo. Um deles foi nas festividades pela descoberta do petróleo em Alagoas, em agosto de 1957. Realizou uma crítica a “aqueles que pensam em subverter as instituições democráticas, manobram nos bastidores a derrubada de governos nacionalistas, preparam golpes contra o poder constituído” (ALAGOAS... 1957d, p. 8). Outro momento foi na volta de Muniz Falcão à Alagoas após a vitória contra o processo de *impeachment* em janeiro de 1958, quando falou: “não há de ser pelas vias do golpe contra o Chefe do Executivo que a tranquilidade se instalará no Estado” (MUNIZ... 1958b, p. 1).

As práticas golpistas não se limitavam apenas ao cargo de presidente da república. As artimanhas foram utilizadas como tentativa de retirar um governador do seu cargo. Uma questão importante a refletir com o objeto desta dissertação é: um movimento golpista pode utilizar-se das ferramentas legais existentes no momento para criar uma aparência de legitimidade, este foi o caso da utilização do processo de *Impeachment* que constitui uma ação prevista em lei, e nisso mora o perigo. Pois, tais ferramentas podem, e já foram, utilizadas em nossa história recente para impedir a presidente Dilma Rousseff de continuar o seu governo (2016). Com a efetivação desse golpe mascarado de um processo legal, tivemos uma ascensão da extrema direita no país e novamente as práticas golpistas voltaram a assombrar nossa democracia, a exemplo da tentativa de golpe para impedir a posse do presidente eleito Lula da Silva em 2023.

"Uma história em aberto" – é difícil fugir desse raciocínio tão tradicional em muitas conclusões de trabalhos acadêmicos da área de História. Afinal, essa é uma das bases

⁵⁴ Para saber mais sobre as tramas das eleições de 1965 em Alagoas e a atuação de Muniz Falcão como deputado federal em 1963, e durante o golpe de 1964, consultar: TAVARES, Marcelo Góes; PEREIRA, Thiago Henrique Farias. Crise política e um golpe contra o trabalhismo: Muniz Falcão e as eleições de 1965 em tempos de ascensão autoritária. In: ALMEIDA, Anderson da Silva Moura; TAVARES, Marcelo Góes (Orgs.). Pacto de Silêncio: O golpe de 1964, a ditadura e a transição em Alagoas. Maceió: Editora da UFAL. v. 1, 2025. p. 125-166.

epistêmicas da produção científica. As pesquisas encontram respostas para as questões iniciais. Contudo, essas respostas não são completas; elas abrem espaço para novas perguntas que iniciam assim outros processos de pesquisa.

Das diversas questões que foram trabalhadas nesta dissertação, algumas delas podem ser aprofundadas no futuro, são elas: as disputas em torno da descoberta do petróleo alagoano, o envolvimento de setores nacionais e internacionais nas crises políticas do estado e a atuação de Muniz Falcão como Delegado Regional do Trabalho (nos três estados onde atuou) e como Deputado Federal. Espera-se que esta dissertação sirva como ponto de partida para a abertura de novas frentes de pesquisa, as quais possam contribuir ainda mais para a compreensão do período da Terceira República. Além de que, novos indícios podem surgir para fortalecer ou enfraquecer as hipóteses e categorias de análise levantadas no decorrer desta escrita. E é justamente aí que reside a beleza da produção do conhecimento científico.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

a) Arquivo Público de Alagoas (APA).

A Voz do Povo (AL)

A DIVISÃO de Alagoas serve aos Golpistas. *A Voz do Povo*, Maceió, 28 out. 1956c.

A PLATAFORMA do P.C.B. é a plataforma do povo. *A Voz do Povo*, Maceió, 11 jun. 1955.

AFASTEMOS as divergências que nos separam. *A Voz do Povo*, Maceió, 28 out. 1956c.

ALISTAMENTO eleitoral Superou tôda e qualquer previsão anterior. *A voz do povo*, Maceió, 24 de ago. 1958d.

AMEAÇADOS de corte. *A Voz do Povo*. Maceió, 25 nov. 1956d.

ARNON escolhe fascista para governador. *A Voz do Povo*, Maceió, 11 jun. 1955.

AUMENTA o número de capangas na Alexandria. *A Voz do Povo*, Maceió, 09 dez. 1956e.

CADA dia mais difícil a situação dos trabalhadores da Usina Brasileiro. *A Voz do Povo*, Maceió, 06 jul. 1958c.

COM vistas à convenção do P.S.P. *A Voz do Povo*, Maceió, 06 jul. 1958c.

DUAS calúnias da Gazeta de Alagoas. *A Voz do Povo*, Maceió, 28 out. 1956c.

EXPLORAÇÃO na Fabrica “SAUDE”. *A voz do povo*. Maceió, 29 jul. 1956a.

HOMENAGEM dos operários da Fábrica Apoo ao Governador Muniz Falcão. *A Voz do Povo*. Maceió, 19 jan. 1958a.

LIDERES alagoanos opinam sobre as eleições. *A Voz do Povo*, Maceió, 11 jun. 1955.

METODOS condenáveis na ‘Carmem’. *A Voz do Povo*. Maceió, 28 out. 1956c.

MUNIZ Falcão da sacada do palácio. *A Voz do Povo*. Maceió, 26 jan. 1958b.

NOVO. *A Voz do Povo*, Maceió, 11 jun. 1955.

ONTEM - greve em Fernão Velho. *A Voz do Povo*, Maceió, 12 ago. 1956b.

OS COMUNISTAS Alagoanos Apoiam: Silvestre Péricles para Senador. *A Voz do Povo*, Maceió, 21 set. 1958e.

PROIBIDO comemorar a vitória. *A Voz do Povo*. Maceió, 26 jan. 1958b.

VIBROU toda a cidade. *A Voz do Povo*. Maceió, 19 jan. 1958a.

b) Hemeroteca Digital Nacional da Biblioteca Nacional.

A Manhã (RJ)

A CONVENÇÃO nacional. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 17 jul. 1945a. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&Pesq=&pagfis=27295>. Acesso em: 22 mai. 2025.

DE Alagoas. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 14 jul. 1945b. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&Pesq=&pagfis=27277>. 22 mai. 2025.

DECRETOS assinados ontem. *A manhã*, Rio de Janeiro, 23 nov. 1945c. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&&pagfis=28376>. Acesso em: 30 set. 2025.

DECRETOS assinados ontem. *A manhã*, Rio de Janeiro, 15 dez. 1945d. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&&pagfis=28578>. Acesso em: 30 set. 2025.

DECRETOS Assinados. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 2 mar. 1947. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&&pagfis=33315>. Acesso em: 30 set. 2025.

MINISTÉRIO do Trabalho. *A manhã*, Rio de Janeiro, 22 mai. 1946. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&&pagfis=30084>. Acesso em: 30 set. 2025.

A Noite (RJ)

DISCURSO de posse do governador de Alagoas. *A noite*, Rio de Janeiro, 31 mar. 1947. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_04&pesq=&pagfis=45491. Acesso em: 23 mai. 2025.

HOMENAGEM ao delegado regional do Trabalho em Maceió. *A noite*, Rio de Janeiro, 03 de mar. 1945a. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_04&Pesq=&pagfis=32444. Acesso em: 23 mai. 2025.

ORGANIZADO o Partido Trabalhista de Alagoas. *A noite*, Rio de Janeiro, 25 ago. 1945b. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_04&Pesq=&pagfis=35665. Acesso em: 23 mai. 2025.

TELEGRAMAS do interior. *A Noite*, Rio de Janeiro, 10 set. 1944. 6. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_04&Pesq=&pagfis=29176. Acesso em: 23 mai. 2025.

Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Boletim do Trabalho. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=074853&Pesq=&pagfis=33959>. Acesso em: 10 jul. 2025.

Correio da Manhã (RJ)

A CARTA. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 09 fev. 1957a. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=72647. Acesso em: 20 abr. de 2024.

A DENÚNCIA contra Muniz Falcão. Correio da Manhã, Rio de Janeiro. 24 abr. 1957o. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=75524. Acesso em: 24 abr. de 2024.

A GUERRA Alagoana. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 fev. 2º caderno. 1957d.

Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=72785.

Acesso em: 20 abr. de 2024.

A SITUAÇÃO em Alagoas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 07 mai. 1957r. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=76058.

Acesso em: 24 abr. de 2024.

AGRAVAM-SE os acontecimentos em Alagoas. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro. 13 fev. 1957c. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=72815.

Acesso em: 20 abr. de 2024.

ALAGOAS, Sempre Alagoas! *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 jan. 1958e. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=86651. Acesso em: 16 jul. 2025.

ALAGOAS agita-se com novos acontecimento. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28 out. 1960b. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pagfis=11478.

Acesso em: 23 mai. 2025. Acesso em: 23 mai. 2025.

ABSOLVIDO pelo “quorum” o governador Muniz Falcão. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 jan. 1958d. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=86548. Acesso em: 16 jul. 2025.

ADIADA para hoje a decisão sobre o “impeachment” de Falcão. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 jan. 1958c. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=86533.

Acesso em: 22 mai. 2025.

APROVADO em Maceió (primeira discussão) o “Impeachment”. *Correio da Manhã (RJ)*, Rio de Janeiro, 17 set. 1957y. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=81717. Acesso em: 22/05/2025.

ASSEGURA Muniz Falcão que houve fraude no sorteio. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 07 dez. 1957ai. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=84974.

Acesso em: 22 mai. 2025.

AINDA os acontecimentos de Alagoas. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro. 03 mar. 1957h. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=73491.

Acesso em: 20 abr. de 2024.

CIDADE calma. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 jan. 1958d. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=86548. Acesso em: 16 jul. 2025.

CONCEDIDA a preliminar em favor de Muniz Falcão. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 29 jun. 1957t. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=78233.
 Acesso em: 24 abr. de 2024.

CRIME de Arapiraca. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 15 fev. 1957e. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=72873.
 Acesso em: 24 abr. de 2024.

CRIME e repasto. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 14 mar. 1957l. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=73809.
 Acesso em: 24 abr. de 2024.

CRIME em Palmeira dos Índios tiroteio em Porto R. de Colégio. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 03 ago. 1960a. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&Pesq=&pagfis=8142
 . Acesso em: 23 mai. 2025.

DECRETADA ontem a intervenção federal em Alagoas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 set. 1957x. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=81601. Acesso em: 22/05/2025.

DECRETADO ontem o “impeachment” do sr. Muniz Falcão. *Correio da Manhã (RJ)*, Rio de Janeiro, 19 set. 1957z, p.1. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=81783. Acesso em 22 set. 1957.

DECRETOS do presidente da república. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 ago. 1942. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=%22Muniz%20Falc%20c3%a3o%22&pagfis=13179.

DEPUTADOS deixariam o sr. Muniz Falcão. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 dez. 1957aj. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=85823.
 Acesso em: 22 mai. 2025.

DESIGNADOS os representantes do Ministério do Trabalho nas Delegacias do Trabalho Marítimo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 set. 1941. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=&pagfis=11201. Acesso em: 25 mai. 2025.

DESISTIU do habeas-corpus o governador Muniz Falcão. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 set. 1957ac. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=81865.
 Acesso em: 22 mai. 1957.

DIPLOMADOS os futuros governantes de Alagoas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 dez. 1955a. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=56063.
 Acesso em: 12 mai. de 2024.

DISSOLVIDA à bala a Assembléia de Alagoas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 14 set. 1957w. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=81569. Acesso em: 20 abr. de 2024.

EM duas frentes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 26 jul. 1957u. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=79378. Acesso em: 24 abr. de 2024.

ENTREGUE ao ministro da Justiça o pedido, pela Assembléia Legislativa, da intervenção federal em Alagoas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 09 mar. 1957j. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=73621. Acesso em: 24 abr. de 2024.

ESCOLA ademarista. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 31 mar. 1957n. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=74505. Acesso em: 24 abr. de 2024.

ESPERADA para breve a intervenção em Alagoas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 26 fev. 1957g. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=73323. Acesso em: 24 abr. de 2024.

ESTEVE na Confederação Nacional do Comércio o governador eleito de Alagoas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 dez. 1955b. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=56250. Acesso em: 12 mai. de 2024.

ESTUDARÁ o Supremo a denúncia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 dez. 1957ai. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=85146. Acesso em: 22 mai. 2025.

“IMPEACHMENT” contra Falcão. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 27 ago. 1957v. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=80843. Acesso em: 24 abr. de 2024.

“IMPEACHMENT” em Alagoas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 19 jun. 1957s. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=77845. Acesso em: 24 abr. de 2024.

IMPEACHMENT para Alagoas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 fev. 1957b. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=72785. Acesso em: 20 abr. de 2024.

LEGITIMIDADE e oportunidade da intervenção em Alagoas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 set. 1957ab. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=81865. Acesso em: 22 mai. 1957.

MUNIZ Falcão continuará fora do governo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 nov. 1957ah. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=84293. Acesso em: 22 mai. 2025.

MUNIZ Falcão que pacificar Alagoas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 07 nov. 1957ae.

Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=83723.

Acesso em: 22 mai. 2025.

NA CÂMARA dos deputados. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 09 fev. 1957a. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=72647. Acesso em: 20 abr. de 2024.

NÃO será prorrogada intervenção em Alagoas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 nov. 1957ag. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=84053.

Acesso em: 22 mai. 2025.

NO mundo político. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30 out. 1957ad. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=83472.

Acesso em: 22 mai. 2025.

NO mundo político. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 07 jan. 1958b. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=86238.

Acesso em: 22. mai. 2025.

NO mundo político. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 04 mai. 1958h. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=90624. Acesso em: 16 jul. 2025.

NO RIO, o Governador Muniz Falcão. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 17 mar. 1957m.

Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=73922.

Acesso em: 24 abr. de 2024.

NOVO “impeachment” em Alagoas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 07 mar. 1958g.

Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=88377.

Acesso em: 23 mai. 2025.

O ASSASSÍNIO do deputado Marques da Silva. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 fev. 1957b. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=72785. Acesso em: 20 abr. de 2024.

O “IMPEACHMENT” do governador de Alagoas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 25 abr. 1957p. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=75554.

Acesso em: 24 abr. de 2024.

OFERECIDA denúncia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 27 abr. 1957q. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=75633.

Acesso em: 24 abr. de 2024.

OS ACONTECIMENTOS de Alagoas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 19 fev 1957f.

Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=73056.

Acesso em: 24 abr. de 2024.

PAZ de Alagoas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 02 mar. 1958. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=88183. Acesso em: 23 mai. 2025.

PEDE Assembléia de Alagoas que se prorrogue a intervenção. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 nov. 1957af. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=83822. Acesso em: 22 mai. 2025.

PROFUNDA repercussão no Senado do Assassinio de um deputado alagoano. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 09 fev. 1957a. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=72647. Acesso em: 20 abr. de 2024.

REMETE o tribunal de Alagoas os autos do mandado de segurança. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 20 set. 1957aa. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&Pesq=&pagfis=81817. Acesso em: 22 mai. 2025.

SANEAMENTO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 10 mar. 1957k. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=73651. Acesso em: 24 abr. de 2024.

SERÁ realizado novo sorteio em Alagoas. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 04 jan. 1958a. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=86116. Acesso em: 22 mai. 2025.

Diario de Notícias (RJ)

DECLAROU os bens que possui, no discurso de posse. *Diario de Notícias*, Rio de Janeiro, 1 abr. 1947. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&Pesq&pagfis=32514. Acesso em: 23 mai.

DENÚNCIA GRAVE. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 1 set. 1960d. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&pagfis=6712. Acesso em: 23 mai. 2025.

INTERVENÇÃO em Alagoas: A. Falcão desmentiu. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 03 ago. 1960a. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&pagfis=5915. Acesso em: 23 mai. 2025.

MUNIZ Falcão rebate: Alagoas está em Paz. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 ago. 1960c. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&pagfis=6331. Acesso em: 23 mai. 2025.

MUNIZ Falcão repele. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 04 ago. 1960b. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&pagfis=5939. Acesso em: 23 mai. 2025.

Diario de Pernambuco (PE)

APOIO de outros partidos. *Diario de Pernambuco*, Recife, 21 abr. 1955a. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_13&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=26986. Acesso em: 24 abr. de 2024.

ASSASSINADO... *Diario de Pernambuco*, Recife, 31 mai. 1951a. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_13&Pesq&pagfis=6621. Acesso em: 25 mai. 2025. Acesso em: 25 mai. 2025.

NEGADA a licença... *Diario de Pernambuco*, Recife, 6 jun. 1951b. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_13&Pesq&pagfis=6689. Acesso em: 25 mai. 2025.

PLEITO para governador... *Diário de Pernambuco*, Recife, 26 nov. 1955c. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_13&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=30594. Acesso em: 12 mai. de 2024.

REVIRAVOLTA.... *Diario de Pernambuco*, Recife, 29 mai. 1955b. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_13&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=27644. Acesso em: 24 abr. de 2024.

Imprensa Popular (RJ)

ACEITA a denúncia contra o governador de Alagoas. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 13 jun. 1957a. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=108081&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=13414>. Acesso em: 12 set. de 2024.

DECLARA o Sr. Muniz Falcão ao povo. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 13 ago. 1957c. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=108081&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=13766>. Acesso em: 12 set. de 2024.

FOI assassinado pelas costas o sogro do governador Muniz. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 15 set. 1955d. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=108081&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=13998>. Acesso em: 12 set. de 2024.

MACEIÓ às escuras. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 13 set. 1957b. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=108081&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=13982>. Acesso em: 12 set. de 2024.

METRALHADOS os deputados que apóiam o Sr. Muniz Falcão. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 14 set. 1957d. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=108081&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=13990>. Acesso em: 12 set. de 2024.

REPULSA aos golpistas. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 13 ago. 1957c. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=108081&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=13766>. Acesso em: 12 set. de 2024.

Maquis (RJ)

O RÉU de Alagoas. *Maquis*, Rio de Janeiro. 1ª quinzena de outubro. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116521&Pesq=&pagfis=1313>. Acesso em: 22 mai. 2025.

Manchete (RJ)

ALAGOAS sob signo da bala. *Manchete*. Rio de Janeiro. 23 de fev. 1957. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=004120&pesq=&pagfis=17448>. Acesso em 16 jul. 2025.

O Cruzeiro (RJ)

ALAGOAS conflagrada. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro. 02 de mar. 1957. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&pesq=&pagfis=110380>. Acesso em: 16 jul. 2025.

O Jornal (RJ)

BALANÇO da sucessão nos estados. O jornal, Rio de Janeiro, 22 ago. 1955e. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_05&pesq=&pagfis=38147. Acesso em: 24 abr. de 2024.

ISMAR de Goes, candidato ao governo de Alagoas. O jornal, Rio de Janeiro, 10 jul. 1955a. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_05&pesq=&pagfis=36471. Acesso em: 24 abr. de 2024.

OS TRABALHISTAS afastam-se da linha do PSD. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 out. 1945. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pesq=&pagfis=29966. Acesso em: 30 set. 2025.

PELA unidade do Brasil. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1947. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&Pesq=&pagfis=37888. Acesso em: 23 mai. 2025.

SUCESSÃO alagoana. O jornal, Rio de Janeiro, 03 ago. 1955b. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_05&pesq=&pagfis=37075. Acesso em: 24 abr. de 2024.

SUCESSÃO alagoana. O jornal, Rio de Janeiro, 06 ago. 1955c. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_05&pesq=&pagfis=37123. Acesso em: 24 abr. de 2024.

SUCESSÃO alagoana. *O jornal*, Rio de Janeiro, 09 ago. 1955d. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_05&pesq=&pagfis=37073. Acesso em: 30 set. 2025.

O Semanário (RJ)

ALAGOAS reivindica uma plataforma de petróleo. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 04 - 11 set. 1957d. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=149322&Pesq=&pagfis=1108>. Acesso em: 22 mai. 2025.

LIGANDO Alagoas aos estados vizinhos com estradas pavimentadas *O Semanário*, Rio de Janeiro, 2 - 8 abr. 1959b. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=149322&pagfis=2361>. Acesso em: 23 mai. 2025.

MUNIZ Falcão presta conta ao povo do que fez em dois anos de govêrno de Alagoas. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 30 jan. - 05 fev. 1960a. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=149322&pagfis=2890>. Acesso em: 23 mai. 2025.

O QUE há por trás da intervenção federal em Alagôas. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 28 fev. - 07 mar. 1957a. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=149322&Pesq=&pagfis=673>. Acesso em: 22 mai. 2025.

O GOVERNO e o Povo de Alagôas na defesa das riquezas nacionais. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 2 - 8 abr. 1959b. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=149322&pagfis=2361>. Acesso em: 23 mai. 2025.

ONDE estão as riquezas minerais de Alagoas. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 28 mar. - 05 abr. 1957b. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=149322&Pesq=&pagfis=727>. Acesso em: 22 mai. 2025.

OPERAÇÃO do Nordeste, sem o exército, será um convite aos ladrões. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 12 - 18 mar. 1959a. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=149322&pagfis=2319>. Acesso em: 23 mai. 2025.

OPERAÇÃO do Nordeste só com a reforma agrária. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 2 - 8 abr. 1959b. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=149322&pagfis=2361>. Acesso em: 23 mai. 2025.

PARA os americanos de Chicago Alagoas já tem um Interventor Federal. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 28 mar. - 05 abr. 1957a. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=149322&Pesq=&pagfis=727>. Acesso em: 22 mai. 2025.

ROCKEFELLER promove em Alagoas o “impeachment” de Muniz Falcão. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 20 - 27 jul. 1957c. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=149322&Pesq=&pagfis=918>. Acesso em: 22 mai. 2025.

S.O.S. de Alagoas aos homens de boa vontade. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 22 - 29 mai. 1958. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=149322&pagfis=1717>. Acesso em: 23 mai. 2025.

UMA meretriz serviu de porta-estandarte para a intervenção branca em Alagoas! *O Semanário*, Rio de Janeiro, 12 a 19 nov. 1960b. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=149322&pagfis=3373>. Acesso em: 23 mai. 2025.

Tribuna da Imprensa (RJ)

CHACINA na Assembléia de Alagoas. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 14 set. 1957f. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=37228. Acesso em: 19 abr. 2024.

DIA certo para matar. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 14 set. 1957f. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=37228. Acesso em: 19 de abr. de 2024.

GARANTIDO o “impeachment” do governador de Alagoas. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 22 - 23 jun. 1957d. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_01&Pesq&pagfis=35702. Acesso em: 30 set. 2025.

IMPEACHMENT em Alagoas hoje, com ameaças de luta. *Tribuna da Imprensa*. Edição de 13 de set de 1957e. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=37200. Acesso em: 20 abr. de 2024.

MUNIZ prepara nova chacina. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 14 set. 1957f. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=37228. Acesso em: 19 de abr. de 2024.

MUNIZ Falcão vai praticar novos crimes. *Tribuna da imprensa*, Rio de Janeiro, 16 jan. 1958a. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=39252. Acesso em: 16 jul. 2025.

OS DEPUTADOS feridos irão de maca votar o “impeachment”. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 16 set. 1957g. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_01&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=37252. Acesso em: 16 jul. 2025.

POBRE é o país que se constrói sôbre a lama. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 09 fev. 1957a. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=33305. Acesso em: 20 abr. de 2024.

QUERIA matar Juracy. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro. 1957, 14 set. 1957f. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=37228. Acesso em: 19 de abr. de 2024.

UDN: sessão extraordinária para pedir intervenção em Alagoas. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 11 fev. 1957b. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=33330. Acesso em: 20 abr. de 2024.

UM benemérito. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 13 fev. 2 ed. 1957c. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=33376. Acesso em: 20 abr. de 2024.

VOLTA de Muniz traz intranquilidade. *Tribuna da imprensa*, Rio de Janeiro, 20 jan. 1958b. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_01&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=39292. Acesso em: 16 jul. 2025.

Ultima Hora (RJ)

A CABROEIRA de ambos os lados. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 28 fev. 1957e. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=36771>. Acesso em: 24 abr. de 2024.

A PARTICIPAÇÃO de Juraci causa estranheza. *Ultima Hora*, Rio e Janeiro, 17 set. 1957h. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pesq=&pagfis=41916>. Acesso em: 22/05/2025.

A QUESTÃO do impeachment ainda está subjudice. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 18 set. 1957i. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pesq=&pagfis=42002>. Acesso em: 25 set. 1957.

AGITAÇÃO alagoana. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 09 fev. 1957a. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=36263>. Acesso em: 20 abr. de 2024.

ALAGOAS: Operação piloto para a morte do regime! *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 16 set. 1957g. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pesq=&pagfis=41875>. Acesso em: 22/05/2025.

ALAGOAS: lei vence o ódio! *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 16 jan. 1958a. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=44909>. Acesso em: 23 mai. 2025.

ALAGOAS: a oposição fomenta a luta para depôr o governador! *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 30 jan. 1958e. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=45261>. Acesso em: 23 mai. 2025.

ALEGRIA popular em Alagoas com a descoberta do petróleo. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 19 ago. 1957j. p.6. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=41150>. Acesso em: 22 mai. 2025.

AMANHÃ A votação final do “impeachment”. *Ultima Hora*, Rio e Janeiro, 17 set. 1957h. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pesq=&pagfis=41916>. Acesso em: 22/05/2025.

ANICETO e os sultões udenistas. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 18 mai. 1959e. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=54892>.

Acesso em: 23 mai. 2025.

APROFUNDA-SE a crise interna na UDN. *Ultima Hora*. Rio de Janeiro, 13 jun. 1958f.

Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=48563>. Acesso em: 13 jun. 1958.

AS CAUSAS da crise. Última Hora, Rio de Janeiro. 28 fev. 1957e. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=36771>. Acesso em: 24 abr. de 2024.

ATEARAM fogo em Alagoas! Última Hora, Rio de Janeiro, 14 set. 1957f. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=41849>. Acesso em: 20 abr. de 2024.

AUSÊNCIA de capangas. Última Hora, Rio de Janeiro. 14 fev. 1957c. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=36391>. Acesso em: 20 abr. de 2024.

CALMA nas ruas. Última Hora, Rio de Janeiro. 14 fev. 1957c. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=36391>. Acesso em: 20 abr. de 2024.

CRIME e terror em Maceió. Última Hora, Rio de Janeiro, 14 set. 1957f. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=41849>. Acesso em: 20 abr. de 2024.

DE hora em hora. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 16 jun. 1958g. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=48648>. Acesso em: 23 mai. 2025.

DEPOIMENTO de Pery Augusto, enviado especial de 'Última Hora'. Última Hora, Rio de Janeiro, 14 set. 1957f. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=41849>. Acesso em: 20 abr. de 2024.

EM ALAGOAS a lei é o crime! Última Hora, Rio de Janeiro. 28 fev. 1957d. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=36771>. Acesso em: 24 abr. de 2024.

GOVERNADOR dá garantias de vida à oposição: Paz política em Alagoas. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 05 nov. 1960d. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=62314>. Acesso em: 23 mai. 2025.

GOVERNADOR Muniz Falcão: Violada a autonomia estadual em Alagoas. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 04 nov. 1960c. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=62303>. Acesso em: 23 mai. 2025.

HÁ um COMLOT contra o Nordeste. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 23 fev. 1959b. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=54012>. Acesso em: 23 mai. 2025.

INTRIGAS visando a intervenção em Alagoas. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 15 jun. 1959. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=55187>. Acesso em: 23 mai. 2025.

JK e governadores decidem a sorte de milhões de nordestinos. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 16 de fev. 1959a. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=53932>. Acesso em: 23 mai. 2025.

JURACY de metralhadora em punho violou a austeridade do Senado! *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 20 set. 1957i. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pesq&pagfis=42002>. Acesso em: 16 jul. 2025.

MAIS de 50 mil pessoas invadiram o palácio para abraçar Muniz Falcão! *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 25 jan. 1958b. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=45132>. Acesso em: 23 mai. 2025.

MAIS um crime em Alagoas. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 27 jan. 1958c. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=45159>. Acesso em: 23 mai. 2025.

MONSTRUOSA conjuração de ódios e de ambições. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 14 set. 1957f. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=41849>. Acesso em: 20 abr. de 2024.

MUNIZ: Tropas federais para assegurar ordem no estado. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 28 jan. 1958d. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=45190>. Acesso em: 23 mai. 2025.

MUNIZ Falcão há “UH”: Completa tranquilidade em Alagoas. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 10 nov. 1960e. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=62363>. Acesso em: 23 mai. 2025.

MUNIZ Falcão inclinado a renunciar. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 15 mai. 1959d. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=54879>. Acesso em: 23 mai. 2025.

MUNIZ Falcão (patético) a “UH”: “Deixem o governo trabalhar!”. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 16 seta. 1960. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=61765>. Acesso em: 23 mai. 2025.

MUNIZ Falcão: A intervenção em Alagoas é ilegal e foi tramada pelos udenistas. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 03 nov. 1960b. Disponível em:

https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/386030/per386030_1960_03178.pdf. Acesso em: 23 mai. 2025.

MUNIZ Falcão: clima de violência em Alagoas é forjado pela UDN. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 18 mai. 1959e. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=54895>. Acesso em: 23 mai. 2025.

O CRIME em Arapiraca. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 28 fev. 1957. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=36771>. Acesso em: 24 abr. de 2024.

O GOVERNADOR de Alagoas resistirá até o fim! *Ultima Hora*, Rio de Janeiro. 14 fev. 1957c. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=36391>. Acesso em: 20 abr. de 2024.

O GOVERNADOR Muniz Falcão reage contra a operação para afastá-lo do poder. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 16 set. 1957g. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pesq=&pagfis=41880>. Acesso em: 22/05/2025.

O MONROE ontem parecia um circo. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 20 set. 1957i. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pesq=&pagfis=42002>. Acesso em: 25 set. 1957.

OS INTERESSES contrariados. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro. 28 fev. 1957e. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=36771>. Acesso em: 24 abr. de 2024.

OZÉAS Cardoso. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 14 set. 1957f. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=41849>. Acesso em: 20 abr. de 2024.

REINA paz nas Alagoas. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 12 fev. 1957b. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=36323>. Acesso em: 20 abr. de 2024.

SENADOR: Lino de Matos enfrentou com punhos a metralhadora de Juracy! *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 20 set. 1957i. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pesq=&pagfis=42001>. Acesso em: 25 set. 1957.

TERROR em Alagoas. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1959c. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=54394>. Acesso em: 23 mai. 2025.

Voz Operária (RJ).

GRANDE manifestação popular em Maceió, *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 28 abr. 1956.

Disponível em: Acesso em: 12 mai. de 2024. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154512&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=3658>. Acesso em: 26 de junho de 2024.

O GOLPE udenista em Alagoas. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 21 set. 1957. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154512&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=4465>. Acesso em: 26 de junho de 2024.

c) Diário Oficial da Câmara dos Deputados.

BRASIL. *Diário Oficial da Câmara dos deputados*. Rio de Janeiro. 30 abr. 1947. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD30ABR1947.pdf#page=17>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BRASIL. *Diário Oficial da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, 13 abr. 1951a.

Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD13ABR1951.pdf#page=12>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BRASIL. *Diário Oficial da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, 30 mai. 1951b. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD30MAI1951.pdf#page=12>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BRASIL. *Diário Oficial da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, 12 out. 1951c. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD12OUT1951.pdf#page=20>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BRASIL. *Diário Oficial da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, 06 nov. 1951d. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD06NOV1951.pdf#page=21>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BRASIL. *Diário Oficial da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, 24 nov. 1951e. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD24NOV1951.pdf#page=19>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BRASIL. *Diário Oficial da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, 18 jan. 1952a. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD18JAN1952.pdf#page=8>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BRASIL. *Diário Oficial da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, 05 mar. 1952b. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD05MAR1952.pdf#page=27>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BRASIL. *Diário Oficial da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, 28 mar. 1953a. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD28MAR1953.pdf#page=9>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BRASIL. *Diário Oficial da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, 17 jul. 1953b. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD17JUL1953.pdf#page=44>. Acesso em: 15 mai. 2025.

d) Diário Oficial do Senado.

BRASIL. Senado Federal. *Diário Oficial do Senado Federal*, 20 set. 1957. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/12170?sequencia=1>. Acesso em: 22 mai. 2025.

e) Documentário.

ROCHA, Pedro da. Impeachment Setembro, 1957, Sexta feira 13 [documentário]. TV Assembleia AL. Maceió, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BrEaEnMc0r8>. Acesso em: 20 abr. 2024.

f) Decretos, Leis e Projetos de Leis.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 124, de 12 abr. 1951a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=171837>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 499, de 29 mai. 1951b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=177883>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 1356, de 5 nov. 1951c. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=191054>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei. nº 1430 de 1951 de 23 de nov. de 1951d. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=192029>. Acesso em: 30 set. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 1560, de 17 jan. 1952a. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=193589>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 1709 de 03 mar. 1952b. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=195282>. Acesso em: 30 set. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 2938 de 25 mar. 1953a. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=208144>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 3362, de 12 jul. 1953b. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=212028>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BRASIL. Decreto nº 21.690, de 1º de agosto de 1932. Dispõe sobre a organização e as atribuições das Delegacias Regionais do Trabalho. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 14389, 4 ago. 1932. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21690-1-agosto-1932-526766-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 jul. 2025.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.168, de 6 de maio de 1940. Dispõe sobre a organização e as atribuições das Delegacias Regionais do Trabalho. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, p. 8837, 8 maio 1940. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2168-6-maio-1940-412207-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950. Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, p. 5049, 13 abr. 1950. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/11079.htm.

Acesso em: 04 abr. 2025. Acesso em: 17 jul. 2025.

g) Dados Estatísticos do Tribunal Superior Eleitoral.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Eleições anteriores. Brasília, DF: TSE. Disponível em:

<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores>. Acesso em: 23 mai. 2025.

h) Sites.

TICIANELI. Assassinato do deputado Marques da Silva Incendeia Alagoas em 1957. História de Alagoas. 2023. Disponível em:

<https://www.historiadealagoas.com.br/assassinato-do-deputado-marques-da-silva-incendeia-alagoas-em-1957.html>. Acesso em: 20, abr. 2024.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A invenção do nordeste e outras artes. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ARAÚJO, Maria Celina de. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O Brasil Republicano. v. 2: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo – Segunda República. 9. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 224-252.

BARROS, José de Assunção. Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. In: O anjo da história. Tradução e Organização de João Barrento. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René. Por uma história política. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BEZERRA, Ricardo Lima. Diário de Pernambuco. In: CPDOC FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DI%C3%81RIO%20DE%20PERNAMBUCO.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CEDRO, Marcelo. O governo Juscelino Kubitschek (1956-1961): estabilidade política e desenvolvimento econômico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Volume 3. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COUTINHO, Amélia. Pedro Mota Lima. In: CPDOC-FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIMA,%20Pedro%20Mota.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2015.

CPDOC FGV. Apolônio Sales. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/biografias/apolonio-sales>. Acesso em: 15 jul. 2025.

_____. Armando de Moraes Âncora. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ancora-armando-de-morais>. Acesso em: 15 jul. 2025.

_____. Henrique Cordeiro Oest. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/OEST,%20Henrique%20Cordeiro.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025

DANTAS, Carolina Vianna. Careta. In: CPDOC-FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARETA.pdf>. Acesso em: 15 jul 2025.

_____. Revista da Semana, In: CPDOC-FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVISTA%20DA%20SEMANA.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

FERREIRA, Jorge. Elisa Branco: uma vida em vermelho. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2023.

_____. O imaginário trabalhista. Getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A noite. In: CPDOC-FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NOITE,%20A.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

_____. Diário de Notícias (Rio de Janeiro). In: CPDOC FGV. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DI%C3%81RIO%20DE%20NOT%C3%8DCIAS%20\(Rio%20de%20Janeiro\).pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DI%C3%81RIO%20DE%20NOT%C3%8DCIAS%20(Rio%20de%20Janeiro).pdf). Acesso em: 15 jul. 2025.

_____. O Semanário. In: CPDOC-FGV. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/semanario-o>. Acesso em: 15 jul. 2025.

_____. Voz Operária. CPDOC FGV. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/voz-operaria>. Acesso em: 15 jul. 2025.

FERREIRA, Rodrigo Otavio Seixas. A imprensa como “arma de guerra”: a trajetória da revista Maquis (1956-1962). In: Simpósio Nacional de História, 28, 2015, Florianópolis. Anais do Simpósio. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945017_9d1cae755cccc1b08070631bc6287d4c.pdf. Acesso em: 15 jul. 2025.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Tradução de Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FURTADO, Celso. A fantasia desfeita. In: FURTADO, Celso. Obra autobiográfica. Edição definitiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: Uma democracia representativa em consolidação. Revista Estudios del ISHiR – Unidad Ejectura em Red ISHiR – CONICET, Argentina, afio 8, n. 20, p. 251 – 275. 2018.

GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. Cidadania e direitos do trabalho. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor. 2002.

_____. O populismo e as ciências sociais no Brasil: Notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.). O populismo e sua história. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUIDO, Cristina. Celso Furtado. In: CPDOC-FGV. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/celso-monteiro-furtado>. Acesso em: 16 jul. 2025.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História oral, tempo presente e narrativas de trabalhadoras e trabalhadores: diálogos intermitentes. Recife: Editora UFPE, 2024.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUCRio, 2006.

LEAL, Carlos Eduardo. Correio da Manhã. In: CPDOC FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIO%20DA%20MANH%C3%83.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

_____. O Jornal. In: CPDOC FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JORNAL,%20O.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025

_____. Última Hora. In: CPDOC FGV. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/6400>. Acesso em: 15 jul 2025.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). Fonte históricas. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS FILHO, João R. Forças Armadas e política, 1945-1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). *O Brasil republicano*. O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016. Quinta República (1985 – 2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

MELO, Airton de Souza. Operários têxteis em Alagoas: Organização sindical, repressão e vida na fábrica (1951 - 1964). Dissertação (Mestrado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História, Metodologia, Memória. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política brasileira e o desafio à democracia. Revista Com Ciência, Brasil, 2015.

_____. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo. (Org.). Culturas Políticas na História: Novos estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

MOURA, Anderson Vieira. *Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas, 1951-1961*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

_____. Trabalhadores, populismo e comunistas: os operários têxteis de Maceió/AL durante o governo Muniz Falcão (1956-1961). Tese (doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017.

_____. “Uma candidatura de inspiração popular”: a formação da Frente Popular Alagoana (1955). Revista Cadernos de História da PUC Minas, Belo Horizonte, v. 17, n. 27, ° sem. p. 406 – 430. 2016.

OLIVEIRA, Jorge. Curral da Morte: o impeachment de sangue, poder e política no Nordeste. Rio de Janeiro: Record, 2010.

PAULA, Sergio Goes de. Por dentro do Acervo. Instituto Moreira Salles. 2018. Disponível em: https://ims.com.br/categoria-do-acervo/walther-moreira-salles/?post_type=por-dentro-acervo. Acesso em: 16 jul. 2025.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. Pernambuco em perigo: Pobreza, revolução e comunismo (1959 - 1964). Dissertação (Mestrado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: ESTUDOS HISTÓRICOS. Memória. Vol. 2, n.3. Rio de Janeiro: 1989.

REMÓND, René. (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REVEL, Jacques (Org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas (FGV), 1998.

ROCHA, Glauber. Revisão crítica do cinema brasileiro. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHUMACHER, Maria Aparecida; Vital Brasil, Érico. Dicionário Mulheres do Brasil: De 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado. Zahar.

SIQUEIRA, Carla; MURILO, Tatiana. Manchete. In: CPDOC-FGV. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manchete>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64). Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, Claudemiro Avelino de (Org.). Galeria dos Desembargadores de Alagoas. Maceió: Editora Viva, 2020.

SONTAG, Susan. Diante da dor dos outros. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TAVARES, Marcelo Góes; PEREIRA, Thiago Henrique Farias. Crise política e um golpe contra o trabalhismo: Muniz Falcão e as eleições de 1965 em tempos de ascensão autoritária. In: ALMEIDA, Anderson da Silva Moura; TAVARES, Marcelo Góes (Orgs.). Pacto de Silêncio: O golpe de 1964, a ditadura e a transição em Alagoas. v. 1: Poder, resistências e metamorfoses. Maceió: Editora da UFAL. 2025. p. 125-166.

TAVARES, Marcelo Góes. Do tecer da memória ao tecido da História: Operários, trabalho e política na indústria têxtil em Fernão Velho (Maceió, Al, 1943-1961). Tese (doutorado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

_____. Dos vestígios documentais às histórias do trabalho: Tessituras narrativas e experiências de operários têxteis em Alagoas (anos 1950), p. 209. In MONTENEGRO, Antonio Torres; ARAÚJO, Karlene Sayanne Ferreira (Orgs.). Historiografia: Rastros e vestígios documentais de trabalhadoras e trabalhadores. Recife: Ed. UFPE, 2023.

_____. UM TRABALHADOR DO PETRÓLEO, SINDICATO E O GOLPE DE 1964. In: SOBRENOME, Nome do autor do livro. Título da obra. [No Prelo]. Recife: Ed. UFPE, [Ano].

TENÓRIO, Douglas Apratto. A tragédia do populismo. O impeachment de Muniz Falcão. Maceió: Edufal, 2007.

VELASQUEZ, Muza Clara Chaves. O Cruzeiro. In: CPDOC FGV. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CRUZEIRO%20O%20\(DHBB\).pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CRUZEIRO%20O%20(DHBB).pdf). Acesso em: 15 jul. 2025.

VEYNE, Paul. Foucault: Seu pensamento, Sua pessoa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.